

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

EDUARDO DOS SANTOS CHAVES

**“DO OUTRO LADO DA COLINA”:
A NARRATIVA DO EXÉRCITO SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR**

São Leopoldo

2011

EDUARDO DOS SANTOS CHAVES

**“DO OUTRO LADO DA COLINA”:
A NARRATIVA DO EXÉRCITO SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Programa de Pós-Graduação em História, Área de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Marluza Marques Harres

São Leopoldo

2011

C512d Chaves, Eduardo dos Santos
“Do outro lado da colina”: a narrativa do exército sobre a ditadura civil-militar / Eduardo dos Santos Chaves. -- 2011.
194 f. ; 30cm.
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2011.
Orientador: Profa. Dra. Marluza Marques Harres.
1. História - Ditadura civil-militar. 2. Memórias - Ditadura civil-militar. 3. Exército. I. Título. II. Chaves, Eduardo dos Santos.

CDU 981.088

Catálogo na Publicação:
Bibliotecário Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

EDUARDO DOS SANTOS CHAVES

**“DO OUTRO LADO DA COLINA”:
A NARRATIVA DO EXÉRCITO SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em História.
Programa de Pós-Graduação em História, Área
de Ciências Humanas, Universidade do Vale
do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Marluza Marques
Harres

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marluza Marques Harres – Orientadora

Prof. Dra. Marieta de Moraes Ferreira – CPDOC/FGV/UFRJ

Prof. Dr. Claudio Pereira Elmir – UNISINOS

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido iniciado sem os grandes incentivos de duas maravilhosas pessoas: da minha grande amiga Daniela Campos, que nos vários almoços no Bom Fim, me incentivou a colocar este projeto de pesquisa em prática; e do meu grande companheiro Ilson Roberto Librenza, que me incentivou e se prontificou a ler todo o projeto de pesquisa, nas quentes tardes de domingo, bem como escutou minhas agruras com os andamentos da dissertação. Agradeço a outros amigos que estiveram presentes nesta caminhada, como a equipe de bolsistas e funcionários de Instituto Cultural Judaico Marc Chagall (ICJMC), em especial a Fátima Peixoto, a Monique Lucero e a Miguel Santos. Agradeço aos meus pais, aos meus avôs maternos e as minhas adoráveis tias que sempre estiveram ao meu lado.

Agradeço também aos meus dois queridos professores da graduação e da pós-graduação, que estiveram presentes na qualificação deste trabalho. À Prof^ª Dr^ª Eliane C. Deckmann Fleck, que com leitura acurada e atenta, lançou elementos importantes para a conclusão deste trabalho, e ao Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir que, sempre prestativo, se tornou leitor fundamental, ao sugerir novas leituras e modificações inteligentes ao trabalho. Da mesma maneira, agradeço a minha orientadora Prof^ª Dr^ª Marluza Marques Harres, pessoa que se tornou, além de orientadora, uma grande amiga nesses anos todos de graduação e pós-graduação. Com uma leitura “raio-x”, Marluza sempre apresentou questões que me fizeram refletir em torno das fontes de meu trabalho.

Agradeço também ao meu ex-aluno e amigo Luiz Carlos Couto Motta, que, através da Biblioteca do Museu Militar do Comando Militar do Sul, emprestou-me toda a coleção de depoimentos. Agradeço aos meus ex-alunos do Curso de Guia de Turismo do SENAC/POA e aos meus colegas da instituição.

RESUMO

A dissertação intitulada “Do outro lado da colina’: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar” procurou analisar uma coletânea de depoimentos produzida e publicada pela Biblioteca do Exército, a Bibliex, em 2003 e 2004, sobre o golpe e a ditadura civil-militar no Brasil. São memórias de militares e civis que, em sua maioria, atuaram na defesa do movimento de 31 de março de 1964 e na sustentação do regime dos cinco generais presidentes. O escopo deste trabalho é o de averiguar como foi construída a narrativa sobre a ditadura civil-militar a partir dos depoimentos desses indivíduos, assim como as estratégias utilizadas pelo Exército na montagem da coletânea. Cabe dizer que essas narrativas estão inseridas em disputas de longa data, travadas no campo da memória entre os que estiveram em luta contra o regime e os que defenderam este, inclusive denominando seu momento inicial de “Revolução”, ao invés de “Golpe”, e “Governos Revolucionários”, ao contrário de “Anos de Chumbo”.

Palavras-chave: ditadura civil-militar. memórias. exército.

ABSTRACT

The dissertation entitled “‘On the other side of the hill’: the story of the Army on the civil-military dictatorship” sought to examine a collection of statements produced and published by the Army Library, the Bibliex, in 2003 and 2004, about the coup d’etat and the civil-military dictatorship in Brazil. These are memories of soldiers and civilians that, in their majority, acted in the defense of the movement of March 31st, 1964, and in the support of the regime of the five general presidents. The scope of this paper is to examine how the narrative on the civil-military dictatorship from the testimony of these individuals operated, as well as the strategies used by the military in mounting this collection. It must be said that these narratives are embedded in long-standing disputes, fought in the field of memory among those who were fighting against the regime and those that supported it, even naming his starting point of “Revolution”, instead of “Coup d’etat” and “Revolutionary Government” instead of “The Years of Lead”.

Keywords: civil-military dictatorship. memories. army.

LISTA DE ABREVIATURAS

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
AHEx – Arquivo Histórico do Exército
AHIMTB – Academia de História Militar Terrestre do Brasil
AI-5 – Ato Institucional nº 5
AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras
AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BC – Batalhão de Caçadores
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
Cia Gd – Companhia de Guardas
CIE – Centro de Informações do Exército
CMPA – Colégio Militar de Porto Alegre
CMSE – Comando Militar do Sudeste
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
COPAGRA – Cooperativa Agroindustrial do Noroeste Paranaense
CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais
CSM – Circunscrição do Serviço Militar
DECEEx – Departamento de Educação e Cultura do Exército
DI – Divisão de Infantaria
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI – Destacamentos de Operações de Informações
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DPHCEEx – Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
ECEME – Escola de Comando e Estado Maior do Exército
EMBRATER – Empresa Brasileira de Terras
EMFA – Estado Maior das Forças Armadas
EPB – Estudos de Problemas Brasileiros
EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

EsEFEX – Escola de Educação Física do Exército
ESG – Escola Superior de Guerra
EsPPA – Escola Preparatória de Porto Alegre
FAB – Força Aérea Brasileira
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FFAA – Forças Armadas
ID – Infantaria Divisionária
IGHMB – Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
OBAN – Operação Bandeirante
OSPB – Organização Social e Política Brasileira
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR – Partido Progressista Renovador
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RI – Regimento de Infantaria
SISSEGIN – Sistema de Segurança Interna
SNI – Serviço Nacional de Informações
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 LEMBRAR A SEU MODO: UMA COLEÇÃO HOMENAGEIA OS “VITORIOSOS” DE 31 DE MARÇO DE 1964	16
2.1 “Somos Guardiões da Memória...”: os Projetos de História Oral nas Forças Armadas.	17
2.2 A História Oral na Perspectiva da Coleção	26
2.3 As Entrevistas: Perguntas e Respostas em Consonância.....	35
3 DE “REVOLUCIONÁRIOS” A CONTADORES DE HISTÓRIAS	52
3.1 Escolhidos a Dedo: A Formação da Rede de Entrevistados.	52
3.2 “Os Homens de Bem”: Trajetórias de Vida, Formação e Atuação Durante o Regime Civil-Militar.	68
3.3 A Coloração Civil: Um Apoio Discreto ao Projeto.....	90
4 A HISTÓRIA DO 31 DE MARÇO DE 1964 PELO EXÉRCITO – AS REMEMORAÇÕES DE UM PASSADO “GLORIOSO”	101
4.1 As Causas do “Movimento Revolucionário de 1964”	102
4.2 Os Líderes da Revolução.....	112
4.3 “Revolução” e “Contra-revolução” x “Ditadura” e “Anos de Chumbo”	117
4.4 As Ações de “Terrorismo” pela Esquerda e a Necessidade do AI-5.....	120
4.5 Elogios à Parte, A Revolução Fez um “Bem à Nação”!	125
4.6 Não Somos Santos!	133
4.7 A Derrota na Batalha pela Memória e a Vitória do “Revanchismo”	140
4.8 Avaliações dos 20 Anos da Revolução	146
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	165
ANEXO A – ENTREVISTADOS - TRAJETÓRIAS.....	166

1 INTRODUÇÃO

A partir da Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, debates salpicaram Brasil afora e proporcionaram à sociedade um primeiro exercício de memória a respeito do passado recente. Nesse quadro de discussões, afirmaram-se interessantes (re) construções históricas, denominadas por Daniel Aarão Reis Filho¹ de verdadeiros “deslocamentos de sentidos”, os quais se fixaram na memória nacional como verdades irrefutáveis. Seriam, esses deslocamentos, marcados por três silêncios que fundamentaram e se estabeleceram em torno da Lei de Anistia de 1979.

O primeiro diz respeito ao silêncio em torno da tortura e dos torturadores. É incorreto afirmar que o silêncio em torno da tortura foi unânime. Sabe-se que vozes de vários cantos do país denunciavam, embora isoladamente², os assombrosos crimes que transcorriam nas prisões contra presos políticos, inclusive, havia aqueles que denunciavam de outras partes do mundo³. Porém, a partir de agosto de 1979, com a aprovação da Lei de Anistia, a grande maioria preferiu “não falar do assunto, ignorá-lo, ou simplesmente não pensar nele”⁴. Era uma perspectiva que, conforme apontou Reis Filho, significava “virar as costas a uma experiência que se considerava ultrapassada”⁵, esquecendo temporariamente do passado.

O segundo silêncio refere-se às propostas revolucionárias das esquerdas entre 1966 e 1973. Tais propostas são vistas pelos partidários da anistia como integrantes da resistência democrática, apontadas criticamente por Reis Filho como “uma espécie de braço armado dessa resistência”⁶. Desta perspectiva foram apagados quaisquer resquícios revolucionários que moldaram aqueles grupos armados atuantes em guerrilhas urbanas e focos guerrilheiros rurais. Além disso, tal ponto de vista silencia sobre a inexistência de projetos democráticos no horizonte desses grupos, francamente desprezados em seus textos⁷. E, para finalizar, é importante pensar que nem toda a sociedade acompanhou a aquela gesta revolucionária com

¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.23, n.45, p.171-186, jan./jun. 2010. p.171.

² REIS FILHO, 2010, p.173.

³ Um exemplo é a recente obra do historiador norte-americano James N. Green, que procurou demonstrar como norte-americanos e brasileiros exilados formaram e atuaram em redes de denúncia contra a ditadura militar. In: GREEN, James N. **Apesar de vocês: a oposição a ditadura militar brasileira nos Estados Unidos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

⁴ REIS FILHO, 2010, p.173.

⁵ REIS FILHO, 2010, p.173.

⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.70.

⁷ REIS FILHO, 2005, p.70.

simpatia. Não raramente, muitos denunciavam esses mesmos revolucionários, apontando-os à polícia ou, como em casos isolados, atuaram em prisões e na tortura.

O terceiro e último silêncio que viabilizou a anistia refere-se ao apoio da sociedade brasileira ao regime civil-militar. O que ficou cristalizado é que a sociedade brasileira, sempre prezando pela democracia, viveu a ditadura como um “pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura”⁸. Tal abordagem esquece as diversas manifestações de adesão e simpatia que floresceram durante o regime civil-militar. Além das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas antes e após o 31 de março de 1964, o regime contou com vários apoios, que colaboravam na legitimidade de suas ações⁹. Isso se reflete inclusive na sua duração, pois, como questionou Reis Filho: “como este durara tanto tempo sem viva alma que o apoiasse?”¹⁰. A popularidade do general Garrastazu Médici exemplifica a grande adesão e apoio que parte da sociedade fornecia ao regime¹¹. As expressivas votações obtidas pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), da mesma forma, apresentam o apoio que a ditadura recebeu, inclusive nas suas últimas eleições realizadas em 1978¹².

Os apoios, afirma Reis Filho, desmancharam-se no ar naquele verão quente de 1979, sendo propagado pela sociedade o termo “Ditadura Militar”, na tentativa de absolver-se de quaisquer cumplicidades com um regime considerado abominável. São incômodas lembranças “[...] freqüentemente colocadas entre parênteses, à espera, para que possam ser analisadas [...]”¹³.

⁸ REIS FILHO, 2010, p.178.

⁹ Das manifestações ocorridas nesse período, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade constituíram-se em importantes atos que colaboraram com a derrubada do governo de João Goulart, sobretudo a marcha ocorrida em 19 de março de 1964, em São Paulo. Outras, da mesma forma, ocorreram pelas cidades do interior do país. Para maiores detalhes a respeito, ver os seguintes trabalhos: PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); SILVA, Evelyn Chaves. **Memória, esquecimento e imaginário social nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade**. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento - Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Sobre as entidades femininas que atuaram na deposição do Governo de João Goulart, bem como na legitimação do regime civil-militar, ver os seguintes trabalhos: CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo, 2008; e SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família**. As Mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁰ REIS FILHO, 2010, p.174.

¹¹ Para maiores informações, ver o seguinte texto: CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.22, n.43, p.85-104, 2009.

¹² Sobre a atuação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) durante a ditadura, ver: GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – (1965-1979)**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2009.

¹³ REIS FILHO, 2010, p.174.

Esse triplo silêncio, ao viabilizar a anistia como um pacto de sociedade, solidificou uma memória em que o regime civil-militar e a sociedade não aparecem como cúmplices, mas como inimigos de longa data. Nesse sentido, a ditadura é narrada como “[...] objeto de escárnio, desprezo ou indiferença, atitudes que tendem a estabelecer uma ruptura drástica entre o passado e o presente, quando não induzem ao silêncio e ao esquecimento de um processo, contudo, tão recente e tão importante de nossa história”¹⁴.

A ditadura, assim, ficou sendo vista como obra única e exclusiva de uns poucos militares exaltados, os chamados “bolsões sinceros, mas radicais”¹⁵ que, após assombrosa história, foi derrotada pelo povo. Mas será que os militares que assumiram o controle do país em 1964 se resumiam a poucos homens fardados sem o apoio de outros integrantes das Forças Armadas com ideários menos radicais? Os militares que atuaram na sustentação e legitimidade da ditadura não procuraram narrar os acontecimentos a seu modo, ou também se calaram, reafirmando o pacto social estabelecido em 1979?

Nas vésperas das comemorações que marcariam os 40 anos dos acontecimentos de 31 de março de 1964, as Forças Armadas e a sociedade civil engajada na luta pelos direitos humanos defrontaram-se no espaço público, com discursos de memórias conflitantes¹⁶. Nessa batalha pela hegemonia de uma memória que se quer como “verdadeira”, o período compreendido entre 1964 e 1985 revela-se diferente para ambos os grupos. Para as esquerdas, além de procurarem saber onde se encontram os corpos de desaparecidos políticos e insistirem, em alguns casos, na punição de militares envolvidos na repressão, a luta também é em relação à verdade, na qual não aceitarão as “falsificações da história” que, de acordo com Caio Navarro de Toledo¹⁷, implica o insulto à memória dos que lutaram, foram torturados e morreram na luta pela redemocratização do país. Para as Forças Armadas e, particularmente, para o Exército, a verdade dos fatos vem sendo distorcida por uma parcela de intelectuais que reescrevem a história, falsificada a seu talante¹⁸ (MOTTA, 2003, t.1, p.10). O revanchismo,

¹⁴ REIS FILHO, 2005, p.9.

¹⁵ CASTELLO BRANCO, Carlos. **Os militares no poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

¹⁶ Em relação às discussões sobre as batalhas de memórias, ver: SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v.14, n.26, p.127-156, dez. 2007; CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História** - Brasil, 1954-1964. São Paulo, ANPUH – Marco Zero, v.14, n.27, 1994; MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra de memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, UFMG, n.28, dez. 2002.

¹⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a “Ditabranda”. **Revista de Sociologia**, Curitiba, v.17, n.34, p.209-217, out. 2009. Neste artigo, o autor analisa o significado e os efeitos políticos e ideológicos de um abaixo-assinado criado na Internet - Repúdio e Solidariedade -, em fevereiro de 2009, o qual questiona o uso da expressão “ditabranda” pelo jornal Folha de São Paulo.

¹⁸ MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). **31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioetca do Exército Editora, 2003. 15 tomos.

nesse caso, constitui-se em uma arma na mão de assaltantes, sequestradores, terroristas, desertores, agora, regimento abonados (MOTTA, 2003, t.1, p.27). Conforme Jarbas Passarinho, os militares “são quase mortos-vivos a sofrer o revanchismo dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos” (MOTTA, 2003, t.1, p.27).

O Exército, frente a essa disputa de memórias, produziu a sua “versão” dos fatos, procurando fazer uma avaliação positiva do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar. O resultado dessa disputa constituiu-se de 15 tomos, contabilizando 247 entrevistas com militares e civis que atuaram, colaboraram e/ou tiveram alguma participação no regime dos cinco generais presidentes. Com o título “1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história”, a coleção foi publicada pela Editora da Biblioteca do Exército, a Bibliex, entre 2003 e 2004, nas vésperas dos 40 anos do golpe civil-militar de 1964¹⁹. As entrevistas realizadas pelo Exército procuraram levantar um número significativo de militares e civis de várias regiões do país que, conforme seus organizadores, contribuiriam para com a “verdade” dos acontecimentos.

Ao percebermos a riqueza do material publicado pelo Exército e algumas questões ainda abertas pela historiografia, surgiu esta dissertação de mestrado²⁰. Para a realização deste trabalho, além dos 15 livros publicados, foi realizada uma entrevista com o coordenador geral do projeto, o General Aricildes de Moraes Motta²¹, e a análise do projeto realizado pelo Exército. A entrevista com o coordenador geral da coleção tornou-se importante, pois trouxe informações fundamentais sobre a constituição do trabalho realizado pelo Exército, desde a escolha dos coordenadores regionais, dos entrevistados, aos andamentos da pesquisa.

Dividido em três capítulos, este trabalho tem como finalidade analisar essas memórias, verificando de que forma a coletânea de depoimentos foi construída pelo Exército e como entrevistadores e entrevistados se colocaram diante de temas delicados, mas que fazem parte de suas trajetórias. Não se pretende com este trabalho dizer se os depoentes estão certos ou

¹⁹ A coleção parece ter antecipado às discussões que ocorreram no meio acadêmico, a partir de seminários, congressos e palestras, e nas organizações de esquerda, ligadas à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

²⁰ Uma outra dissertação buscou, a partir das mesmas fontes, “[...] conferir oportunidade aos vencidos na batalha de memória [...]” (ATASSIO, 2007, p.6), a partir das memórias dos militares entrevistados. A autora discorda das análises que determinam como razão explicativa para o golpe o anticomunismo, as questões sociais, as disputas político-ideológicas ao longo dos anos anteriores e as divergências com relação à política implementada pelo governo de João Goulart. Para Atássio, o ponto nodal foi unicamente a questão hierárquica, mais precisamente, a intensificação dos movimentos dos praças militares a partir de 1963. Além disso, o trabalho de Atássio não averiguou as memórias de civis e sua análise se deu em torno de 14 volumes. In: ATASSIO, Aline Prado. **A batalha pela memória: os militares e o golpe de 1964**. Dissertação de Mestrado: PPG de Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar, 2009.

²¹ A entrevista foi concedida por Aricildes de Moraes Motta em 07 de dezembro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro.

errados com aquilo que afirmam, mas saber de que forma operacionalizaram mentalmente essas lembranças.

No primeiro capítulo deste trabalho averiguar-se-á a constituição da coletânea de depoimentos, desde seus inícios, como projeto, até a etapa final. Investigar-se-á como se deu a escolha da equipe do General Aricildes de Moraes Motta, coordenador geral do projeto, seus coordenadores regionais e as redes de entrevistados. Da mesma forma, pretende-se examinar as considerações do Exército sobre história oral, a maneira como os entrevistadores conduziram os depoimentos e quais os questionamentos levantados pela equipe que se tornaram importantes. O último item deste capítulo analisa o conjunto de questões que se tornaram repetitivas entre os depoimentos, assim como algumas das intervenções realizadas pelos entrevistadores na condução dos depoimentos.

No segundo capítulo procurar-se-á saber quem são os sujeitos envolvidos na elaboração dos depoimentos, ou seja, os entrevistadores e os entrevistados, “escolhidos a dedo” pelo Exército. Inicialmente, o foco da atenção está em torno da construção das redes e de quem compunha as tais redes de indivíduos atrelados por um passado comum, por laços de amizade e/ou concepções semelhantes sobre esse mesmo passado. O segundo item deste capítulo examina algumas trajetórias individuais de militares que foram narradas nos depoimentos. Essas narrativas se tornaram importantes para este trabalho por apresentarem elementos do grupo, ou seja, ela diz respeito a uma memória coletiva da corporação. Da mesma forma, apresenta histórias de vida de homens que lutaram na defesa da ditadura civil-militar, sob diversas formas. Seguindo nesse sentido, o terceiro item procura analisar algumas das trajetórias de civis que concederam depoimentos ao Exército e narraram suas experiências pessoais sobre o golpe e a ditadura. Do conjunto dos depoimentos, foi possível verificar que ambos os grupos, militares e civis, foram selecionados pelo Exército para dar um parecer único sobre o golpe e a ditadura civil-militar²². Os depoentes e os entrevistados, ao serem escolhidos, tinham algo em comum: um passado ligado ao regime civil-militar, seja na repressão, censura, tortura e/ou em atividades que “glorificavam” o período, como no caso dos civis, que atuaram em atividades intelectuais e educativas.

O terceiro e último capítulo visa analisar as diversas temáticas relacionadas pelos depoimentos: o governo de João Goulart; as esquerdas; a “Revolução de 1964”; os líderes da “Revolução”; os acertos e os erros dos “governos revolucionários”; e a derrota dos militares na batalha da comunicação social. O objetivo desse capítulo é o de examinar como militares e

²² Algumas exceções, como o caso da entrevista de José Genoíno, não tiveram como finalidade deturpar o principal objetivo da coleção. No decorrer do trabalho discutir-se-á esse aspecto.

civis, distantes dos acontecimentos, permanecem crenes de que fizeram um “bem” ao Brasil daquela época. Os temas mais conturbados, como a decretação do Ato Institucional nº 5, o AI-5, as censuras, as torturas e os desaparecimentos, exemplificam isso. Ou seja, embora tenham restrições e críticas a algumas medidas autoritárias que foram adotadas durante o período, justificam as mesmas como as únicas saídas possíveis na época. Analisar essa argumentação, esse discurso, foi um dos objetivos nesse capítulo.

Longe de qualificar como certas ou erradas as posições dos depoentes, essa dissertação procura aprofundar a discussão sobre a memória da ditadura civil-militar brasileira que vem sendo construída pelos militares. Ou seja, se quer com este trabalho contribuir com a historiografia que afirma que o regime instaurado em 31 de março de 1964 não foi obra única e exclusiva de alguns militares que se sentiram amedrontados com o crescimento das esquerdas. Os golpistas, expressão largamente utilizada pela historiografia, formavam um conjunto de homens, militares e civis, que defenderam a “Revolução”, acreditando que os “comunistas” fizeram inúmeras manobras, visando à derrubada do governo de João Goulart e a instauração da ditadura do proletariado. Além da defesa desse movimento que derrubou um presidente eleito constitucionalmente, cabe dizer que esses mesmos golpistas se propuseram, principalmente, a defender o novo regime, levando adiante o legado da “Revolução”.

Porém, como alguns ainda acreditam, essas considerações não estão silenciadas por completo. Como pode ser constatado neste trabalho, o Exército encabeçou a elaboração de uma coletânea de depoimentos que procurou dar voz àqueles, que, ainda hoje, defendem abertamente a ditadura. Embora suas considerações não façam parte da memória coletiva sobre a ditadura, acreditam que estão diante de uma disputa pela memória do período, ou seja, estão “do outro lado da colina”²³ para narrar sua “versão” sobre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar.

²³ Expressão utilizada pelo General Aricildes de Moraes Motta ao se referir as narrativas dos depoentes da coleção.

2 LEMBRAR A SEU MODO: UMA COLEÇÃO HOMENAGEIA OS “VITORIOSOS” DE 31 DE MARÇO DE 1964

As Forças Armadas, marcadas por convicções elaboradas em momentos diversos do passado brasileiro, atribuem aos militares a função de tutores da nação, guardiões da ordem e da pátria face ao perigo comunista²⁴. Quando procuram escrever sua história, sustentam que em 1964 iniciou no país uma “revolução democrática” e não um golpe de estado que instaurou uma ditadura civil-militar. Quando indagados a respeito das cassações de mandatos, afirmam que as fizeram em nome da democracia e da ordem. E continuam persistentemente defendendo a ideia de que, além de livrar o país do comunismo, trouxeram prosperidade e paz a uma nação mergulhada em caos econômico e social. No entanto, parece uma esquizofrenia social, como bem destacou Daniel Aarão Reis Filho²⁵, pois de um lado temos um Estado, a partir da Comissão de Anistia, pedindo desculpas aos torturados pelos males provocados pelas torturas e pelos torturadores, indenizando-os de acordo com a lei. De outro, as Forças Armadas, instituições deste mesmo Estado, negando a existência de torturas, salvo cometidas por indivíduos isolados, atribuindo glórias a uma “revolução”²⁶. Essa narrativa, elaborada dentro das Forças Armadas, é interessante de ser observada com cuidado, na medida em que revela a complexidade existente no exame do regime civil-militar, assim como um quisto autoritário, ainda firme na corporação, atrelado, a seu modo, a uma cultura política presente entre militares.

²⁴ Em relação à história das Forças Armadas e das instituições militares, ver os seguintes trabalhos: CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. Nesse trabalho, Castro realiza uma análise dos principais rituais e símbolos do Exército, vistos através de três importantes tradições: o culto a Caxias, as comemorações da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935 e o Dia do Exército. Outro trabalho do mesmo autor é CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. Neste, Castro analisa a Academia Militar das Agulhas Negras, a AMAN, definindo a partir de suas pesquisas o “espírito militar” como uma construção da identidade social do militar. Esse “espírito”, no entanto, seria resultante do “processo de socialização profissional durante o qual deve aprender valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar”. Outros trabalhos importantes foram desenvolvidos a partir do imaginário anticomunista militar e que contribuam, a seu modo, para que possamos compreender o pensamento de muitos militares brasileiros entre os anos 1960 e 1970, tais como: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: FICO, Carlos (Org.). **1964-2004: 40 anos do golpe – ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.290-305; MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. In: **LOCUS – Revista de História**, Juiz de Fora, UFJF, v.10, n.1, p.79-97, 2004; MENDES, Ricardo. **Visões das direitas no Brasil**. Niterói, 2003. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁵ REIS FILHO, 2010, p.181.

²⁶ Utilizo o termo “revolução”, entre aspas, ao me referir ao Golpe Civil-Militar de 1964, pelo fato da coleção ter empregado a mesma expressão durante os depoimentos.

2.1 “Somos Guardiões da Memória...”: os Projetos de História Oral nas Forças Armadas.

Não é novidade nas Forças Armadas o desejo de narrar sua trajetória, quase sempre atrelada aos grandes acontecimentos políticos e a seus personagens, que acreditam mais representativos. Diversos artigos, livros e coleções de livros foram publicados pelos órgãos ligados aos militares com o objetivo de levar ao público interno e externo a “grandiosidade” das Forças Armadas na História do Brasil. Em sua grande maioria, são textos produzidos por membros das Forças Armadas com propósitos claros de levar aos leitores uma narrativa “verdadeira” e indiscutível acerca dos “grandes feitos” do Exército, da Marinha e da Aeronáutica²⁷.

Além de livros e revistas, publicados em grande profusão, as Forças Armadas nos últimos anos estiveram, da mesma forma, atentas à produção de depoimentos e a sua posterior publicação em coleções para consulta de pesquisadores e estudantes, assim como para a afirmação daquilo que eles chamam de “história viva”. A elaboração de entrevistas estava relacionada aos projetos e subprojetos, todos em torno de temáticas muito bem definidas, dependendo da força – Exército, Marinha e Aeronáutica – em que este se encontrava.

Na Marinha, por exemplo, procurou-se, com o projeto de História Oral, “preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha, contribuindo para a conservação de sua memória e para o desenvolvimento da consciência marítima do país”²⁸. Da mesma forma, a Aeronáutica, que coletou depoimentos de destacadas personalidades que serviriam de “[...] paradigma e farol orientador para futuras gerações, no sentido de bem servir à FAB e à Pátria”²⁹.

É perceptível a intenção, tanto da Marinha, quanto da Aeronáutica de figurarem como “guardiãs da memória” e únicas capazes de escrever sua própria história. Ambas e pelos mesmos meios se colocam como portadoras da “verdade” a respeito do passado das instituições e buscam que os depoimentos sirvam de exemplo para as “futuras gerações”.

No Exército não é diferente. Vem de longa data a produção de textos sobre a própria história daquela arma. No século XX, duas organizações se empenharam na construção da

²⁷ A editora da Biblioteca do Exército, a BIBLIEX, seria a grande “porta-voz” dessas publicações, tendo publicado diversas obras sobre inúmeros aspectos relacionados à história do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Para maiores detalhes, consultar: www.bibliex.com.br

²⁸ GUSMÃO, Daniel Martins. Os Centros de Pesquisa em História Oral das Forças Armadas – uma breve avaliação. **VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral**, 2008. (anais eletrônicos)

²⁹ GUSMÃO, 2008, [s.p.].

memória institucional do Exército, congregando de forma sistemática a história do Exército: o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), fundado em 1936; e a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), fundada em 1996.

Porém, programas que têm como propósito a salvaguarda da memória a partir de fontes orais foram constituídos posteriormente. Criado através de Portaria Ministerial pelo então Ministro do Exército, General de Exército Gleuber Vieira³⁰, em fins de 1999, o Programa de História Oral do Exército foi implementado a partir de 2000. Foi executado por uma Coordenadoria Geral, tendo à sua frente um oficial general que tinha a seu cargo seis Coordenadorias Regionais, localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Brasília³¹.

Em relação à coordenadoria geral, o nome escolhido foi o do General de Brigada Aricildes de Moraes Motta que, por sua vez, escolheria, posteriormente, as coordenadorias regionais³². A escolha do General Motta para coordenar os projetos vinha ao encontro do que pensava o Ministro Gleuber Vieira sobre os acontecimentos recentes da História do Brasil, além da amizade de longa data³³. Segundo Aricildes de Moraes Motta, Gleuber Vieira percebia a necessidade de ouvir o “outro lado da colina”³⁴. Por outro lado, os homens que não haviam exposto o que viveram durante o regime estavam com idade bem avançada³⁵.

Tal qual nos projetos da Marinha e da Aeronáutica, o Programa de História Oral do Exército tinha como finalidade a construção de um acervo para consulta e pesquisa por todos os interessados e, de forma especial, pelos integrantes das Forças Armadas. O intuito do Exército era fazer com que as narrativas de seus personagens servissem de exemplo para todos os brasileiros e, especialmente, aos futuros “defensores da pátria” - os militares. Os

³⁰ Foi o último ministro do Exército do Brasil, entre 1º de janeiro de 1999 e 9 de junho de 1999, no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Com a criação do Ministério da Defesa, assumiu o cargo de comandante do Exército, no qual permaneceu até o fim do governo, em 2003.

³¹ A supervisão deste programa está sob as diretrizes da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), que por sua vez está subordinado ao Comandante do Exército.

³² Os coordenadores regionais foram: General Geraldo Luiz Nery da Silva, da seção Rio de Janeiro/Minas Gerais; Coronel Tarcísio dos Santos Vieira, da seção Ceará; Tenente Coronel Ivan Ferreira Neiva e Coronel Roosevelt Wilson de Sant’Ana, da seção do Distrito do Federal; Coronel Ilo Francisco Marques de Barros Barreto, da seção de Pernambuco; Coronel José Gustavo Petito, da Seção de São Paulo; e General José Carlos Rotta, da seção do Rio Grande do Sul.

³³ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

³⁴ Expressão utilizada por Aricildes Motta ao se referir aos sujeitos que avaliam positivamente a ditadura civil-militar.

³⁵ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

depoentes seriam os “gurus” na condução de uma “história mestra”, que elevaria os personagens ao patamar de “salvadores da pátria” e seus feitos a grandes “epopeias”.

Na trajetória do Programa de História Oral do Exército foram realizados os seguintes projetos: Segunda Guerra Mundial (8 volumes)³⁶; Projeto Rondon (4 volumes)³⁷; Engenharia Militar (1 volume); e 1964, 31 de Março (15 volumes). Outros projetos se encontram em desenvolvimento, como: Artilharia de Costa; Escola Militar do Realengo; Memória Militar; e Operações de Paz.

O número de volumes na coleção relativa a 1964, maior do que nos demais projetos, mostra a preocupação do Exército com questões do tempo presente. Duas razões são pertinentes e talvez expliquem o empreendimento: a primeira é pelo fato de que os personagens ainda encontravam-se vivos, oferecendo à corporação uma “narrativa gloriosa” do 31 de março de 1964 frente aos desafios do debate sobre o regime civil-militar. A segunda se refere à maneira como é tratado o tema ditadura. Visto pela sociedade como algo “terrível” a ser “abominado”, as Forças Armadas sentem-se pressionadas a responder às investidas daqueles que elas chamam de “revanchistas”.

A coleção “1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e sua história” foi publicada pela Editora da Biblioteca do Exército (BIBLIEX), entre os anos de 2003 e 2004, sob a coordenação do General Aricildes de Moraes Motta. A coletânea foi dividida em 15 volumes, com cerca de 10 entrevistas cada. Ao todo foram publicados 247 depoimentos de militares e civis que atuaram, em grande maioria, na defesa do regime civil-militar³⁸. Como o objetivo dos organizadores era coletar um grande número de informações em todo o território brasileiro acerca do “movimento revolucionário de 1964” e o posterior “período revolucionário” que se prolongou por mais de 20 anos, os coordenadores regionais realizaram uma divisão na qual os entrevistados foram organizados naqueles Estados da Federação em que atuavam durante a ditadura civil-militar.

Assim como outras instituições preocupadas com a metodologia e os usos da história oral, o Exército, nesse caso, afirma, nas páginas iniciais de todos os tomos da coleção, ter se comprometido em utilizar ferramentas comuns aos centros acadêmicos nacionais. Pelo que se

³⁶ O projeto sobre a Segunda Guerra Mundial foi o primeiro a ser desenvolvido, sendo que os oito volumes foram publicados em 2001.

³⁷ Os quatro volumes foram publicados em 2007.

³⁸ Dentre os 247 depoimentos publicados, encontram-se 27 generais de exército, 21 generais de divisão, 37 generais de brigada, 79 coronéis, 23 tenentes coronéis, 3 majores, 3 capitães, 2 primeiros tenentes, 2 contra almirante, 2 brigadeiros do ar, 1 major brigadeiro do ar, 1 tenente brigadeiro do ar, 1 coronel aviador e 1 tenente coronel aviador. Entre os civis, há 41 depoentes, distribuídos entre as profissões de jornalista, professores, desembargadores, ministros, engenheiros e advogados.

observa, a partir da leitura da apresentação, a história oral seria uma preocupação central e sua utilização pelo Exército não poderia deixar de estar atrelada a estudos já realizados por especialistas na área³⁹.

Daniel Martins Gusmão⁴⁰, em artigo sobre os Centros de Pesquisa em História Oral das Forças Armadas, destaca as etapas realizadas pelos projetos de história oral das Forças Armadas, sobretudo do Exército. No caso específico do Programa de História Oral do Exército foram realizadas as entrevistas em vídeo e áudio para depois serem transcritos e textualizados os depoimentos, segundo uma metodologia específica, tendo em vista colocar a disposição de historiadores, professores e estudiosos de uma maneira geral um material rico, considerado por Gusmão como um “valioso instrumento à disposição de quantos se interessarem pela riqueza da história das Forças Armadas”⁴¹.

Os depoimentos foram centrados em uma história oral temática que permeou significativa parte das narrativas, as quais visaram um conhecimento completo sobre a trajetória do entrevistado durante e após o 31 de março de 1964, bem como suas considerações sobre diversos assuntos que envolviam o regime civil-militar⁴². Foram usados questionários pré-estabelecidos, em que se buscava uma narrativa ligando o tema central - no caso a “revolução de 1964” e os “governos revolucionários” - com a trajetória de vida do entrevistado. Ou seja, muitos questionamentos foram feitos em torno de um pré-conhecimento das trajetórias dos entrevistados, tendo em vista sua vida profissional e, principalmente, seu conhecimento e seu ponto de vista acerca do golpe e da ditadura civil-militar⁴³.

O principal objetivo com esse planejamento “rigoroso” era o de buscar a verdade com insistência, “verdade de quem presenciou um acontecimento ou dele tenha alguma versão para ser cotejada com a de outras procedências”, ressaltou o coordenador geral, Aricildes de Moraes Motta⁴⁴. Embora não tenha como foco de sua atenção os depoimentos, mas a

³⁹ Na OS n°. 015-SG/3, no item Prescrições Diversas, ressalta-se o cuidado que deveria ser tomado pelo coordenador geral do projeto, antes de iniciar o seu planejamento Consta que este deveria examinar os estudos já realizados e efetuar uma visita ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

⁴⁰ GUSMÃO, 2008, [s.p.].

⁴¹ GUSMÃO, 2008, [s.p.].

⁴² Os assuntos serão abordados no decorrer do trabalho.

⁴³ Não são todas as entrevistas que apresentam trechos das histórias de vida dos depoentes. O principal a ser discutido parece ser os temas sobre o período (1964-1985), tendo em vista que o entrevistador e entrevistado devem construir uma narrativa positiva do período.

⁴⁴ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010

constituição dos Programas de História Oral e, conseqüentemente, os projetos, Gusmão⁴⁵ deixa de examinar a representatividade dessas iniciativas. Não averigua os eventuais propósitos não manifestamente declarados nos programas e projetos, nem mesmo a finalidade na constituição desses acervos.

A riqueza de informações apresentadas nas narrativas pode fornecer subsídios importantes para a compreensão da história e da memória do Exército sobre o passado recente do Brasil. Nesse sentido, abordar uma coleção de depoimentos sobre os acontecimentos de 31 de março de 1964 e seus desdobramentos surge como um desafio, na medida em que as narrativas coletadas, além de serem apresentadas como fontes de pesquisa, são tidas, também, como história *magistra vitae*, produto de valor indiscutível que deve servir de base para a compreensão dos “verdadeiros fatos”.

Os depoimentos publicados, tanto na coleção sobre 31 de março, como na referente à Segunda Guerra Mundial, passaram pelas três fases que correspondem às etapas de um trabalho de história oral: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento da entrevista, em que se iniciam os contatos entre o pesquisador e/ou entrevistador e o colaborador/entrevistado. Nessa primeira fase, têm-se as primeiras conversas entre ambas as partes, em que o entrevistador procura coletar informações necessárias para a posterior fase. Esses primeiros contatos servem para que o entrevistador/pesquisador informe ao depoente sobre a finalidade do projeto, bem como a importância de sua participação no conjunto do trabalho.

No caso da coleção examinada, conforme destacou em entrevista o seu coordenador, o General Aricildes de Moraes Motta, houve a constituição de uma lista com inúmeros nomes de colaboradores que necessitava ser examinada com atenção. O organizador afirma que foi necessário retirar alguns dos indivíduos listados que tiveram atuação importante durante a “revolução”, pois eram muitos e, desse modo, não haveria condições de finalizar o trabalho⁴⁶. Sendo assim, foram priorizados aqueles que tiveram “muitas experiências” a serem relatadas.⁴⁷

Na fase da pré-entrevista procura-se também incentivar o depoente a fornecer documentos como livros, artigos, diários, relatórios, cartas, etc., o que contribui na elaboração

⁴⁵ Embora o texto de Gusmão tenha proporcionado um importante mapeamento dos Programas de História Oral das Forças Armadas, ele é demasiadamente descritivo, deixando espaço para que se discutam as razões que levaram as Forças Armadas a constituírem esses acervos.

⁴⁶ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

⁴⁷ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

de um roteiro para a entrevista e, no caso da coleção “1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e sua história”, para a elaboração de um questionário com perguntas fechadas a ser aplicado aos depoentes.

Atualmente, observa-se, nas descrições de muitos trabalhos com história oral, a elaboração prévia de um roteiro para a entrevista. Isso significa que, na fase da pré-entrevista, algum material referente ao entrevistado foi examinado pelo entrevistador e/ou pesquisador que, mediante isso, elaborou uma listagem com itens que podem ser explorados no decorrer da entrevista. Para muitos, essa perspectiva sugere que o depoimento seja fundamentado num diálogo mais livre, sem questões pré-estabelecidas. Diferentemente fizeram os organizadores da coleção que, antes das entrevistas, levaram aos colaboradores um questionário com as perguntas básicas preestabelecidas. O coordenador da coleção afirma que o objetivo disso foi o de orientar a preparação dos colaboradores para a entrevista. Além do questionário, foi enviado também um modelo de *currículum vitae*⁴⁸, com objetivo de padronizar o plano de entrevista em todas as Coordenadorias Regionais, o que, segundo Motta, “[...] avulta em importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam organizadas”⁴⁹.

Como pode ser observado, procurou-se padronizar um modelo de entrevista, em que os assuntos tivessem um sentido lógico com o tema central do projeto. Contudo, ainda na fase da pré-entrevista, com a coleta de documentos apresentados pelos colaboradores, pode-se dizer que certa relativização foi operada na estruturação dos depoimentos. Isso significou a elaboração de questionários com perguntas específicas para alguns colaboradores sobre episódios por eles vivenciados. De acordo com Aricildes de Moraes Motta,

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários⁵⁰.

Ainda nessa fase, foram remetidos aos entrevistados os questionários que poderiam sofrer modificações caso eles não se sentissem à vontade com algumas perguntas. Ou seja,

⁴⁸ Muito embora a coleção não tenha como foco a história de vida dos entrevistados, acredito que o *currículum vitae* tenha colaborado na realização das entrevistas, fornecendo aos coordenadores regionais elementos sobre a trajetória do colaborador.

⁴⁹ MOTTA, 2003, t.1, p.16.

⁵⁰ MOTTA, 2003, t.1, p.17.

poder-se-ia deixar de abordar determinados aspectos que não dizem respeito à vivência do entrevistado, ou também a acontecimentos incômodos. Porém, como a coleção parte de uma instituição que deseja “glorificar” seus componentes, fica longe a ideia de se realizar um depoimento que questione a vocação “democrática” e “cristã” das Forças Armadas. E para que isso não acontecesse o Programa de História Oral do Exército definiu junto ao entrevistado o tipo de entrevista que deveria ser realizada.

Seriam de dois tipos: o primeiro é quando o entrevistado faz um breve relato de sua participação no evento tratado no projeto e, após, responde a perguntas selecionadas do questionário. O segundo é quando “o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescentadas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador”⁵¹. Nesse tipo de entrevista, antes de iniciar as perguntas, pode-se dar a palavra ao depoente que faz considerações sobre sua participação no projeto. Em muitos depoimentos, o entrevistado iniciou sua entrevista relatando brevemente sua trajetória de vida atrelada ao 31 de março de 1964 e seus desdobramentos, como fez o General de Exército Ruy de Paula Couto, por exemplo, que em 1964 era Coronel. É interessante observar, além da forma pela qual o General relata sua trajetória durante a “revolução de 1964”, a maneira como foi feita a pergunta por parte da equipe da coleção, tema a ser discutido nos próximos itens.

P: É uma satisfação tê-lo como entrevistado neste Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964. O senhor é um oficial brilhante, primeiro colocado em sua turma do Realengo e menção “Muito Bem” (MB) na ECEME; galgou todos os postos da carreira militar, sendo hoje General de Exército.

O então Coronel Ruy participou intensamente da Revolução de 1964, pois era Comandante do Mallet (3º Regimento de Obuses 105 mm – 3º RO 105) e Comandante interino da AD/3, Unidade e Grande Unidade integrantes da maior guarnição militar do interior do Brasil, situada em Santa Maria, no coração do Rio Grande do Sul. O senhor dispõe de um tempo livre para relatar a sua vivência e os fatos marcantes daquela época conturbada e, depois passaremos às perguntas, se for o caso.

R: É uma satisfação estar aqui e, satisfação maior ainda, ver esta iniciativa de realizar entrevistas com os companheiros que assistiram, acompanharam e participaram da Revolução de 1964; quase todos esquecidos no decorrer do tempo. Hoje em dia, poucas pessoas têm conhecimento daqueles fatos; então se não perpetuarem esse conhecimento, ele se perde na história.

Comandei o Forte de Copacabana entre 1961 e abril de 1963. Nesse período, preparei a Unidade para combater a subversão, deixando-a treinadíssima para cumprir qualquer operação de controle de tumulto e tudo o mais que fosse exigido, tanto é que foi a primeira a envolver-se e a revoltar-se na época da Revolução. (MOTTA, 2003, t.13, p.29).

⁵¹ GUSMÃO, 2008, [s.p.].

A segunda etapa corresponde à fase da entrevista. Os depoimentos da coleção tiveram duração máxima de quatro horas. Conforme Gusmão, “os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas de duração, e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido”. Essa fase parece ter se constituído na mais delicada, pois os entrevistadores tinham que se deslocar muitas vezes até as residências dos entrevistados, além de questões de rotina que envolve o trabalho com história oral. De acordo com Aricildes de Moraes Motta, em relação aos trabalhos realizados no Rio de Janeiro,

Muitos dos entrevistados foram entrevistados em casa. Não tinham condições, muitas vezes, de sair, porque tinham limitações de locomoção. Então, fizemos nas casas, levávamos a câmera, levávamos os gravadores e fazíamos nas residências deles. Ou então, nós fazíamos na Seção de Meios Auxiliares do Comando Militar do Leste, que tem um estúdio muito bem montado. Aqui no Rio de Janeiro fizemos assim. O Coronel...Roosevelt [Roosevelt de Sant’Ana] fazia no Centro de Comunicação Social do Exército, que tem lá, são estúdios da melhor qualidade⁵².

A terceira e última etapa se refere à transcrição absoluta e à edição dos depoimentos. A transcrição absoluta é o momento de reproduzir em texto escrito toda a entrevista, mantendo exatamente a ordem dos vocábulos e a gramática⁵³. Nessa transcrição pura aparecem as falhas da linguagem coloquial, assim como a descontração natural da entrevista, marcas da oralidade que desaparecem dos depoimentos da coleção examinada. Já na transcrição editada, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-se gramaticalmente correto, eliminando os vícios de linguagem e as palavras repetidas, como foi feito com os depoimentos da coletânea⁵⁴.

Outro passo em relação à transcrição de depoimentos é a textualização, fusão das respostas realizadas durante a entrevista, na busca de estabelecer um texto coeso e coerente. Nesse sentido, o texto é necessariamente do narrador, eliminando do depoimento um de seus mais importantes sujeitos, o entrevistador. Isso não significa afirmar que o entrevistador, no caso da coletânea de livros examinada, apresente-se como um elemento determinante na condução dos depoimentos. Como as entrevistas tiveram questionários prontos, em que os

⁵² Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

⁵³ A este respeito, ver: ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

⁵⁴ No acervo audiovisual do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, pode-se consultar os vídeos das entrevistas publicadas na coleção sobre 1964. Nestes, os depoimentos parecem outros, pois são carregados de vícios de linguagem, o que explica, em certa medida, insegurança em falar a respeito de algum tema, desconforto sobre alguma questão, credibilidade em narrar algum acontecimento, etc.

colaboradores já conheciam as questões antes de sua aplicação, parece que a importância dos entrevistadores da coleção não foi significativa a ponto de determinar por completo o depoimento. Muito embora eles tenham dialogado com os entrevistados, isso não foi determinante em muitos dos depoimentos.

Sobre esse item, não se quer dizer que o Exército errou ao não apresentar em algumas situações os entrevistadores e suas questões, mas afirmar que o diálogo entre entrevistador e entrevistado é fundamental para a constituição de um documento oral. Segundo Alberti,

O ideal, numa situação de entrevista, é que se caminhe em direção a um diálogo informal e sincero, que permita a cumplicidade entre entrevistado e entrevistadores, à medida que ambos se engajam na reconstrução, na reflexão e na interpretação do passado. Essa cumplicidade pressupõe necessariamente que ambos reconheçam suas diferenças e respeitem o outro enquanto portador de uma visão de mundo diferente, dada por sua experiência de vida, sua formação e sua cultura (ALBERTI, 2005, p.102).

Se o Exército não procedeu quanto aos depoimentos como exposto acima, cabe pensarmos de que forma ele pensou a coleção e em que sentido ele acreditou estar fazendo história. Longe do certo e/ou do errado, o que se pretende é verificar por que razões os depoimentos são apresentados daquela forma, com a mínima presença, em alguns casos, do entrevistador, com perguntas que confortariam o entrevistado no que se refere ao 31 de março de 1964 e o regime civil-militar e, como aconteceu, com intervenções indutivas do entrevistador.

De acordo com Gusmão⁵⁵, o Exército utilizou o seguinte esquema no que se refere à passagem do código oral para o escrito: 1) texto gravado da entrevista; 2) transcrição absoluta, constituindo-se o primeiro documento escrito; 3) transcrição com edição, o segundo documento escrito; e 4) textualização, o terceiro documento escrito. Além disso, na fase pós-entrevista, o Exército ainda procurou entregar a seus depoentes as Cartas de Cessão de Direitos e a entrevista para que eles realizassem as devidas observações, assim como buscou receber outros documentos que seriam colocados junto a essas entrevistas para posteriores consultas⁵⁶.

A constituição dos Programas de História Oral das Forças Armadas visou primordialmente à construção de uma memória institucional daqueles que eles acreditam

⁵⁵ GUSMÃO, 2008, [s.p.].

⁵⁶ Em contato com o Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Rio de Janeiro, fui informado da inexistência de documentos a esse respeito.

serem os “grandes defensores da nação”. No caso específico da coleção, ao se colocarem como aqueles que narram a verdade sobre os acontecimentos históricos, acabam também se colocando como guardiões da memória sobre o regime civil-militar, como únicos autorizados a falar a respeito.

Dessa forma, a coleção de depoimentos sobre os acontecimentos de 31 de março de 1964 e o posterior regime surgiu da necessidade de levar ao público (a sociedade) a voz daqueles que estão sufocados pelas mentiras do “revanchismo” de esquerda que domina as universidades brasileiras e o meio intelectual⁵⁷. Conforme Aricildes de Moraes Motta, “esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações”⁵⁸.

2.2 A História Oral na Perspectiva da Coleção

Como já foi exposto, o Exército utilizou a metodologia de história oral em seus projetos de pesquisa que tinham como mote a constituição de acervos com depoimentos orais.

Segundo anotações constantes nos referenciais metodológicos, que constam em todos os tomos da coleção, o Exército procurou se aproximar de outros centros de pesquisa que tinham como horizonte a história oral, além de uma bibliografia consagrada a respeito desse tema. Dessa forma, seguiram a linha que define que a história oral carece de uma maior especificação teórica, embora já possua uma conceituação metodológica apreciável. Além disso, consideram que “seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado”⁵⁹.

Nesse sentido, a história oral, para os organizadores da coleção, é “mais do que um campo novo de reflexão, pois tem servido a outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar”⁶⁰.

O Exército utilizou como centro de referência para a elaboração de seu acervo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, o CPDOC/FGV. O trabalho que esta instituição vem realizando ao longo de vários anos fez com que outras instituições se espelhem em suas práticas. Os organizadores do projeto e,

⁵⁷ MOTTA, 2003, t.1 (Apresentação).

⁵⁸ MOTTA, 2003, t.1, p.9 (Apresentação).

⁵⁹ MOTTA, 2003, t.1, p.15 (Considerações Metodológicas).

⁶⁰ MOTTA, 2003 t.1, p.15 (Considerações Metodológicas).

sobretudo, o coordenador geral tomaram conhecimento de parte da bibliografia produzida pelo CPDOC/FGV a partir de leituras e encontros na própria instituição. Como veremos adiante, embora o Exército tenha seguido as várias etapas na elaboração dos depoimentos, desde a formação da rede à edição das entrevistas, a condução desses depoimentos tinha propósitos muito claros, que acabavam definindo o viés ideológico com o qual a instituição estava comprometida.

Além do CPDOC/FGV, o Exército procurou seguir outras referências que tenham feito alguma reflexão em torno da história oral. Um dos autores citados nas considerações metodológicas é José Carlos Sebe Bom Meihy, que considera História Oral como um

[...] recurso moderno de apreensão de fontes orais que se tornam registros de situações que se comportam em três ramos principais: história oral de vida; história oral temática e tradição oral. Cada um destes itens implica procedimentos próprios, independentes, mas que se encaminham para os mesmos objetivos, isto é, favorecer estudos de memória e identidade (MEIHY, 2005, p.10).

Seguindo as considerações de Meihy, a História Oral seria um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto, desdobrando-se em entrevistas e cuidados com o estabelecimento de textos/documentos que podem ser analisados e arquivados para uso público. Destaca, ainda, que ela deverá ter um sentido social, pois corresponde aos anseios de um grupo ou comunidade que percebe a necessidade de levar a público as suas lembranças sobre determinados acontecimentos.

A coleção examinada optou em realizar suas entrevistas em torno de uma história oral temática, na qual buscou “recolher um maior número de informações” sobre um determinado evento ou situação, no caso a “revolução de 1964” e seus desdobramentos, a ser esclarecida segundo o estabelecimento de questionários orientados para fins específicos.

Sobre esse aspecto, cabe notar que a coleção examinada partiu do Exército que representa um grupo, os militares, os quais sentiram a necessidade de lembrar um passado do seu modo. Para os organizadores da coleção, sua relevância social está no fato de contribuir para mais uma “versão” sobre os fatos. Ou seja, ao saber da existência de outras “versões” sobre a ditadura, acreditam que sua “versão” responderia às esquerdas que omitem a “verdade” sobre 1964 e a ditadura civil-militar. Nesse sentido, o Exército argumenta que a coleção, ao desmentir os “revanchistas”, contribui para que a sociedade possa conhecer o que realmente aconteceu.

Nas considerações de Meihy, História Oral subverte o conceito tradicional de História, comprometendo a sincronia em favor da diacronia, além de provocar uma crise no conceito usual de documento. Porém, essas premissas não corroboram com a coleção sobre 1964. Esta, por sua vez, vem para consolidar uma memória, torná-la cristalizada, base para uma história, de maneira tradicional, linear, sem fragmentos e compreendida a partir da lógica dos “grandes heróis”. O método, nesse sentido, serviu para alocar grandes personagens, civis e militares, em histórias patrióticas, de defesa do país contra a “comunização”, ao invés de subverter a narrativa tradicional, destacada por Meihy.

Se levarmos em consideração o que o Exército pensa sobre a constituição de um documento oral, talvez possamos perceber que aqueles produzidos pelos militares não diferem muito daqueles produzidos por terceiros e guardados em arquivos, museus ou coleções. Sabe-se que documento em história oral é o texto produzido diretamente, em contato pessoal entre partes que se integram num mesmo projeto.

Sobre os projetos de história oral encabeçados pelas Forças Armadas e sua relação com o crescimento dos acervos orais, é interessante pensarmos na constituição de outros acervos que consideram a história oral como ferramenta fundamental na preservação de suas memórias. Além de centros de pesquisa e universidades, famílias, grupos de trabalho, participantes de instituições variadas estabelecem parâmetros comuns e organizam discursos que também solidificam uma memória que se quer única. Pensando dessa forma, fica visível que a história oral pode servir para alimentar discursos e representações de grupos e sujeitos de instituições como o Exército, por exemplo. Ela relacionaria memória e identidade do grupo de maneira a fornecer subsídios que delimitassem os discursos daqueles de fora, bem como os de dentro do grupo.

Muitos historiadores e estudiosos destacaram que a história oral deve ter um comprometimento prioritário com grupos silenciados, seja pela marginalização socioeconômica, censura, analfabetismo e interdições variadas. Além disso, dar-se-ia prioridades a pesquisas e estudos sobre os grupos, partidos e sujeitos situados à esquerda do espectro político. E foi o que aconteceu em muitos centros universitários e instituições ligadas aos direitos humanos. Diversas pesquisas foram desenvolvidas sobre sindicalistas, operários, comunistas, anarquistas, trabalhistas, etc.

Mas esse perfil não foi o único, a metodologia foi igualmente empregada em pesquisas sobre as elites políticas, militares e outros grupos conservadores que haviam sido silenciados pela historiografia. Um exemplo disso são as pesquisas do próprio CPDOC/FGV e

o Programa de História Oral do Exército, criado no final da década de 1990, produtor da coleção de depoimentos, ora examinada.

Diante disso, uma questão chama a atenção: os arquitetos dessas memórias, ou melhor, os lugares dessa memória. Há, pelo menos, dois artífices de depoimentos que destacamos acima: os acadêmicos, ligados aos programas de pós-graduação, e as instituições de memória, que se constituíram em torno de laços étnicos, sociais e/ou profissionais, como os militares e o Exército.

Muitos estudiosos, como Paulo Thompson⁶¹, acreditam que a história oral é “subversiva”, pois contemplaria os marginalizados da história, dando voz a esses sujeitos que foram silenciados durante muito tempo. Assim, ela propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história. Mas será que essas instituições que focaram seus trabalhos em torno da história oral quiseram ser “subversivas”, desafiadoras da história tradicional? Essa é uma pergunta difícil de ser respondida para o caso da coleção sobre 1964. Além disso, outra questão pode surgir: se a história da ditadura civil-militar esteve consolidada a partir de uma memória social, em que a sociedade foi vitimizada e os militares demonizados, será que, nesse sentido, a coleção não se apresenta de forma desafiadora?

Acredito que não, pois, ao invés de desafiar, estabelece outro discurso cristalizado, no qual militares e civis estiveram empenhados na eliminação dos comunistas que assolavam o governo de João Goulart. Além disso, os depoimentos colaboram na construção de uma imagem “glorificada” do Exército, sem se constituir em desafios aos mitos consagrados.

O que coube aos pesquisadores foi um maior cuidado ao trabalhar com as fontes orais, repensando as relações entre passado e presente e, da mesma forma, a importância em se atentar para as armadilhas apresentadas pela memória, assim como seus usos e sua relação com a história. Conforme Marieta de Moraes Ferreira, os novos estudos “demonstraram também de forma inequívoca que o passado é construído segundo as necessidades do presente, e que portanto se pode fazer usos políticos do passado”⁶².

Mas, trabalhar com fontes orais implica necessariamente cuidado para que a investigação feita não resulte apenas na gravação de uma série de testemunhos usados posteriormente como citações para “ilustrar” o que está se falando. O uso de fontes orais

⁶¹ THOMPSON, 1992, p.44.

⁶² FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**, São Paulo, n.1, p.19-30, jun. 1998. p.22.

requer crítica. Ou seja, a narrativa testemunhal está permeada pelos deslizos da memória, no qual perdura a seletividade, parcialidade e o interesse. Como qualquer fonte, exige trabalho cuidadoso e análise da sua produção.

Joan Del Alcázar Garrido⁶³ alerta para o fato de que, embora haja muitos argumentos de caráter defensivo no que concerne ao uso de fontes orais em trabalhos científicos, os testemunhos devem passar por um “filtro crítico”.

Isso não quer dizer que só se conservará tal ou qual testemunho, mas que o pesquisador deverá saber distinguir separadamente o fenômeno histórico e a memória que o indivíduo ou o grupo de indivíduos mantêm daquele fenômeno. Um dos aspectos mais interessantes do uso das fontes orais é que não apenas se chega a um conhecimento dos fatos, mas também à forma como um grupo os vivenciou e percebeu. É de importância capital resgatar a subjetividade, mas é um grave erro passar a confundi-la com fatos objetivos.

Chama a atenção no trecho acima o cuidado na interpretação das fontes orais. Isso não significa procurar sempre algo calunioso ou dissimulado nos testemunhos. Mas cabe dizer que a análise deve ser cuidadosa, percebendo os caminhos traiçoeiros da memória. No caso da coleção, os depoimentos foram realizados por duas pessoas que desejam narrar o golpe e a ditadura como uma “revolução” que levou o país ao sucesso. Entrevistador e entrevistado, quase sempre militares, partiram de uma mesma perspectiva sobre os fatos, procurando levar a cabo uma história “magistral” da “revolução”.

O uso de fontes orais, além de permitir, como já foi dito, o aprofundamento histórico dos grupos que foram marginalizados, também visa, como bem pontuou Garrido, “[...] penetrar na percepção do processo histórico feita por indivíduos ou grupos concretos”⁶⁴. Mas e o entrevistador, é agente importante na elaboração do documento oral?

Seguindo as observações de Garrido, em que adverte sobre os cuidados que o entrevistador deve ter,

[...] o mais adequado é que as intervenções do entrevistador sejam mínimas e as mais breves possíveis. Em função disso, o tipo de pergunta deve ser suficientemente

⁶³ GARRIDO, Joan Del Alcàzar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, 1993. p.39.

⁶⁴ GARRIDO, Joan Del Alcàzar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, 1993. p.43.

genérica, sem que isso implique trivialização, para que o informante se encontre na obrigação e com capacidade para dar respostas ao que lhe foi colocado⁶⁵.

No entanto, não são todos os projetos que seguem essa perspectiva. Embora a organização da coleção examinada tenha se prontificado a seguir uma metodologia séria em torno da História Oral, apresentou elementos que precisam ser discutidos. Os testemunhos envolvidos no empreendimento além de pertencerem, em sua maioria, ao mesmo grupo (militares), são entrevistados por colegas de farda que, como foi destacado na apresentação da coleção, contribuirão “[...] com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo”⁶⁶. Além disso, considera que os fatos sobre os acontecimentos do 31 de março de 1964 e o posterior regime, agora publicados em livros, poderão ser analisados “[...] de forma justa, limpa e honesta”, por aqueles que ganharam a oportunidade de expor suas motivações, de identificar seus propósitos e narrar suas ações. Para o Coordenador Geral da coleção, o General Aricildes de Moraes Motta, as respostas para o uso de terminologias que definem o que ocorreu entre 1964 e 1985, se houve no Brasil uma ditadura, um regime autoritário, uma revolução, uma contra-revolução, um golpe militar ou um contra golpe, são encontradas na coletânea de depoimentos⁶⁷.

Dessa forma, a coleção apresenta-se de duas maneiras: como história e como fonte. Para o coordenador da coleção, as lembranças dos colaboradores remetem necessariamente ao passado de quem vivenciou aquele período de forma justa, limpa e honesta, como foi destacado acima. A intenção é fazer com que essas entrevistas sejam utilizadas por estudantes, pesquisadores e estudiosos em geral como a “única” história a ser contada. Por outro lado, a coletânea de depoimentos figura, da mesma forma, como fonte escrita, visto que é mencionado na apresentação que esta seria mais uma “versão” a ser consultada por pesquisadores, e também pelo próprio coordenador geral.⁶⁸ Em todos os volumes foram apresentados, antes das entrevistas, os três objetivos que nortearam a realização do presente trabalho pelo Projeto de História Oral do Exército:

1) Registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

⁶⁵ GARRIDO, Joan Del Alcàzar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, 1993. p.43.

⁶⁶ MOTTA, 2003. t.1 (Apresentação).

⁶⁷ MOTTA, 2003. t.1 (Apresentação).

⁶⁸ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

- 2) Recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
- 3) Construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre⁶⁹.

Para o coordenador da coleção, os entrevistadores deveriam, antes de tudo, encorajar os entrevistados, criando um ambiente agradável para a entrevista. No entanto, por mais que o convencimento e a constituição de um ambiente agradável sejam elementos importantes para qualquer projeto de pesquisa que queira êxito, é importante considerar que os princípios que orientaram o projeto de História do Oral do Exército sobre a “revolução de 1964” e o regime civil-militar foi o “árduo” trabalho dos organizadores em elaborar uma “história pátria”, longe do “revanchismo”. Nessa história, por sua vez, estariam alocados os grandes personagens e seus “graúdos feitos”, narrados por “[...] aqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para o nosso País”⁷⁰. Provavelmente, o encorajamento que o Exército realizou sobre os depoentes para que falassem de maneira “enobrecedora” sobre a “revolução” de 1964 e seus governos, contribuiu para um sentimento de pertencimento a uma corporação, que, segundo acreditam, realizou uma intervenção desejada pela sociedade. Esse sentimento, no caso dos entrevistados militares, faz parte de um “espírito militar”, no qual o ser militar se faz presente desde o processo de socialização vivido pelo cadete nas escolas militares⁷¹.

Em quase todas as entrevistas há uma breve apresentação do colaborador, que elogia a iniciativa do Exército, como fez o General de Exército Antônio Jorge Corrêa, que em 1964 era Coronel Subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)⁷²:

É com emoção que presto depoimento sobre a participação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) no Movimento de Descomunização do Brasil, em março de 1964, em defesa dos ideais democráticos do povo brasileiro, buscando também participar do processo de restauração da disciplina e hierarquia no Exército. [...] Creio que o esforço que este Projeto vem desenvolvendo, no sentido de resgatar a memória da participação do Exército em fatos importantes, colocará um ponto final nos conceitos desabonadores, frutos da ignorância, da maledicência ou de má fé, com relação ao assunto em questão⁷³.

⁶⁹ MOTTA, 2003. t.1, p.15 (Considerações Metodológicas).

⁷⁰ MOTTA, 2003. t.1, p.10.

⁷¹ CASTRO, 1990, p.17.

⁷² Conhecida como “Escola Militar de Resende”. Ver: CASTRO, 1990.

⁷³ MOTTA, 2003, t.1, p.30.

Entusiasmadas e recheadas de orgulho, essas mensagens revelam não somente a concepção a respeito da “revolução de 1964”, o que continua no decorrer da entrevista, mas também a crença de que lembrando e registrando suas narrativas sobre os acontecimentos em questão, beneficiariam a sociedade e a corporação militar. De acordo com o General de Exército Antônio Jorge Correa⁷⁴, é lamentável o desconhecimento por parte da corporação da verdadeira versão dos fatos, muitas vezes objeto de ironia e até de maldosa crítica. Talvez, mais do que para a sociedade, para alguns dos depoentes a coleção visasse elaborar para a própria corporação sua visão e interpretação dos acontecimentos.

A seleção dos colaboradores, conforme o coordenador geral da coleção, General Aricildes de Moraes Motta, levou em conta militares e civis que participaram dos acontecimentos de 31 de março de 1964 e dos seus desdobramentos, assim constituindo-se em uma Colônia⁷⁵. Em seguida, parcela dessa mesma Colônia seria então selecionada para ser entrevistada, formando assim uma Rede⁷⁶.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. De acordo com os organizadores, deu-se preferência a pessoas que possuíam conhecimentos sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reuniam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados⁷⁷.

Nas páginas iniciais dos tomos há poucas descrições sobre as entrevistas. O interesse maior recaiu precisamente no momento posterior, etapa em que são tratadas as fases de transcrição e edição dos depoimentos. Conforme o Coronel Aricildes de Moraes Motta, as entrevistas foram transcritas obedecendo à seguinte lógica: 1) transcrição absoluta; e 2) transcrição com edição.

Em relação à primeira, Motta afirma que seria realizada uma transcrição absoluta, em que se observam as falhas normais da linguagem coloquial. Para isso, reproduziram o que foi dito na entrevista de modo integral. Porém, afirma o organizador da coletânea que a segunda fase se configura numa etapa de aperfeiçoamento do material produzido na primeira, pois se

⁷⁴ MOTTA, 2003, t.1, p.30.

⁷⁵ Seriam todos os indivíduos, civis e militares, listados pelos coordenadores regionais. Essa metodologia é largamente utilizada quando se tem um número muito grande de sujeitos a serem entrevistados num curto espaço de tempo. O Exército utilizou, tanto da concepção de “Colônia” quanto da de “Rede”, as considerações de José Carlos Sebe Bom Meihy. Para maiores detalhes, ver: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2000.

⁷⁶ A decisão de formar uma “Rede” se baseou em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) n. 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

⁷⁷ MOTTA, 2003, t.1, p.19.

retirariam os vícios de linguagem e as palavras repetidas. À transcrição editada é atribuída a característica de aperfeiçoamento e de melhoramento do depoimento. O General Aricildes Motta observa que tanto na transcrição absoluta quanto na transcrição editada, “[...] tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as “muletas” usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o ‘você sabe’ ou ‘veja bem’. Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra [...] nem as expressões muito repetidas como ‘daí em diante’ e ‘depois disso’ [...]”⁷⁸.

Em alguns dos depoimentos transcritos, ao invés da formulação de perguntas, foram editadas palavras ou frases, denominadas por Motta, como “subtítulos”, que continham, conforme destacou o coordenador-geral, “idéias forças que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais”⁷⁹. Nesse aspecto, fica mais uma vez explícita a tentativa por parte da coleção em reforçar uma interpretação, sem divergências de opiniões. As perguntas, como veremos adiante, foram formuladas de modo a assegurar a narrativa “verdadeira” dos acontecimentos, sem que conflitos entre entrevistados e entrevistadores surgissem. Embora tenha sido possível verificar a existência de divergências de opiniões e narrativas diferenciadas a respeito da “revolução” de 31 de março de 1964 e do período posterior, cabe notar uma impaciente procura por parte da organização da coleção – entrevistados, entrevistadores, organizadores, Exército, etc. – de encaminhar ao público uma única e “verdadeira” narrativa dos episódios⁸⁰. Isso é exemplificado na seguinte colocação do General Aricildes de Moraes Motta,

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa⁸¹.

Essas seriam as etapas que culminariam na constituição de um acervo importante para a consulta de pesquisadores e interessados em geral no período. É importante pensar que a formação desse acervo por parte do Exército constitui-se na tentativa de narrar os fatos a seu

⁷⁸ MOTTA, 2003, t.1, p.20.

⁷⁹ MOTTA, 2003, t.1, p.21.

⁸⁰ Aqui parece haver certa ambiguidade por parte da equipe que organizou a coleção: ao mesmo tempo em que acreditam na existência de uma versão “verdadeira” e única sobre os fatos, eles próprios sabem da existência de outras “versões” sobre o golpe e a ditadura civil-militar.

⁸¹ MOTTA, 2003, t.1, p.21-2.

modo, criando um ambiente propício para isso. Ou seja, as entrevistas e os possíveis documentos escritos comporiam as “provas” necessárias que forneceriam legitimidade à “revolução de 31 de março de 1964” e sustentação ao regime civil-militar.

2.3 As Entrevistas: Perguntas e Respostas em Consonância

Os organizadores acreditaram que as entrevistas deveriam, de modo geral, consolidar na corporação uma interpretação própria acerca dos acontecimentos, criando um lugar – a coleção – autorizado para a exposição dessa versão. Para isso, buscou-se neutralizar as interpretações divergentes internas, minimizando as possíveis interações com outras versões e interpretações. A preocupação principal era fazer circular, sobretudo dentro da corporação, um mesmo discurso sobre o regime militar. Para tal, houve a necessidade de produzir depoimentos que tivessem como foco uma narrativa positiva da ditadura civil-militar, com o Exército participante disso.

Inicialmente, procurou-se averiguar acerca da atuação do entrevistado durante os acontecimentos de 31 de março de 1964 e/ou sua vinculação e desempenho durante o regime civil-militar. Nesse item, não se procura apenas a trajetória do indivíduo nos acontecimentos por ele perpetrados, mas também suas lembranças sobre aquilo que ouviu falar entre membros do grupo ou mesmo presenciou em palestras dentro das atividades da corporação, no caso de militares. Em relação a esse aspecto, Michel Pollak⁸² nos oferece uma reflexão significativa sobre os acontecimentos vividos por tabela. Segundo ele, “são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”. Para Pollak, esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar a todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. Ou seja, ele acredita que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. Essas lembranças, compartilhadas pelas reminiscências dos outros, encontram respaldo na coleção não só por agregar novos fatos ainda não recordados, mas, principalmente, porque ela encontra respaldo em outras memórias. Seria “[...] o pensamento

⁸² POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-12, 1992.

de uns pelos outros [...]”⁸³, assinalado pelo General Aricildes de Moraes Motta. Logo, nesse item, o entrevistado pode relatar a respeito de seus chefes, pares e subordinados nos “[...] pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências”⁸⁴.

As demais questões sugerem aos entrevistados a possibilidade de rememorar os acontecimentos que marcaram a época, tais como: 1) os antecedentes da “Revolução de 31 de Março de 1964”; 2) o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; 3) o desencadeamento do “Movimento Armado” e sua evolução; 4) a posição da “mídia” e da Igreja em relação à “revolução” (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); 5) o ciclo de Presidentes Militares e suas realizações; 6) os objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por “extremistas de esquerda”, sua orientação e o apoio externo; 7) a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; 8) acertos e erros da “revolução”; 9) o desengajamento dos “governos revolucionários” na condução da política do Brasil; 10) o “revanchismo” de esquerda; e 11) a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião.

Como o Exército, com essa coleção, procurou dar um sentido positivo ao golpe de 1964 e ao regime civil-militar, fica perceptível a condução dos depoimentos com perguntas que, por sua vez, tentam convencer o entrevistado a respeito dos acontecimentos, partindo, assim, de uma perspectiva de que livraram o país do comunismo⁸⁵. É presente nas perguntas realizadas pelos coordenadores uma série de dispositivos discursivos que são indutores nas respostas dos entrevistados.

Nos antecedentes da “revolução de 1964”, a lembrança que vigora é a de que livraram o país de um “caos” econômico e social. Conforme as perguntas formuladas pelos organizadores, o país era marcado pela desordem, pela quebra de hierarquia e pelo constante ingresso dos comunistas nas instituições democráticas e cristãs. Na entrevista realizada com o General de Exército Ivan de Souza Mendes, que em 1964 era Tenente Coronel, perguntou-se o seguinte: “Panorama político do Brasil na conjuntura pré-revolucionária” e “Clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart”⁸⁶ (tomo 2, p.31). A pergunta, longe de uma

⁸³ MOTTA, t.1, p.17-8.

⁸⁴ MOTTA, t.1, p.18.

⁸⁵ É importante considerar que o imaginário anticomunista militar definia-se, como afirma Ricardo Mendes, pelo medo de que os comunistas rompessem com a hierarquia da corporação. Conforme Mendes, “para os militares, a guerra revolucionária avançava em seus estágios e buscava então o enfraquecimento das Forças Armadas, com quebra da disciplina e da cadeia de comando”. Para maiores detalhes, ver o seguinte artigo: MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. *LOCUS*, Juiz de Fora, UFJF, v.10, n.1, p.79-97, 2004. p.89.

⁸⁶ MOTTA, t.2, p.31.

inquirição, parece mais com um parecer a respeito do governo de João Goulart. A resposta, partindo das considerações da “pergunta”, continuou nesse mesmo sentido:

Vivíamos um clima de inquietação generalizada. Greves por todo o lado e o pessoal de esquerda agindo com a maior desenvoltura. Testemunhávamos, pouco a pouco, formar-se um quadro de ingovernabilidade no País, o que nos preocupava muito. Era preciso interromper o processo de degradação, e tudo isso acabou confluindo para a eclosão do Movimento Revolucionário de 31 de Março.
[...] os fatos mostravam claramente que o povo estava profundamente preocupado com o que poderia acontecer (tomo 2, p.31).

O entrevistador, reafirmando o que foi exposto, continua: “Exatamente. Até porque não se podia trabalhar, com tanta greve prejudicando a produção, além do constrangimento imposto aos cidadãos que se viam sem condições de se deslocar, em virtude das paralisações constantes nos transportes”⁸⁷.

Inquietação, ingovernabilidade, caos econômico e degradação social formavam um quadro que justificava a necessidade de intervenção. Seguindo nesse sentido, outra questão procura demonstrar que os acontecimentos de 31 de março não ocorreram da noite para o dia, tendo “raízes” profundas na história política nacional. Organizada e planejada já há um significativo tempo, a “revolução” foi apontada nas perguntas da coleção como uma saga realizada por homens honrosos e leais à pátria. Quando se procurou verificar quais foram as raízes do “movimento “revolucionário” de 31 de março de 1964, buscava-se a narrativa de um passado “glorioso” das Forças Armadas repleto de vitórias e conquistas.

O mesmo ocorre no que diz respeito à questão sobre as “causas” da “revolução de 1964”. Esta pergunta talvez tenha dois propósitos: o primeiro, parece ser o de reafirmar um quadro político instável, marcado pela crise econômica e pela “infiltração comunista” que, por sua vez, promoviam as agitações sociais no campo e na cidade. Nesse sentido, essa questão corrobora com questões anteriores, quando se propõe a verificar o “clima de insatisfação do governo de João Goulart”. Ou seja, para o depoente explicar as “causas” do 31 de março, precisa voltar-se ao que já foi colocado, inclusive pelo próprio entrevistador: “Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?”⁸⁸. Já o segundo propósito parece o de apresentar o movimento como necessário para o “bem” da nação, em que foram salvos os pilares básicos da civilização.

⁸⁷ MOTTA, t.2, p.31.

⁸⁸ MOTTA, t.1, p.69.

Para conseguir legitimar o regime civil-militar como um período de “esplendor” e de “honra” para as Forças Armadas, a partir de uma coleção de depoimentos, em que aparecem heróis ao invés de golpistas e torturadores, trataram de caracterizar como perigoso e negativo o governo de João Goulart. Assim, outras perguntas foram formuladas com esse intuito. Uma delas é a que se refere ao apoio da Igreja Católica à “revolução” e, conseqüentemente, sua aversão ao governo de João Goulart. O questionamento é o seguinte: “Qual a posição da Igreja com relação ao governo deposto?”⁸⁹. Grande parcela da Igreja apoiou a “revolução de 31 de Março de 1964”, sendo que nomes importantes do catolicismo brasileiro “abençoaram” os “revolucionários”. No entanto, sabe-se que ocorreram fraturas internas na instituição, contribuindo para formação de grupos de esquerda dentro do catolicismo brasileiro. As intenções dos organizadores da coleção com esta pergunta foram de dois tipos: primeiramente, a de esclarecer sobre o surgimento de “esquerdistas” dentro da Igreja, como exemplo da “infiltração comunista” no Brasil de João Goulart, e a segunda, em investir em uma narrativa na qual os “revolucionários” receberam apoio significativo de membros do clero e que as esquerdas na Igreja eram minúsculas.

Nesse mesmo sentido foi tratada a questão acerca das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, movimento que teria aglutinado inúmeras pessoas nas capitais e em cidades do interior do país, que objetivava, num primeiro momento, desestabilizar o governo de João Goulart e, num segundo período, legitimar a “revolução”.

A pergunta foi a seguinte: “Qual o real significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, consideradas pelos opositores, hoje, como um grande movimento reacionário ao status quo implantado por João Goulart?”. Se observado com atenção, o questionamento apresenta dois importantes temas: o primeiro diz respeito ao significado “real” das marchas procurado pelos entrevistadores. Já o segundo refere-se à maneira pela qual as marchas são apresentadas: são vistas pelos “opositores” como “um grande movimento reacionário”. Fica visível neste ponto, que a intenção é de demarcar posições cujo objeto central é o passado sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Já que as “esquerdas” pensam as marchas como um movimento reacionário, ligado aos “gorilas” que organizavam um golpe contra João Goulart, foi preciso, por parte do Exército, reafirmar suas convicções de que livraram o país do comunismo com o apoio maciço da sociedade. Assim, as marchas figuram, como afirmou o General de Exército Rubens Bayma Denys, que em 1964 era Capitão, em

⁸⁹ MOTTA, t.1, p.69.

“[...] demonstrações legítimas da sociedade brasileira contra o avanço do comunismo no País” (tomo 1, p.162).

As indagações sobre as marchas apareceram em alguns depoimentos, para exemplificar o que já havia sido dito sobre o governo de João Goulart ou reafirmar uma posição já esclarecida sobre o próprio “movimento revolucionário”, assim como para demonstrar que a população civil esteve ao lado de militares durante a “revolução”. Exemplo disso, é a pergunta feita ao General de Exército Leônidas Pires Gonçalves: “Embora o senhor já tenha tecido algumas considerações, eu volto a falar no significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução”⁹⁰. O entrevistado já havia feito comentários sobre as marchas quando foi incitado a falar sobre as “raízes” do “Movimento Revolucionário”. Dessa forma, a finalidade para com esta questão é reafirmar o que já foi dito, criando um ambiente em que todos fariam a mesma narrativa dos acontecimentos.

Prosseguindo sobre as indagações que permitiam aos depoentes narrar negativamente o governo de João Goulart, cabe apresentar outra questão, agora feita ao General de Exército Rubens Mário Brum Negreiros, Tenente Coronel em 1964: “O Senhor entende que as Forças Armadas e, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando deflagrada a Revolução de 31 de Março?”.

Era preciso com este questionamento demonstrar a maneira pela qual as Forças Armadas responderam a “dissolução da ordem” e da “pátria”. Em muitas das questões percebe-se que o objetivo principal é demonstrar que os militares impediram o pior que poderia ocorrer em solo nacional: a revolução comunista. Um exemplo é a pergunta que induz o depoente a responder positivamente, de modo a justificar a “necessidade” da intervenção em 1964: “Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?”. A resposta do Brigadeiro do Ar Carlos Affonso Dellamora, que na época do golpe era Coronel Aviador, exemplifica as muitas respostas que foram dadas: “Está mais do que claro: o que fazia o “general do povo” Osvino Ferreira Alves? E o que fazia Luiz Carlos Prestes nos comícios ao lado do Presidente? A agitação nos campos com ação das “Ligas Camponesas” etc.”⁹¹.

Os militares se afirmam como “guardiões da pátria” e garantidores da ordem social e política em 1964. Mas não seriam os únicos naquele contexto político. Para isso, procuraram ressaltar, durante as entrevistas, o papel da sociedade durante a “revolução”. Em muitos dos

⁹⁰ MOTTA, t.1, p.83.

⁹¹ MOTTA, t.10, p.111.

depoimentos aparecem os principais jornais que apoiaram o “movimento”, termo utilizado na entrevista, para exemplificar o apoio da sociedade à ditadura. A pergunta – “A mídia, na época, apoiou o Movimento?” – procura não se manifestar sobre os demais meios de comunicação que acabaram, por sua vez, fechando suas portas em função da censura. Muito embora ela permita o relato dos depoentes sobre a “outra imprensa”, que eles imaginavam comunista, fica nítido que esta questão visava dar um panorama sobre os grupos de civis que colaboraram com a “revolução”. O General de Exército Alacyr Frederico Werner, na época Coronel, afirmou o seguinte a esse respeito:

A mídia mais representativa apoiou, porque tinha conhecimento, mais do que a população, do que estava acontecendo. Recebia as informações das Agências de Notícias, como a *United Press*, *Associated Press*, *Reuters* etc. Sabiam exatamente o que estava ocorrendo no Brasil. Então, apoiou o movimento. Basta ler os jornais da época, onde os manifestos são todos favoráveis. Não houve, não me lembro de ter visto, nada que fosse contrário⁹².

Semelhantemente fez Emílio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro, quando questionado sobre o apoio da mídia à “revolução”. Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro entre 1962 e 1971, Nina Ribeiro assegurou que havia várias matrizes ideológicas nos meios de comunicação. Considera que “havia jornalistas brilhantes, idealistas, sinceros, da categoria de Flávio Cavalcanti, por exemplo, que apoiou o Movimento. Sabia a origem e os fins visados pelo glorioso Movimento de 1964”⁹³. Contudo, acerca dos demais grupos, conclui que “outros optaram por ficar ‘em cima do muro’. São jornalistas que procuram ver ‘para que lado o vento vai soprar’, onde poderia dar maior vantagem e tombar para este lado. São utilitaristas. Um outro grupo foi formado com os empedernidos e intoxicados pela ideologia comunista, redivivos pela comunhão das idéias de Antonio Gramsci”⁹⁴.

As indagações feitas pelos entrevistadores da coleção sobre os antecedentes da “revolução” de 1964 contribuíram para que aflorasse nos depoentes uma memória sobre um passado marcado pela inquietude, em que os comunistas tomavam espaços importantes na mídia, na política e em organizações de esquerda, tais como as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes, a UNE, e o Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, entre outras.

Outras questões igualmente buscaram fazer um quadro positivo da ditadura, o que justificaria a intervenção realizada em 1964 e responderia às investidas do “revanchismo”.

⁹² MOTTA, t.1, p.73.

⁹³ MOTTA, t.10, p.248.

⁹⁴ MOTTA, t.10, p.255.

Elas procuraram apresentar os saldos positivos do regime civil-militar no plano econômico, social e político, avalizados pelos depoentes, que destacaram as vantagens auferidas nos 21 anos da ditadura, diminuindo o peso dos diversos erros cometidos. Segundo os organizadores e colaboradores, era preciso dizer que as desvantagens e os prejuízos foram minúsculos frente aos avanços alcançados pelo regime. Evitariam, assim, que o propalado sucesso fosse abafado pelas esquerdas, que teriam dominado a mídia e o meio acadêmico.

As perguntas sobre as transformações na área econômica, por exemplo, demonstram essa procura em caracterizar o regime civil-militar como benfeitor ao país. A não divulgação desse sucesso seria uma prática política da esquerda que desmentiria a verdadeira versão sobre o passado brasileiro. A questão mais exemplar é a que trata da omissão dos sucessos da “revolução” por parte dos “inimigos”. A pergunta é a seguinte: “Os sucessos econômicos obtidos pela revolução de 1964, considerados os maiores da economia brasileira por alguns renomados economistas e diversos conferencistas civis da Escola Superior de Guerra, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?”. O objetivo com esse questionamento é não só enfatizar as conquistas “honrosas” que deverão ser narradas pelos entrevistados, mas também revelar a origem da omissão de dados, encarados como indiscutíveis. A resposta do General de Exército Alacyr Frederico Werner, reproduzida logo abaixo, elucida muitas das respostas que outros narradores fizeram.

A mídia, de um modo geral, após o advento da “Nova República”, a partir de Sarney, iniciou um “patrulhamento” contra todo o noticiário que pudesse reverter em aplausos aos Governos da Revolução. Somente quem lê nas entrelinhas, as quais muitas vezes escapam os “patrulheiros”, percebe a escamoteação de dados que traduzem as grandes realizações dos presidentes militares, cujos nomes são sempre omitidos, salvo para a crítica depreciativa. Dados e obras que não podem deixar de citar o fazem ampliando o período de observação para englobar governos anteriores a 1964 ou pós-revolucionários⁹⁵.

E segue em tom denunciador sobre a omissão dos “benefícios” e orgulhoso em relação à narrativa das “grandes realizações” do regime.

A mídia não pode esconder quem construiu a Ponte Rio-Niterói, nem quem construiu a maior hidroelétrica do mundo, Itaipu, nem quem implantou por este Brasil imenso tantas estradas asfaltadas. Quem aumentou a produção agropecuária e

⁹⁵ MOTTA, t.1, p.75.

elevou a economia à posição de 8^a do mundo, quem fez o Brasil crescer a 10% ao ano... Não podem esconder, mas omitem⁹⁶.

O orgulho de pertencer a uma instituição defensora dos reais interesses nacionais e o sentimento patriótico expresso em inúmeras passagens das entrevistas fez parte de outras questões, inclusive daquelas que procuraram apontar a bela imagem de que desfrutavam as Forças Armadas na sociedade brasileira. Exemplo disso é a pergunta que se refere aos elevados índices de aceitação pública negados pelo “revanchismo”, como a que foi realizada ao Major-Brigadeiro do Ar Max Alvim, que em 1964 era Capitão e piloto da base aérea de Canoas/RS: “Brigadeiro, a imagem das Forças Armadas brasileiras vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como o senhor vê isso? Como é que diante deste “revanchismo” todo, a opinião pública ainda é favorável às nossas Instituições?”⁹⁷.

Ao considerar o fato de que as “esquerdas revanchistas” narram o passado recente de modo distorcido, a coleção, ao realizar a pergunta acima ao Major-Brigadeiro, talvez procure incentivar opiniões que se mostrem orgulhosas de pertencer a uma instituição que preza pela disciplina e pela hierarquia. Na questão é destacada a aprovação pública que as Forças Armadas ostentavam o que reforça ainda mais o sentimento de pertencimento a uma instituição que impediu a presença comunista no Brasil, assim como levou o país ao sucesso econômico.

A narrativa de um passado marcado por glórias também é pontuada nas questões que buscam atribuir ao golpe de 1964 o termo “revolução”. Essas perguntas têm dois sentidos: um é o que foi colocado acima, procurar narrar um passado marcado pelas grandes realizações dos “governos revolucionários”, em que surgiriam homens honestos comprometidos com a pátria. O segundo intuito com o uso do termo “revolução” é responder aos “revanchistas”, que, segundo acreditam os organizadores da coleção, deturpam os fatos, atribuindo ao período aspectos negativos com o uso dos termos “ditadura militar” e “anos de chumbo”. O uso do termo “revolução”, nesse caso, tem um sentido que implica transformação, mudança brusca. Samantha Viz Quadrat afirma que desde o principio o termo “revolução” foi usado pelos militares, indicando que essa nova intervenção das Forças Armadas no cenário político brasileiro não seria algo passageiro ou cirúrgico. Existiam pretensões maiores do que “apenas” restabelecer a ordem no país. Contudo, segundo demonstrou Quadrat, o termo

⁹⁶ MOTTA, t.1, p.75.

⁹⁷ MOTTA, t.10, p.88.

“revolução” perdurou entre os militares, que até hoje o utilizam, assim como ainda é comum ouvi-lo em conversas sobre 1964⁹⁸.

Em uma das questões foram enfatizados os usos políticos do termo “ditadura militar” e “anos de chumbo” pelas “esquerdas revanchistas”⁹⁹. A pergunta busca dar um sentido falacioso aos dois termos, pois são largamente usados pelos “revanchistas” na narrativa do passado recente do Brasil. “Hoje em dia, fala-se muito em “ditadura militar”, “anos de chumbo” etc. O que o senhor pensa a respeito?”.

Como quase todos os entrevistados colaboraram com o regime civil-militar, atuando a seu modo em defesa da “revolução”, as respostas não poderiam ser diferentes do que pensam os entrevistadores. Além disso, talvez antes da elaboração das questões, pensou-se em indagações que exaltassem os “governos revolucionários”, caracterizando-os como salvacionistas e benéficos ao país. A resposta do General de Exército Sebastião José Ramos de Castro exemplifica as muitas outras respostas concedidas. Para ele:

São expressões usadas pelos revanchistas e por certos elementos, até os dias atuais, inconformados em terem seus intentos de implantação no Brasil de um regime político e inspiração marxista-leninista frustrados e de manter viva a sua oposição aos que impediram seus intentos¹⁰⁰.

Como pode ser visto, procurou-se com essa questão averiguar quais os motivos para que se fale hoje em dia em “golpe militar”, “ditadura militar” e “anos de chumbo”, ao invés de “revolução” e “governos revolucionários”. Na concepção dos organizadores da coleção, o uso desses termos é político, na medida em que procuram narrar o passado recente a partir de “visões deturpadas”, calcadas em uma “ideologia ultrapassada”. No entanto, o uso das expressões “revolução” e “governos revolucionários” é também político, pois procura dar legitimidade ao regime civil-militar, atribuindo a este, sentido “heróico” e “salvacionista”.

Uma pergunta colaborou na composição de uma imagem embelezada do regime, na qual o depoente teve de avaliar os vinte e um anos dos “governos revolucionários”. “De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?”.

⁹⁸ QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2006, p.128.

⁹⁹ Cabe dizer que essas duas expressões são “ditadura militar” e “anos de chumbo”, assim como “regime militar” foram consagradas pela historiografia. Acredito que os depoentes e os entrevistadores não tiveram a pretensão de lançar críticas à historiografia sobre o regime, mas à mídia e às “esquerdas” que, segundo acreditam, negam a “verdade” sobre o que aconteceu.

¹⁰⁰ MOTTA, t.1, p.137.

Esse tema faz parte de um repertório de questões que abre espaço para uma avaliação positiva do regime, visto que os entrevistados na fase da pré-entrevista, possivelmente, se comprometeram em narrar os fatos a partir da perspectiva do Exército sobre o passado brasileiro.

No que se refere às respostas em torno da pergunta que foi apresentada acima sobre os 21 anos dos “governos revolucionários”, cabe afirmar que quase todas vangloriaram as obras realizadas pelo regime, entendendo essas como fundamentais para o progresso nacional brasileiro. A resposta do General Nery da Silva expõe as muitas das respostas buscadas pela coleção.

Foram tempos em que alguns lutaram para dar a todos os brasileiros: paz social, ordem e absoluta segurança, bem como prosperidade à nossa Nação. Apesar da ação permanente dos revanchistas, há muitas pessoas de bem que sentem saudade daquela época, em que o Brasil era verdadeiramente respeitado.

Os vinte anos do regime político implantado em 1964 transformaram completamente o Brasil, que se modernizou e se desenvolveu de modo realmente revolucionário¹⁰¹.

Nas descrições das páginas iniciais de todos os tomos da coleção percebe-se a tentativa em afirmar que o sucesso econômico e as inúmeras construções foram o resultado do empenho de pessoas honestas que tinham em seu horizonte a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Outras questões também tiveram o intuito de avaliar positivamente o regime civil-militar, como a que segue abaixo.

P: Quais, no seu modo de ver, as principais realizações e erros que o senhor destacaria da Revolução?

R: Teríamos que gastar muitas horas falando das conquistas da Revolução de 1964. Contudo, o principal acerto reside no aspecto moral. Passamos a viver no Brasil um clima de seriedade, de respeito pela autoridade constituída. Qualquer cidadão, não apenas as autoridades, mas o operário, o homem simples, o bom pai de família saía à rua e sabia que seria respeitado. Hoje, não se respeita mais nada, neste país (tomo 10, p.256)

Emílio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro não poupou linhas sobre as principais realizações benéficas ao país proporcionadas pelo regime. Os erros foram aparecer a partir de outra questão, na qual o entrevistador pergunta o seguinte: “Doutor, agora os erros.

¹⁰¹ MOTTA, t.10, p.235-6.

Que erros o senhor levantaria?”¹⁰². Constam na resposta alguns dos erros que ele considera pequenos frente aos avanços implementados pelos “governos revolucionários”. Para Nina Ribeiro, “[...] o saldo foi inteiramente positivo, válido, e temos que reconhecer: a Revolução de 1964 salvou o Brasil”¹⁰³.

Para isso era preciso, do mesmo modo, apresentar os “heróis revolucionários” que priorizaram os interesses nacionais. A pergunta sobre os nomes dos sujeitos da “revolução”, que marcaram a sua época, traduz uma preocupação por parte da organização da coleção em explicitar aos leitores aqueles que eles acreditaram que modificaram a Nação, encaminhando-a ao sucesso. Além disso, era preciso enumerar nomes importantes para que não fossem esquecidos e, assim, lembrados saudosamente. A pergunta – “Quais foram, a seu ver, os principais líderes civis e militares da Revolução?” – procura narrar a saga dos “revolucionários” de 1964 como homens que sempre estiveram ao lado dos interesses nacionais, em defesa da ordem, da disciplina e da hierarquia, longe das ideias comunistas¹⁰⁴.

As respostas são diversas, pois a intenção da coleção, além de averiguar as lideranças militares que estiveram nos preparativos da “revolução”, como os líderes que se tornaram Presidentes da República, bem como os homens que atuaram em ministérios e outros postos dos “governos revolucionários”, era também elencar as lideranças civis que colaboraram para a eclosão e afirmação da “revolução”. Novamente, tem-se por parte da organização da coleção a vontade de colocar ao lado de militares os civis que atuaram favoravelmente em defesa da “revolução” de 1964. A pergunta realizada sugere que os entrevistados apresentem o histórico dos sujeitos na “revolução”, considerando suas preocupações mais remotas com a “comunização” do país. A entrevista concedida pelo Coronel Waldir Abbês procura fazer isso em relação à figura de Castello Branco.

Considero o General Castello Branco uma grande liderança, principalmente pela sua importante contribuição através de palestras e conferências, como a palestra de setembro de 1963 para oficiais das Forças Armadas e lideranças civis, alertando sobre o perigo iminente de uma convulsão intestina no Brasil.

Castelo Branco revelava sua preocupação com o aumento da ação dos extremistas de esquerda, sobretudo a esquerda clandestina. Sem dúvida estávamos às portas de uma guerra civil¹⁰⁵.

¹⁰² MOTTA, t.10, p.258.

¹⁰³ MOTTA, t.10, p.260.

¹⁰⁴ Este item foi aprofundado no III Capítulo deste trabalho.

¹⁰⁵ MOTTA, t.3, p.292.

Em relação aos civis, cabe dizer que a preocupação é outra. Os civis não figuram da mesma forma que os militares, pois surgem como colaboradores ligados a um movimento liderado pelos militares. Isso fica evidente não somente na narrativa sobre as lideranças da “revolução”, mas em outras questões, onde há a necessidade de diferenciar os governos em que os militares estiveram à frente e os governos de civis. Em uma das questões presentes na coleção, nota-se a preocupação em pontuar que os militares, diferentemente dos civis, não se aproveitaram do poder para defender seus interesses pessoais. Pergunta direcionada exclusivamente para militares, ela explicita a preocupação da coleção em mostrar o orgulho que a corporação tem de atuar em intuições patrióticas.

P: Ministro, as Forças Armadas auferiram alguma vantagem na época dos governos revolucionários?

R: Isto é uma coisa de que nós nos orgulhamos, e essa gente, que até hoje vive nos fustigando, nos atacando, não reconhece: nunca tivemos vantagem nenhuma. Os nossos ordenados nunca foram além do que são, medíocres. Nós nos mantivemos, como sempre, nitidamente preocupados com o Brasil. Não reconhecer isso é outra “safadeza” histórica.

P: Era o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança.

R: É mais uma “safadeza” histórica não reconhecer isso¹⁰⁶.

O sentimento de orgulho de pertencer às Forças Armadas é destacado, como pode ser observado no depoimento do General de Exército Leônidas Pires Gonçalves, como uma honra que deve ser dita e não esquecida. Para o General Pires Gonçalves, esquecer seria uma “safadeza” contra a sociedade. No entanto, não são todos os entrevistados que tiveram essa mesma posição. Em alguns casos, há aqueles que não pouparam críticas à corporação.

As críticas em relação ao grupo e também a respeito do regime e de seus resultados surge quando a organização da coleção formulou questões que objetivamente procuraram apresentar os “prejuízos” do regime. É importante considerar o fato de que os “prejuízos” da “revolução” são avaliados minuscilmente, por quase todos os depoentes, perante os “benefícios” proporcionados pelos “governos revolucionários”. A pergunta a esse respeito procura averiguar os saldos positivos e negativos da “revolução”: “E a Revolução foi benéfica ou trouxe algum prejuízo ao País?”. Fica evidente pela formulação da questão que não se quer expor os “prejuízos” do regime civil-militar, os interesses são os momentos de esplendor e as “maravilhas” auferidas pela “revolução” que salvou o Brasil do caos em 1964.

¹⁰⁶ MOTTA, t.1, p.94.

Ainda em relação a essa mesma questão, cabe dizer que, como as entrevistas foram realizadas por membros das Forças Armadas, os depoentes, embora se sintam “honrados” em falar com “louvores” da “revolução” e do regime civil-militar, estavam em uma situação em que lhes cabia destacar aspectos positivos de um período que fez parte de sua história de vida e profissional. Isso não significa que todos tenham atuado na “revolução” e/ou na ditadura. É importante pensar que muitos dos entrevistados, como militares, estão diante de uma entrevista que procura narrar um passado que fez parte da história de seu grupo e, sendo assim, sua narrativa precisava estar carregada de elogios à corporação e às suas “personalidades”.

Outras indagações procuraram averiguar episódios significativamente debatidos no cenário público que, em alguns momentos, aparecem como negativos pelos depoentes e, em outros, como necessários para o “bem da nação”. Este é o caso do Ato Institucional nº. 5 (AI-5) que aparece na coleção para demonstrar uma necessidade indiscutível na época¹⁰⁷: “O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?”. Ainda que as respostas não sejam uniformes, visto que temos entre os depoentes militares e civis que ocupavam posições diversificadas durante a ditadura civil-militar, deduz-se que a pergunta realizada sugere uma resposta que tenta levar a narrativa a respeito do AI-5 como algo indispensável. Isso não significa que os depoentes não tenham percepções diferenciadas sobre o tema, bem como não pensem de acordo com a coleção, de que naquele momento era preciso barrar o avanço dos “vermelhos”. Um dos organizadores da coleção, o General de Brigada Geraldo Luiz Nery da Silva, quando questionado acerca da necessidade do AI-5, respondeu que ele era “absolutamente necessário” e, assim, passou a narrar diversos acontecimentos realizados por “terroristas” que, segundo ele, “[...] corresponderam às razões maiores da edição, em 13 de dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5 com a finalidade de fornecer ao Governo os instrumentos necessários para combater o terrorismo e a guerrilha”¹⁰⁸.

Ainda em relação aos instrumentos repressivos, outra pergunta diz respeito à criação de Órgãos de Informações e de Operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), assim como a Lei de Segurança Nacional. As respostas são diversificadas, mas, neste momento, é importante considerar o fato de que a pergunta, assim como a anterior, teve a finalidade de frisar a constituição desses

¹⁰⁷ O Ato Institucional nº 5, o AI-5, foi decretado em 13 de dezembro de 1968, colocando o Congresso Nacional em recesso. O AI-5 deu todos os poderes ao Executivo para que este pudesse cassar os direitos políticos de qualquer cidadão, assim como extinguiu o *habeas corpus*, um dos expedientes mais recorrentes contra as prisões pelos IPMs. Ver: FICO, 2004.

¹⁰⁸ MOTTA, t.10, p.233.

órgãos de informações como necessárias. Isso fica perceptível pelo início da própria pergunta: “Foi necessário à criação de Órgãos de Informações e de Operações, como Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?”. Novamente a pergunta parece conter uma resposta embutida em sua lógica: “foi necessário...”, o que não significa que as respostas sejam mecanicamente as mesmas. Como consta nas respostas da pergunta anterior, essas questões procuraram narrar os momentos críticos do passado recente brasileiro, em que as Forças Armadas lutavam contra “subversivos terroristas” pelo bem do país.

A coleção, em relação a outros erros, pontuou a censura em uma de suas perguntas. O interesse por parte dos organizadores parece o de considerar que embora tenha sido um erro da “revolução” cercear as liberdades de expressão, isso foi necessário, na medida em que os ideais censurados eram “maléficos” à sociedade brasileira.

A pergunta procurou averiguar nas narrativas uma justificativa para a censura ocorrida durante o regime. “Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas, etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira?”. Com esse questionamento, a organização da coleção buscou uma narrativa que viesse ao encontro de suas expectativas, que, do mesmo modo que nas questões anteriores, influenciasse os entrevistados na abordagem que fizeram sobre as ideologias e as práticas das esquerdas. Na parte final da pergunta percebe-se a afirmação de que somente uma parcela da sociedade foi prejudicada pelas restrições ideológicas impostas pelo regime. O restante da nação foi beneficiado, conforme já foi colocado em outras questões. Segundo a lógica da coleção, os grupos de esquerda ou centro-esquerda que atuavam dentro das instituições democráticas com suas propostas “comunizantes” seriam prejudiciais ao desenvolvimento nacional. As respostas a essa pergunta não são homogêneas e, assim como em questões anteriores, expõem diferenças entre os entrevistados na percepção sobre o período.

A atuação das organizações de esquerda foi narrada pelos entrevistados, revelando, por parte de alguns, um conhecimento profundo dos aspectos ideológicos, das táticas das guerrilhas urbana e rural, do funcionamento dessas organizações, dos sujeitos que lideraram esses grupos clandestinos, bem como aqueles que tinham outras funções nas organizações. O conhecimento da maioria dos entrevistados acerca das organizações de esquerda é carregado por uma leitura mergulhada no anticomunismo. As perguntas são diversas e procuram averiguar quais os objetivos da luta armada no Brasil, investigando se as organizações tinham apoio interno e/ou externo e quais suas orientações ideológicas, como consta na seguinte

questão: “Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?”. Grande parte das respostas afirma que as ações da luta armada no Brasil representavam a tentativa do comunismo de tomar o poder e instaurar a “tirania” contra os valores nacionais. Como pode ser visto, a finalidade, por parte da organização da coleção, é a de reafirmar o que já havia sido apresentado nas páginas iniciais de cada livro, ou seja, colocar aos brasileiros “o que há do outro lado da colina”¹⁰⁹. O outro lado da colina apresentaria sua versão sobre as esquerdas armadas e, assim, levaria a partir das entrevistas uma narrativa permeada por lutas entre “brasileiros” e “terroristas” que precisavam ser expulsos, como a resposta dada pelo General de Brigada Luiz Nery da Silva.

A luta armada representa uma das formas de luta na tentativa comunista de assaltar o Poder. É uma corrente que, ao adotar o enfrentamento armado, se choca com a outra dos velhos comunistas, cuja linha, para a tomada do Poder, se assentou na agitação ou subversão e na propaganda conhecida por via pacífica.

Naquela época, a luta armada buscava orientação e o apoio, principalmente, na China, - nas teses de guerrilha rural de Mão Tse-tung – nos satélites da União Soviética, como a Albânia, na Coreia do Norte e, sobretudo, em Cuba, onde o ditador Fidel Castro, que eliminara 17 mil opositores, se empenhara em exportar o seu modelo revolucionário perverso, conhecido por foquismo (tomo 10, p.230)

Nem todas as narrativas têm esse tom. Mas, é importante considerar que a pergunta instiga o colaborador a realizar uma narrativa permeada pelo sentimento de repulsa aos ideais comunistas, pois é uma pergunta realizada por alguém que já conhece o entrevistado, sabe de suas posições políticas e ideológicas e conhece sua atuação durante a “revolução” e no decorrer dos “governos revolucionários”.

Isso não significa que os demais trabalhos com História Oral estejam livres disso. Magnus Berg¹¹⁰ define o entrevistador ou o pesquisador como um “cínico notável”, pois constrói e participa na representação da situação sem crer necessariamente nela. No caso da coleção, diferentemente do que fora apontado por Magnus Berg, a interpretação não foi realizada pelo entrevistador e sua finalidade parece a de confirmar uma “versão” já solidificada pelo Exército. Porém, algumas exceções podem contribuir com as reflexões de Berg. Entre os entrevistados, há o ex-guerrilheiro e militante do PC do B, José Genoíno, que não partilha das mesmas considerações da grande maioria dos depoentes. Seguindo Berg,

¹⁰⁹ MOTTA, t.1 (Apresentação).

¹¹⁰ BERG, Magnus. Algunos aspectos de la entrevista como método de producción de conocimientos. **Historia y Fuentes Orales**, Barcelona, n.4, p.5-10, 1990.

provavelmente essa tenha sido a postura do Exército ao escutar José Genoíno. Ou seja, não se acredita no que o sujeito está falando, apenas se escuta.

A iniciativa por parte da organização da coleção em demarcar as atitudes das guerrilhas como atos de terrorismo está em conformidade com a questão apresentada anteriormente, na qual as Forças Armadas salvaram o Brasil do colapso e colocaram a país no rumo do sucesso. Ao mesmo tempo, a finalidade é a de fazer com que os entrevistados sintam-se compelidos a falar da “gravidade” pela qual passava o Brasil, descrevendo o “inimigo interno”, como fez o General Nery da Silva, quando foi perguntado a ele o seguinte:

P: O que o senhor gostaria de nos dizer acerca de ações de guerrilha e dos atos de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.), praticados por extremistas?

R: Comprova tudo isso que o Brasil esteve gravemente ameaçado pela guerra revolucionária, conduzida, com toda a crueldade possível, pelos extremistas do Movimento Comunista Internacional (MCI).

Todavia, o inimigo interno não conseguiu o mínimo respaldo popular, nem na cidade, nem no campo. O povo brasileiro disse não aos terroristas sem Pátria, não aos internacionalistas sanguinários (tomo 10, p.231).

A pergunta contém representações das esquerdas, armadas pelos organizadores da coleção, em que os “vermelhos” figuram como “terroristas”, “sequestradores”, “assaltantes” e “extremistas”. Muitas das respostas deram continuidade às considerações sobre as esquerdas apontadas na questão, como transparece acima no trecho do depoimento do General Nery da Silva.

Essa mesma maneira, em caracterizar as esquerdas como “maléficas”, deu-se na questão sobre a abertura política e a Lei de Anistia. O “revanchismo” assim foi representado como causador da distorção dos fatos sobre os “governos revolucionários”. Os militares foram os maiores prejudicados pelas iniciativas “revanchistas”, sobretudo a partir da Lei de Anistia, como consta nesta questão: “Existe, hoje, o chamado “revanchismo” por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?”. Assim como na resposta anterior, verificou-se uma continuidade entre pergunta e resposta. A maioria dos depoentes concorda com a opinião dos entrevistadores. A estreita ligação entre perguntas e respostas nesta e em outras questões significa a formação de uma narrativa pautada na crítica à postura das esquerdas, vistas como revanchistas. Como pode se depreender da questão exposta acima, há uma postura muito nítida por parte da coleção em relação às esquerdas. A organização da coleção acredita que os “revanchistas” militam a partir das instituições democráticas e dos meios de comunicação,

deturpando os “reais” fatos históricos e “demonizando” a imagem dos militares. Isso é pertinente, na medida em que se percebe uma pergunta afirmativa, em que, ao entrevistado, colaborador, resta dar continuidade ao que já foi dito, constituindo, assim, em uma narrativa que agrada, em certa medida, às duas partes envolvidas: entrevistados e entrevistadores.

Após tecer uma opinião sobre as políticas “revanchistas” das esquerdas, a questão ainda procura averiguar o que o entrevistado conhece da Lei de Anistia. Fica evidente que a pergunta anterior procura, antes de tudo, alertar e/ou lembrar o colaborador sobre o que ele deve ou pode fornecer de subsídios sobre a Lei de Anistia. O intuito da coleção parece o de perguntar e responder a mesma pergunta. Ou seja, a Lei de Anistia teria sido criada pelas esquerdas “revanchistas” na busca de “satanizar” a imagem das Forças Armadas no presente. A lei teria beneficiado somente àqueles que atuaram contra as Forças Armadas e o Brasil, conforme declaração do General de Brigada Hélio Duarte Pereira de Lemos, que atuou entre em 1964 e 1985 em vários postos dos “governos revolucionários”. Para ele, esta mesma lei “deveria, também, beneficiar aqueles que foram sacrificados ou sofreram as consequências das ações da Guerra Revolucionária, do terrorismo, da guerrilha etc., pois, até hoje, a Lei de Anistia, não foi aplicada em favor dos que defenderam o Brasil, o que constitui um verdadeiro absurdo”¹¹¹.

Esta e outras declarações sobre diversos temas relacionados ao regime civil-militar tratados no decorrer das entrevistas expõem o que a coleção realmente procurava: explicar a ditadura a seu modo, costurando uma narrativa diferente da das esquerdas, tecida com atores que figuram como “bravos heróis” que defenderam a pátria. Enfim, procuram, com a coleção, responder a uma batalha que se encontra inconclusa, inserida, sobretudo, na mídia.

¹¹¹ MOTTA, 2003, t.1, p.250.

3 DE “REVOLUCIONÁRIOS” A CONTADORES DE HISTÓRIAS

Seria complicado e desnecessário traçar a trajetória de vida de todos os homens que concederam parte de seu tempo ao projeto que resultou na coletânea de depoimentos. Além disso, parece mais conveniente procurarmos saber por quais razões alguns homens foram escutados e outros não e, principalmente, saber como esses homens estiveram entrelaçados com o Regime Civil-Militar. Para isso, saber algumas das trajetórias de vida que estão disponíveis na coletânea de depoimentos tornou-se fundamental. Muitos dos entrevistados narraram alguns dos mecanismos utilizados que os levaram a ocupar postos elevados na carreira militar, outros descreveram os percursos traçados em cargos prestigiados ao longo dos vinte anos da ditadura, o que, de modo geral, contribui para que possamos ter um panorama de quem são os colaboradores do Exército nesse projeto.

3.1 Escolhidos a Dedo: A Formação da Rede de Entrevistados.

Em novembro de 1999, por determinação do General Gleuber Vieira, então Comandante do Exército, através de duas portarias, respectivamente de maio e outubro daquele ano, foram postos em execução dois projetos de história oral: um sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, e outro sobre a “Revolução de 31 de março de 1964”.

Conforme texto apresentado pelo Coordenador Geral da coleção, Aricildes de Moraes Motta, os procedimentos iniciais foram regulados pela Secretaria Geral do Exército, por intermédio da Ordem de Serviço nº. 15¹¹². Esse documento normativo, continua Motta, autorizava o Coordenador Geral daqueles projetos a indicar seis coordenadores regionais para cada uma das sedes já estabelecidas: Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro/Minas Gerais, Porto Alegre e São Paulo¹¹³.

Aos seis coordenadores regionais caberia, então, a escolha das “personalidades”¹¹⁴ que, direta ou indiretamente, participaram dos acontecimentos de março de 1964 e do regime civil-militar. Escolhidos a dedo, os entrevistados mostraram-se sempre entusiasmados com o empreendimento do Exército. Com raras exceções, os indivíduos escutados pelo Exército

¹¹² Ordem de Serviço (OS) nº. 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999.

¹¹³ MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral**: como tudo começou. Texto produzido ao final do projeto, s/d.

¹¹⁴ Essa expressão encontra-se na OS nº 015-SG/3 e se refere aos indivíduos que seriam entrevistados.

diziam-se, antes do início dos depoimentos, simpáticos à “Revolução” e aos “Governos Revolucionários”.

Não temos certeza de como foram selecionados os entrevistados. A única informação que dispomos é a de que o Exército deu preferência àqueles homens que ocuparam cargos importantes durante os “governos revolucionários” ou que tenham estado em episódios “importantes” do período¹¹⁵. A partir da documentação escrita e das fontes orais, percebe-se que o Exército, através do General, constituiu uma rede de homens que tinham narrativas semelhantes a respeito da “Revolução” e dos “Governos Revolucionários”. Os coordenadores regionais, de certa forma, também apresentaram uma estreita relação com as visões largamente difundidas pelo Exército acerca dos episódios de 31 de março de 1964 e seus desdobramentos. Exemplo disso é a entrevista concedida pelo Coordenador Regional do Rio de Janeiro/Minas Gerais ao projeto, General Geraldo Luiz Nery da Silva.

Convidado pelo General Aricildes de Moraes Motta, o General Geraldo Nery da Silva apresenta no início de seu depoimento um parecer que deixa claro a maneira pela qual ele operacionalizou a escolha de outros depoentes para a seção Rio de Janeiro/Minas Gerais. Nery da Silva deu preferência à escolha de figuras militares e civis que tivessem uma aproximação com a “Revolução” e a Ditadura civil-militar, narrando de maneira positiva o período.

O nosso escopo, portanto, é apresentar os fatos reais vividos nos pródromos, na eclosão e durante o desenvolvimento da Revolução de 31 de Março, totalmente deturpados pelos revanchistas – esquerdistas internacionalistas – derrotados fragorosamente no campo militar pela Revolução, para que o Brasil permanecesse democrático, crescesse e prosperasse, com ordem e segurança (MOTTA, 2003, t.10, p.196).

Apenas dois coordenadores regionais concederam entrevistas ao projeto, o General Nery da Silva e o General Rotta. São militares que defendem, no presente, a intervenção feita em março de 1964 e destacam como justificativa as dificuldades enfrentadas dentro das Forças Armadas durante o governo de João Goulart. Nery da Silva salienta os problemas que enfrentou como 1º Tenente, Comandante da Linha de Fogo da 1ª Bateria de Obuses do I/2º RO 105 – Regimento Deodoro, Itu/SP.

Era preciso reagir!... E começamos modestamente... Os tenentes do Regimento passaram a fazer um programa anticomunista na Rádio Convenção, de Itu, o qual era

¹¹⁵ Informação obtida da entrevista do General Motta, p.9

gravado em instalações da Igreja Matriz, o que retrata, de maneira clara, a posição da Igreja na época, em sua grande maioria contrária às artimanhas daquele Governo, voltado para a implantação do comunismo ateu. A Igreja, além do incentivo, oferecia-nos todo o apoio (MOTTA, 2003, t. 10, p.197).

O General Nery da Silva compôs uma rede de depoentes afinados com sua visão a respeito do ocorrido entre 1964 e 1985. Como veremos adiante, todos os entrevistados pelo General Nery da Silva tinham sentimentos de repulsa ao comunismo e encaravam os comunistas como “germes” a serem eliminados de um corpo¹¹⁶.

Os demais coordenadores regionais, todos ligados por laços de amizade e de companheirismo como o Coordenador Geral, o General Aricildes de Moraes Motta, tiveram, assim como o General Nery da Silva, a incumbência de selecionar uma rede de indivíduos que fosse importante para os propósitos do Exército e, posteriormente, entrevistá-los. Se os demais coordenadores regionais não concederam depoimentos, isso não os isenta de modo algum de terem sob sua responsabilidade a seleção de homens com as mesmas premissas ideológicas sobre o tema a ser tratado. A partir da leitura da coleção de depoimentos, fica evidente que quase todos os sujeitos escolhidos para entrevistas partem das mesmas considerações a respeito dos episódios que se sucederam em 31 de março de 1964 e no período subsequente.

Apesar disso, conforme enfatizou o General Aricildes de Moraes Motta, outros atores sociais figuraram nos livros¹¹⁷. Quando questionado sobre a presença de José Genuíno, ex-guerrilheiro, na coletânea, o General Motta respondeu que outros ex-presos políticos haviam sido convidados a narrar os acontecimentos a seu modo, mas apenas José Genoíno aceitou¹¹⁸. Nesse mesmo sentido, Motta ainda afirma que o General Gleuber Vieira, idealizador do projeto e Ministro do Exército na ocasião, persistiu com a ideia de dar voz à “versão” que, segundo acreditava, estava silenciada¹¹⁹.

¹¹⁶ Conforme Rodrigo Patto Sá Motta, a caracterização do comunismo como coisa ruim, maléfica, possui uma outra ordem de representações que tem importância significativa. Trata-se, segundo o autor, de referências associando a ação revolucionária “[...] a doenças e temas correlatos como peste, praga, bacilo, veneno, vírus, câncer, etc.”. Para Rodrigo Patto Sá Motta, representava-se o comunismo como enfermidade que remete ao tema “infiltração”. Sendo assim, tal qual uma doença, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente (MOTTA, 2002, p.53).

¹¹⁷ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

¹¹⁸ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

¹¹⁹ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

Ouvir as muitas vozes sobre os acontecimentos que cercam 1964 e o regime civil-militar não foi exatamente o que o Exército fez. De todas as entrevistas analisadas, pode-se perceber manifestações minúsculas contrárias ao objetivo maior da coleção: glorificar a “Revolução” e seus “governos revolucionários”. Nesse mesmo sentido, podemos pensar que, se o Exército foi o empreendedor da coleção, financiando o projeto, constituindo uma equipe e selecionando sujeitos próximos de suas convicções políticas e ideológicas para enaltecer sua história, não seriam algumas poucas narrativas deturpadoras daquilo que se pretendeu que aniquilariam sua grandiosidade.

Não se tem claro quais foram os ex-combatentes de esquerda que, ao serem convidados pelas coordenadorias regionais, negaram o convite e preferiram não contribuir com o Exército¹²⁰. Porém, presume-se que negar um convite como esse parece muito natural na medida em que são abertas feridas ainda não cicatrizadas pelo tempo¹²¹. As batalhas pela memória sobre esse período são permanentes. De outro modo, o fato de não mencionar aqueles que não aceitaram o convite e, por sua vez, afiançar que estavam abertos a ouvir as versões contrárias, talvez tenha a intenção de fazer crer que esses não colaboraram com a verdade sobre os fatos.

Como a preocupação do Exército foi a de construir parte de sua história, escutando grandes personalidades que vivenciaram os acontecimentos de 1964 e/ou atuaram colaborando para a manutenção do Regime civil-militar, deu-se preferência aos grandes escalões do Exército, isto é, as figuras militares que estiveram em cargos e/ou postos importantes e que ainda podiam dar um parecer favorável sobre o período. No caso dos militares, é importante dizer que todos já se encontravam, no momento do depoimento, na reserva¹²².

Dos 207 militares, nenhum ocupa o posto de Marechal, último na hierarquia do Exército, 26 dos entrevistados são Generais de Exército, 20 são Generais de Divisão e 38 são Generais de Brigada, o que não significa que em 1964 já estavam ocupando esses postos. Significativa parte dos Oficiais Generais, em 1964, ocupava postos inferiores na hierarquia militar, como Tenentes, Capitães, Majores, Tenentes-Coronéis e Coronéis, etc., sugerindo uma ascensão na carreira militar durante o Regime, o que será explorado no próximo item

¹²⁰ Ao ser questionado a esse respeito, o General Aricildes de Moraes Motta demonstrou-se muito desconfortável e, por isso, não dei continuidade a esse tema.

¹²¹ Sobre esse aspecto, ver: SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v.14, n.26, p.127-156, dez. 2007.

¹²² Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

deste capítulo. Isso nos permite, de antemão, inferir que a ascensão na hierarquia durante a ditadura tenha contribuído para a constituição de uma boa imagem sobre o período por parte desses sujeitos. Mas não é somente isso, pois muitos desses homens estão ainda convictos de que livraram o país do comunismo ateu e deletério à sociedade. O governo de João Goulart, para todos os generais entrevistados, representava atraso econômico, convulsão social e, principalmente, o desrespeito à hierarquia e à disciplina. Ou seja, não foi somente a ascensão na hierarquia que fez com que esses generais tivessem simpatia pelo regime civil-militar, isto é, convicções muito claras de que expulsaram sujeitos “maléficos” à sociedade também constitui parte desse imaginário ainda presente¹²³.

Os coronéis entrevistados perfazem um total de 84, os Tenentes-Coronel, 24, e os Majores, quatro. Estes seriam os Oficiais Superiores, que do mesmo modo que os Oficiais Generais, ocupavam postos subalternos em 1964, ascendendo na carreira militar durante a ditadura. Diversos desses, pelas descrições que constam nos depoimentos, ocuparam cargos importantes nos “governos revolucionários” e não somente estiveram convictos de suas ideias e crenças, assim como atuaram, na prática, pela manutenção destas. Mais adiante, veremos que muitos dos colaboradores da coleção ocuparam cargos importantes em diversas instituições governamentais, colaborando para a manutenção da ditadura.

Prosseguindo na hierarquia, temos os Oficiais Intermediários, como os Capitães, que somam três entrevistados. Grande parte desse grupo, em 1964, era composta de jovens graduados que ocupavam postos como os de Soldado, Taifeiro e Sargento. Embora tenham ascendido muito pouco na hierarquia militar, muitos deles ainda cursavam as academias militares em 1964, onde recebiam instruções acerca do que estava acontecendo no Brasil, segundo acreditavam seus superiores. Relataram suas vivências como se o Brasil estivesse em plena guerra civil, seguros de que lutaram por uma pátria livre dos comunistas que assombravam os pilares da sociedade brasileira.

Outro número expressivo é o dos Oficiais Subalternos, 1º Tenente, 2º Tenente e Aspirante a Oficial, que constitui ao todo, dois. Muitos eram jovens em 1964 e, assim como os Capitães, não ascenderam na hierarquia militar durante o Regime. Suas narrativas sobre os episódios são marcadas, assim como os demais sujeitos entrevistados, pela presença do

¹²³ Rodrigo Patto Sá Motta afirma que houve uma mescla de manipulação e crença de que o comunismo representasse algo perigoso. Segundo acredita o autor, “[...] a ênfase na dimensão oportunista do anticomunismo acaba por colocar na sombra outras motivações, igualmente significativas”. Para ele, houve grupos e indivíduos (não necessariamente fanáticos) que sinceramente acreditaram na existência de um risco real. Para maiores detalhes, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O anticomunismo militar*. In: FICO, Carlos (Org.). **1964 – 2004: 40 anos do golpe – ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 291.

ideário anticomunista e pela defesa do legado da Ditadura que, conforme acreditam, trouxe paz e riqueza ao povo brasileiro.

Em relação às outras duas forças, Marinha e Aeronáutica, temos apenas dois e seis entrevistados, respectivamente, o que significa um maior interesse sobre os indivíduos ligados ao Exército brasileiro. A explicação mais plausível para isso talvez recaia nos princípios norteadores da coleção que, por sua vez, aponta para elementos identitários do Exército: a escrita de uma história que representasse o Exército como agente fundamental no processo¹²⁴. Dentre os objetivos apresentados no Plano Geral de Projetos, no item II, encontramos este esforço: “recuperar informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil e do Exército, relativas àquelas experiências vividas pelas organizações militares”¹²⁵.

Os poucos integrantes das demais forças, Marinha e Aeronáutica, que se dispuseram a conceder depoimentos, ocupavam, no momento da entrevista, postos elevados na hierarquia militar. Assim como os integrantes do Exército, esses ocuparam cargos importantes durante o regime civil-militar, sentindo-se, dessa forma, honrados em conceder parte de seu tempo para a narrativa de um passado ainda repleto de incertezas. Conforme destacou o Brigadeiro do Ar Carlos Affonso Dellamora, quando foi solicitado de sua parte uma mensagem final ao Projeto.

Faço votos que vocês continuem com este Projeto. Vão até o fim, com essas pessoas maravilhosas, que, felizmente, estou sabendo, têm vindo, aqui contribuir para que esta obra tenha êxito, indo ao encontro da maior quantidade possível de brasileiros que, há muito tempo, aguardam a verdadeira história da Revolução de 1964 (MOTTA, tomo 10, p.125).

Outro exemplo é o elogio feito pelo Brigadeiro do Ar Márcio César Leal Coqueiro:

Sinto-me gratificado pela oportunidade de poder transmitir informações e dados, com relação aos fatos dos quais participamos, pessoal e intensamente, há cerca de quatro décadas. Acredito que poderão compor, com significativa autenticidade, o quadro da atuação das Forças Armadas na Revolução de 31 de Março de 1964. Desejo externar, ainda, neste início de entrevista, meus calorosos elogios à brilhante iniciativa. (MOTTA, tomo 10, p.90)

Da citação acima, chama a atenção a importância que o Brigadeiro dá à sua força, a Aeronáutica. Parece que a intenção é demonstrar que a presença da Aeronáutica na coleção é fundamental para a autenticidade de projeto que visa, também, escutar as Forças Armadas.

¹²⁴ Ver: CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

¹²⁵ Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Da mesma maneira, fizeram os integrantes da Marinha, como o Vice-Almirante Sérgio Tasso Vasquez de Aquino. Ao final da entrevista, além de agradecer ao Exército pela oportunidade de apresentar seu modesto, mas sincero depoimento sobre a “Revolução” de 1964, disse que “além de uma honra pessoal, considero o momento uma homenagem a Marinha de Guerra” (MOTTA, tomo 09, p.112).

Nos dois excertos acima, pode-se verificar uma homenagem que seus integrantes fazem às suas forças, Marinha e Aeronáutica. Isso fica mais evidente no decorrer da entrevista, quando discorrem sobre episódios ocorridos dentro dos estabelecimentos militares. No caso do Vice-Almirante, percebe-se que sua narrativa é uma honra, pois tem um cunho educativo, sendo que visa a esclarecer aos jovens que não vivenciaram aquela época. Da mesma forma, torna-se honrosa quando se quer reafirmar, em diversos momentos, o valor de sua força, a Marinha, na coletânea de depoimentos e no processo histórico.

Não se tem clareza de como se procedeu à escolha dos integrantes dessas duas últimas forças, apenas se sabe que a intenção era a de dar um panorama abrangente sobre a época. Embora tenham sido escolhidos a dedo, os entrevistados, em diversas situações, imprimiram valores positivos a suas respectivas forças, Marinha, Aeronáutica e Exército, sem comprometer a imagem do outro.

Como foi apontado acima, para que o trabalho pudesse transcorrer com tranquilidade e alcançasse êxito, segundo o Coordenador Geral, o General Aricildes de Moraes Motta, foi necessário a sua estruturação em seis coordenarias regionais, sob a responsabilidade de um coordenador-regional, que se dirigia seguidamente ao Coordenador Geral com sugestões de nomes de “personalidades” a serem entrevistadas. Os depoimentos foram realizados entre fevereiro de 2000 e fevereiro de 2004. Chama a atenção a quantidade de depoimentos realizados pelo mesmo entrevistador em períodos muito próximos. Exemplo disso foram as cinco entrevistas realizadas pelo General Luiz Nery da Silva, Coordenador da Seção Rio de Janeiro/Minas Gerais, entre os dias 21 e 22 de novembro de 2000. Talvez a explicação para isso seja os questionários utilizados pelos entrevistadores durante os depoimentos, isto é, fazia-se uma pergunta para a qual já se sabia qual seria a resposta.

A Coordenadoria Rio de Janeiro/Minas Gerais, sob a responsabilidade do General Geraldo Luiz Nery da Silva, foi a que mais realizou entrevistas, ao total foram 92 entrevistas concedidas entre fevereiro de 2000 e fevereiro de 2004. Dos escolhidos de Nery da Silva, 86 eram militares e seis civis. Os selecionados pelo General Nery da Silva eram homens que ocuparam cargos de prestígio dentro dos governos militares e/ou postos elevados na hierarquia militar. Grande parte trabalhou em ministérios, governos estaduais, prefeituras

municipais, organismos de informações, polícias militares, comando de organizações militares, escolas militares, etc.¹²⁶

Nos três primeiros números, o General Nery da Silva entrevistou figuras que ocuparam altos cargos como o General de Exército Leônidas Pires Gonçalves, integrante da Casa Militar do Presidente Castello Branco, e o General de Divisão Carlos de Meira Mattos, Vice-Chefe do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco e do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Foram entrevistados outros homens, entendidos pelos organizadores como ilustres personalidades que dignificariam os “governos revolucionários”, como o Ministro de Estado da Justiça no governo do Presidente Geisel, Armando Ribeiro Falcão e o General de Brigada Ferdinando de Carvalho, que presidiu, logo após a eclosão da “Revolução”, o Inquérito Policial sobre o Partido Comunista. Das “notáveis figuras” entrevistadas pelo General Nery da Silva, 39 são Oficiais Gerais, 45 são Superiores, dois são representantes da Marinha e quatro da Aeronáutica. De modo geral, todos os entrevistados pelo General Nery da Silva partem de princípios muito parecidos. São construtores de uma imagem “epopéica” sobre a “Revolução” de 1964, assim como dos “governos revolucionários”. Da mesma forma que o próprio General Luiz Nery da Silva, enfatizam que suas narrativas surgem para responder às iniciativas “revanchistas” que deturpam a verdadeira história sobre o movimento “revolucionário” de 31 de março de 1964.

Parece ter sido muito mais cômodo ao coordenador-regional e entrevistador, nessa ocasião, selecionar apenas aquelas “ilustres figuras” que reafirmam aquilo que o próprio entrevistador pensa acerca dos fatos. As entrevistas, com exceção das passagens sobre trajetórias individuais nos acontecimentos de 31 de março de 1964 e em seus desdobramentos, somam-se ao que já foi referido por outros entrevistados sobre os eventos.

O fato do General Geraldo Luiz Nery da Silva surgir como coordenador regional, entrevistador e entrevistado nos leva a pensar na constituição de uma rede formada por sujeitos muito próximos na maneira como pensam os fatos históricos, como conferem estatuto de verdade àquilo que estão falando e que, em suma, estão afinados no que se refere às convicções políticas e ideológicas. Proposta pelo General Gleuber Vieira, mas sob responsabilidade do General Aricildes de Moraes Motta, essa rede de militares e alguns civis teve como preocupação central narrar os fatos a seu modo, assegurando “glórias” à “Revolução” que, segundo acreditam, inaugurou uma fase transformadora no país.

¹²⁶ Para maiores detalhes, ver Anexo A.

Coordenador regional da Seção do Ceará, Tarcísio dos Santos Vieira entrevistou 47 homens entre maio de 2000 e fevereiro de 2004. Dos entrevistados, 28 eram militares e 19 eram civis. Tarcísio era Coronel e, assim como os outros coordenadores regionais, era muito próximo de Aricildes Motta. Ao se tornar coordenador da Seção do Ceará, preocupou-se em selecionar homens que tivessem convicções ideológicas próximas das suas. E, sendo assim, escolheu a dedo aqueles que tiveram uma estreita ligação com o movimento “revolucionário” de 1964 e seus desdobramentos. Dentre os escolhidos pelo Coronel Tarcísio Vieira, é grande o número de civis que conferiram depoimentos à coleção, de modo honroso, levando em consideração suas vivências na época. Figuram entre os civis, eleitos pelo Coronel Tarcísio, desembargadores, empresários, professores, jornalistas, advogados, economistas, engenheiros, juízes. Quase todos os civis entrevistados pelo Coronel Vieira são simpáticos à “Revolução” e ao regime instaurado posteriormente. Esse posicionamento por parte da sociedade explica, em certa medida, o apoio que esta conferiu ao Regime civil-militar ao longo de seus vinte e um anos. Não podemos pensar que a ditadura conseguiu se manter somente a partir de perseguições, torturas e todo o cerceamento da liberdade. Amplos setores sociais apoiaram o regime político pós-1964 e estiveram, em certa medida, ao seu lado durante toda a sua vigência. Os depoimentos prestados por civis ao Coronel Tarcísio, com suas devidas ressalvas, corroboram para isso. Embora alguns dos colaboradores possuíssem estreitas ligações com militares, atuaram como civis ao lado da ditadura, colaborando para sua instalação e legitimação.

Muitas das narrativas desses civis são permeadas por um sentimento de patriotismo semelhante aos dos militares. Além disso, muitos se sentem honrados em prestar depoimentos a um período de prosperidade, em que a “subversão” havia sido banida do território nacional. O Professor Luiz Coelho de Carvalho afirma que a “Revolução” foi um movimento para “[...] enxotar pela força do seu povo e das suas Forças Armadas, os subversivos, os comunistas que se espelhavam na Rússia e queriam implantar um regime perverso, totalmente contrário à nossa índole, esquecidos de que este País sempre viveu sob a égide de homens que souberam dar suas vidas por um Brasil autenticamente brasileiro” (MOTTA, 2003, t.4, p.334).

O Coronel Tarcísio Vieira preocupou-se também em selecionar e entrevistar militares que vivenciaram os acontecimentos entre 1964 e 1985. Nesse caso, todos os entrevistados sentiram-se entusiasmados ao lembrar com orgulho do regime, como fez o General de Divisão Théo Espindola Basto:

Quero iniciar dizendo da satisfação, do prazer e da honra de participar deste Projeto de História Oral sobre a Revolução de 31 de Março de 1964. Sem dúvida, preservar a História é um dever de todos nós brasileiros. Por isso, enquanto agradeço esta oportunidade, também louvo a iniciativa de criar em nosso Exército um projeto dessa envergadura (MOTTA, 2003, t.12, p.126).

História Oral sobre a Revolução de 31 de Março de 1964. Sem dúvida, preservar a História é um dever de todos nós brasileiros. Por isso, enquanto agradeço esta oportunidade, também louvo a iniciativa de criar em nosso Exército um projeto dessa envergadura. A memória de um país se escreve através do testemunho de pessoas que viveram o período em que o fato histórico aconteceu (MOTTA, tomo 12, p.126).

Não se sabe se os coordenadores regionais tiveram como objetivo agrupar em suas colônias e redes homens das regiões adjacentes. No entanto, os entrevistados pelo Coronel Tarcísio Vieira são residentes em estados próximos do Ceará, como Maranhão, Pará, Amazonas e Piauí. Cabe dizer que, conforme o Coordenador Geral, o projeto é de cunho nacional.

A seção Rio Grande do Sul, sob responsabilidade do Coordenador Regional, o General de Divisão João Carlos Rotta, produziu dois livros de depoimentos, em um total de 29 entrevistas. Assim como o General Nery da Silva, o General Rotta concedeu entrevista ao projeto. Sua entrevista está centrada em fatos vividos por ele, na época Capitão no 3º Batalhão Rodoviário, em Vacaria, interior do Rio Grande do Sul. A importância do depoimento reside, como afirma ele próprio, no seguinte ponto: “tive a oportunidade de observar e participar de fatos ocorridos em um quartel dividido, a favor e contra o Comandante, que me permitiram inferir que a Revolução, aqui no Rio Grande do Sul, não foi tão tranqüila como contam a imprensa e alguns historiadores” (MOTTA, 2003, t.8, p.126).

As disputas dentro das organizações militares realmente provocaram atritos e, de certa forma, assustaram alguns militares que diziam que a corporação estava sendo infiltrada por comunistas, havendo episódios elucidativos nesse sentido. Muitos militares estavam próximos do projeto nacional-reformista de João Goulart, assim como havia aqueles que defendiam ideais socialistas abertamente¹²⁷. Não podemos imaginar que o discurso que pontua a existência de “inimigos” infiltrados dentro das Forças Armadas seja, de todo, uma farsa ou mera tentativa de manipulação. Os militares comunistas estiveram presentes, atuando dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como fora dele, nas diversas manifestações políticas que ocorreram na época e, sobretudo, dentro das Forças Armadas, onde disputavam espaços com outros militares.

¹²⁷ Para se ter um panorama sobre os militares de esquerda, ver: MORAES, João Quartim. **A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

No entanto, as colocações do General Rotta, assim como as de muitos outros militares entrevistados, enfatizam que a “Revolução” tranquilizou a corporação, dando um “basta” nas tentativas comunizantes que se operavam. Sabe-se que persistiram até o final do Regime civil-militar disputas internas dentro das Forças Armadas, tanto pelo controle da ditadura, quanto pela derrubada desta. Durante a vigência do regime, diversas organizações de esquerda, armadas ou não, tinham, entre seus integrantes, militares¹²⁸, o que desmonta a ideia de que todos os militares estiveram na defesa do *status quo*, colaborando para a implantação de regimes políticos autoritários.

Todos os entrevistados selecionados pelo General Rotta foram militares. São homens que tiveram, em sua grande maioria, uma forte atuação no Rio Grande do Sul. Mesmo como militares, alguns ocuparam cargos políticos, como o caso do Coronel Pedro Américo Leal que em 1970 elegeu-se deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (Arena).

O General Rotta entrevistou homens que tinham em comum o sentimento de orgulho de ter participado dos acontecimentos entre 1964 e 1985, em prol da “Revolução” e da ditadura. Além disso, nas narrativas de seus entrevistados, nota-se a formação de uma rede de sujeitos próximos do entrevistador que com ele falam de maneira muito amigável. Diferentemente da Seção Ceará, de responsabilidade do Coronel Tarcísio dos Santos Vieira, Rotta parece não ter se preocupado com homens de estados vizinhos, como Santa Catarina e Paraná, que pudessem contribuir para o projeto. Sua atenção esteve voltada para a seleção de homens que tenham contribuído para uma boa imagem das Forças Armadas, da “Revolução” e dos “governos revolucionários” e, assim como destacamos no caso do General Nery da Silva, as palavras de seus entrevistados estão numa estreita sintonia com as suas próprias palavras ditas em sua entrevista.

A Seção Pernambuco, coordenada pelo Coronel Ilo Francisco Marques de Barros Barreto, produziu apenas 28 entrevistas, o que resultou em apenas 1 tomo. Dos entrevistados, apenas dois são civis, sendo que os militares perfazem 26, todos integrantes do Exército. Sua rede é formada por homens que nasceram e atuaram em regiões próximas de Pernambuco. Entre os entrevistados, há baianos, paraibanos, piauiense e potiguar. Isso não quer dizer que todos esses homens tenham nascido e, por conseguinte, tenham atuado seguidamente nessas regiões. Os militares normalmente são designados a assumir postos de comando, tarefas e/ou

¹²⁸ Sobre a presença de militares entre as esquerdas armadas, dois casos são ilustrativos: Carlos Marighella e Carlos Lamarca. Em relação a essas duas figuras, ver o seguinte texto: ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel (Org.). **As esquerdas no Brasil**. Revolução e democracia. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

missões em regiões totalmente diferentes das suas. Como será visto no próximo item deste capítulo, é quase singular a mobilidade que esses homens realizaram ao longo de suas vidas. É recorrente a história de indivíduos que nasceram na região sul do Brasil, mas narraram episódios vividos no nordeste, porque nessa época residiam e trabalhavam em Salvador, por exemplo.

Entre os entrevistados pelo Coronel Ilo Barreto, sobressaem os coronéis. Ao todo, foram entrevistados 18 coronéis que tiveram “árdua” participação na “Revolução” e na ditadura. No entanto, muitos dos coronéis entrevistados, em 1964 ocupavam postos mais baixos na hierarquia militar, sendo oficiais subalternos ou ainda graduados, o que nos permite inferir que estes acompanharam o regime, ascendendo na hierarquia militar. O Coronel Expedito Bandeira de Araújo, por exemplo, em 1964, era 1º Tenente e servia no 15º Regimento de Infantaria (15º RI), em João Pessoa. Entre 1971 e 1973 foi transferido e ocupou cargos elementares na manutenção da estrutura repressiva do regime, como o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI) no IV Exército, o que, talvez, tenha permitido a ele ascender na hierarquia da corporação.

Os entrevistados do Coronel Ilo Barreto, assim como muitos colaboradores de outras regiões do país, destacam as “agruras” sentidas pelos militares dentro das Forças Armadas, infestadas de comunistas que promoviam insegurança e intranquilidade. Ainda que tenham sido feitas perguntas semelhantes a todos os entrevistados, em questionários fechados, percebe-se que há um consentimento por parte de todos os coordenadores regionais em torno dessa proposta. Diante disso, o Coronel Ilo Barreto perguntou, por exemplo, a outro Coronel, Clycio D’Azevedo, se havia clima de insatisfação nas Forças Armadas contra o governo de João Goulart. A resposta, como já era esperada pelo entrevistador, foi a seguinte: “indiscutível”. Perante a isso, duas questões merecem ser discutidas: a primeira diz respeito à concordância em se fazer perguntas indutivas, como parte da estruturação dos questionários utilizados pelo organizador. Isto é, o Coronel Ilo Barreto, como já discutimos no capítulo anterior, questionou o que, talvez, sabia que poderia questionar com objetivos de impetrar uma boa imagem sobre os episódios a serem narrados. A segunda questão diz respeito ao grupo que estamos examinando: os militares. Como os demais coordenadores regionais, o Coronel Ilo Barreto é um militar empenhado em entrevistar seus colegas de farda, ou seja, outros militares. Durante as entrevistas é perceptível que os diálogos caracterizam-se por conversas entre dois indivíduos que se conhecem e que partilham de uma mesma experiência, de um mesmo grupo social e das mesmas convicções ideológicas acerca daquilo de que está se tratando. Dizendo de outra maneira, como militares, estão diante de uma instituição – o

Exército – e de seus antigos companheiros de farda, os entrevistadores. Dificilmente opinariam sobre os acontecimentos de 1964 e a ditadura civil-militar de modo diferente do Exército e dos coordenadores regionais da coleção, pois estariam em uma espécie de confraternização, diante de um pacto estabelecido pela rede de sujeitos que então se formara, com objetivos de “exaltar” o papel desempenhado pelas Forças Armadas e, sobretudo, pelo Exército entre os anos de 1964 e 1985. Como militares, possivelmente sentir-se-iam constrangidos em demonstrar-se contrariados em relação a qualquer colocação feita pelo entrevistador, visto que, como militares, teriam que transmitir ao futuro leitor a imagem de coesão nas Forças Armadas durante os “governos revolucionários”.

No Distrito Federal foram necessários dois coordenadores regionais para realização do trabalho pretendido: Tenente Coronel Ivan Ferreira Neiva e o Coronel Roosevelt Wilson Sant’Ana¹²⁹. O número de entrevistas foi pequeno, em comparação com as demais seções, sendo apenas 25 depoimentos. Quase todos os colaboradores são militares, somando 21, e quatro civis. Entre os homens que concederam entrevistas figuram algumas “personalidades” conhecidas nacionalmente e que ocuparam altos postos e/ou cargos durante o regime civil-militar. Um deles é o Senador Jarbas Passarinho, que teve atuação marcante durante a ditadura, sendo Ministro do Trabalho do Governo Costa e Silva e Ministro da Educação e Cultura no governo Médici. Jarbas Passarinho, além de produzir um texto introdutório a todos os tomos, também concedeu uma narrativa que “louva” o regime, suas iniciativas ao expurgar os “inimigos” da nação, suas realizações ao levar a cabo um leque de transformações econômicas e seu legado. Outro entrevistado é o ex-ministro da Fazenda nos governos de Costa e Silva e Médici, o Deputado Federal Antonio Delfim Neto. Homem com longa carreira na área econômica, Delfim Neto não poupou palavras ao elogiar os governos da “Revolução”. Quando incitado a falar o que pensa sobre as expressões “ditadura militar”, “anos de chumbo”, Delfim Neto afirma o seguinte:

Fico um pouco triste, porque, na verdade, pergunta-se: houve coisas desagradáveis? Sem dúvida. Houve coisas boas? Evidente. Na década de 1970, entre 1967 e 1975, o Brasil cresceu 11% ao ano, 10% ao ano. A taxa de inflação era de 12%, 15%. Criamos, nesse período, alguns milhões de empregos. Havia um esquema no qual crescia o emprego e crescia o salário real (MOTTA, 2003, t.5, p.158).

¹²⁹ Não foi apresentada nenhuma justificativa por parte dos organizadores da coletânea para a escolha de dois entrevistadores no Distrito Federal.

No entanto, a entrevista de Delfim Neto não se restringe a somente elogiar os sucessos econômicos dos “governos revolucionários”. Assim como muitos indivíduos que no passado foram “amantes” da ditadura civil-militar, Delfim Neto lança, no presente, inúmeras críticas ao período. Seriam os respingos de um processo longo e gradual no qual a nação foi se metamorfoseando e, como afirmou Daniel Aarão Reis Filho,

Ali já não havia mais partidários da ditadura, e todos eram convictos democratas. Figuras da maior expressão – favoráveis à instauração do arbítrio e, durante muitos anos, partidários de sua continuidade – e seus beneficiários surgiam agora visitando presos políticos e defendendo a democracia, e fosse alguém duvidar da autenticidade de seus propósitos, seria imediatamente estigmatizado como mesquinho revanchista (2004, p.45).

A passagem de Reis Filho nos permite compreender como muitas críticas ao regime foram expostas nas entrevistas. Obviamente que essas não superam os benefícios alcançados pela ditadura, insistentemente apresentados pelos colaboradores. No entanto, verificar a existência de críticas de antigos amigos, militares e civis, ao regime civil-militar pode nos levar a pensar nas dificuldades que a sociedade brasileira tem em recordar o período. Reis Filho afirma que os brasileiros não são os únicos desmemoriados. A sociedade francesa, assim como a alemã e a russa teriam sérios problemas ao repensar os regimes totalitários do século XX. Os franceses, destaca Reis Filho, “[...] tem dificuldades de se colocar frente à frente com a ocupação nazista e com a reduzidíssima resistência que ofereceu ao invasor e à ocupação” (REIS FILHO, 2004, p.49).

Entre os escolhidos pelo Tenente Coronel Ivan Ferreira Neiva e o Coronel Roosevelt Wilson Sant’Ana temos o surpreendente nome do Deputado Federal José Genoíno Neto, guerrilheiro que atuou na preparação da guerrilha do Araguaia. Como já foi exposto acima, o Ministro do Exército e idealizador do projeto sobre a “Revolução” de 1964, General Gleuber Vieira, procurou “ouvir” todas as vozes que diziam respeito ao período. De acordo com o Coordenador Geral, General Aricildes de Moraes Motta, o Ministro do Exército, antes dos inícios das entrevistas, solicitou que escutassem o contraditório¹³⁰.

Diante das demais entrevistas, a de José Genoíno Filho parece ser apenas uma entre muitas a falar de modo diferente sobre o período. A escolha de seu nome provavelmente não atrapalhou o grande objetivo do Exército com a coleção: o de “historiar” os fatos sobre 1964 e a ditadura a seu modo, acreditando estar reescrevendo a verdadeira história sobre o período.

¹³⁰ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

Além disso, Genoino Filho, assim como outros representantes do “contraditório”¹³¹, possivelmente figuraram minuscilmente na composição das colônias e das posteriores redes dos coordenadores regionais. Não seria confortável e nem faria parte da índole do Exército publicar depoimentos dos chamados “revanchistas”. Os depoimentos tinham que justamente responder aos “revanchistas”, pois como afirmou Aricildes Motta, “afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há ‘do outro lado da colina’”(MOTTA, 2003, t.5, p.10).

A rede de homens que o Tenente Coronel Ivan Ferreira Neiva e o Coronel Roosevelt Wilson Sant’Ana formaram parece ser a mais heterogênea no que diz respeito às visões dos entrevistados. Na mesma rede em que está José Genoino Filho, encontramos Jarbas Passarinho e o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de torturas¹³². Isso não quer dizer que as narrativas de sua rede tenham outros propósitos. Muito provavelmente, a escolha desses homens teve as mesmas intenções que todas as outras coordenadorias regionais e a seleção de um sujeito que se opõe aos demais não desconsidera o peso de perspectivas que avaliam positivamente o regime. Primeiro, porque, ao não corroborar com as outras narrativas, o depoimento de Genoino Filho pode ter sido colocado apenas para ilustrar uma visão já elucidada em outras das entrevistas da coleção. Como já se discutiu aqui, a maioria dos entrevistados está de acordo com a perspectiva que caracteriza o golpe civil-militar como “Revolução” e a ditadura como “governos revolucionários”. Inúmeras narrativas da coleção descreveram aquilo que pensam sobre as esquerdas que pegaram em armas durante o regime, inclusive descrevem a maneira pela qual as esquerdas hoje, “infiltradas” na mídia historiam o passado recente de forma “mentirosa”. Ou seja, a entrevista do Deputado Genoino Filho serviu provavelmente para exemplificar aquilo que muitos acabaram descrevendo como as narrativas do “revanchismo”.

Além da heterogeneidade das narrativas sobre os acontecimentos de março de 1964 e da ditadura civil-militar, chamam a atenção, da mesma forma, as diversas origens dos entrevistados. De todos os colaboradores, figuram paulistas, cariocas e gaúchos como a grande maioria e, surpreendentemente, nenhum brasiliense. Talvez a causa disso tenha sido o fato de muitos desses homens terem servido aos governos da “Revolução” em Brasília, uma

¹³¹ Expressão utilizada pelo General Aricildes de Moraes Motta na entrevista concedida.

¹³² O coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra atuou como chefe do DOI-CODI de 1970 a 1974, em São Paulo, órgão encarregado de neutralizar os grupos terroristas que atuavam na região. Houve, segundo números oficiais, 502 denúncias de torturas referentes a esse período das quais muitas estão ligadas ao nome de Ustra.

vez que foram encarregados de assumir cargos importantes da estrutura de poder a partir de março de 1964.

A Seção de São Paulo foi coordenada pelo Coronel José Gustavo Petito e apresentou 22 entrevistas, distribuídas em apenas um livro. As entrevistas foram realizadas entre abril de 2000 e novembro de 2001 pelo próprio coronel¹³³ e, de maneira muito semelhante ao que se fez na Seção do Rio Grande do Sul, quase todos os selecionados são paulistas. A rede de sujeitos a serem entrevistados pelo Coronel Petito compreendeu homens provenientes de altos postos da hierarquia militar, no caso dos militares, e também representantes da alta sociedade brasileira, no caso de civis. Entre os militares, há cinco oficiais gerais e nove oficiais superiores. Entre os civis, oito entrevistados, há duas mulheres, Iedda Borges Falzoni e Maria Lucia Whitaker Vidigal, ambas presentes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade de São Paulo, no dia 19 de março de 1964, dia de São José, padroeiro da cidade. Como concederam seus depoimentos no mesmo momento, acabaram, seguidamente, dialogando sobre a situação pela qual passava o Brasil, segundo seus pontos de vista, e a importância que os movimentos de direita, como as marchas, tiveram na “Revolução”.

A escolha de muitos civis por parte do Coronel Petito que tiveram atuação favorável em relação à “Revolução” e à ditadura civil-militar colabora na compreensão dos consensos em torno da ditadura civil-militar. Entre os colaboradores civis que foram entrevistados por Petito estão jornalistas, professores, advogados, juízes, médicos, etc., que estiveram ao lado do regime e, ainda hoje, procuraram colaborar com suas narrativas para uma boa imagem do período. No decorrer das entrevistas, estiveram convencidos de que o Brasil estava à frente de convulsões sociais que aniquilariam a família, a religião, a propriedade e a nação. Era preciso “exorcizar” a nação, expulsando os “demônios” que poderiam corrompê-la e comprometê-la futuramente.

Escolhidos a dedo, os entrevistados de todas as coordenadorias regionais sabiam que a concessão de suas narrativas fazia parte de um projeto institucional do Exército e, dessa forma, falar a respeito de um período para um dos atores principais desse mesmo período, o Exército, pode parecer uma tarefa geradora de condicionamentos.

A rede formada por homens e algumas poucas mulheres, civis e militares, teve como propósito narrar os fatos ocorridos entre 1964 e 1985, a partir do ponto de vista do Exército. Era importante, para esta instituição, historiar os fatos a seu modo, respondendo às esquerdas

¹³³ A única exceção foi a entrevista do próprio coordenador regional, o Coronel José Gustavo Petito, em 24 de outubro de 2000, ao Major César Henrique Romão, da 5ª Seção do Comando Militar do Sudeste (CMSE), no dia 24 de outubro de 2000.

no campo da memória. Segundo as palavras do Coordenador Geral da coleção, o General Motta, os militares das três forças estavam preocupados com o que vinha sendo publicado nos jornais e em livros sobre a Revolução, que não continham a verdade. Além disso, o próprio Ministro do Exército, o General Gleuber Vieira, também se preocupou com isso, o que contribuiu para o surgimento do projeto¹³⁴. No entanto, cabe dizer que a necessidade por parte dos militares e civis de escrever suas memórias sobre a “Revolução” e/ou os “governos revolucionários”, de modo a dar um sentido positivo ao período não era novidade em 1999, com a criação do projeto que deu origem à coleção¹³⁵. Durante a própria ditadura civil-militar, livros de memórias foram publicados, sendo que seus autores estiveram ao lado dos governos militares, colaborando para sua manutenção e legitimidade. Após 1985, foram publicadas outras memórias com “pistas” diferentes das anteriores, afinal, estávamos diante de outro momento histórico, em que era preciso responder aos ataques das esquerdas, agora nas arenas da memória. Nesse sentido, a publicação desses 15 livros, entre 2003 e 2004, foi a continuidade dessa batalha ainda em curso, cujo foco principal é a memória. Como afirma Jarbas Passarinho, em um texto introdutório a todos os volumes, “aqueles que lutaram pelo Brasil são quase mortos-vivos a sofrer o revanchismo dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos [...]” (MOTTA, 2003, t.1, p.27). Assim, surgia a coleção que, como resposta ao “revanchismo”, apresentou indivíduos que se esforçaram em narrar com “orgulho” um período crivado por narrativas totalmente diferentes das suas. Como afirmou Daniel Aarão Reis Filho¹³⁶, “[...] nas batalhas de memórias, os vitoriosos de ontem haverão de se desdobrar para garantir os troféus conquistados. E a vitória que fora sua, no campo de luta, poderão perdê-la na memória da sociedade que imaginavam subjugada”.

3.2 “Os Homens de Bem”: Trajetórias de Vida, Formação e Atuação Durante o Regime Civil-Militar.

Para que pudéssemos analisar com o devido cuidado e atenção as narrativas dos indivíduos que foram entrevistados, tornava-se fundamental o conhecimento de, pelo menos, parte de sua trajetória de vida e, sobretudo, parte dessa trajetória durante a ditadura civil-

¹³⁴ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

¹³⁵ Sobre este aspecto, ver o seguinte trabalho: CARDOSO, Lucileide Costa. **Memória e poder**. As criações memorialísticas e o regime de 64. Dissertação de Mestrado - História, PUC-SP. São Paulo, 1993.

¹³⁶ REIS FILHO, 2004, p.30.

militar. Porém, não foram todos os depoimentos que nos forneceram subsídios capazes de serem explorados. Alguns, extremamente curtos e sem muitos detalhes, dificultaram o conhecimento dos caminhos trilhados pelos depoentes durante os governos dos cinco generais presidentes. Por isso, preferimos explorar aquelas mais caudalosas em informações e que exemplificam as trajetórias de outros sujeitos.

Como já foi dito, a preferência dos responsáveis pela organização da coleção foi por militares da reserva. Isso significa que são homens com idade elevada e que estão afastados do Exército já há um bom tempo. A média de idade entre os militares entrevistados é de 75 anos de idade¹³⁷. Em relação aos militares entrevistados, uma informação importante é que muitos vivenciaram episódios das décadas de 20, 30 e 40 da História do Brasil, como o Tenentismo e a Intentona Comunista de 1935, assim como acontecimentos externos, tais como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Esse dado pode nos apontar para as formações militar e acadêmica que muitos desses militares tiveram ao longo desses anos. Em relação à Intentona Comunista, é importante considerar que as celebrações aos mortos tinham um caráter pedagógico. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta,

O impacto das comemorações se fez sentir com mais força entre a oficialidade das Forças Armadas (FFAA), um dos principais alvos da celebração. A própria ritualística do evento possuía caracteres típicos das homenagens aos militares mortos em defesa da pátria, uma pompa fúnebre que passava pelo pronunciamento de discursos oficiais e pelo oferecimento de coroas de flores em memória dos heróis. Na festividade cívica, os membros das FFAA eram convidados a lembrar-se dos colegas de armas “assassinados pelos vermelhos” e, desta forma, renovar os votos e empenho anticomunista (MOTTA, 2002, p.298).

As Forças Armadas sempre estiveram preocupadas com a formação de seus quadros, seja para questões de ordem prática, como treinamentos táticos de guerra, ou mesmo para as de ordem teórica, como os cursos que tinham como finalidade educar o militar para a vida profissional e o alertar para sua principal tarefa na sociedade: garantir a ordem contra os “inimigos” da pátria. Os entrevistados tiveram, como pode ser verificada pelas narrativas, uma formação “exemplar” nas Forças Armadas. Cursaram as melhores escolas militares e os cursos de excelência oferecidos pelas Forças Armadas, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Além disso,

¹³⁷ Em quase todos os depoimentos consta a data e o local de nascimento do entrevistado. Para aqueles depoimentos que não forneciam esses dados, foi necessário percorrer *sites* como os da Escola Superior de Guerra, da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Comando Maior do Exército, além de boletins informativos do Clube Militar, que estão disponíveis na Biblioteca do Comando Militar do Sul, em Porto Alegre.

acabaram atuando na formação de outros quadros nessas mesmas escolas, como instrutores. Dos militares entrevistados, muitos se formaram em cursos de graduação em universidades brasileiras e do exterior. Em relação a essa última informação, cabe notar, da mesma forma, um número grande de militares com formação em cursos regulares de escolas militares fora do país, principalmente, nos Estados Unidos da América.

Outro ponto, a ser abordado neste item, é o caminho percorrido pelos entrevistados durante a ditadura civil-militar. Os postos que ocupavam em 1964, como foi comentado, eram os dos baixos escalões da hierarquia militar. No momento da entrevista, muitos ocupavam postos elevados, como os de Oficiais Gerais. Não sabemos com exatidão se essas mudanças operadas durante a ditadura se devem ao apoio que eles conferiram ao regime. Apenas sugerimos que isso possa ter acontecido, pois, afinal, eram sujeitos afinados com as novas propostas dos “governos revolucionários” e seu desempenho era fundamental para que pudessem continuar em cargos prestigiados da ditadura, bem como nas promoções oferecidas nas Forças Armadas, principalmente no Exército. Não se quer aqui afirmar que com isso eles tenham se tornado, estrategicamente, colaboradores e que, meticulosamente pensavam em apoiar o regime para se promover na carreira militar. Os militares entrevistados são claros em afirmar que apoiaram desde o início a ditadura civil-militar. Para que ela se legitimasse, trabalharam o suficiente a seu favor, mantendo-se ou subindo em cargos e/ou postos ofertados pelo novo regime. Com o governo estabelecido em 1964, os novos colaboradores tiveram que assumir a chefia de instituições governamentais, lideranças em órgãos das Forças Armadas, etc., imprimindo modificações significativas¹³⁸.

O coordenador geral da coleção, o General Aricildes de Moraes Motta, afirmou que o “ponta-pé” inicial das entrevistas foi dado com o General de Divisão Carlos de Meira Mattos. Conforme Motta, a iniciativa em começar pelo General Meira Mattos se deu pelo fato que este é “um homem extremamente experiente, que tinha vivido situações interessantíssimas. Por exemplo, ele foi o militar que comandou uma tropa durante o fechamento do congresso durante determinada situação”¹³⁹. Carlos de Meira Mattos concedeu entrevista em 23 de fevereiro de 2000 ao General Geraldo Luiz Nery da Silva. Nascido em 23 de julho de 1913, na cidade de São Carlos, em São Paulo, Meira Mattos, na data de sua entrevista, encontrava-se com 87 anos de idade. Em 1964, era Coronel e comandava o 16º BC, em Cuiabá, Mato

¹³⁸ Procurei tomar o cuidado para não afirmar que a sociedade foi militarizada. Os civis estiveram atuando no governo, assumindo ministérios e outros órgãos importantes, que lhe deram visibilidade.

¹³⁹ Entrevista concedida por Aricildes de Moraes Motta a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

Grosso. Nesse mesmo ano, segundo sua entrevista, liderou a marcha pró “Revolução” com destino a Brasília. Em tese, Cuiabá se juntaria à tropa vinda de Campo Grande, o que acabou por não acontecer porque houve confusão de ordens de comando. “São decisões que não podem esperar muito. Acabei saindo sozinho” (MOTTA, 2003, t.1, p.227).

Meira Mattos, em sua narrativa, afirma que foi comandar o 16º BC em Cuiabá, MT, por “castigo” colocado pelo Ministro do Exército na época, General Jair Dantas Ribeiro¹⁴⁰, pois, segundo suas próprias palavras, discordava das “pretensões janguistas”. O depoimento de Meira Mattos cita alguns dos homens – civis e militares – que estavam “conspirando” contra o governo Goulart. Esta expressão – “conspiração” –, largamente usada pelo General Meira Mattos provavelmente tenha sido empregada para demonstrar como foi estruturada a “Revolução”. Há entre muitos depoentes a admissão de que participaram de uma conspiração contra o governo de João Goulart. Não se quer afirmar que essa conspiração apontada por Mattos tenha sido extraordinariamente planejada como já se pensou¹⁴¹. A historiografia vem apontando que a conspiração golpista havia reunido setores da sociedade civil e das Forças Armadas com o intuito de derrubar o presidente João Goulart. Todavia, não estava claro o que seria feito após a queda de Jango. Samantha Viz Quadrato afirma que não se sabia quem assumiria a presidência, por quanto tempo os militares ficariam presentes no cenário político e nem quando seriam as próximas eleições. Segundo Quadrato, eram os tempos de indefinições¹⁴².

Meira Mattos, durante o regime civil-militar, foi Vice-Chefe do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco e do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Ainda comandou a Academia Militar das Agulhas Negras e foi vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, EUA. Sua carreira militar é expressiva e representativa de um grupo que teve formação voltada para a defesa dos interesses nacionais e, por isso, para Meira Mattos, “houve um aplauso unânime à Revolução, porque salvou o Brasil de sucumbir a uma ditadura sindicalista” (MOTTA, 2003, t.1, p.228).

Outro chefe militar que mereceu atenção foi o General de Exército Antônio Jorge Corrêa que prestou depoimento sobre a participação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) durante a “Revolução”. Jorge Corrêa não deixa de expor o que pensa sobre

¹⁴⁰ Jair Ribeiro Dantas era um militar comprometido com a defesa do governo de Jango. Em 31 de março de 1964, Dantas Ribeiro encontrava-se hospitalizado. Ao tomar conhecimento pelo rádio da mobilização sindical e estudantil contra o golpe militar, comunicou-se com Goulart e disse estar pronto para apoiá-lo, desde que o CGT fosse extinto. Ver: BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

¹⁴¹ Em relação a este aspecto, ver: DREIFUSS, René A. **1964: A Conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁴² QUADRATO, 2006, p.129.

os fatos ocorridos entre 1964 e 1985. Sua entrevista foi selecionada por apresentar um parecer sobre a situação de uma das instituições mais prestigiadas do Exército, a AMAN, a qual, alegadamente, sofria com a “infiltração comunista”.

Aos 88 anos de idade, o General de Exército Antônio Jorge Corrêa foi entrevistado no dia 15 de março de 2000 pelo General Geraldo Luiz Nery da Silva. Jorge Corrêa, em 1964, era Coronel e Subcomandante da AMAN. Sua história na AMAN está atrelada a do Ex-Presidente da República General Humberto de Alencar Castello Branco. De acordo com as descrições que constam em seu depoimento, em 1960, o General de Divisão Humberto de Alencar Castello Branco assumiu “providencialmente” o cargo de Diretor de Ensino e Formação do Exército, ocupando-o até 1961, quando começou a atuar na Chefia da Diretoria Geral de Ensino, órgão que daria origem ao atual Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Conforme, Jorge Corrêa, Castello Branco entendia que a AMAN estava ocupada por esquerdistas que “ardilosamente” manobravam a instituição de modo “desastroso”. Castello Branco, conforme lembrou Jorge Corrêa, afastou os oficiais “esquerdistas” de seus cargos e substituiu a cúpula da AMAN pelos seguintes homens: Comandante, o General de Brigada Adalberto Pereira dos Santos¹⁴³; Subcomandante, o Coronel Emílio Garrastazu Médici; e o Comandante do Corpo de Cadetes, o Coronel Antonio Jorge Corrêa.

Jorge Corrêa afirma que, ao assumir as funções de Comandante de Corpo de Cadetes, deparou-se com uma situação surpreendente que, em síntese, se manifestava pela descaracterização do ambiente de ensino de uma Academia Militar. Para ele, essa situação era provocada por uma série de dispositivos que atingiam negativamente a Academia. Esses dispositivos encontravam-se no Regulamento de 58 e, segundo Jorge Corrêa,

[...] foram desastrosos do ponto de vista da formação dos oficiais: impediam a disciplina que se esperava de uma Academia Militar; a liberdade pessoal chegava a tornar-se incompatível com a seriedade e responsabilidade de uma ambiente militar; no Conjunto Principal da Academia Militar, estabeleceu-se o ambiente normal de uma universidade, isto é, as turmas deslocavam-se em passo sem cadência, dispensadas de continências e outros sinais de respeito; o mais grave é que este contexto de normas, situações e praxes parecia concorrer para deterioração e até o desprestígio dos ideais e do espírito militar. Em outras palavras, repetimos: tornando-a mais uma Escola Leiga do que uma Academia Militar (MOTTA, 2003, t.1, p.21 e 32).

¹⁴³ Tempos depois, Adalberto Pereira dos Santos foi vice-presidente da República no governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

A entrevista de Jorge Corrêa enumera muitas outras situações que ele considera desrespeitosas para a AMAN. A infiltração dos “vermelhos” numa escola como a AMAN levou a um estado de alarme que, conforme destaca, fez com que Castello Branco inspecionasse seguidamente a instituição, colocando homens de sua confiança no controle da mesma. Somente com o estabelecimento da ordem e da disciplina é que a AMAN pôde contribuir para o sucesso da “Revolução”, afirmou Jorge Corrêa.

A decisão histórica, adotada pelo Comando da Academia e arrebatadamente acatada por seus integrantes, a par de produzir excelente rendimento no sentido da solução do problema militar no Vale do Paraíba e no País, constitui uma reafirmação pública das tradições deste glorioso Estabelecimento de Ensino e dos generosos sentimentos, de patriotismo e de apego à cintilante carreira das armas, que aqui se cultivam no mais alto grau (MOTTA, 2003, t.1, p.47).

Jorge Corrêa, assim como a grande maioria dos militares entrevistados, possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra (ESG). Durante os governos da “Revolução”, foi membro do Conselho de Segurança Nacional e Ministro de Estado Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Sua estreita afinidade com o ex-presidente da República Castello Branco sugere sua elevação ao posto de General de Exército, bem como sua atuação aos postos de comando destacados acima. Mas, como já reiteramos, isso não é o suficiente. Jorge Corrêa acreditava convictamente que era necessário expulsar os militares “vermelhos” que assolavam a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), instituição altamente prestigiada por militares. Como pode ser visto em seu depoimento, muitos militares, professores e alunos acabaram sendo desligados da instituição. Jorge Corrêa lembrou que se comprovou, antes da “Revolução”, a existência de núcleos comunistas na AMAN, ligados fortemente à União Nacional dos Estudantes (UNE): “Tão logo se comprovou este triste e inédito quadro, foram tomadas necessárias providências que abortassem sua continuação: substituiu-se Coronel Prof. Manoel Cavalcante Proença identificando-se e afastando os participantes, do que resultou o desmantelamento do sistema” (MOTTA, 2003, t.1, p.32).

O depoimento de Jorge Corrêa torna-se, desse modo, importante porque indica as possíveis disputas que ocorriam na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Não temos todos os sujeitos que foram expulsos da instituição, bem como suas práticas, enquadradas como “comunistas”. Localizada em Resende, no Rio de Janeiro, a academia tornava-se importante instituição militar a ser preservada, reconhecida e, também, disputada por esses militares. Era importante, dessa forma, eliminar as divergências, repugnadas pelo

General Jorge Corrêa, pois como assegurou: “foi notável na Academia Militar das Agulhas Negras, nos episódios de 1964, a absoluta ausência de qualquer dissidência militar entre os 450 sargentos e os cerca de 1500 cadetes, apesar de terem sido visados e até tentados...” (MOTTA, 2003, t.1, p.51).

Educar os mais jovens, transmitindo a estes o sentimento de patriotismo, foi uma das metas alcançadas pelo grupo que assumiu a AMAN no período “pré-revolucionário”. Para isso, a história servia como mestra, portadora de lições a serem seguidas. Essa história a ser ensinada dentro das instituições militares de ensino e, no caso, a AMAN, deveria falar do Brasil, de sua história e, principalmente, dos fatos militares, de seus heróis e suas exemplares atitudes patrióticas. Era necessário usar do passado, de modo a selecionar episódios que as Forças Armadas e, sobretudo, o Exército, sentissem orgulho de ter participado e orgulho de pertencer a essa mesma história. Esses aspectos são visíveis no depoimento do General Jorge Corrêa, visto que, para ele, as transformações nas estruturas da AMAN provocaram mudanças salutares na instituição.

Com a aprovação do Comandante e da estrutura do ensino militar, introduzimos uma série de eventos e atos de civismo e brasilidade, a começar pela história de nossos grandes antepassados e heróis, pelo culto de nossos símbolos e deveres militares, pela hombridade cívica etc. (MOTTA, 2003, t.1, p.50).

Segundo o General Jorge Corrêa, a constituição da coleção de depoimentos sobre a “Revolução” e seus governos, pode servir:

[...] para nossas Escolas Militares, onde – a par de seus estudos sistemáticos ou rotineiros – desenvolvem-se palestras, seminários, simpósios extras que revelam ou revêem feitos, tópicos, vicissitudes e glórias da Pátria e do Exército, o que é um meio ou forma de criar ou manter um civismo e patriotismo sadios e inteligentes, porque baseados em fatos e conhecimentos.

O depoimento de Jorge Corrêa, nos trechos acima citados, ilustra as falas de outros entrevistados que corroboram a ideia de que foi preciso ter uma maior atenção com a juventude militar, demasiadamente influenciada pelos ideais comunistas. O ensino deveria ser indispensável para a formação de militares “sadios” e preparados para defender a pátria. Era precisamente a história a disciplina escolhida e que tinha a finalidade de educar esse jovem militar com lições de seus antepassados. Porém, os grupos não são homogêneos como eles próprios se representam e são representados. No caso dos militares, sabe-se da existência de

fraturas existentes na corporação, até mesmo durante o regime civil-militar, que são abafadas pela coleção.

No entanto, não faltaram militares anticomunistas que se voltaram, após o golpe de 31 de março de 1964, a atacar os grupos e indivíduos considerados “maléficos” à pátria. Esse é o caso do General de Brigada Ferdinando de Carvalho, que presidiu o Inquérito Policial sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), logo após a “Revolução”. Ferdinando de Carvalho nasceu em 12 de agosto de 1918, na cidade do Rio de Janeiro. Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra (ESG) e o curso de Comando e Estado Maior em *Fort Leavenworth, Kansas*, EUA¹⁴⁴.

Concedeu entrevista ao Exército em 17 de agosto de 2000, aos 82 anos de idade. Seu depoimento é semelhante a dos dois militares anteriores, General Meira Mattos e General Jorge Corrêa, e de outros militares que atuaram com empenho ao lado da “Revolução”, aniquilando os “vermelhos” que assombravam o território nacional e, sobretudo, as Forças Armadas, especialmente, o Exército.

Em 1964, Ferdinando de Carvalho era Tenente Coronel e encontrava-se, conforme dados obtidos em sua entrevista, na cidade de Curitiba, no Paraná, onde atuava no Comando do Centro de Preparação de Oficiais (CPOR). Sua atuação durante a “Revolução”, quer nos seus preparativos, quer no seu desenrolar, deu-se a partir da reunião no Automóvel Clube do Brasil, em 30 de março de 1964. Ferdinando de Carvalho narra que foi a partir dessa data que “tomou-se a decisão de que as Forças Armadas deveriam reagir” (MOTTA, 2003, t.2, p.153). Afirma que acompanhava a situação, antes mesmo do dia 30 março, mas confessa que não conspirava ou mesmo procurava estabelecer uma base revolucionária.

Com a decisão de que era necessária uma ação enérgica por parte das Forças Armadas, Ferdinando de Carvalho e seus companheiros de farda começaram a percorrer outras unidades para angariar adeptos na “Revolução”. Sua principal atuação foi procurar, nesses dias, obter adesão de Unidades do Exército e “neutralizar certas reações que surgiram” (MOTTA, 2003, t.2, p.153). Lembrou, durante a entrevista, que muitos oficiais que comandavam outras unidades concordavam com os propósitos da “Revolução”, mas estavam receosos com a possibilidade de uma reação contrária às suas. Embora Tenente Coronel, Ferdinando de Carvalho disse que procurava se responsabilizar por qualquer problema que acontecesse. Em

¹⁴⁴ Ferdinando de Carvalho é a autor de **Lembraí-vos de 35**, uma antologia que abrange as Ordens do Dia da Marinha, do Exército e da Aeronáutica referentes à Intentona Comunista. O texto afirma que cumpre a todo brasileiro “meditar sobre o 27 de novembro de 1935” argumentando que “mais do que nunca, a ameaça de uma nova intentona comunista paira sobre a nossa pátria”. Ver: CARVALHO, Ferdinando de. **Lembraí-vos de 35**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

todo o Paraná, segundo suas lembranças, foi realizada “uma verdadeira ‘cruzada’ de propaganda da Revolução, mostrando ao povo daquele estado, além das suas causas, os meios para que eles não se impregnassem de propaganda comunista” (MOTTA, 2003, t.2, p.154).

Após a “Revolução”, foi encarregado do Inquérito do Partido Comunista, trabalho que considerou bastante árduo, visto que era “[...] um inquérito sobre um partido, do qual não sabíamos onde era a sede e nem quais eram os seus dirigentes” (MOTTA, 2003, t.2, p.153). Trabalhou no Inquérito durante dois anos, contando com a colaboração do Exército e da Marinha. Nesse período, percorreram diversas localidades do Brasil, levantando dados e ouvindo pessoas que colaboraram com os propósitos das Forças Armadas na ocasião: levantar informações sobre a atuação dos elementos tidos como comunistas.

Na condução desse trabalho, o General Ferdinando de Carvalho lembra que foi organizada uma “verdadeira Unidade”. Conforme a narrativa:

Tínhamos uma equipe para interrogatórios, constituída por oficiais muito credenciados e competentes, que sabiam como conduzir uma inquirição; dispúnhamos de uma equipe de interpretação de documento, além de outra, de justiça, para dar forma jurídica aquilo que estava sendo feito, para a apresentação final ao tribunal. Ao final do mesmo, depois de concluído o relatório, somavam-se mais de 150 volumes. Foi preciso um caminhão para o transporte até o Supremo Tribunal Militar (MOTTA, 2003, t.2, p.154).

Esse trabalho, considerado uma tarefa patriótica, pois estavam perseguindo elementos que deteriorariam a pátria, é colocado na coleção de depoimentos como uma ação exemplar a ser seguida pelos mais jovens militares das três forças, bem como pela sociedade que preza pela disciplina e pela ordem.

Ferdinando de Carvalho afirmou que ao final do Inquérito poder-se-ia verificar, com clareza, toda a participação dos comunistas, mostrando os principais elementos envolvidos. Seria uma tarefa militar, pois havia sido encarregado pelos seus superiores a realizar o Inquérito, e também uma atitude nacionalista de um “homem de bem”. Ainda comenta em seu depoimento que sentiu consequências prejudiciais em relação ao Inquérito, visto que teve que se indispor com alguns elementos que, segundo ele, queriam que o mesmo terminasse de “qualquer maneira”¹⁴⁵.

O depoimento de Ferdinando de Carvalho apresenta um aspecto já discutido neste trabalho: a presença de comunistas no Brasil e o empenho das Forças Armadas em eliminá-los. Os comunistas estavam organizados de modo visível. Seu líder, Luis Carlos Prestes,

¹⁴⁵ As aspas foram colocadas no depoimento.

prestava escancarado apoio a João Goulart e incitava seus correligionários a aderir ao projeto de reformas de base do governo. Além disso, sabia-se da existência de comunistas no movimento estudantil, no movimento sindical e, também, no próprio governo federal. Porém, muitos daqueles acusados de comunistas não eram exatamente filiados ao PCB. Eram vistos como “vermelhos” porque representavam um movimento, denominado por Reis Filho¹⁴⁶, de reformista revolucionário, como as alas mais radicais do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), da Frente Parlamentar Nacionalista e da Frente de Mobilização Popular. No entanto, havia aqueles que prezavam pelo enfrentamento revolucionário, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), Ação Popular (AP), Ligas Camponesas, entre outros¹⁴⁷.

Após a “Revolução”, era preciso “eliminá-los”, por isso a existência de mecanismos, como os Inquéritos, que deveriam limpar a nação desses sujeitos “maléficos”. A ditadura não poupou, desse modo, formas de eliminação, como as práticas de tortura na OBAN e nos DOI-CODIs, e suas sequelas marcadas naqueles corpos, assim como os desaparecimentos de presos políticos. Os “revolucionários” acreditavam ser preciso eliminar esses elementos que poderiam levar a nação ao “catastrófico” bloco socialista, instalando aqui uma ditadura do proletariado. Eles, os “revolucionários”, acreditavam e tinham consciência dos perigos que os “vermelhos” representavam, o que poderiam fazer e, principalmente, o que ameaçavam fazer. Não se quer aqui, de modo algum, justificar a ditadura e suas ações arbitrárias. No entanto, cabe dizer que muitas das representações que os depoentes militares faziam dos “comunistas” eram resultantes de ações reais de partidos, movimentos, grupos e/ou sujeitos isolados no Brasil que repercutia como algo perigoso na visão das Forças Armadas.

A participação da ECEME é relatada pelo Coronel José Tancredo Ramos Jubé, que tece comentários acerca de vida militar em outra instituição, a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), no período da “Revolução” e a tomada da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. José Tancredo Ramos Jubé possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG). Além disso, formou-se em Direito e Administração de Empresas. A carreira militar de José Ramos Jubé é bastante extensa, tendo, por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, integrado o III Grupo de Obuses da FEB, na função de Auxiliar do Comandante da Linha de Fogo.

Em março de 1964, José Ramos Jubé ocupava o posto de Major e Instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Em suas lembranças, narradas em 12 de setembro de 2000, assegurou que a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME)

¹⁴⁶ REIS FILHO, 2005, p.35.

¹⁴⁷ MOTTA, 2004, p.36.

estava minada por um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart. Afirma que os integrantes da ECEME faziam reuniões frequentes para discutir o destino “[...] do nosso País, diante da situação de verdadeiro descalabro que mal suportávamos” (MOTTA, 2003, t.2, p.324).

O Coronel Jubé considerou que o fato de todos militares terem formação cristã e democrática dificultava uma aceitação sobre o que vinha ocorrendo no Brasil. Sendo assim, lembra o seguinte: “começamos, efetivamente, a conspirar. Lembro-me, até com certa saudade, quando os então Majores Fernando Guimarães de Cerqueira Lima e o Marinho – cujo nome completo, agora, infelizmente, não me recordo – foram à minha casa e me convidaram para participar da atuação revolucionária. Aceitei, incontinenti” (tomo 2, p.324).

José Ramos Jubé narra que sua atuação se deu a partir do grupo de oficiais da ECEME, coordenado pelo General Ulhôa Cintra¹⁴⁸, que preparava o grupo para um possível confronto com militares que apoiavam João Goulart. Nesse sentido, o Coronel Jubé disse que foi incumbido de ir a Volta Redonda para avaliar a situação do Batalhão, cuja parada era naquela cidade. Conforme sua descrição, contou com a sorte de encontrar um major muito seu amigo, Major Autran, irmão do ator Paulo Autran, que lhe deu as seguintes informações: “[...] a Unidade se inclinava para uma posição contrária ao Governo João Goulart” (MOTTA, 2003, t.2, p.324).

Assim se desenvolvia a “Revolução”, conforme a descrição do Coronel Jose Ramos Jubé. Ela era invocada pelas insatisfações que tomavam corpo dentro do Exército e, particularmente, na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Seus preparativos eram conspiratórios, segundo as palavras do próprio Coronel. Havia grupos de militares que procuravam se organizar para atuar em um confronto contra tropas ligadas ao governo de João Goulart.

Eclodida a “Revolução”, o Coronel Jubé lembra que, na noite do dia 31 de março de 1964, o então instrutor de História Militar, Coronel João Baptista Figueiredo, chamou-o e perguntou-lhe se teria condições de ocupar imediatamente a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Segundo as palavras de Jubé, após a instrução, “prontifiquei-me a

¹⁴⁸ Conforme Carlos Fico, o general-de-brigada José Pinheiro de Ulhôa Cintra foi “um dos grandes revolucionários do Exército”, segundo Castelo Branco, de quem era homem de confiança por ter sido seu cadete na Escola Militar de Realengo e subordinado nos campos da Itália. Enteadado do ex-presidente Eurico Dutra, Ulhôa Cintra era tido como um homem “violento, querendo fazer bobagem”, segundo o general Costa e Silva. Ele tinha sido excluído da lista de promoções de 25 de novembro de 1963 e odiava Goulart por isso e pelo perfil político do presidente. Para maiores detalhes, ver: FICO, Carlos. **O grande irmão:** da Operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

cumprir essa missão. Reuni um grupo de oficiais alunos da ECEME e, em duas Kombis, dirigimo-nos para a Secretaria” (MOTTA, 2003, t.2, p.324). O Coronel Jubé conhecia o local, pois havia servido lá anos antes, em 1961. Conforme informações contidas em seu depoimento, ao chegarem ao local, logo cercaram a área e, montado o dispositivo, com todos armados, Jubé bateu na porta. Quem o recepcionou, sem maiores cuidados, foi um conhecido seu, que, assustado com uma pistola apontada para ele, afirmou não ter ninguém no local, contribuindo para o sucesso da ocupação.

Fiz um sinal, com a mão, para agrupar o pessoal. Entramos no interior do edifício e ocupamos a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Houve gente que, na pressa para abandonar o local, deixara até o paletó no encosto da cadeira. Tomamos algumas providências adicionais e passamos a noite ali.

Na madrugada de 31 de março para 1º de abril, apareceu o Coronel Jayme Portella de Mello, nomeado Chefe da Secretaria Geral. Transmiti-lhe o cargo com tudo normalizado (tomo 2, p. 325).

O Coronel, durante o regime, atuou no Gabinete do Ministro Costa e Silva entre 1964 e 1967, e no Gabinete Militar da Presidência, no governo de Costa e Silva, entre 1967 e 1969. Mais tarde, entre 1972 a 1975, comandou o 10º grupo de Artilharia de Campanha, em Fortaleza. Não há passagens em seu depoimento sobre sua atuação nos cargos mencionados acima. Todavia, sua passagem por esses postos pode ser levada em consideração devido à sua dedicação durante a “Revolução”, assim como no seu empenho em manter os governos alinhados aos propósitos “revolucionários”.

Chama a atenção na narrativa do Coronel Jubé o fato de mostrar a “Revolução” como um esquema altamente planejado antes de 31 de março de 1964. Pelas suas palavras, podemos perceber a existência de homens já escolhidos pelos “revolucionários” a ocuparem cargos e instituições já definidos antes da tomada de poder em março de 1964. Essa narrativa, difundida entre os militares e civis, provavelmente tenha tido o propósito de, primeiramente, demonstrar que os militares fizeram uma leitura atenta dos fatos que aconteciam naquele período. Ou seja, eram homens que tinham como dever e obrigação defender a pátria contra os possíveis “inimigos”. Para isso, organizava-se meticulosamente um “movimento revolucionário” a fim de obter êxito em suas ações. A segunda explicação para essa narrativa tem a ver com a forma pela qual o Exército procurou historiar a “Revolução”. Isto é, os acontecimentos de 31 de março de 1964 seriam a demonstração de algo “epopéico”, marcado pela bravura, hombridade e patriotismo. O clima de guerra narrado pelo Coronel Jubé é exemplar nesse ponto, visto que pegou em armas para defender, antes de tudo, a nação. Ele e

seus “bravos” companheiros fariam parte de um esquema conspiratório, que tinha em seu bojo sentimentos de amor à pátria, comum de uma corporação como o Exército.

Sobre esse aspecto, cabe lembrar que a historiografia recente vem apontando que a conspiração que se efetuou no Brasil não era tão definida quanto se imaginava. Havia inúmeros grupos de civis e militares que conspiravam contra João Goulart. No entanto, suas propostas e projetos não eram tão alinhados e homogêneos quanto se pensa¹⁴⁹.

Da coordenadoria regional Rio de Janeiro/Minas Gerais, selecionamos a entrevista do Coronel Henrique Carlos Guedes, realizada em 21 de novembro de 2000, por apresentar uma narrativa de sua trajetória profissional atrelada aos episódios da “Revolução”. O Coronel Henrique Guedes é filho do General Carlos Luis Guedes que, ao lado do General Olympio Mourão Filho e com o apoio do Governador Magalhães Pinto, atuou no desencadeamento do golpe civil-militar de 1964.

Henrique Carlos Guedes, natural da cidade de São Paulo, realizou todos os cursos regulares do Exército e, em 1964, era comandante da 4ª Companhia de Polícia do Exército, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Sua carreira não foi promissora como a de muitos outros entrevistados pela coleção. Durante a ditadura civil-militar, Guedes apenas atuou na chefia da 11ª Circunscrição do Serviço Militar (CSM) e, no final de sua carreira, exerceu a função de Assistente da 5ª Subchefia do Estado Maior do Exército, em Brasília, no Distrito Federal. No entanto, seu testemunho é importante de ser analisado, na medida em que revela suas vivências com seu pai, o General Carlos Luis Guedes, nos episódios da “Revolução” de 1964. Muitas de suas falas são permeadas por aquilo que Pollack chama de memória por tabela. Isto é, são reminiscências que não dizem respeito a suas lembranças, mas às memórias de outros sujeitos que ouviu falar¹⁵⁰.

Guedes inicia sua narrativa contando como esteve articulado em torno do “movimento revolucionário”. Suas lembranças iniciam com a história de vida de seu pai que na época era uma liderança em Minas Gerais. Segundo consta em seu depoimento, seu pai havia se engajado na “Revolução” em fins de 1961, a partir do momento em que foi para Minas Gerais, sendo nomeado Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão (ID/4). A partir de então, segundo suas lembranças, seu pai passou a acompanhar a situação “[...] explosiva em que se encontrava o Brasil, durante o desgoverno de João Goulart” (tomo 3, p.249). As

¹⁴⁹ Sobre este aspecto, ver: FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁵⁰ POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-12, 1992.

articulações militares do General Carlos Luis Guedes em Minas Gerais foram fáceis, pois era natural de São João Del Rey e, por isso, conhecia profundamente o território. As preocupações do General Guedes, segundo as lembranças de seu filho, giravam em torno da situação vivenciada no Brasil da época, pois “ao verificar que a situação do País estava se degradingolando a cada dia, começou a juntar as pessoas necessárias para mudar aquele quadro perverso. Foi fazendo isso aos poucos, reunindo o pessoal e tomando as providências para conscientizar e mobilizar a nossa gente contra anarquia que imperava impunemente”. (tomo 3, p.249). Percebe-se aqui que as memórias de seu pai, muitas já descritas no livro “Tinha que ser Minas”¹⁵¹, de autoria do General Carlos Luis Guedes, foram repetidas pelo filho que se percebe integrante de uma mesma memória. De acordo com Pollak, “são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, p.201). Podemos também pensar que essas memórias, apresentadas, tanto pelo pai, quanto pelo filho, foram resultantes de convivências familiares, de momentos em que ambos compartilharam lembranças de um passado recente, estando à frente de um movimento, segundo eles, “salvacionista”.

Da mesma forma que seu pai, General Carlos Luis Guedes, o Coronel Henrique Carlos Guedes participou da “Revolução” atuando, do seu modo, antes de sua eclosão. Desde cedo, acompanhava o pai em reuniões com o General Mourão Filho, que aconteciam, muitas vezes, em sua residência, sem ter um comprometimento efetivo com os planos lançados. Diversas vezes, lembra Guedes, recebia os emissários do Governador Magalhães Pinto e assim os acompanhava em seu carro, na época um “fusquinha”, do aeroporto de Juiz de Fora até a sua casa. No entanto, segundo suas lembranças, participou efetivamente na fase final do “movimento revolucionário”.

Foi a partir das articulações entre seu pai e outros homens ligados ao General Mourão Filho que Henrique Carlos Guedes começou a tomar parte da Revolução. Conforme consta no depoimento à coleção, no início ficou muito assustado, pois acreditava que o plano de levantar Minas Gerais contra o governo Jango era extremamente ousado. De acordo com suas memórias, ao questionar seu pai sobre as possibilidades de um fracasso, sempre recebia como

¹⁵¹ GUEDES, Carlos Luis. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979.

resposta um parecer de alguém que almejava defender sua pátria, tendo coragem e, sobretudo, confiança de que tudo daria certo.

Meu filho, em 1930, o Getúlio não contava, inicialmente, com nenhuma Unidade no Rio de Janeiro, elas aderiram, uma a uma, no curso dos acontecimentos, então, não se preocupe que vai dar certo. Nós iniciaremos a Revolução e as adesões virão em seguida. O povo e o Exército estão cansados das inconseqüências desse governo títere (tomo 3. p.249)

Durante a “Revolução”, coube ao Coronel Guedes, junto com o Tenente Waldyr Abbês, a responsabilidade pela segurança da cidade de Juiz de Fora. Isso ocorreu porque todas as Unidades Operacionais de Juiz de Fora, acrescidas do Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, deslocaram-se para o Rio de Janeiro. Guedes procurou no depoimento frisar o apoio que a Polícia Militar de Minas Gerais conferiu aos “revolucionários”, o que, segundo ele, “[...] permite avaliar como tínhamos o apoio maciço da população” (MOTTA, 2003, t.3, p.250).

Há também narrativas em que os depoentes falam sobre seu desempenho durante o regime e sua atuação no combate às guerrilhas. Esse é o caso do Tenente Coronel Licio Augusto Ribeiro Maciel que realizou um relato sobre as operações de combate e incidentes ocorridos na Guerrilha do Araguaia, em 1973.

Licio Augusto Ribeiro Maciel nasceu na cidade de Maceió, Alagoas. Como consta em seu relato, no ano de 1950 prestou exames para a Escola Militar de Resende, onde foi incluído em março do mesmo ano, sendo declarado Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia em novembro de 1952, turma Barão do Rio Branco, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Como Aspirante, foi servir no 3º Grupo de Artilharia a Cavalos 75, em Alegrete, no Rio Grande do Sul. Em setembro de 1953, prestou exames para a Escola de Paraquedistas do Exército, onde permaneceu até 1960, tendo feito todos os cursos existentes. Nesse mesmo ano, prestou exame para a Escola Técnica do Exército, então Instituto Militar de Engenharia (IME), formando-se em Engenharia de Comunicações, em 1963.

Um ano após o golpe, foi classificado para ocupar a 9ª Região Militar, em Mato Grosso, onde permaneceu até 1968, quando foi nomeado para o Centro de Informações do Exército (CIE), órgão do Gabinete do Ministro do Exército¹⁵². Nesse posto, ficou até 1974,

¹⁵² Ocupava o cargo de Ministro do Exército, nessa época, o General Aurélio de Lyra Tavares.

sendo, inclusive, agraciado com a Medalha do Pacificador com Palma¹⁵³, em 13 de outubro de 1972.

O Tenente Coronel Licio Maciel procura, em seu relato, segundo ele próprio, responder às “[...] versões fantasiosas e mentirosas de alguns combates e incidentes na guerrilha do Araguaia” (MOTTA, 2003, t.7, p.286). Licio Maciel ficou conhecido nacionalmente por ter sido ferido, no rosto e na mão, por tiros disparados por uma guerrilheira no Araguaia, em 1973, conhecida como Sônia¹⁵⁴.

Seu relato sobre os combates na Guerrilha do Araguaia teve como finalidade demonstrar o clima de guerra pelo qual o Brasil estava sendo ameaçado, apresentar as tentativas dos guerrilheiros em eliminar as Forças Armadas com uso da violência, bem como suas táticas “ardilosas”. Isso tudo pode ser notado desde o início do depoimento, quando Licio Maciel descreve as táticas do grupo guerrilheiro:

Quando os militares chegavam na área, eles se escondiam em refúgios muito bem planejados e preparados, verdadeiras “tocas de onça”, à beira de um córrego de águas cristalinas, com muito conforto ficavam dormindo. Só saíam quando não havia mais perigo e se vingavam em quem tivesse tido contato com os militares. Hoje tentam tornar crível uma série de mentiras, que sugerem aos moradores da área com interesses pecuniários, repetidamente. Mas contra fatos não há argumentos. O PC do B tem por emblema a foice e o martelo, além do próprio nome, partido comunista (tomo 7, p.286).

Seguindo a narrativa, Licio Maciel afirma que o Exército deu inúmeras e demoradas oportunidades para que eles se entregassem, visto que, conforme relata, o local foi descoberto em 1972 e somente neutralizado em 1974. É perceptível que a intenção de Licio, assim como a do Exército, é transmitir ao leitor da coleção uma imagem “heróica” da instituição, em que homens saíram de seus lares, deixando suas famílias, para combater “terroristas” em armas, que ameaçavam o país. Ao mesmo tempo, outro objetivo é fazer crer que o Exército se prontificou, a todo tempo, em não atacar os guerrilheiros de imediato, aceitando que esses se entregassem, sem que entrassem em confronto.

¹⁵³ Conforme o Decreto nº 4.207, de 23 de abril de 1971, a Medalha do Pacificador com Palma era concedida aos militares e aos civis brasileiros que, em tempo de paz, no exercício de suas funções ou no cumprimento de missões de caráter militar, tenham se distinguido por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida.

¹⁵⁴ “Sônia” era o codinome de Lúcia Maria de Souza, estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Conforme o grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, ela deixou a faculdade no 4º ano quando estagiava no Hospital Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, devido à perseguição da repressão e foi para o Araguaia. Para maiores detalhes, consultar: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>>.

No início de 1974, inúmeras vezes foram lançados panfletos e transmitidas mensagens por megafone, por meio de aeronave à baixa altura concitando a que se entregassem, com a garantia de julgamento justo, tratamento humano e imparcial. Não surtiu efeito; eles preferiram o confronto e assim aconteceu (tomo 7, p.286).

Na descrição dos confrontos, a figura do guerrilheiro é caracterizada como a de um “terrorista”, que tem como objetivo fazer o mal. Os militares estariam sempre na posição de defesa, colaborando para que eles se entregassem. Licio Maciel afirma que o caso “Sônia” foi exatamente assim.

Estávamos seguindo o grupo na mata e, em determinado momento, a Sônia voltou inesperadamente, recebendo voz de prisão, repetida três vezes, e mais as advertências “não faça isso”, à medida que ela tentava sacar o revólver do coldre. Após a terceira advertência, como Sônia continuava, já tendo a arma na mão, foi alvejada na perna e caiu. Fui rapidamente até ela e, enquanto procurava o revolver, disse-lhe para ficar quieta que iríamos salvá-la. Não achei revólver no meio da espessa folhagem, já com razoável escuridão na mata fechada. Tivemos que ir em perseguição ao restante do grupo de subversivos, que fugiu, atravessando um córrego e atirando em nossa direção. Como anoitecia – a mata já ficava bem escura – voltamos; atravessar o córrego seria expor-se muito ao inimigo. Aproximando-me da Sônia, caída, ela abriu fogo, à queima-roupa, pois tinha encontrado o revólver. Incontinenti, nossa equipe reagiu, alvejando-a mortalmente. Caí desacordado e fui socorrido pelos meus companheiros. Levei dois tiros, um no rosto e outro na mão; o Capitão Curió, que vinha atrás de mim, foi atingido no braço (MOTTA, 2003, t.7, p.292).

Mesmo que narrativa de Licio Maciel tenha elementos de uma memória individual, em muitos pontos ela está associada à memória do grupo, da coletividade, do Exército. Ao caracterizar os embates entre o Exército e os guerrilheiros, no Araguaia, como “grandes batalhas” de “corajosos” e “patriotas” contra “bandidos”, “terroristas” e “mentirosos”, o Tenente Coronel Licio Maciel lembrou episódios que não dizem respeito somente a sua memória, mas também à memória de um grupo, o Exército, que procura ainda hoje construir uma outra história da ditadura civil-militar.

Contar a história na perspectiva dos militares foi o objetivo de outras narrativas, como a do Coronel Pedro Américo Leal. O depoimento deste à coleção se tornou importante por varias razões: a primeira é porque, segundo seu depoimento, teve uma atuação “exemplar” na carreira militar. A segunda razão que explica a escolha da entrevista de Américo Leal está relacionada à sua atuação fora do círculo militar, em universidades e no meio político partidário.

Pedro Américo Leal nasceu no Rio de Janeiro, em junho de 1924, e ingressou no Exército em 30 de abril de 1943 como aluno da Escola Preparatória de Fortaleza (EPF), atualmente Colégio Militar de Fortaleza, no Ceará. Após os estudos no nordeste, Américo Leal cursou a Escola Militar de Resende, atual AMAN, e foi declarado Aspirante a Oficial de Infantaria em 17 de dezembro de 1948.

Classificado no 8º Batalhão de Caçadores (8º BC), em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, galgou o primeiro posto em 25 de junho de 1949. Segundo informações que constam em sua entrevista, Américo Leal “logo após realizar o Curso de Transmissões, foi transferido para a 1ª Companhia de Guardas (1ª Cia. Gd), em Porto Alegre. Serviu naquela Subunidade até 1952 quando, mercê de suas qualidades profissionais e já 1º Tenente, foi nomeado Auxiliar de Instrutor da então Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA), atual Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA)” (MOTTA, t.13, 2004. p.231) .

Durante os anos 50, Américo Leal atuou na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEX), foi Ajudante de Ordens da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI) e cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Em 1962, foi promovido a Major e, em seguida, Instrutor Chefe do Curso de Infantaria do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR/Porto Alegre), ali permanecendo até o início da “Revolução”. Durante esse período, segundo Américo Leal, suas reuniões com outros membros do CPOR de Porto Alegre que estavam decididos a reagir contra João Goulart. De acordo com Américo Leal, foi por esse motivo que “[...] fui afastado, movimentado para Ipameri, em Goiás, e até ameaçado de ser submetido a um Conselho de Justificação. Fui expurgado do CPOR, nem no baile de formatura pude ir. Na verdade, após nove meses de trabalho fiquei imobilizado, anulado. Tudo isso porque [...] comecei a trabalhar para impedir que o País caísse na esparrela comunista” (MOTTA, 13, 2004, p. 244).

Mas, a narrativa do Coronel Pedro Américo Leal não se resume a nomes do meio militar. Fora do Exército, havia organizações e pessoas que estavam, segundo afirma, “conspirando” contra o governo de João Goulart¹⁵⁵.

O entrevistado considera de suma importância as organizações que atuaram em defesa da “Revolução”. Um delas é a “Educando pela Democracia”, cuja história é retratada no artigo “O acordar dos militares”¹⁵⁶, de sua autoria. A partir dessa organização, conforme

¹⁵⁵ Interessante observar que Américo Leal levanta nomes de sujeitos ainda não mencionados em trabalhos acadêmicos que precisam ser examinados com atenção. Ainda sobre esse aspecto, chama a atenção a mobilidade que Américo Leal, Major em 1964, tinha entre o meio não militar.

¹⁵⁶ O artigo foi citado por Pedro Américo Leal em seu depoimento. Durante a pesquisa, procurei o artigo em diversos locais e não consegui localizá-lo.

lembra, “cortamos todo o Rio Grande pregando Democracia para os estudantes do 3º grau”. Era um grupo que reunia homens como Galeno Lacerda, desembargador, hoje está aposentado¹⁵⁷; Hugo di Primo Paz, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Clóvis Stenzel, psicólogo e advogado, tendo atuado como líder da ARENA no Congresso; Ecilda Haenzel, advogada, cujo marido, o médico José Marino Haenzel, também colaborou intensamente na derrubada de João Goulart. Outro colaborador, considerado de “peso” por Pedro Américo Leal, foi José Otão, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que possibilitou o surgimento e a organização do grupo “Educando pela Democracia” na própria universidade.

Américo Leal destaca ainda os nomes de João de Souza Jardim, que foi Secretário de Estado e um homem chamado Paulo, ambos da COPAGRA¹⁵⁸, muito procurados pelos militares, pois forneceriam subsídios importantes para a “Revolução”. De acordo com Pedro Américo Leal, “o pessoal foi se agrupando” através da “Educando pela Democracia” e, posteriormente, da “Ação Democrática Renovadora”. Além disso, Américo Leal viajou seguidamente para o interior do Rio Grande do Sul: “[...] estive em Rio Grande, fui até Caxias onde conversei com o Victor Faccione [sic] que naquele tempo era líder estudantil e hoje é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado” (MOTTA, 2003, t.13, p.246).

Essa rede, formada por civis e militares, contrária ao governo de João Goulart, demonstra, mais uma vez, a participação da sociedade no golpe civil-militar de 1964. Américo Leal ainda lembrou, durante a entrevista, da troca de correspondência com o General Olympio Mourão Filho, grande amigo seu, que, conforme sua narrativa, “quando vinha a Porto Alegre, em geral tomava café comigo lá em casa, ali na Rua Casemiro de Abreu, 610” (MOTTA, 2003, t.13, p.247).

Durante o regime, não há informações sobre seu desempenho como Chefe de Polícia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, cargo que desempenhou, já como Tenente Coronel, desde 25 de dezembro de 1967 até o final do ano seguinte, quando foi transferido para a reserva. Ainda na área do Governo do Estado, foi professor e diretor da Academia de Polícia Civil e professor da Academia de Polícia Militar, em Porto Alegre.

Em 1970, Pedro Américo Leal foi eleito deputado estadual pela ARENA, reelegendo-se por mais três legislaturas. Seu mandato na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul é marcado pelos fortes pronunciamentos de defesa da “Revolução” e dos “governos revolucionários”, assim como pela defesa de valores relacionados com sua formação militar,

¹⁵⁷ Galeno Lacerda foi ainda Professor Catedrático de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁵⁸ Cooperativa Agroindustrial do Noroeste Paranaense.

como a ordem e a hierarquia. Os votos que Américo Leal recebeu representam, em certa medida, a existência de apoio de parcela da população em torno da ditadura civil-militar.

Há muitos depoentes militares que atuaram como senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, etc. Suas trajetórias nessas instituições, conforme as narrativas, são marcadas pelo “sucesso”. Porém, as lembranças sobre suas atuações em cargos públicos são pequenas frente a outras descrições, foco da coleção.

Outra entrevista analisada neste trabalho foi a do Coronel Antonio Erasmo Dias, concedida em 17 de outubro de 2000. Erasmo Dias nasceu em 1924, em Paraguaçu, interior de São Paulo. Coursou inicialmente a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, entre 1941 e 1942. Em seguida, ingressou na Escola Militar do Realengo (1943/1944), onde concluiu o curso como aspirante a oficial de Artilharia, em 1945. Mais tarde, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1954) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1958/1961).

Foi Comandante da 3ª Bateria de Obuses de Costa, como Major, no Guarujá (1962/1965) e do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, na Praia Grande (1968/1970). Foi Chefe do Estado Maior do Comando de Artilharia de Costa Antiaérea, como Coronel, em Santos (1971) e Chefe do Estado Maior da 2ª Região Militar, como Coronel, em São Paulo (1973).

Fora do círculo militar, Erasmo Dias, em 1962, concluiu o curso de Bacharelado em História pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Durante a derrubada do governo de João Goulart, em 1964, comandou a ocupação da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão.

Quatro anos depois, em outubro de 1968, comandou a Fortaleza de Itaipu (6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado), em Praia Grande, onde ficaram presos os 22 participantes do frustrado 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, dissolvido pela Força Pública e pelo DOPS. Em 1970, no município de Registro, no Vale da Ribeira, Erasmo Dias comandou a malsucedida operação de cerco ao guerrilheiro Carlos Lamarca.

Em 1974, Dias foi nomeado secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, no governo de Laudo Natel (1971-1975), cargo que manteve ao longo do governo de Paulo Egídio Martins, até 1978. Cabe notar que esses dois governos contaram com o apoio da ditadura, sendo que na administração de Paulo Egídio Martins ocorreu o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975.

Como pode ser verificado acima, Erasmo Dias teve uma carreira bastante atuante, sobretudo nos enfrentamentos com os grupos de esquerda, que se organizavam no movimento

estudantil. Porém, dos episódios acima referidos, nenhum havia levado o Coronel Erasmo Dias a conhecimento nacional como foi a tomada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), em 22 de setembro de 1977, posteriormente denominada de “A invasão da PUC”, onde uma reunião de estudantes pretendia refundar a UNE. Suas lembranças acerca desse episódio demonstram a maneira como pensava sobre o movimento estudantil daquela época: “o Movimento Estudantil, assim chamado, envolvendo falsos estudantes, militantes subversivos de todos os matizes, incentivado por uma elite marxista ainda atuante, tinha como objetivo o ressurgimento da UNE, posta na ilegalidade, e que representava a “baderna” de contestação ao regime” (MOTTA, 2003, t.7. p.146).

De acordo com o depoente, “[...] durante inúmeras vezes, em locais diferentes foi tentada a realização de congressos da UNE como desafio ao Governo, em manifestações de ‘desordem’, de conseqüências imprevisíveis” (MOTTA, 2003, t.7, p.146). Nesse sentido, o episódio da tomada da PUC, de São Paulo, foi uma resposta das forças “salvacionistas” contra o “terrorismo”. A universidade, de acordo com o depoimento de Erasmo Dias, tornou-se o pretense bastião intocável e seguro de toda atividade de “desobediência civil”, que tinha como objetivo capital proporcionar, com sucesso, a realização do Congresso da UNE. Conforme suas lembranças, como a manifestação foi transferida para o lado externo, com a presença de pessoas estranhas à PUC que desafiavam o regime “[...] deu-se então a repressão necessária preparada para fazer face à desobediência indicativa de desrespeito ao princípio de autoridade e manifesta desordem pública” (MOTTA, 2003, t.7, p.147).

Tanto a dissolução, conseguida a partir das bombas de gás lacrimogêneo, quanto a busca e apreensão no Centro Acadêmico, geraram estado de pânico, considerado “momentâneo” pelo entrevistado. Para Erasmo Dias,

O espaço estreito e a desobediência dos manifestantes à determinação de dissolução, provocaram queimaduras em alguns jovens, pelo gás desprendido [...]. Assim, as lamentáveis queimaduras, imprevisíveis, tiveram como principais responsáveis as vítimas que, por desobediência e insistência no confronto, motivaram essas conseqüências indesejáveis. Cumprimos, dentro da lei, nossa obrigação (MOTTA, 7. p.147).

O Coronel Antonio Erasmo Dias, na época Secretário de Segurança Pública, e seus assessores, foram processados através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. O resultado, segundo consta em seu relato, foi o arquivamento do processo, pois haviam cumprido um dever legal. Essa

era uma prerrogativa de que os militares sempre se valeram e que apenas podia ser admitida ou passível de reconhecimento na perspectiva da ditadura.

Do que foi exposto acima, nota-se uma tentativa por parte do depoente em mostrar que os erros foram cometidos pelos manifestantes. Cabe notar que a decisão em tomar a universidade partiu do Secretário de Segurança Pública, o depoente. Ou seja, Erasmo Dias, com o consentimento de seus próximos, resolveu agir.

Antonio Erasmo Dias apresenta uma trajetória de conflitos com as esquerdas, reprimindo manifestações, assim como lideranças, grupos e movimentos armados, o que nos levaria a acreditar que seu nome tenha sido repudiado pela sociedade. Porém, após ter deixado a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, foi eleito deputado federal pela ARENA em 1978, ou seja, apenas um ano após o incidente. Em seguida, foi também eleito deputado estadual por três vezes – pelo PDS¹⁵⁹ e pelo PPR¹⁶⁰ - e, por fim, vereador do Município de São Paulo – pelo PPB¹⁶¹. Seu último mandato terminou em 2004. Assim como o Coronel Pedro Américo Leal, que atuou como parlamentar no Rio Grande do Sul, o Coronel Antonio Erasmo Dias notabilizou-se pelo discurso radicalmente anticomunista, atuando em São Paulo.

Estudando as bases sociais da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Lucia Grinberg afirma que os resultados eleitorais da Arena demonstram o apoio de grande parte da sociedade ao regime. No entanto, Grinberg considera importante não somente atentarmos para o número de votos, mas também às pessoas que se candidataram e receberam esses votos, pois, segundo ela “[...] o voto não é orientado apenas pela legenda, mas em grande parte pelo reconhecimento do candidato do eleitor”¹⁶². Ou seja, é importante que se conheça os vínculos entre os candidatos da ARENA e seu eleitorado antes do golpe civil-militar de 1964 e o novo regime.

Antonio Erasmo Dias e Pedro Américo Leal não representam o que foi considerado por Grinberg, visto que não atuaram como políticos antes da década de 1970. De outro modo, concordamos com Grinberg quando afirma que a ARENA não existiu como entidade abstrata, e, sim, como o resultado de práticas de milhares de pessoas em todo o território nacional, como eleitores, simpatizantes, militantes e políticos. Nesse sentido, as relações sociais de que

¹⁵⁹ PDS – Partido Democrático Social.

¹⁶⁰ PPR – Partido Progressista Renovador.

¹⁶¹ PPB – Partido Progressista Brasileiro.

¹⁶² GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

os dois depoentes usufruíram antes de seus mandatos, sem dúvida, contribuíram para suas eleições.

3.3 A Coloração Civil: Um Apoio Discreto ao Projeto

A memória social construída sobre a ditadura civil-militar, que tomou corpo após a anistia, em 1979, é a de que o regime político após 1964 foi comandado exclusivamente por militares, os chamados “gorilas”. Sozinhos, esses derrubaram João Goulart do poder e instauraram um período marcado unicamente pelo autoritarismo. Essa memória, no entanto, esqueceu de verificar que a ditadura contou com o apoio de parcelas importantes da sociedade civil, tanto na deflagração do golpe, quanto na condução do novo governo. Por outro lado, em relação a este aspecto, os militares e, sobretudo, o Exército, produziram memórias que enfatizam uma constante atuação de civis ao lado dos militares, afirmando que as Forças Armadas foram “intérpretes da vontade nacional”. Ou seja, a responsabilidade seria da sociedade e não dos militares. E os civis que atuaram ao lado dos militares nos “governos revolucionários”, o que dizem sobre isso? Alguns trabalhos, já citados, afirmam que esses personagens procuraram calar-se a respeito, ou seja, silenciam sobre os apoios e consentimentos ao regime, como o trabalho de Janaina Cordeiro a respeito da Campanha da Mulher pela Democracia, a CAMDE. Entretanto, no caso dos depoimentos examinados, isso é diferente. A coleção procurou, como já vimos, dar voz aos civis que estiveram ao lado da “Revolução”, sem que esses tivessem medo e/ou ressentimentos sobre suas contribuições.

Ao todo, foram entrevistados 41 civis que tiveram participação nos acontecimentos ocorridos entre 1964 e 1985. A principal atenção dos organizadores da coleção com os civis foi apresentá-los como agentes importantes do regime civil-militar. Embora não tenham sido maioria nos governos dos generais-militares, foram figuras fundamentais na condução e manutenção do novo regime. Os entrevistados civis selecionados foram aqueles que tiveram expressão em cargos dos governos militares e/ou que tiveram participação intensa na derrubada de João Goulart, como atuantes de grupos civis.

Selecionamos algumas entrevistas de civis, cujas trajetórias serão analisadas neste trabalho, desvelando a construção da memória que esses sujeitos têm da ditadura e, principalmente, como se percebem nesse processo. O critério utilizado para a seleção desses civis é, sem dúvida, a narrativa que estes realizaram de suas atuações durante e após a “Revolução de 1964”. Isto é, além de falarem genericamente a respeito da ditadura,

fornecendo subsídios que apontam para a cristalização de uma memória institucional do Exército, sobre o regime civil-militar, narraram suas histórias pessoais sobre alguns episódios que merecem atenção.

As narrativas que selecionamos para serem analisadas são dos seguintes depoentes: Iedda Borges Falzoni e Maria Lucia Whitaker Vidigal, Emílio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro e Olavo Luiz Pimentel de Carvalho.

Iedda Borges Falzoni e Maria Lucia Whitaker Vidigal foram duas depoentes que forneceram importantes informações sobre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que ocorreu em São Paulo, no dia 19 de março de 1964. Diferentemente das organizadoras do evento, que procuram, na maior parte das vezes, silenciar sobre suas participações, ambas trazem lembranças que reforçam a ideia de que o movimento que ocorreu após os pronunciamentos de João Goulart na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, foi a demonstração de parcela da população descontente com a situação nacional.

Ieda Borges Falzoni nasceu em 02 de maio de 1927, na cidade do Rio de Janeiro, na época Distrito Federal. cursou Letras Anglo Germânicas pela Universidade de São Paulo (USP), entre 1945 e 1949 e Administração de Empresas pela Universidade Anhembi Morumbi. Possui Especialização em Turismo, atuou como assessora da Secretaria Municipal de Turismo de São Paulo, de 1975 a 1977. Maria Lucia Whiakker Vidigal nasceu em 18 de maior de 1929, também na cidade do Rio de Janeiro. Foi casada com Marcelo de Camargo Vidigal, com quem teve dez filhos e quatro bisnetos. Sua carreira foi na área da comunicação, onde atuou durante vinte anos na TV Cultura como produtora e apresentadora. Quando da entrevista, em 13 de dezembro de 2001, chamou-nos a atenção que Whitaker Vidigal era presidente da Liga das Senhoras Católicas, pela segunda vez, prestando assistência, diretamente, a mais de 4500 pessoas. É relevante esse fato porque nos leva a compreender como esta senhora se posiciona frente a um período distante. Segundo suas afirmações, durante o governo de João Goulart, “começou o medo do comunismo vingar no País, chegar mais perto de nós, ao mesmo tempo, muito aflitas com nossas famílias – eu já com bastante filhos – e com a parte religiosa. Sabíamos que o comunismo defendia o ateísmo. Essa vivência aflitiva fez chegar o dia em que decidimos fazer algo; não se poderia permanecer quieto” (MOTTA, 2003, t.7, p.356).

A entrevista foi concedida em 13 de dezembro de 2001 e é permeada por lembranças negativas do governo de João Goulart que, segundo acreditam as depoentes, estava “comprometido com os comunistas”. Para elas, a sociedade não aguentava mais o que acontecia no Brasil e, a partir de então, “resolveu agir a partir das Marchas da Família com

Deus pela Liberdade por todo o Brasil” (MOTTA, 2003, t.7, p.237). Movimentos sociais de direita, com características acentuadamente conservadoras, pois tinham como lema – a religião, a família, a propriedade e a pátria -, as marchas contaram com apoio considerável de indivíduos de diversos grupos sociais, sobretudo medianos e altos, e localidades¹⁶³. Elas ocorreram em dois momentos, tendo assim finalidades distintas. As duas principais marchas foram as de São Paulo, ocorrida em 19 de março de 1964, antes do golpe civil-militar, e a do Rio de Janeiro, em 02 de abril de 1964. A primeira procurou responder aos pronunciamentos de João Goulart no Comício da Central do Brasil. A segunda, como ocorreu após a “Revolução”, tinha caráter comemorativo, pois “glorificava” os “revolucionários” de 1964¹⁶⁴.

As lembranças de Falzoni e Vidigal sobre a marcha paulista, de 19 de março de 1964, revelam as preocupações que muitas mulheres tiveram naquela época, pois se tinha em mente que o comunismo destruiria os lares e a família, tirando os filhos de suas mães e os levando como soldados do “império soviético”¹⁶⁵. Além disso, o medo de que a propriedade privada se transformasse em objeto do Estado, tornou-se uma constante em parcelas da sociedade. Segundo as palavras de Falzoni, “nós e muitas outras mulheres, mães, cidadãs conscientes, estávamos preocupadas com o futuro de nossas famílias diante do que estava, provavelmente, por eclodir e que teria sido um desastre, talvez irreversível”¹⁶⁶ (MOTTA, 2003, t.7, p.357).

Nesse clima de instabilidade e medo descrito por Falzoni e Vidigal é que se insere a marcha ocorrida em São Paulo. Segundo Falzoni, “fomos movidas pelo amor e com moderação, dentro da nossa coragem, inclusive física, além da coragem moral. Então, houve aquele movimento que foi a grande demonstração cívica e consciente de cidadãs e mães, que foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (MOTTA, 2003, t.7, p.357).

Percebe-se que a finalidade da declaração de Falzoni é atribuir um caráter cívico, consciente e, principalmente, patriota ao movimento. A marcha seria, para ela, uma resposta ao governo comprometido com os comunistas, e, do mesmo modo, uma demonstração legítima da força que parte da sociedade tem em repulsar as ideias comunistas, contrárias às crenças e aos valores do brasileiro.

¹⁶³ Em relação aos grupos que organizaram as marchas, ver: SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família. As Mulheres no Golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985; CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

¹⁶⁴ PRESOT, 2004, p. 61.

¹⁶⁵ Em relação a essas representações anticomunistas, ver: SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: Imaginários Anticomunistas Brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

¹⁶⁶ No imaginário anticomunista, o homem comunista não teria família, pois estaria somente a serviço do Estado soviético, como um soldado preparado para a guerra e seguramente apto a espalhar sua ideologia para os quatro cantos do mundo. Ver: MOTTA, 2002, p. 23.

Mas não foram somente as mulheres que atuaram na marcha paulista. Conforme as lembranças de Vidigal, “foram as famílias inteiras”. Afirmam que o número expressivo de participantes era de mães, que se indignavam com a “comunização” pela qual o país atravessava. Segundo as memórias de Iedda Falzoni, a marcha de São Paulo teve uma concentração ao lado da Escola Normal, na Praça da Sé, e sua saída ocorreu pela rua Barão de Itapetininga.

Estou lembrando de ter olhado em volta e aquela rua nos pareceu muito estreita, com aqueles paredões de prédios. Penso que se fosse hoje, com essa violência toda, poderia ter acontecido algo grave. As calçadas estavam lotadas de gente, olhando demonstrando tacitamente seu apoio às mulheres, às crianças. Foi uma manifestação muito bonita e que, hoje, e essa distância, me parece realmente com uma importância histórica. [...] É interessante que ainda hoje estava conversando com a minha filha mais velha e ela se recorda perfeitamente. Levei cinco filhos para essa marcha (MOTTA, 2003, t.7, p.357-8).

A marcha descrita por Falzoni e Vidigal nos leva a pensar que a organização da coleção, a partir de suas coordenadorias, esteve preocupada em selecionar importantes nomes de civis que estiveram presentes nas marchas, eventos citados como exemplos do apoio conferido à “Revolução”. Do mesmo modo, isso também ocorreu, provavelmente, porque o Exército acredita ter sido o “porta-voz” da sociedade que solicitava sua intervenção para por fim à “subversão”.

Maria Lucia Whitaker Vidigal lembrou alguns episódios em torno da marcha paulista que chamam a atenção. Como residia em frente ao Palácio do Governo do Estado, ao sair para a manifestação, recomendou a seu filho, Henrique, que tomasse conta da casa alertando este sobre uma possível chegada dos “inimigos vermelhos”: “– Henrique, você fica tomando conta da casa e o revólver está aqui; defenda a sua casa”. Era preciso que o filho defendesse o lar, a propriedade familiar.

Também é importante que se note a presença de toda a família atuando em defesa dos valores nacionais e cristãos, a mãe e os filhos na marcha, Henrique, o filho, com cerca de 13 ou 14 anos, tomando conta da propriedade familiar e o marido atuando como radioamador durante a “Revolução”. Todos na defesa de valores que acreditavam importantes para a manutenção dos pilares nacionais. Embora a fala de Vidigal esteja inserida no presente, ou seja, quase quarenta anos após os acontecimentos, ela permanece “glorificando” as marchas e a “Revolução”. Em nenhum momento da narrativa, a depoente se sentiu envergonhada ou mesmo constrangida em falar a esse respeito. Muito pelo contrário, sabendo da publicação de sua narrativa em um momento posterior, permaneceu durante todo o depoimento enfatizando a importância que teve a Marcha da Família

com Deus pela Liberdade, em São Paulo: “foi um movimento consciente, com maturidade, de dever cívico e dever de mãe” (MOTTA, 2003, t.7, p.359).

Iedda Falzoni e Lucia Vidigal lembraram também das campanhas políticas de que participaram, frequentando favelas e lugares mais pobres do ABC paulista. Esses lugares, conforme acreditavam, eram terrenos férteis para as ideias enganosas do comunismo. Possivelmente, foi nesses locais que as duas amigas, acompanhadas de outras pessoas, divulgavam os ideais anticomunistas, o que, por sua vez, arregimentou, posteriormente, uma quantidade significativa de pessoas na marcha de São Paulo. Exemplo disso são as referências aos quinze Clubes de Mães, cada um com trinta mulheres que surgiram nessa época, lembrados por Maria Lucia Vidigal.

De acordo com o depoimento, os clubes tiveram força a partir de 1965 e tinham como propósito ensinar as mães a cuidarem de suas famílias. De acordo com Iedda Falzoni:

Várias das atuais professoras foram nossas alunas e ficamos amigas; fazíamos chás em nossas casas, havia comunicação de culturas. O resultado foi excelente não só para elas, assim como para nós. Recebemos, também, muitíssimo. Aprendi muito com aquelas senhoras de outra cultura, de comunidades extremamente carentes, e fico gratificada de pensar que estávamos mais devolvendo do que entregando (MOTTA, 2003, t.7, p.359).

Era importante encontrar mecanismos para arregimentar a população contra o governo de João Goulart desde antes dos acontecimentos de março de 1964, por isso, a constituição de clubes e organizações, como os quinze Clubes das Mães em São Paulo. O objetivo do Clube parece que é o de associar um número grande de mulheres pobres com a finalidade de solidificar um movimento de oposição, por parte de donas de casa, ao “perigo comunista”, que se expressaria na marcha paulista.

As lembranças de Iedda Falzoni e Maria Lucia Vidigal não se restringem às marchas, à “Revolução” e aos governos dos generais militares. Em significativa parte do depoimento, ambas refletem sobre a ditadura civil-militar e acabam, por sua vez, enaltecendo os feitos dos “governos revolucionários”. Segundo Maria Lucia Vidigal,

Na minha opinião, há muito pouca divulgação dos acertos dos governos militares. A memória nacional é muito curta. Nossos jovens precisam saber sim o que foi feito de bom naquela época. Reclama-se apenas e que foi feito não é apreciado [...]. Sou francamente de acordo com o que feito, mas acho que faltou à Revolução de 1964, divulgar melhor as suas boas obras. O que é que o pessoal sabe hoje? Nada! (MOTTA, 2003, t.7, p.360).

Essa foi uma entrevista com duas senhoras, que se detiveram em narrar suas experiências e o que pensam sobre a “Revolução” e o regime civil-militar. São civis, que agiram antes e após o golpe, colaborando, inclusive, na manutenção da ditadura, que com suas memórias, exaltam os “grandes feitos” dos “revolucionários” de 1964. Estiveram ao lado de militares, desde a preparação, a eclosão e a sustentação da “Revolução”.

Outro depoimento que mereceu nossa atenção ocorreu em 09 de setembro de 2003, quando o Coordenador Regional da Seção Rio de Janeiro/Minas Gerais, General Geraldo Luiz Nery da Silva, deu início às conversas com Emílio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro, que em 31 de março de 1964 era deputado estadual pelo Rio de Janeiro, permanecendo até 1971.

Nina Ribeiro nasceu no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), atuando como advogado, especialista em Direito Civil, Penal e Trabalhista. Também passou pelas Forças Armadas, sendo oficial da reserva da Marinha do Brasil e aluno da Escola Superior de Guerra (ESG)

Sua carreira como político é bastante intensa. No governo de Carlos Lacerda, foi líder da Maioria, Presidente e Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Também foi Deputado Federal pelo Rio de Janeiro entre 1971 e 1977, atuando em defesa dos valores da “Revolução”, pela ARENA.

A escolha da entrevista de Nina Ribeiro deve ser examinada com mais atenção do que as outras por apresentar uma narrativa mais detalhada sobre sua atuação durante o regime civil-militar. Nina Ribeiro afirmou no depoimento que ficou extremamente emocionado ao lembrar de alguns dos episódios que desencadearam a “Revolução”. Além disso, sua entrevista exemplifica um civil que teve fortes laços com militares em sua família, pois é trineto do Marechal Emílio Luiz Mallet, Barão de Itapevi, Patrono da Artilharia brasileira¹⁶⁷, a quem tem memorável estima: “[...] gostaria de dizer que estou sumamente feliz e envaidecido por comparecer a uma Unidade do Exército, instituição magnífica, memorável, a qual me ligam tantos laços. Tenho a honra de ter nas minhas veias o sangue de um bravo soldado” (MOTTA, 2003, t.10, p.242).

No golpe civil-militar de 1964, Nina Ribeiro era deputado recém eleito pelo Estado da Guanabara e líder da bancada de apoio ao Governo Carlos Lacerda. Com posições

¹⁶⁷ Conforme biografia publicada pela Bibliex, “Mallet sublimou as Virtudes Militares de bravura, coragem, devotamento e abnegação, como oficial do Exército, em todas as guerras externas do Império do Brasil: Guerra da Cisplatina (1825-28); Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52); Guerra contra Aguirre (1864); e Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70)”. Ver: MALLET: O Patrono... (1995, p.14).

anticomunistas e anti-janguistas, assim como o governador, Nina Ribeiro esteve ao lado daqueles que “conspiravam” contra o governo estabelecido. Nina Ribeiro afirmou que, quando explodiu o movimento, estava no Palácio Guanabara, junto ao governador Carlos Lacerda, de armas na mão, “[...] pronto para doar a vida, se fosse necessário, na defesa das nossas convicções” (MOTTA, 2003, t.10, p.243). Estava disposto a combater, como defensor da nação, qualquer ameaça comunista que viesse a surgir.

Segundo sua entrevista, a tensão era tão grande que ninguém dormiu naquela noite de 31 de março para 1º de abril de 1964. Todos no Palácio da Guanabara estavam aflitos com o que poderia acontecer. A descrição que Nina Ribeiro nos fornece é de um clima de guerra, em que o combate poderia iniciar a qualquer momento. Após a descrição sobre as manobras militares, quando se verificou a “vitória”, Nina Ribeiro afirma o seguinte: “[...] cantamos o Hino Nacional com muita emoção. Guardo fotografias publicadas na Manchete, e em outras revistas, também” (MOTTA, 2003, t.10, p.245). Conforme a narrativa, a emoção tomava conta, a cada instante que passava, do governador Carlos Lacerda, de Nina Ribeiro e de outros “revolucionários”, com o sucesso, com a “vitória”. Chegavam, ao Palácio, militares e civis de outras localidades do país para homenagear e agradecer a colaboração de Carlos Lacerda. Foi-lhe entregue uma bandeira nacional, o que, segundo Nina Ribeiro, resultou em emoção: “um choro convulsivo explodiu de dentro do nosso ser; um choro que não envergonha porque é a alma lavada depois de uma longa vigília aflitiva e angustiante” (MOTTA, 2003, t.10, p.246).

As lembranças de Emílio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro refletem sua educação e sua formação. Ou seja, Nina Ribeiro é de uma família tradicional do Rio de Janeiro, sendo assim, sua educação esteve voltada para valores ligados ao mundo conservador, à religiosidade cristã, à família tradicional e à preservação da propriedade. Sua formação como militar, oficial da reserva da Marinha do Brasil e aluno da Escola Superior de Guerra (ESG), também explica, em parte, sua narrativa dos acontecimentos. No entanto, sua formação como militar não se restringiu somente aos cursos que realizou na Marinha e na ESG. Como trineto do Marechal Emílio Luiz Mallet, é bem possível que tenha mergulhado nos ideários que seus antepassados defenderam, como o respeito à ordem, à hierarquia e à disciplina.

As memórias de Nina Ribeiro, expostas nessa entrevista, colaboraram, em grande medida, com os propósitos da coleção: tornar “glorificada” a “Revolução”. Emílio Nina Ribeiro forneceu um depoimento carregado de emoções sobre o golpe civil-militar de 1964. Como pode ser visto, percebeu-se como um verdadeiro “revolucionário”, preste a defender a sua pátria contra os avanços do “inimigo”. Seu depoimento deve ser visto, conforme ele

próprio propõe, como lição, “[...] para que as futuras gerações aprendam a amar o Brasil” (MOTTA, 2003, t.10, p.272).

A luta contra o inimigo comunista é percebida em muitos dos depoimentos. Era preciso expurgar os “vermelhos” para o bem da nação. No entanto, cabe inferir que entre os comunistas citados pelos depoentes havia inúmeros grupos e sujeitos que não partilhavam das mesmas convicções políticas e ideológicas. Além do que, muitos dos indivíduos enquadrados como “comunistas” não passavam de homens ligados ao projeto nacional-reformista do governo de João Goulart. Muitos entravam no que definiríamos como um grande “saco de gatos”.

Entre os sujeitos entrevistados que tiveram suas histórias de vida atreladas ao comunismo, além de José Genoino, temos o nome de Olavo Luiz Pimentel de Carvalho que logo após o golpe militou pelo PCB. Seu depoimento foi selecionado para este trabalho por rememorar sua atuação comunista. Isto é, durante a entrevista, o propósito de Carvalho foi o de demonstrar arrependimento frente à sua opção durante a ditadura. Segundo afirma, “hoje, tenho a certeza de que o Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma coisa necessária, benéfica, quaisquer que tenham sido as distorções e erros que possam ter ocorrido depois” (MOTTA, 2003, t.3, p.102).

Olavo Luiz Pimentel de Carvalho teve uma longa carreira jornalística, sendo que começou a trabalhar com menos de 18 anos de idade na Empresa Folha da Manhã S/A. A seguir, trabalhou em vários órgãos da imprensa escrita, entre os quais, jornal A Gazeta, revista Atualidades Médicas, semanário Aqui, São Paulo, Jornal da Semana, Jornal da Tarde (O Estado de São Paulo). Sua formação é em Filosofia pela PUC-RJ e Desenho Artístico na Escola Panamericana das Arte, em São Paulo.

Carvalho disse estar muito satisfeito em participar da coleção, de ser entrevistado, pois não se constitui em uma testemunha típica, afinal não atuou em defesa da “Revolução” de 1964. Conforme suas palavras, “[...] entrei em cena logo depois, como militante do Partido Comunista, de onde assisti a toda da Revolução, pelas costas, por assim dizer” (MOTTA, 2003, t.3, p.102).

Em 31 de março de 1964, Carvalho era um menino, um adolescente, que estudava em uma escola secundária de São Paulo. Nesse local, segundo suas narrativas, havia facções políticas muito bem definidas, “[...] com uma maioria esquerdista [...]” (MOTTA, 2003, t.3, p.102). Carvalho contou que seguidamente foi envolvido pelas tendências esquerdistas, mas sem ter tido contato com a outra facção. Essa tendência, conforme suas lembranças, partia de

setores do catolicismo de esquerda que se infiltrava em sua escola, a partir da figura de uma moça:

[...] era a esquerda dita católica, liderada, ali na escola, por uma moça muito simpática, muito bonita, muito sedutora. Era mais velha do que nós, e exercia uma liderança fantástica sobre aquela meninada toda. Creio que estavam todos de algum modo apaixonados por ela, e ela usava isto muito bem. Pouca coisa sei da vida da personagem, mas via a atuação dela (MOTTA, 2003, t.3, p.103).

Essa personagem de que fala Carvalho, segundo sua narrativa, militava na Ação Popular (AP), organização que atuava fortemente no movimento estudantil secundarista de então. A personagem, segundo ele imagina, não era vinculada ao catolicismo, pois pregava abertamente as ideias marxistas nas escolas, “[...] usando a Igreja como instrumento de doutrinação [...]” (MOTTA, 2003, t.3, p.103).

Foi dessa forma que Carvalho obteve suas primeiras informações sobre os ideais esquerdistas que, segundo ele, tornam a pessoa incapaz de questionar sua própria atividade desde o ponto de vista moral. Ou seja, o militante, mesmo que faça a coisa mais errada do mundo, deve trabalhar para a finalidade que achava ser da revolução comunista.

A notícia que chegou à escola de Carvalho sobre o movimento de 31 de março de 1964 foi de uma “verdadeira catástrofe”¹⁶⁸. Conforme narrou, muitos jovens não tinham a exata noção do que havia acontecido, apenas se colocavam à disposição das esquerdas como “peões de obra”¹⁶⁹. Assim, os “inocentes”, como os representou Carvalho, foram atrás das lideranças políticas e estudantis de mais alto calibre, colocando-se dispostos para uma eventual “guerra”.

Recordo-me de que não encontramos ninguém, em parte alguma; tinham todos desaparecido. Então, fomos até a Faculdade da Rua Maria Antonia, seguimos para a UNE, dirigimo-nos à casa de um deputado, cujo nome não lembro (acho que era o Davi Lerer, irmão de um colega nosso), e à casa de um vereador. Mas foi um sumiço geral. Esse sumiço nos impressionou muito, porque evidentemente tinham todos fugido. E, se tinham fugido, concluímos nós, é porque deveria haver um inimigo muito perigoso no encalço deles (MOTTA, 2003, t.3, p.104).

A narrativa de Carvalho segue nesse mesmo tom, lembrando que todos fugiam em função de um perigo real que se anunciava a partir de uma “carnificina”, como a “Noite de

¹⁶⁸ MOTTA, 2003, t.3, p.104.

¹⁶⁹ MOTTA, 2003, t.3, p.104.

São Bartolomeu”¹⁷⁰. Entretanto, suas lembranças acabam suavizando o golpe, a “carnificina, transformando-o em uma “salvação”. Com uma postura do presente, Carvalho sente-se arrependido, seguindo em seu depoimento uma postura crítica em relação às esquerdas do período.

Até hoje, uma coisa me surpreende muito em todas as pessoas da militância esquerdista; é a imensa capacidade que esse pessoal tem de viver num universo mitológico, completamente fora dos fatos, fora da realidade, sem conhecer nada, nada, nada, da psicologia concreta das pessoas das quais estão falando. E isso para mim tem mesmo uma estrutura de falseamento neurótico, de falseamento histórico da realidade (MOTTA, 2003, t.3, p.106).

Mas, naquele contexto, Carvalho continuou acreditando “[...] nessa visão tenebrosa que a esquerda tinha dos acontecimentos [...]” (MOTTA, 2003, t.3, p.107). Assim, quando foi por volta de 1965, acabou entrando mesmo no Partido Comunista do Brasil (PCB), na mesma época em que começou a trabalhar como jornalista. Participou de todas as discussões internas do partido que levou às cisões e, por conseguinte, ao surgimento de outros grupos e organizações.

Suas ações diante de um partido comunista, que figurava como “inimigo” da “Revolução” de 1964, surgem durante a entrevista como atitudes de um jovem “inocente” e “imaturado” que não tinha consciência dos “perigos” do comunismo. A justificativa que Carvalho encaminha em sua narrativa é a de que ele e muitos outros companheiros foram iludidos e manipulados pelos comunistas de longa data, pois não tinham noção da realidade dos fatos. Em muitas passagens do depoimento, Carvalho afirma ter sido usado em atividades do partido, como uma “marionete/fantochê”.

A imagem que Carvalho faz das esquerdas, como maquiavélicas, usando de jovens na defesa de seus interesses, e a favor de uma sociedade sem as estruturas fundamentais de uma civilização ocidental, como a religião, a família, a propriedade e a pátria, é oportuna e satisfaz aos objetivos que o Exército tanto almejava com essa coleção. Nesse sentido, a publicação do depoimento de Carvalho, provavelmente, tenha sido uma estratégia do Exército de levar ao leitor alguém que foi militante das esquerdas, que no presente, sente-se arrependido daquilo que fez e, sobretudo, consciente dos “benefícios” proporcionados pela “Revolução” e seus governos. Carvalho afirmou que “[...] naquele momento, o que pode se dizer é que as Forças Armadas fizeram o que era preciso fazer” (MOTTA, 2003, t.3, p.102).

¹⁷⁰ Expressão utilizada pelo depoente ao se referir ao massacre implementado pelo reis franceses católicos aos protestantes no século XVI.

Pensar na escolha do nome de Olavo Luiz Pimentel de Carvalho nos leva, da mesma forma, a pensar que o Exército escolheu homens que se acreditava fossem “enriquecer” a história da instituição, com informações “verdadeiras” sobre que aconteceu em 1964. Seu nome, como afirmou o entrevistador, o General Luiz Nery da Silva, “[...] vem enriquecer o nosso conhecimento através da sua vivência” (MOTTA, 2003, t.3, p.102). Além de uma história institucional que sirva de lição aos mais jovens, outro objetivo é responder às esquerdas e à mídia que historiam o período diferentemente do Exército.

4 A HISTÓRIA DO 31 DE MARÇO DE 1964 PELO EXÉRCITO – AS REMEMORAÇÕES DE UM PASSADO “GLORIOSO”

São diversos os temas abordados nas entrevistas, no entanto, para efeito de análise neste trabalho, foram selecionados aqueles que constroem uma “narrativa gloriosa da 'Revolução’” e, assim, avaliam positivamente os vinte anos do Regime Militar, tais como:

- a) as causas do Movimento Revolucionário;
- b) o uso dos termos Revolução, Contra-Revolução e Movimento em contraposição a Ditadura e Anos de Chumbo, atribuído pelas esquerdas;
- c) o governo de João Goulart e a comunização em curso no país;
- d) as lideranças por parte do Exército em 1964;
- e) as ações de “terrorismo” pela esquerda e a necessidade do AI-5;
- f) os acertos e os erros do “período revolucionário”;
- g) o revanchismo e a derrota dos militares na batalha da comunicação social.

Em seu conjunto, esses temas procuram passar a limpo os acontecimentos ocorridos durante os 20 anos de Regime Militar e dar “confiabilidade” e “veracidade” àqueles que, ao narrar em suas experiências, colaboraram para uma avaliação positiva do período compreendido entre 1964 e 1985. Como consta na apresentação de todos os volumes da coleção: “[...] é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se ofereçam aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas” (MOTTA, 2003, t.9, p.10-11).

Se, no início do Regime Militar, os feitos da “Revolução” eram comemorados no espaço público, quase 40 anos depois o objetivo parece estar centrado em fazer um discurso para dentro do grupo, no qual o Exército precisa rememorar os fatos a seu modo, para que não sejam esquecidos. Dessa forma, os depoimentos buscam dar um sentido de veracidade aos acontecimentos narrados e, assim como provas em um tribunal, procurariam julgar os fatos ocorridos. O passado foi utilizado para legitimar algumas ações e políticas que, acreditam os militares, precisam ser reverenciadas no presente e, também, como forma de defesa contra acusações do grupo oposto. A respeito dos usos políticos do passado, o historiador espanhol Pedro Ruiz Torres diz que a história ocupa o centro do debate político, principalmente no momento de formação de uma identidade nacional, e serve para justificar as opiniões e ações

mais diversas (TORRES, 2001, p.129)¹⁷¹. A historiadora argentina Diana Quattrocchi-Woisson afirma, nessa mesma direção, que as forças políticas e sociais utilizam o passado e suas referências para legitimar as origens de um movimento, no caso, a “Revolução de 1964”, para justificar os seus privilégios ou para abolir os de outros (QUATTROCCHI-WOISSON, 1991, p.227)¹⁷².

4.1 As Causas do “Movimento Revolucionário de 1964”

Desde 1964, os militares e civis que colaboraram para a eclosão da “Revolução” trataram de fornecer subsídios que justificassem as ações do governo estabelecido. Como forma de legitimar suas políticas e ações, lançaram mão de um leque de manifestações públicas, declarações à imprensa, dentre outras ações¹⁷³. Para explicar a nova situação política que o país atravessava, apresentavam o governo de João Goulart como ligado aos comunistas e, por isso, perigoso à nação brasileira. Para alguns, o governo Jango estava disposto a implantar uma república sindicalista na América do Sul, para outros, João Goulart estava à mercê dos comunistas que, infiltrados em seu governo, estavam prestes a implantar uma revolução “vermelha” no Brasil. Essas representações fazem parte de um imaginário anticomunista que, muito forte na década de 1960, encontrava aceitação por parcela significativa da população¹⁷⁴. Eram discursos e representações produzidos por militares e, também, pela sociedade civil que, amedrontados com as agitações do pré-1964, advertiam que nossa democracia estava em perigo. No caso dos militares, a repulsa ao comunismo encontrava grande respaldo, pois os comunistas eram vistos como quem tinha o intuito de por fim à pátria brasileira. Seriam eles agentes da União Soviética e implantariam um regime autoritário e antidemocrático, altamente centralizado e burocratizado. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta,

¹⁷¹ TORRES, Pedro Ruiz. Les usages politiques de l’histoire em Espagne. Formes, limites et contradictions. In: HARTOG, François. REVEL, Jacques (dir.). **Les usages politiques du passe**. Paris: Enquête – Éditions de L’École des hautes Études em Sciences Sociales, 2001, p.129-156.

¹⁷² QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. **Du rosisme au péronisme**: Le role de l’histoire dans la construction d’une identité nationale. In: PESCHANSKI, Denis ; POLLAK, Michael ; ROUSSO, Henry. **Histoire politique et sciences sociales**. Bruxelles, Editions Complexe, 1991, p.215-232.

¹⁷³ Em relação às publicações das memórias de militares e civis que colaboraram com o Regime Militar e a posterior análise empreendida, ver: CARDOSO, Lucileide Costa. **Memória e poder**. As criações memorialísticas e o regime de 64. Dissertação de Mestrado: História, PUC-SP. São Paulo, 1993. Outro importante trabalho nesse sentido é o de: FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁷⁴ Em relação às representações anticomunistas sobre o governo de João Goulart, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: 2002. p.231-268.

Em resumo, o anticomunismo militar em vigor nos anos 1960, que, em grande medida, explica o comportamento das Forças Armadas em 1964, era resultado da síntese entre um anticomunismo tradicional, construído em torno das narrativas sobre a “Intentona”, e novas conceituações elaboradas pelo pensamento militar no quadro da guerra fria, como Guerra Revolucionária e Doutrina de Segurança Nacional (MOTTA, 2002, p.302).

Quase quarenta anos depois, os militares, ao pensar em 31 de março de 1964, continuariam a lançar esses mesmos argumentos, mas agora com outro objetivo: o de historiar a sua “versão” na batalha pela memória do regime. Embora afirmem que o comunismo não morreu e que ainda existam comunistas circulando livremente, é importante para eles, no momento atual, persistir na ideia de que “livraram” o país do “jugo vermelho”, num período em que estava em curso a “revolução comunista”. Ao se representarem como “salvadores da pátria”, procuraram responder às investidas do que eles denominam de “revanchismo”, que pretende caracterizá-los como “ditadores” e/ou “torturadores”.

Para explicar os acontecimentos de 31 de março de 1964, os militares, além de caracterizarem o governo Goulart como maléfico e deturpador dos valores patrióticos, procuraram narrar o cenário pré-1964 desde os anos de 1930, sobretudo a partir da Intentona Comunista de 1935. Conforme os depoimentos, a Intentona foi a primeira demonstração da real intenção dos comunistas em destruir o Exército Nacional e tomar o poder. O General de Exército Leônidas Pires Gonçalves afirma que a insurreição comunista de 1935 deixou marcas profundas no Exército, de modo que “[...] fazemos cerimônia especial na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, em homenagem aos elementos [...] mortos, alguns de modo bastante impiedoso”¹⁷⁵ (MOTTA, 2003, t.1, p.82). Além da Intentona de 1935, destaca-se, nos depoimentos, o líder comunista Luis Carlos Prestes como o principal agente do comunismo internacional no Brasil. Prestes e seus companheiros são lembrados pelo antinacionalismo e, principalmente, pela traição, pois como militares, deveriam estar ao lado dos valores nacionais, democráticos e cristãos. De outra forma, como consequência da insurreição de 1935, destacou Pires Gonçalves que o Exército desenvolveu “[...] uma doutrinação nas nossas Escolas para neutralizar este tipo de pregação comunista”¹⁷⁶. A desconfiança havia aumentado dentro das organizações militares, pois, como lembrou o coronel Francisco Sobreiras de Alencar, a Intentona Comunista foi:

¹⁷⁵ MOTTA, 2003, t.1, p.82.

¹⁷⁶ MOTTA, 2003, t.1, p.27.

Um movimento planejado, orientado e dirigido pelos comunistas, desencadeado nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, onde se espalharam o terror, agredindo, saqueando, violentando aquela gente simples dessas cidades, e assassinando 28 militares, na madrugada de 27 de novembro de 1935. A Intentona Comunista traumatizou e afrontou a Nação e se refletiu de maneira indelével na alma dos militares brasileiros, que não a esqueceram em 1964¹⁷⁷.

A Intentona Comunista de 1935 foi rememorada pelos depoentes como forma de destacar que o Exército esteve na defesa dos valores democráticos e anticomunistas desde os anos 30. Conforme os depoentes, a tradição anticomunista foi intensificada pelo Exército a partir de estudos sobre a atuação dos “vermelhos” nas sociedades ocidentais. Muito embora, vários dos depoentes não tenham vivenciado os acontecimentos de novembro de 1935, quase todos acabaram participando dos cerimoniais que aconteceram nas décadas posteriores. Conforme destacou Rodrigo Patto Sá Motta,

A celebração de 27 de novembro continuou a acontecer regularmente no decorrer das décadas seguintes, momento privilegiado de proselitismo dos ideais anticomunistas. O ritual, mais do que prantear os mortos, visava a preservar, na memória da sociedade, o compromisso com os valores anticomunistas (MOTTA, 2004, p.32)¹⁷⁸.

As décadas de 1940, 1950 e 1960 são caracterizadas pelo forte crescimento do movimento comunista, e o Exército, sabendo da existência de núcleos “vermelhos” no Brasil, tratou de alertar o grupo internamente. Como destacou o General de Exército Sebastião José Ramos de Castro, os núcleos militares de todo o país reformularam o sistema de ensino e de repreensão aos comunistas no meio militar¹⁷⁹ e se voltaram, aproximadamente na década de 1960, para o estudo da Doutrina da Guerra Revolucionária¹⁸⁰, lembrada pelo General de Exército Antonio Jorge Corrêa da seguinte maneira:

[...] o General Castello Branco vislumbrou que, pelo aprofundamento de seu estudo, poder-se-ia fortalecer a convicção democrática dos militares de nossas Escolas, ao mesmo tempo em que se lhes dava a conhecer os insidiosos processos de penetração

¹⁷⁷ MOTTA, 2003, t.12, p.182.

¹⁷⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.34, p.91-115, jul./dez. 2004. Outro importante trabalho sobre o tema é: CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

¹⁷⁹ MOTTA, 2003, t.1, p.122.

¹⁸⁰ Sobre a Doutrina da Guerra Revolucionária, ver: MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.23, p.29-50, 2008; MARTINS FILHO, João Roberto. **A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964**. Disponível em: <<http://www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/jmartinsport.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2009.

comunista, com vistas ao proselitismo e ao domínio das Organizações, nos seus vários campos de atividade¹⁸¹.

Lembrar a Doutrina da Guerra Revolucionária como forma de demonstrar astúcia e inteligência por parte dos militares constitui-se, da mesma forma, em mais uma justificativa para 1964. Se os comunistas estavam organizados e empenhados em tomar o poder e implantar a “ditadura do proletariado”, os entrevistados procuraram afirmar que os militares se anteciparam e, espertamente, estudaram metodicamente todas as estratégias comunistas. O estudo da Guerra Revolucionária foi uma antecipada preparação psicológica e material do Exército, visando, conforme o General de Exército Antonio Jorge Corrêa:

- O fortalecimento dos militares – ativa e reserva – quanto à consciência dos valores fundamentais que caracterizam a democracia brasileira;
- O conhecimento das finalidades da doutrina, dos processos e das técnicas utilizadas pelo comunismo, para que e tornassem claras as suas características contrárias à formação brasileira, e a necessidade da utilização de uma técnica para neutralizá-lo e combatê-lo;
- A instrução relacionada com a tática e técnica da Guerra Revolucionária e das operações especiais¹⁸².

E continua Corrêa, que, em 1964, atuava como Coronel Subcomandante da AMAN: “[...] através do estudo da Guerra Revolucionária, nós nos preparávamos, fortalecendo os fundamentos democráticos, mas também passando a conhecer como atuavam os comunistas. Assim, chegamos às vésperas do Movimento de 1964 atentos ao problema [...]”¹⁸³. Adiantados, os militares salvaram a pátria da intranquilidade estabelecida pelos comunistas que “[...] avançavam firmemente na conquista de postos de governo e na tentativa de subverter a ordem das Forças Armadas pela inversão da hierarquia e pela indisciplina, abalando sua coesão [...]”¹⁸⁴.

O governo Jango, nesse aspecto, é caracterizado como perigoso pelas constantes greves que tomavam o país, pela corrupção e, principalmente, pela indisciplina que “[...] começava a grassar em certos círculos militares”¹⁸⁵. Todas essas características estavam ligadas ao perigo da comunização que, conforme se acreditava, avançava a passos largos no país¹⁸⁶. A quebra da hierarquia foi sempre a principal preocupação dos militares ligados à “Revolução de 1964”. Eles

¹⁸¹ MOTTA, 2003, t.1, p.32.

¹⁸² MOTTA, 2003, t.1, p.34

¹⁸³ MOTTA, 2003, t.1, p.34.

¹⁸⁴ MOTTA, 2003, t.1, p.32.

¹⁸⁵ MOTTA, 2003, t.1, p.54.

¹⁸⁶ MOTTA, 2003, t.1, p.55.

acreditavam que a guerra revolucionária avançava em seus estágios e buscava o enfraquecimento das Forças Armadas, com a quebra da disciplina e da cadeia de comando¹⁸⁷. Jango constantemente é visto como propiciador da indisciplina no quadro das Forças Armadas nos momentos anteriores a 31 de março de 1964. Ao lado de Leonel Brizola e de outros quadros políticos progressistas do PTB, de sindicalistas, assim como de militares considerados “desprestigiados pelo povo”¹⁸⁸, João Goulart foi representado como uma marionete/fantochê orquestrada pela esquerda radical. Ou, como em depoimento, o General de Brigada Luciano Salgado Campos afirmou, ao contrário, que Jango tinha interesses ao se aproximar das esquerdas¹⁸⁹.

Dizem que o Sr. João Goulart era comunista. Não creio. O Sr. João Goulart não era bem um comunista. Ele era um fazendeiro simplório, inculto, medianamente inteligente, mas muito esperto, deslumbrado com o poder que lhe tinha sido doado pelo seu padrinho, Getulio Vargas, facilmente influenciado pelas esquerdas, pensando, de certo, que continuaria no poder e se tornaria, como seu padrinho, um futuro ditador¹⁹⁰ (MOTTA, 2003, t.4, p.82).

Essa memória depreciativa acerca do governo de João Goulart visou justificar a “Revolução” como consequência de um governo “caótico”. Nesse sentido, três fatos foram considerados determinantes na história narrada pelos entrevistados para o desencadeamento da “Revolução” de 31 de março de 1964.

O primeiro foi o Comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. Nele, de acordo com os depoimentos, Goulart incitava os presentes, na maioria homens simples que chegavam do trabalho, a realizar à força as reformas de base por ele encabeçadas.

O General de Exército Rubens Mário Brum Negreiros afirma que o ápice do sentimento antipresidente decorreu desse comício. Como destacou Negreiros,

[...] eles disseram e fizeram tudo, todos os tipos de provocação. Havia bandeiras e faixas com incitações sobre o que deveria ser feito para acabar com a oligarquia, o conservadorismo e criar um governo populista, governo, segundo eles, do povo, pelo

¹⁸⁷ MENDES, Ricardo. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. **Lócus**: UFJF, v.10, n.1, p.89, 2004.

¹⁸⁸ MOTTA, 2003, t.1, p.214.

¹⁸⁹ Essas duas imagens são exploradas por Rodrigo Patto Sá Motta (2006) que, a partir da caricatura revela que embora as intenções dos caricaturistas fossem variadas, além de não formarem grupo homogêneo, “[...] suas críticas ajudaram a enfraquecer o governo, divulgando imagens que alimentaram o medo e a insegurança, caldo de cultura em que o golpe foi gerado” (12 e 13). Na obra, o autor ressalta a constituição de duas imagens a respeito de João Goulart pelos caricaturistas: a primeira procura relacionar João Goulart a um homem ardiloso, com intenções em perpetuar-se no poder, a partir de um golpe, a outra, diferentemente, relaciona Jango a um homem extremamente influenciável e, dessa forma, visto como uma marionete/fantochê na mão de comunistas.

¹⁹⁰ MOTTA, 2003, t.4, p.82.

povo e para o povo, e, entre parênteses, para o Movimento Comunista Internacional¹⁹¹.

A descrição feita nos depoimentos acerca do Comício da Central do Brasil pretende mostrar um cenário de baderna, em que a provocação do governo e dos comunistas ultrapassava os limites. Alguns dos depoimentos referem a existência de cartazes e faixas com dizeres que ofenderiam os valores nacionais¹⁹². É criticada, também, a presença da mulher do Presidente, Maria Tereza¹⁹³, no palanque, o que ofenderia a moral cristã da época. Lembram, ainda, os “gritos” dos participantes, dizendo: “morte aos gorilas”, “referindo-se a nós militares contrários àquela baderna, mas com a presença, o que é o absurdo maior, do Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que disse que não ia àquele ato e acabou indo. O General Castello foi convidado e mandou dizer que não ia”¹⁹⁴.

O segundo fato considerado de grande importância na eclosão da “Revolução”, de acordo com a maior parte dos depoimentos, foi a Revolta dos Marinheiros, que ocorreu nos dias 25, 26 e 27 de março de 1964. A revolta foi considerada uma demonstração de total inversão de valores por parte daqueles marinheiros rebelados, mais ainda que o Almirante Cândido Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais, andava no meio da rua, junto aos marinheiros. Além disso, é considerada pelos militares como representativa do desrespeito à hierarquia e à disciplina. Em depoimento, o entrevistador Geraldo Luiz Nery da Silva relembra o entrevistado, o General de Exército Rubens Mário Brum Negreiros, acerca do episódio, para que este seja reafirmado como determinante da “Revolução”:

P: Além daquela revolta dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos em Triagem.

R: Sim, mas isso foi antes. A reunião no Automóvel Clube foi depois; a revolta dos marinheiros já ocorrera, havia uma semana.

P: Eu assisti – servia em São Paulo e vim ao Rio, aproveitando o feriado da Semana Santa. Desuniformizados, abraçados com as esposas, agarrados com os

¹⁹¹ MOTTA, 2003, t.1, p.102.

¹⁹² Em relação ao Comício da Central do Brasil, ver: FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. **Nossa História** (São Paulo), Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.32-5, 2004. Nesse artigo, Ferreira pontua, diferentemente do que se apresenta em parte da historiografia sobre o tema, que o famoso comício reuniu um público mais legalista do que radical. Quando deu início ao comício, em algumas faixas podia se ler: “Legalidade para o PCB”; “Pedimos cadeia para os exploradores do povo”; “Jango. Assine a reforma agrária que nós cuidaremos do resto”; “O povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém”; “Brizola tem razão: abaixo a conciliação”.

¹⁹³ Como primeira dama e mulher, podemos deduzir que Maria Tereza, no palanque da Central do Brasil, representava um afronta à família cristã brasileira. Como mãe e representante da mulher brasileira, deveria distanciar-se das manifestações “comunistas”.

¹⁹⁴ MOTTA, 2003, t.11, p.35.

metalúrgicos, uma demonstração, também, de falta de respeito à disciplina e à hierarquia¹⁹⁵.

A reunião do Presidente da República com os Sargentos da Polícia da Guanabara no Automóvel Clube, em 30 de março de 1964, foi o terceiro fato determinante e, como afirmam a maioria dos depoentes, a gota d'água para o desencadeamento do “movimento revolucionário”. O discurso de Jango foi encarado como uma demonstração da completa conivência do governo estabelecido com a subversão. De acordo com o General de Exército Alacyr Frederico Werner, “[...] sentiu-se que bastaria o aceno de qualquer chefe responsável para o desencadeamento da Revolução. E assim foi. O povo brasileiro, de um modo geral, se indignou com aquela insuportável anarquia, promovida pelo próprio governo”¹⁹⁶.

Ao apontar que a nação, ou melhor, o povo encontrava-se descontente com os acontecimentos pré-31 de março, a intenção do Exército com essa coleção foi o de revelar o perigo em que se encontrava o Brasil naquele contexto e, sobretudo, demonstrar a importância dos militares, na condução de uma saída contra a subversão. Na sequência dos três acontecimentos destacados como fundamentais para a eclosão da “Revolução”, aparecem as respostas do “povo brasileiro” que, desgostoso, realizou manifestações de repúdio ao governo.

Conforme o General de Exército Alacyr Frederico Werner, quando ocorreu o Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964,

Já não havia mais qualquer dúvida do que estava acontecendo no País: um estado de ansiedade, de alarme, em que se esperava que algo acontecesse. Os primeiros sinais tinham sido dados; em decorrência disso, realizou-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, no dia 19 de março, onde o povo paulista especialmente as suas mulheres, de terço na mão, clamaram por liberdade e democracia, dando um não contundente à comunização do Brasil, que se avizinhava¹⁹⁷.

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, quando lembradas, servem como argumento para explicar que a “Revolução” contava com apoio considerável de civis, que clamavam pelo fim da desordem. Ou seja, dentro da conspiração, termo empregado nos depoimentos, que havia contra o governo Jango, grupos de civis, principalmente dos setores medianos, estiveram ao lado dos militares “contra a comunização do País”, lembrou o General

¹⁹⁵ MOTTA, 2003, t.1, p.103.

¹⁹⁶ MOTTA, 2003, t.1, p.67.

¹⁹⁷ MOTTA, 2003, t.1, p.66.

Geise Ferrari¹⁹⁸. Isso também fica explícito na medida em que destacam nas entrevistas nomes de políticos, membros do clero, empresários, etc. e, assim, se livram, de certo modo, do peso das acusações, referidas pela esquerda, de que realizaram sozinhos um “Golpe de Estado”.

As Marchas, sobretudo aquelas ocorridas em São Paulo, em 19 de março de 1964 e a Marcha da Vitória, no Rio de Janeiro, em 02 de abril de 1964, são rememoradas como respostas da sociedade e das donas de casa ao descalabro que assolava o País; como demonstrações legítimas da sociedade brasileira contra o avanço comunista¹⁹⁹; e também como a explosão de revolta pacífica do povo contra a república anarco-sindicalista comunista de João Goulart²⁰⁰. Como afirmou o Coronel Aviador Gustavo Eugenio de Oliveira Borges, a marcha, principalmente a de São Paulo, “[...] foi sumamente importante, porque nos deu uma força enorme. Pela primeira vez, vimos que a opinião pública em geral estava a nosso favor”²⁰¹.

Assim como as Marchas, a imprensa é lembrada como uma grande contribuinte da “Revolução”. Jornais de grande circulação da época, como o Tribuna da Imprensa, Folha da Tarde, Jornal do Brasil, Diário de Notícias são lembrados como organismos em que realmente se expunha toda a “anarquia” vivida no Brasil. Títulos de editoriais, como “Basta!”²⁰², dentre outros, são citados para provar o quanto estavam certos do que fizeram. Isto é, a intervenção foi solicitada e os militares foram “intérpretes da vontade nacional”. O General de Exército Rubens Bayma Denys, que em 1964 era Capitão e aluno da ECEME considera que sem os militares, João Goulart não seria deposto, mesmo porque o governo contava com o apoio de “sindicalistas pelegos” e também de alguns militares, conhecidos como “generais do povo”. A “Revolução” ocorreu, conforme os depoentes, em função da

¹⁹⁸ MOTTA, 2003, t.1, p.205.

¹⁹⁹ MOTTA, 2003, t.1, p.162.

²⁰⁰ MOTTA, 2003, t.1, p.213. Sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ver os trabalhos de: PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. Dissertação de Mestrado: História, UFRJ. Rio de Janeiro, 2004; SILVA, Evelyn Chaves. **Memória, esquecimento e imaginário social nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade**. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento - Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2002. Outras pesquisas também acabaram abordando das “marchas”, mas não era o foco de suas análises, como: CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo, 2008. Esses trabalhos chamam a atenção para um número significativo de “marchas” que ocorreram em cidades do interior do Brasil, o que também acabou servindo posteriormente de argumento para a legitimidade do Regime Militar, como consta nos depoimentos.

²⁰¹ MOTTA, 2003, t.10, p.293.

²⁰² Em alguns depoimentos, procurou-se colocar a transcrição de documentos que o entrevistado considerou importante, como jornais, circulares, etc. O editorial “Basta!”, por exemplo, saiu em 31 de março de 1964, no Correio da Manhã.

reação da sociedade brasileira que, empolgada, fez os militares refletirem esse sentimento de indignação²⁰³.

A Igreja Católica também é lembrada nas memórias dos militares quando se quer atribuir peso considerável aos civis que colaboraram com a “Revolução”²⁰⁴. Em todas as entrevistas, pergunta-se qual era a posição da Igreja em relação ao governo deposto, de modo a revelar nomes de indivíduos que colaboraram para a deposição de Jango, bem como o posicionamento deles frente ao “avanço vermelho”. As respostas são de que a maioria da Igreja Católica “[...] via com preocupação as condições reinantes no País”, como destacou o General Sebastião José Ramos de Castro²⁰⁵. A Igreja incentivava e também “[...] promovia as reações contra as agitações e os desmandos provocados pelo Governo João Goulart e sindicatos que o apoiavam”, enfatizou o General Rubens Bayma Denys²⁰⁶. “A Igreja, tenho as fotografias, se posicionou contra a comunização do País”, afirmou o Tenente Coronel Carlos Cláudio Miguez Soares²⁰⁷. De acordo com o Armando Ribeiro Falcão, muito embora a Igreja tenha se apresentado de maneira muito silenciosa e reservada, a situação de completo desconforto por parte da maioria do clero era visível²⁰⁸. Da mesma forma em que se destaca a intranquilidade da Igreja naquele período, os depoentes ressaltam a existência de “correntes progressistas” que atuavam junto ao movimento estudantil. O objetivo parece ser o de demonstrar que nem mesmo o mundo cristão estava livre da “intimidação vermelha”. Assim, a Igreja, promotora da defesa dos valores cristãos, como a preservação da família, da propriedade e da religião, em sua maioria, colaboraria com a “Revolução”. O General Ivan de Souza Mendes lembrou que a Igreja Católica sofria com as disputas políticas e ideológicas da época.

Sentíamos, pelas manifestações dos líderes religiosos, que a Igreja Católica refletia a bipolarização da época, o que acabou dando origem ao que veio a ser denominado, posteriormente, de Clero Progressista. Havia os religiosos que seguiam a doutrina tradicional da Igreja, em oposição àqueles influenciados pela esquerda²⁰⁹.

²⁰³ MOTTA, 2003, t.1, p.162.

²⁰⁴ Para maiores detalhes, ver: SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2008; BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

²⁰⁵ MOTTA, 2003, t.1, p.119.

²⁰⁶ MOTTA, 2003, t.1, p.158.

²⁰⁷ MOTTA, 2003, t.9, p.384.

²⁰⁸ MOTTA, 2003, t.1, p.211.

²⁰⁹ MOTTA, 2003, t.2, p.32.

Quando foi perguntado ao General de Exército Everaldo de Oliveira Reis sobre a posição da Igreja em relação ao governo de João Goulart, ele afirmou que esta convivia pacificamente com o governo. Porém, para que a coleção não perdesse a homogeneidade tão ambicionada pelos coordenadores, o entrevistador Nery da Silva questionou o entrevistado da seguinte maneira: “Havia até padres tradicionais que queriam o bem do País e se levantaram contra aquele estado de coisas. Então a Igreja não...”²¹⁰.

Novamente a intenção é jogar o peso dos acontecimentos para além dos militares, num período em que a sociedade brasileira – elites, setores medianos, populares e Igreja – lutou contra o comunismo. A lembrança é usada para reavivar a memória e escrever a história que se quer como verdadeira. Nessa relação entre passado e presente, a principal função da memória é dar sentido ao presente, uma vez que este está sempre sendo construído, pois a memória não é estática e, na base de sua formação, encontra-se a negociação entre as lembranças do sujeito ou grupo e as dos outros grupos e sujeitos (FEINTRESS, 1992).

Seguindo as lembranças sobre o governo Jango, os depoimentos enfatizaram a crise econômica que tomava conta do país, como fez o General Alacyr Frederico Werner.

[...] a falta de alimentos, filas em tudo quanto era lugar. Uma série de desacertos que o povo era obrigado a suportar. A situação pode ser qualificada de caótica. O povo [...] sentia a desorganização e o prejuízo causados à sua vida. A inflação era muito grande e a situação piorava a cada instante. O cidadão, para conseguir um pacote de açúcar, de feijão ou arroz, para levar à casa, tinha que procurar aqui ou acolá, porque se tornara comum o desabastecimento. Essa era a situação, muito difícil, que evoluiu, com relativa rapidez, para um quadro de crescente incerteza e intranquilidade²¹¹.

Na busca para legitimar o golpe civil-militar, o governo Jango foi lembrado dessa forma – caótica – muito provavelmente, por duas razões: a primeira, pela crença de que o comunismo estaria pronto para solapar a nação brasileira²¹² e, a segunda, para dar um sentido

²¹⁰ MOTTA, 2003, t.1, p.144.

²¹¹ MOTTA, 2003, t.1, p.65.

²¹² Muito embora se acredite na ideia de que os comunistas foram representados exageradamente e, dessa forma, os anticomunistas estrategicamente manipularam, em alguns momentos, as notícias sobre os países comunistas, bem como a imagem dos “vermelhos” no Brasil, sabe-se também que os anticomunistas acreditavam verdadeiramente no perigo que o comunismo representava. Rodrigo P. S. Motta, afirmou que em alguns textos o anticomunismo foi visto “[...] como mera conspiração imperialista, ora como simples ‘fantasma’ manipulado pela burguesia dominante, ora como rele manifestação de irracionalismo e fanatismo (MOTTA, 2004, p.290). Como o próprio autor nota, houve por parte de alguns indivíduos certa histeria e fanatismo exagerado em relação ao combate ao comunismo, como no caso do senador norte-americano Joseph McCarthy e o almirante brasileiro Carlos Penna Boto. Porém, “[...] reduzir o fenômeno a sua faceta ridícula pode ser boa estratégia política, mas inadequada quando o nosso interesse é compreender e explicar” (MOTTA, 2004, p.291).

épico à revolução, com os militares na condição de “salvadores da pátria”, dando um sentido épico à revolução.

Os sujeitos que concederam os depoimentos e que, talvez, sentiram-se homenageados com a coleção, contribuíram para com os propósitos do Exército de reconstrução de uma identidade histórica, evitando o esquecimento. Assim sendo, a memória, ao constituir-se fonte informativa para a História, constitui-se também em base da identidade. Refletindo sobre as relações entre memória e identidade, Lucília de Almeida Neves Delgado afirma que:

É a busca de construção e reconhecimento da identidade que motiva os homens a debruçarem-se sobre o passado em busca dos marcos temporais ou espaciais que se constituem nas referências reais das lembranças. Na verdade, para recordar e para se analisarem os processos históricos, é necessário ativar-se a construção de signos que se constituem como elementos peculiares do reavivamento mental do passado. Os lugares da memória, então, podem ser considerados esteios da identidade social, monumentos que têm, por assim dizer, a função de evitar que o presente se transforme em um processo contínuo, desprendido do passado e descomprometido com o futuro (NEVES, 2000, p.112).

É nessa relação estabelecida entre passado e presente, evitando o desprendimento entre ambos, que a coleção também procurou homenagear aqueles considerados como os principais agentes da “Revolução”. Essa atitude em relação aos “revolucionários” é uma estratégia utilizada para reafirmar os valores “democráticos” de reconhecimento pelos homens que lutaram pela pátria. Os depoimentos coletados devem ser utilizados para revelar os feitos, as vicissitudes e as glórias da Pátria e do Exército, de maneira a manter o civismo e o patriotismo sadios e inteligentes, baseados em fatos aqui explicitados, conforme destacou o General de Exército Antonio Jorge Corrêa²¹³. Dessa forma, verificar como os entrevistados representaram seus líderes, civis e militares, na coleção tornou-se outro foco de atenção.

4.2 Os Líderes da Revolução

Entre os principais chefes militares que realizaram a “Revolução”, está o General Castello Branco, sempre lembrado por sua personalidade e o respeito que impunha, conforme mencionou o General Rubens Mário Brum Negreiros²¹⁴. Castello Branco, segundo a maioria dos depoentes militares, já havia preparado psicologicamente seus subordinados no que se

²¹³ MOTTA, 2003, t.1, p.49.

²¹⁴ MOTTA, 2003, t.1, p.106.

refere ao clima de constante intranquilidade pelo qual o Brasil passava através de palestras nas escolas do Exército. Nas lembranças do General de Exército Everaldo de Oliveira Reis, Castello Branco foi o grande líder da Revolução. “Sua liderança se exercera em tempo de paz – ainda me lembro, ‘bixo’, na Escola Militar, quando ele atravessava o pátio com aquele ar circunspecto, como nós o respeitávamos! – e na guerra”²¹⁵. Os elogios são muitos e, quase todos, são de maneira a reverenciar o “herói”, como fez o Coronel Celso Chagas da Costa:

Naqueles primeiros dias, não havia um planejamento previamente elaborado sobre como dirigir o País. [...] A partir de um determinado momento, emergiu a liderança de Castello Branco. Ele tinha uma ascendência tão evidente, um tamanho domínio intelectual sobre os demais que tudo o indicava para a Presidência da República. Nenhum outro tinha cacife intelectual para tanto²¹⁶.

Embora tenha sido considerado por muitos como “moderado”, um legalista que tinha o firme propósito de devolver o poder a um civil no final de seu mandato, um olhar mais acurado nos permite verificar que em seu governo ocorreu um crescente processo de radicalização. Conforme Samatha Viz Quadrat, “[...] desde os primeiros momentos da ditadura já existiam denúncias do uso da tortura por todo o país”. Além disso, no final do mandato de Castello Branco,

[...] três leis sofreram mudanças importantes. A primeira foi a própria Constituição Federal, em 24 de janeiro de 1967, quando foi efetivada a supremacia do Executivo, derrotando o projeto liberal inicial; a segunda, a Lei de Imprensa, em 09 de fevereiro de 1967, que colocou os meios de comunicação de oposição sob o olhar vigilante dos militares; e, por fim, em 11 de março de 1967, a Lei de Segurança Nacional, que estabeleceu os crimes contra a “revolução e consagrou a idéia de “guerra interna” (QUADRAT, 2006, p.133).

Oliveira Reis destaca também outros articuladores da “Revolução”, de maneira muito saudosista: os chefes “[...] General Muricy e o General José Pinheiro de Ulhôa Cintra, infelizmente, todos os dois de saudosa memória”²¹⁷. São também referidos nos depoimentos: o Marechal Odylio Denys, visto como grande articulador da conspiração contra Goulart, pois deu início “[...] a conspiração e, na sua preparação, centralizou o controle dos diferentes grupos de civis e militares, da ativa e da reserva”²¹⁸, os Generais Nelson de Mello, Cordeiro de Faria, Poppe de Figueiredo, Olympio Mourão Filho, Carlos Luís Guedes e outros militares.

²¹⁵ MOTTA, 2003, t.1, p.145.

²¹⁶ MOTTA, 2003, t.13, p.301.

²¹⁷ MOTTA, 2003, t.1, p.146.

²¹⁸ MOTTA, 2003, t.1, p.163-4.

Todos são lembrados pelo fato de realizarem, em conjunto, um trabalho árduo e eficaz, conforme destaca o General de Exército Sebastião José Ramos de Castro, “[...] no sentido de criar um dispositivo revolucionário forte, com ramificações por todo o País mantendo o sigilo para obter a surpresa”²¹⁹.

As articulações com a Marinha e com a Aeronáutica também são pontuadas como acertos de membros do Exército, que ressaltaram o “brilhante papel” desempenhado pelo Almirante Sylvio Heck e o Brigadeiro Grum Moss. De acordo com o depoimento do General Sebastião José Ramos de Castro, os trabalhos de “[...] aliciamento de militares que serviam em comandos importantes foi decisivo para o êxito do Movimento”²²⁰.

Visto como homem de ação e profundamente inteligente, o General Arthur da Costa e Silva foi representado, igualmente, como líder revolucionário entre os militares. Segundo o General de Brigada Hélio Ibiapina Lima, se não tivesse falecido, seu governo seria o mais marcante de todos²²¹. Costa e Silva foi representado nos depoimentos de civis e militares como um homem empenhado em eliminar os problemas mais sérios, como a “subversão”, conforme destacou o General de Exército Oswaldo Muniz Oliva: “[...] no início da Revolução [...], Costa e Silva, com firmeza e serenidade, substituíra comandos, para controlar as áreas mais críticas”²²².

Assim como Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, diferentemente dos outros políticos, foi apresentado pelo General Alacyr Frederico Werner como um líder “[...] desapegado do poder”²²³. No entanto, figura como um grande estadista, pela desenvoltura que tivera durante seu governo. O General de Exército Jonas de Moraes Correia Neto afirma que “[...] o General Médici [...] era um senhor chefe, que sustentou a Revolução num momento crítico [...], porque estava em jogo a sobrevivência da democracia em nosso País”²²⁴.

O General Ernesto Geisel, liderança respeitada nos círculos militares, foi visto como um homem preparado para a Presidência da República, como apontou o General de Divisão João Carlos Rotta²²⁵. Ou, como também destaca o Coronel Hélio Lourenço Ceratti: “Foi um presidente atuante, criativo e austero”²²⁶, assim como João Batista Figueiredo que, inteligente,

²¹⁹ MOTTA, 2003, t.1, p.126.

²²⁰ MOTTA, 2003, t.1, p.126.

²²¹ MOTTA, 2003, t.2, p.182.

²²² MOTTA, 2003, t.7, p.55.

²²³ MOTTA, 2003, t.1, p.72.

²²⁴ MOTTA, 2003, t.9, p.46.

²²⁵ MOTTA, 2003, t.8, p.150.

²²⁶ MOTTA, 2003, t.13, p.193.

apenas deixava a desejar com seu temperamento explosivo, lembrou o General Álvaro Nereu Klaus Calazans²²⁷.

Os depoimentos deixam latentes que as lembranças elogiosas a uma determinada figura e o esquecimento de outra nas memórias desses militares sugere dois apontamentos: o primeiro, talvez esteja vinculado à trajetória de vida do depoente atrelada ao líder lembrado. Antes mesmo de destacarem as personalidades, ressaltam que não pretendem esquecer companheiros de farda em suas narrativas, como adverte o General de Divisão Geraldo de Araújo Ferreira Braga, que poderia estar cometendo uma injustiça em citar somente alguns nomes²²⁸. Por isso, é que, como pontuou o General de Exército Ivan de Souza Mendes, “Prefiro não citar nomes. Os líderes são bem conhecidos e não quero, no meu depoimento, errar pela omissão”²²⁹. O segundo pode estar ligado às possíveis cisões existentes entre os “revolucionários” na articulação e na condução do “movimento revolucionário de 31 de março”²³⁰. O esquecimento e/ou o silêncio, nesse sentido, ajuda a explicar a despreocupação com alguns militares, pois, como adverte Jacques Le Goff²³¹, “o esquecimento, que não é uma passividade, uma perda, mas uma ação contra o passado”.

Das lideranças civis, três governadores são seguidamente lembrados: Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro, Adhemar de Barros, governador de São Paulo, e Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais. Outras lideranças aparecem nos depoimentos, como os grupos femininos que organizaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e outras atividades contrárias ao governo Jango, assim como manifestações que colaboravam com a “Revolução”²³².

Carlos Lacerda é visto como líder pela mobilização que realizou no Rio de Janeiro, na conflagração da “Revolução”, assim como na realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 02 de abril de 1964. Era um “[...] homem de impulsos, mas que prestou

²²⁷ MOTTA, 2003, t.8, p.302.

²²⁸ MOTTA, 2003, t.2, p.109.

²²⁹ MOTTA, 2003, t.2, p.33.

²³⁰ Acerca das divergências entre militares na “conspiração golpista”, bem como na condução do Regime Militar, ver: FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004. Fico, neste texto, lança algumas questões historiográficas acerca do Regime Militar, enfatizando que “[...] os estudos sobre a memória militar chamam atenção para aspectos complexos do processo histórico que culminou no golpe, dentre os quais sobleva o caráter aparentemente disperso da conspiração” (p.41).

²³¹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

²³² Dos grupos femininos que atuaram firmemente na desestabilização do governo de João Goulart, surgiram lideranças que, após os acontecimentos de 31 de março de 1964, atuaram em colaboração com o Regime Militar. Da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), um dos grupos mais articulados, destaca-se a figura de Amélia Molina Bastos; uma das fundadoras da entidade, que atuava juntamente com militares, empresários e membro do clero católico (SIMÕES, 1985).

grandes serviços à Revolução”, afirmou o General de Brigada Ferdinando de Carvalho²³³, que viu em Lacerda uma decepção após a criação da Frente Ampla. Como atesta o General Rubens Mário Brum Negreiros, “isso faz parte da política... dos políticos”²³⁴.

Da mesma forma que Ademar de Barros e sua atuação em São Paulo, Magalhães Pinto, outra liderança da “revolução”, foi lembrado pela coragem em ter mobilizado seu estado, Minas Gerais, durante o “movimento revolucionário” e por ser uma figura que conspirava com governadores, políticos e militares. Conforme o General José Apolônio da Fontoura, ambos foram “exemplos” de patriotismo e brasilidade²³⁵.

Militares, ou civis, a intenção foi apresentá-los como “[...] revolucionários de primeira hora [...]”, como os representou o Professor Olavo Luiz Pimentel de Carvalho²³⁶. Ao discorrer sobre as lideranças civis, os depoentes militares procuraram caracterizá-los como indivíduos mais preocupados com o poder político do que com os perigos que rondavam a nação. Então, aqueles que se afastaram dos rumos da “Revolução” são enquadrados como apegados aos anseios do poder político. Carlos Lacerda, Juscelino Kubitcheki, Magalhães Pinto, dentre outros, encontram-se no “panteão de líderes revolucionários”, apenas nos momentos iniciais da “Revolução”. A cobiça pelo poder político, sobretudo pelo cargo de presidente da República, seduziu desde os políticos da direita aos setores de centro-esquerda e, ao mesmo tempo, os expulsou, como enfatizou o Coronel PM Raimundo Cabral Ribeiro²³⁷.

Para que a “Revolução de 1964” obtivesse êxito era necessária a coesão entre as organizações militares e a união das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – contra o inimigo maior, o comunismo. Para exemplificar isso, a coleção procurou historiar o Exército, nesse período, em duas partes: a primeira, em que houve, por parte dos comunistas, tentativas de penetração nas organizações militares, promovendo a baderna e a agitação, o que favorecia, segundo o conjunto de depoimentos, os andamentos de uma revolução de cunho comunista no Brasil. A segunda procura afirmar que o “movimento revolucionário de 1964”, desde sua gênese à sua configuração, ao aniquilar os “vermelhos” de dentro do círculo militar, objetivou a coesão dentro das Forças Armadas, o que, segundo afirmam significativa parte dos entrevistados, facilitaria os andamentos da “Revolução”.

A “Revolução” trouxe, então, uma maior união e robusteceu a coesão das Forças Armadas. Conforme sugere o General Oswaldo Muniz Oliva:

²³³ MOTTA, 2003, t.2, p.156.

²³⁴ MOTTA, 2003, t.1, p.106.

²³⁵ MOTTA, 2003, t.10, p.199.

²³⁶ MOTTA, 2003, t.3, p.129.

²³⁷ MOTTA, 2003, t.4, p.171.

Não tenho a menor dúvida disso, até porque nós, com as medidas para afastar os que estavam tentando comunizar o Brasil, liberamo-nos daqueles que procuravam a cisão dentro das Forças Armadas.

Afastados aqueles que buscavam a cisão, os que ficaram tiveram, então, todas as condições de união – pensamento uniforme e os mesmos propósitos. Por isso, eu acho que, depois de 1964, a coesão das Forças Armadas se robusteceu; pode-se até considerar alguma exceção, mas é só como exceção²³⁸.

As divergências internas, quando aparecem, são muito pequenas e, como explicitou o General Leônidas Pires Gonçalves, são casos excepcionais ocorridos em pontos isolados.

Mostrar a união das Forças Armadas e particularmente do Exército, a partir de 1964, transparece, mais uma vez, a tentativa que se faz com a coleção em dar um sentido épico, romântico e grandioso à “Revolução”. A luta contra o comunismo que estava prestes a aniquilar o país ao promover cisões internas dentro das organizações militares, e a posterior persistência e empenho dos “líderes revolucionários”, fossem eles civis ou militares, na estruturação da conspiração, fez do movimento a “salvação da nação”. Com isso, os militares pretendem, diante da batalha pela memória, realizar uma avaliação positiva de sua participação no Regime Militar, já que, ao lado de civis, colaboraram para a defesa da pátria, eliminando o “caos”, a “baderna”, a “intranqüilidade” que, segundo acreditavam, reinava no País, para instaurar um novo momento histórico, no qual perdurariam, como destacou Armando Ribeiro Falcão, “[...] tempos de ordem, tempos de paz, tempos de segurança, tempos de prosperidade nacional”²³⁹.

4.3 “Revolução” e “Contra-revolução” x “Ditadura” e “Anos de Chumbo”

A partir de 1964, o Regime Militar procurou intitular de “*Revolução*” a tomada o poder em 1964, bem como a *conspiração* que a precedeu. Assim, o movimento surge como uma rebelião, ou melhor, uma sublevação contra um governo apátrida, corrompido pelos comunistas. Segundo as palavras dos generais Rubens Bayma Denys e Geraldo de Araújo Ferreira Braga²⁴⁰,

Creio que é correto o termo revolução para denominar tanto o movimento armado, que se inicia em 31 de março de 1964 e termina com a saída do Sr. João Goulart do

²³⁸ MOTTA, 2003, t.7, p.43.

²³⁹ MOTTA, 2003, t.1, p.219.

²⁴⁰ MOTTA, 2003, t.1, p.183; MOTTA, 2003, t.2, p.109.

Brasil, no dia de 03 de abril, como todo o processo que se estende até o final da vigência do AI-5.

Qualquer outra denominação é apelido, porque, na realidade foi uma Revolução. Um movimento de âmbito nacional realizado para atender o clamor público; irmanados todos os segmentos da sociedade: operários, religiosos, militares, jornalistas, empresários, profissionais liberais e outros. Se a esmagadora maioria clamava por uma mudança, como não denominar de Revolução? Se um governo deposto e uma nova ordem, uma nova Constituição é estabelecida, através da qual se legitima e determina os rumos a serem seguidos, extraordinariamente benéficos para o Brasil, como é que não houve Revolução? O resto é apelido.

Para muitos dos militares entrevistados, como o General Rubens Mário Brum Negreiros, ela se configurou em uma Contra-Revolução, visto que “[...] havia de fato o movimento revolucionário para transformar o País numa sociedade comunista. [...]. O golpe estava em pleno andamento e nós nos opusemos a ele. Por isso, deu-se a contra-revolução”²⁴¹. Armando Ribeiro Falcão acredita que o termo revolução foi empregado pela “esquerda extremista”, que “mordeu o pó da derrota”²⁴². Enfim, ambas as expressões são utilizadas para dar um sentido epopéico a uma série de ações consideradas heróicas e grandiosas²⁴³.

Nos depoimentos dos entrevistados militares, a apresentação que as esquerdas fazem desse período é vista como discurso político daqueles que foram derrotados pelas armas. O General Moacyr Barcellos Potyguara acredita que muitas declarações sobre a “Revolução” são oriundas de sujeitos que eram muito jovens na época e, assim, imaturos. “[...] falam como se tivessem vivido aqueles tempos. Não sabem ou não sentiram o que havia no País, naqueles anos; opinam sem conhecimento de causa, sem aprofundarem seus estudos”²⁴⁴. Com raras exceções, os depoentes, em sua maioria, negam qualquer forma de ditadura, quando se referem ao período, como expôs o General Leônidas Pires Gonçalves: “[...] agora todo mundo é torturado, é heroísmo ter sido torturado [...]”²⁴⁵. Quem denomina a “Revolução” de “Ditadura” e propaga o termo, assegura Armando Ribeiro Falcão, são os:

²⁴¹ MOTTA, 2003, t.1, p.110.

²⁴² MOTTA, 2003, t.1, p.215.

²⁴³ Na batalha de memórias, as esquerdas e, grande parte da intelectualidade, brasileira e estrangeira, como forma de denunciar as arbitrariedades do Regime Militar, tratou de qualificar o 31 de março de 1964 como “Golpe de Estado” e os anos posteriores de “Ditadura Militar” ou “Anos de Chumbo”. A historiografia recente vem apontando para o uso da terminologia golpe e ditadura civil-militar, sem absolver a sociedade a respeito dos acontecimentos. Para maiores detalhes, ver: ROLLEMBERG, Denise. História, Memória e Verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Luís de Almeida; TELES, Janaína de Almeida (Org.). **Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil**. vol.1 e 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

²⁴⁴ MOTTA, 2003, t.1, p.58.

²⁴⁵ MOTTA, 2003, t.1, p.93.

[...] inocentes úteis. São, quase sempre, os que enterram a democracia. Quem quer acabar com a vida e com o direito dos cidadãos são eles. Haja vista que o implacável ditador Stalin mandou matar seis milhões de russos. O ditador de Cuba, Fidel Castro, que está, até hoje, fuzilando gente, continua impune, e ninguém fala nada contra ele. Mas falam tudo contra o Pinochet²⁴⁶.

Conforme o depoimento do General Ivan de Souza Mendes, tais expressões, cunhadas pelas esquerdas, são instrumentos da guerra psicológica que procuram incutir no pensamento do cidadão brasileiro a repulsa pela índole democrática²⁴⁷. Em seu conjunto, os depoimentos procuram responder às investidas dos grupos de direitos humanos engajados na luta contra o esquecimento daquele período “nebuloso” e “sombrio” da história recente do Brasil. Na maior parte das entrevistas, o termo ditadura aparece para designar os regimes comunistas do leste europeu ou mesmo de Cuba. O General de Divisão Geraldo de Araújo Ferreira Braga afirma que prefere a expressão “Anos de Chumbo”, cunhada pelas esquerdas, do que “Anos de Aço”, período dos regimes comunistas que, conforme o General, “[...] têm, para exibir, milhões de defuntos, milhões de mortos [...]”²⁴⁸.

Há, no entanto, militares, como o General José Antônio Barbosa de Moraes, que asseguraram que houve uma “Ditadura” entre 1964 e 1985, “[...] visto que os presidentes do regime revolucionário não eram eleitos pelo voto direto do povo, embora o fossem pelo Congresso”²⁴⁹. Porém, adverte Barbosa de Moraes que, nessa denominada “Ditadura”, “nenhum dos presidentes quis perpetuar-se no Poder; todos se preocuparam em passar o governo para o sucessor”, além de “[...] possuírem formação democrática [...]” e estarem “[...] conscientes de viverem uma circunstância para a qual não havia outra alternativa”²⁵⁰. O depoente enfatiza a índole democrática dos presidentes militares com o objetivo de distingui-los de outros regimes ditatoriais, como o cubano, o chinês e o soviético.

Na entrevista do General de Brigada José Antônio Barbosa de Moraes, o entrevistador, General Luiz Nery da Silva, procurou interferir na resposta do entrevistado quando este afirmou que “[...] sem dúvida foi uma ditadura [...]”²⁵¹ o período estabelecido entre 1964 e 1985. O entrevistador parecendo não se agradar dos comentários sobre os “governos da Revolução”, adverte o seguinte: “Muito diferente da ditadura cubana, por exemplo, que

²⁴⁶ MOTTA, 2003, t.1, p.218.

²⁴⁷ MOTTA, 2003, t.2, p.37.

²⁴⁸ MOTTA, 2003, t.2, p.118.

²⁴⁹ MOTTA, 2003, t.2, p.210.

²⁵⁰ MOTTA, 2003, t.2, p.210.

²⁵¹ MOTTA, 2003, t.2, p.210.

ninguém comenta”. A finalidade desta intromissão é fazer com que a coleção não perca sua homogeneidade e, assim, possa se constituir em uma “arma” na batalha pela memória²⁵².

“Ditadura” e “Anos de Chumbo” são duas expressões que, conforme os depoimentos, decorrem do “revanchismo” da extrema-esquerda infiltrada no meio acadêmico. O “revanchismo” é comandado “[...] pelos derrotados que dominaram a cátedra, os jornais, a televisão e o rádio”, afirmou o General José Antônio Barbosa²⁵³. Eles são causadores da discórdia, são manipuladores que distorcem os fatos, segundo as palavras de Antonio Barbosa²⁵⁴. Conforme o General de Exército Leônidas Pires Gonçalves, “Eu sempre digo o seguinte: nos atribuem torturas e matanças, e sempre contesto, dizendo que nós fizemos a Revolução de 1964 e não foi ninguém para o paredón”²⁵⁵.

Vista como tática de comunistas ou ex-comunistas ressentidos com a “Revolução”, o revanchismo, conforme o Coronel Luís de Alencar Araripe, “[...] é a reação natural do perdedor”. Constituir-se-ia em um ressentimento que visa transmitir a história “deturpada” dos fatos²⁵⁶. Outras alegações surgem por parte dos depoentes para denominar de revanchismo as atitudes dos grupos de esquerda, sobretudo quando dizem terem sofrido ataques constantes, em que foram acusados de “torturadores”, “assassinos” e/ou até mesmo de “terroristas”.

4.4 As Ações de “Terrorismo” pela Esquerda e a Necessidade do AI-5

Desde o início do Regime Militar, procurou-se, por parte do governo estabelecido, nomear as ações das esquerdas de “subversivas”. A subversão foi, assim, rótulo para qualquer manifestação contrária ao Regime Militar, fossem elas passeatas, greves, comícios, etc. No entanto, com o aumento do número de manifestações contrárias ao governo e a implementação do AI-5, as ações subversivas tomaram outra expressão: “terroristas”²⁵⁷. Os denominados “terroristas” eram aqueles que compunham as organizações de esquerda, ligadas

²⁵² Parece que a intenção também é fazer dos fatos narrados na coleção uma contraposição àqueles realizados pelo “revanchismo”. “Revolução”, “Contra-Revolução” e “Movimento Revolucionário” encontram, assim, assento confortável numa grandiosa história que se quer narrar com a coleção.

²⁵³ MOTTA, 2003, t.2, p.211.

²⁵⁴ MOTTA, 2003, t.2, p.245.

²⁵⁵ MOTTA, 2003, t.1, p.90.

²⁵⁶ MOTTA, 2003, t.2, p.251.

²⁵⁷ Durante a atuação dos grupos de guerrilha no Brasil, o Regime Militar procurou divulgá-los como “inimigos” da nação. Assim, estampavam-se cartazes com os nomes de guerrilheiros que estavam sendo procurados, como se fossem “terroristas”. Elio Gaspari chama atenção para este fato, mas não aprofunda o tema. Ver: GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Cia das letras, 2002.

à luta armada que, conforme afirmam, estavam empenhados em fazer uma revolução comunista e instaurar no Brasil um governo nos moldes de Cuba, da China e da URSS²⁵⁸.

Nas vésperas das comemorações dos quarenta anos, as expressões em relação aos “inimigos”, ou seja, aos integrantes dos grupos de esquerda, aos “terroristas”, são praticamente as mesmas, com pequenas modificações. Como destacou Pollak, as pessoas constroem suas memórias na inter-relação entre passado e presente e, como a memória atua no presente para representar o passado, e como as situações do presente variam, essa interpretação do passado pode sofrer modificações em função do momento em que é articulada²⁵⁹.

Nesse sentido, conforme os depoimentos da coleção, o “inimigo”, os “terroristas” estavam empenhados em transmitir a “mentira”, a partir da ideia de que procuraram libertar o país de uma ditadura militar. Como foram derrotados nas armas, encontram espaço na memória e na história para veicular suas ideias.

A coordenação da coleção, em relação a uma das questões, de maneira implícita, aponta que a esquerda justificou a luta armada, a partir da falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime. De acordo com grande parte das respostas contidas nos depoimentos, a luta armada fez parte da orientação comunista para a tomada do poder, não só no Brasil, mas no mundo como um todo. Os depoentes, persistem na ideia de que grande parte dos adversários do regime nunca quiseram dialogar, partindo assim para “[...] assaltos a bancos, para obter dinheiro necessário à subversão [...]”, como pontuou o General Alacyr Frederico Werner²⁶⁰.

As ações do “terrorismo” compreendem uma multiplicidade de ações das organizações armadas que servem de justificativa, conforme a maioria dos depoimentos, para entendermos a instauração do AI-5. Leônidas Pires Gonçalves acredita que ele é “[...] fruto do comportamento da esquerda”, pois “se eles não tivessem aquela agressividade, o AI-5 não teria sido criado. Nós estávamos no poder, estávamos certos de que estávamos fazendo um

²⁵⁸ Em relação a este aspecto existe uma extensa bibliografia sobre a atuação dos grupos de guerrilha no Brasil. Destaco apenas alguns textos que considero importantes para compreensão do pensamento das esquerdas e suas estratégias em relação à tomada do poder: REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. REIS FILHO, Daniel Aarão (org). **História do marxismo no Brasil – partidos e movimentos após os anos 1960**. v.6. Campinas: Unicamp, 2007. RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução**. São Paulo: Unesp, 1993. ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

²⁵⁹ POLLAK, 1989, p.12.

²⁶⁰ MOTTA, 2003, t.1, p.76.

bem para o Brasil”²⁶¹. Em seu conjunto, os depoimentos explicam o AI-5 como uma resposta à necessidade de uma época conturbada. A provável finalidade, nesse sentido, é justificar, no presente, a implementação do AI-5 a partir das ações das esquerdas que “aterrorizavam” o país²⁶². Enquanto os “terroristas” são representados como “diabólicos”, pois implantariam um regime que destruiria a religião, a família e o país, os militares aparecem como “protetores” da nação.

Embora alguns dos depoentes digam que houve, durante o regime, o cerceamento da liberdade, não negam que os cerceamentos foram fundamentais para a continuidade da tranquilidade no país. Para que se mantivessem os valores nacionais, como a religiosidade, a família, a propriedade e a manutenção da democracia, era imprescindível, de acordo com as narrativas de quase todos os depoimentos, um governo forte e persistente, contrário “[...] aquele bando de malucos que queriam, pela força, subverter a ordem política do Brasil”, como se referiu o General Everaldo de Oliveira Reis²⁶³. Nesse sentido, o AI-5 figura não como uma iniciativa premeditada pelos militares, mas como uma resposta. Segundo o General de Exército Rubens Bayma Denys,

Eu diria que o inusitado das ações violentas, sem precedentes na história do País – o que indicava origem alienígena – apanhou o governo de surpresa e causou grande perplexidade à sociedade brasileira. O Governo teve que se estruturar, organizando um sistema repressivo eficiente, de pronta resposta, e altamente confiável. Isso foi possível através da implantação do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), respaldado nas prerrogativas conferidas pelo AI-5. Foi a única forma encontrada para combater com efetividade a subversão, já que a legislação corrente não era satisfatória, nem tão pouco os instrumentos normais de repressão [...]”²⁶⁴.

Na mesma linha de argumentação, justificam a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e do Conselho de Defesa Interna (CODI). Conforme o Coronel José Justo Pinheiro, a principal justificativa é de que, a partir da intranquilidade observante com a “[...] agressividade e violência das ações do terrorismo urbano”²⁶⁵, a constituição desses órgãos foi necessária. Segundo o Coronel Hélio Lourenço Cerrati, “a prática do terrorismo, segundo o meu entendimento, foi uma iniciativa

²⁶¹ MOTTA, 2003, t.4, p.92.

²⁶² A respeito do AI-5 e os fatores determinantes para sua implantação, ver a obra de: VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência - Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. A autora afirma neste texto que o Regime Militar já estava meticulosamente articulando o AI-5 e as ações das esquerdas foram utilizadas como justificativas para sua implantação.

²⁶³ MOTTA, 2003, t.1, p.149.

²⁶⁴ MOTTA, 2003, t.1, p.185.

²⁶⁵ MOTTA, 2003, t.6, p.167.

deles. E combatemos com uma contra-ação defensiva. Quem começou este confronto de violência foram os esquerdistas”²⁶⁶. Ou seja, a crença de que os “vermelhos” estavam em toda a parte e precisavam ser banidos encontrava terreno fértil, conforme atestam as declarações.

Outra forma de responder a questão é quando os depoentes afirmam que o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado com o objetivo de preencher um vazio na organização política brasileira, pois, como destaca o General de Divisão Carlos de Meira Mattos,

Não há governo com responsabilidade que não tenha um serviço de informações. Não se pode tomar conhecimento dos fatos pelos jornais. Qualquer governo que se preze tem um serviço de informações, seja ele chamado de serviço de inteligência, de proteção etc. E a Revolução criou o SNI. Se alguma vez houve abuso, agindo fora dos princípios e dos objetivos para os quais fora criado, deve-se a um problema pessoal de chefia, não do órgão, pois este é necessário²⁶⁷.

O Coronel Carlos Alberto Guedes, seguindo as mesmas considerações de Meira Mattos, adverte ainda que:

O SNI não era um órgão de repressão, era um órgão de informação; se houve algum exagero, fica por conta de quem talvez não estivesse preparado para desempenhar uma função de tanta relevância, fica por conta de algum elemento que tenha extrapolado nas suas atribuições, tentando consertar, à sua maneira, aquilo que estava sendo feito para impedir o cumprimento das missões: eles fazem isso conosco, vamos fazer com eles²⁶⁸.

O SNI, então, nas memórias incluídas na coleção, aparece como uma necessidade para atender aos propósitos do novo regime, principalmente no combate ao “terrorismo”. De acordo com grande parte dos depoentes militares, o Brasil, sem um serviço de informações, além de mostrar-se atrasado perante o resto do mundo, permitia que grupos de esquerda se organizassem, impedindo a tranquilidade da pátria. O Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho lembrou que “o pessoal ia se especializar em Cuba, Coréia do Norte, como foi visto, e nós aqui ‘matando elefante com alfinetada’; não sabíamos nem por onde começar as ações”²⁶⁹. E continua: “Como é que se descobre um ato de terrorismo? São necessárias informações, acompanhar os passos etc. E isso sempre ‘tem um preço’”²⁷⁰.

²⁶⁶ MOTTA, 2003, t.13, p.192.

²⁶⁷ MOTTA, 2003, t.1, p.233.

²⁶⁸ MOTTA, 2003, t.9, p.274.

²⁶⁹ MOTTA, 2003, t.1, p.314.

²⁷⁰ MOTTA, 2003, t.1, p.314.

E qual foi o preço? Talvez a resposta mais recorrente seja a de que os excessos cometidos tenham ultrapassado, para alguns dos depoentes, seus limites e se paga um preço hoje pelas arbitrariedades cometidas durante esse período. Nos depoimentos, esses excessos são referidos como casos isolados, em que a chefia local era o problema. Tais declarações são apresentadas dessa forma, muito provavelmente porque o grande número de denúncias de torturas e desaparecimentos fez com que o Exército e também aqueles que colaboravam com o Regime Militar assumissem que, “eventualmente, ocorreram erros”, como ressaltou o General Ivan de Souza Mendes²⁷¹. No entanto, se cometidos, tais “excessos” não ultrapassam os benefícios proporcionados pelos vinte anos da “Revolução”. Além disso, os excessos relacionados teriam salvo o Brasil de problemas que em alguns países latino-americanos enfretam ainda hoje. O General de Brigada José Antônio Barbosa de Moraes expõe este pronunciamento:

As esquerdas, não conformadas com a queda do Governo, partiram para retomá-lo, apelando para a estratégia comum do mais fraco, qual seja, o emprego da guerrilha e do terrorismo.

Para sorte nossa, as Forças Armadas, em particular o Exército, derrotaram a guerrilha e enfrentaram o terrorismo com sucesso, o que nos salvou de estarmos, hoje, vivendo os graves problemas da Colômbia, México – Chiapas – e outros países²⁷².

Além do SNI, foram criados, durante o Regime Militar, o DOI e o CODI que, conforme os depoimentos, visavam um maior controle sob as esquerdas armadas. Esses órgãos, reitera o Coronel Luis de Alencar Araripe, “[...] conseguiram reverter a maré montante das ações armadas das esquerdas”²⁷³. Embora os depoentes militares afirmem que estavam preparados para as ações de enfrentamento com os comunistas, a partir do estudo aprofundado sobre a “Guerra Revolucionária”, dizem ter se surpreendido com os ataques dos “vermelhos” que tomavam o país. Segundo o Coronel Araripe, “o governo não se preparou para o combate à subversão armada, e foi perdendo terreno na luta contra elementos treinados nas técnicas de terrorismo e guerrilha, em Cuba, na China e em países satélites da União Soviética”²⁷⁴. O medo de que os comunistas tomassem o poder e implantassem um “satélite”

²⁷¹ MOTTA, 2003, t.2, p.40.

²⁷² MOTTA, 2003, t.2, p.208.

²⁷³ MOTTA, 2003, t.2, p.249.

²⁷⁴ MOTTA, 2003, t.2, p.249.

soviético na América do Sul promoveu a criação de uma estrutura que, segundo as palavras do Coronel Araripe, “[...] exigia medidas mais sérias”²⁷⁵.

Quando justificam a “Revolução”, desde sua organização até a eclosão em 31 de março de 1964, bem como sua estruturação em um sistema repressivo, pela tese de que os “vermelhos” poderiam promover uma revolução comunista. Existia realmente a crença, por parte dos grupos conservadores, militares e parte da sociedade civil, de que o comunismo poderia aniquilar o país, instaurando uma ditadura de esquerda, o que se faz ainda presente nos depoimentos. O sentimento anticomunista, neste sentido, perpassa o tempo, e permanece na memória de militares e civis que, colaboraram com a coleção. Desta maneira, poder-se-ia dizer que havia uma presença de fatores históricos próprios de uma época, ligados ao sentimento anticomunista, que são repetidamente lembrados para que possam ser utilizados para avaliar positivamente o Regime Militar. Esta avaliação positiva do período é o principal objetivo da coleção, pois as narrativas, além de se tornarem repetitivas de maneira a reforçar determinados aspectos dos vinte anos do Regime Militar, procuraram enaltecer uma série de medidas adotadas pelos “governos revolucionários”. Ligadas a grandes eventos e personagens, essas memórias construídas e dadas a ler em forma de história e fonte tem, no caso da coleção, uma estreita relação com a idéia de destino e de missão do país e dos “revolucionários de 1964”. Assim como enfatiza Jacy Alves de Seixas,

[...] reformar o passado, em função do presente, via gestão de memórias significa, antes de tudo, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...). Noção de que a memória torna poderoso(s) aquele(s) que a gere(m) e controla(m)²⁷⁶.

4.5 Elogios à Parte, A Revolução Fez um “Bem à Nação”!

Assim como em outras fases da história do Brasil, a ditadura civil-militar difundiu sua história como “heróica” e “patriótica”. Após essa “epopéia” construída em torno do combate ao comunismo e aos comunistas, o Regime tratou de propagar suas realizações a partir da idéia de que estava levando o país rumo ao sucesso econômico²⁷⁷.

²⁷⁵ MOTTA, 2003, t.2, p.246.

²⁷⁶ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: **Memória e (re) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p.42.

²⁷⁷ Em relação a este aspecto, ver: FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Para quase todos depoentes, as “esquerdas”, de maneira vingativa, atribuem tanto atrasos no campo social e econômico durante os vinte anos de Regime Militar, quanto no campo político e cultural. A participação política da população nas decisões eleitorais teria sido quase nula e a censura perpetrou em vários setores culturais.

Essa postura, de acordo com os depoimentos, tem caráter vingativo e renega os benefícios trazidos pela “Revolução” para o desenvolvimento do País. Além disso, os entrevistados enfatizam a continuidade da democracia, no campo político, como uma conquista do regime. Segundo o depoimento do General José Mattos de Marsillac Motta,

A Revolução só acarretou vantagens para o Brasil, não tenho dúvida. A principal influência da Revolução, a meu ver, foi assegurar a continuidade democrática no País. Tivemos um hiato pequeno e não muito profundo, durante certo período de exceção.

Os militares não quiseram “tomar conta” ou permanecer como “donos do Poder”. Tanto que o repartiram com lideranças civis. Quando chegou a oportunidade, retiraram-se do palco político [...] ²⁷⁸.

Grande parte dos depoimentos considera a mídia como culpada pela não divulgação, em tempos mais recentes, dos “feitos” dos “vitoriosos” em 1964. A imprensa é considerada “ingrata” pelos entrevistados, pois esteve ao lado da “Revolução” e dos “governos revolucionários”. Segundo as palavras do Coronel Pedro Américo Leal,

A mídia, de um modo geral, após o advento da “Nova República”, a partir de Sarney, iniciou um “patrulhamento” contra todo o noticiário que pudesse reverter em aplausos aos Governos da Revolução. Somente quem lê nas entrelinhas, as quais muitas vezes escapam dos “patrulheiros”, percebe a escamoteação de dados que traduzem as grandes realizações dos presidentes militares, cujos nomes são sempre omitidos, salvo para a crítica depreciativa. Dados e obras que não podem deixar de citar o fazem ampliando o período de observação para englobar governos anteriores a 1964 ou pós-revolucionários ²⁷⁹.

Na pergunta realizada pelo General João Carlos Rotta ao Coronel Pedro Américo fica implícita a tentativa de conduzir o entrevistado a pensar que os dados positivos da “Revolução” são escamoteados pela mídia que, na mão do “revanchismo”, apenas denigre a imagem das Forças Armadas: “A mídia nessa última década, e aqueles que hoje detêm o poder, fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução. O senhor gostaria de falar alguma coisa?”.

²⁷⁸ MOTTA, 2003, t. 13, p. 115.

²⁷⁹ MOTTA, 2003, t. 13, p. 245.

O entrevistado parece querer responder à mídia, como uma defesa, e, da mesma forma, dar continuidade ao que o entrevistado afirmava.

Poderia fazer um elenco de acertos, mas acho que o mais palpável e indiscutível é esse que acabei de citar: em 1964 éramos a 48ª economia do mundo, e em 1984, vinte anos depois, éramos a oitava. Para não falar das estradas que nós construímos, das comunicações implantadas no Brasil e tantas outras realizações²⁸⁰.

Outro ponto que parece configurar mais uma tentativa, por parte da organização da coleção e dos entrevistados, em enaltecer o Regime Militar refere-se ao comportamento do Congresso Nacional. Nos depoimentos, é enfatizada a participação dessa instituição como mais uma vitória da “Revolução” durante os vinte anos. O Congresso, acrescenta o General Luiz Augusto Cavalcante Moniz de Aragão, “[...] não era uma organização subordinada. Tinha limitações e seus integrantes, como bons políticos, sabiam identificar e responder aos anseios da sociedade, anseios da sociedade que representavam”²⁸¹. Dessa forma, acreditam que o Congresso Nacional foi favorável à “Revolução” e as reações surgiram como “[...] uma voz ou outra reagindo [...]”²⁸², enfatizou o General Leônidas Pires Gonçalves. A oposição ao Regime Militar figura como pequenos incidentes ocorridos na condução de qualquer Revolução. Segundo as palavras do General Sebastião José Ramos de Castro,

No campo político, não obstante a necessidade de luta contra as ações de guerrilha urbana e rural, de inspiração marxista-leninista, e dos climas de agitação social que foram promovidos, especialmente por seguidores dessa doutrina, foram sendo adotadas e consolidadas medidas a promover a abertura política, de forma cautelosa equilibrada e gradual.

Os políticos cassados o foram por suas atitudes e estímulos à subversão comunista, por ataques abusivos ao Governo, às Forças Armadas e por atos de corrupção²⁸³.

Quando surge a questão: A Revolução trouxe benefícios ou problemas ao nosso País? , são poucas as respostas em que figura alguma crítica ao Regime Militar. Em seu conjunto, elas procuram exaltar o período como um momento singular da história do Brasil, como pontuou o General Jaime José Juraszek: “Foi um período de progresso, de paz social, de emprego. Faço minhas as palavras do atual Comandante da Força: ‘Nunca houve um período, em toda a história republicana, em que os governos soubessem tão bem para onde iam e por

²⁸⁰ MOTTA, 2003, t.13, p.247.

²⁸¹ MOTTA, 2003, t.12, p.99.

²⁸² MOTTA, 2003, t.1, p.93.

²⁸³ MOTTA, 2003, t.1, p.130 e 136.

onde iam”²⁸⁴. Ao ser indagado sobre os vinte anos de Regime Militar, o General de Brigada Ruy Leal Campello destaca que:

O Brasil não parou. O País foi marchando, nas sendas do progresso. De 1964 a 1985 o desenvolvimento foi notável, em todos os sentidos, na educação, nos transportes, nas comunicações, na energia. Foi período de tranquilidade de que desfrutamos²⁸⁵.

Segundo a maioria dos depoimentos, a mídia esconde, dessa maneira, questões sumamente importantes sobre o período que, por sua vez, são trazidas pelos entrevistados e entrevistadores para não serem esquecidas. Para o General Carlos Tinoco Ribeiro Gomes,

A mídia não lembra dos êxitos da Revolução. Isto porque o Movimento Comunista Internacional, atuando permanentemente dentro da Revolução, e mesmo após a Revolução, sempre se preocupou em infiltrar-se no meio estudantil e nos meios de comunicação, de modo que, hoje, essas áreas estão mobilizadas com pessoal que teve origem naqueles elementos previamente escolhidos²⁸⁶.

As realizações do Regime Militar no que tange ao desenvolvimento econômico, despontam nas memórias como as raízes do sucesso econômico brasileiro atual. O Brigadeiro do Ar Marcio Cesar Leal Coqueiro, assim como muitos outros entrevistados, procura retrucar as investidas daqueles que se situam em campo oposto:

A mídia não pode esconder quem construiu a Ponte Rio-Niterói, em quem construiu a maior hidroelétrica do mundo, Itaipu, em quem implantou por este Brasil imenso tantas estradas asfaltadas. Quem aumentou a produção agropecuária e elevou a economia à posição de 8ª do mundo, quem fez o Brasil crescer 10% ao ano... Não podem esquecer, mas omitem.

Os jovens, hoje, só ouvem falar dos “anos de chumbo” e, jamais, da época do milagre brasileiro.

Esse problema tem que ser entendido como o inevitável e natural revanchismo político. E aqui é bom citar duas frases que bem traduzem o fenômeno. De Tancredo Neves: “Eles agora vão ver o que é profissionalismo!” e de Machado de Assis: “Aos vencedores, as batatas!”²⁸⁷.

Ter levado o país à condição de 8ª economia do mundo parece ter se constituído em mais um dos “progressos” levados a cabo pelos assim denominados revolucionários. A economia anterior a 31 de março de 1964 é retratada como o exemplo maior de insucesso e

²⁸⁴ MOTTA, 2003, t., p.31.

²⁸⁵ MOTTA, 2003, t.3, p.73.

²⁸⁶ MOTTA, 2003, t.10, p.33.

²⁸⁷ MOTTA, 2003, t.10, p.95.

incompetência de um governo corrompido pelos comunistas. Foi graças à “Revolução” e a competência dos governos sérios que o Brasil conseguiu chegar a essa posição na economia mundial²⁸⁸. Segundo afirmou o General Alacyr Frederico Werner,

[...] não se pode deixar de reconhecer o quanto os cinco governos da Revolução realizaram, levando o País, pelo desenvolvimento, ao patamar de 8ª Economia do mundo. Hoje, os políticos não gostam de falar nisso.

Era surpreendente e, ao mesmo tempo, gratificante a franca ascensão do desenvolvimento em geral. Apontavam, claramente, os resultados na vida empresarial (estatal e privada) advindos da Revolução, que não só salvara o Brasil das garras do comunismo, como também o conduziria na trilha do progresso e do bem-estar do povo brasileiro, que, felizmente, durante a fase revolucionária, não conviveu com o desemprego, como tragicamente se observa na década de 1990, a “década desperdiçada”²⁸⁹.

Em relação ao governo Médici, Denise Rollemberg chama a atenção para os investimentos realizados durante a ditadura em obras monumentais de impacto, como a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói, por exemplo; na suposta ampliação das fronteiras nas regiões Norte e Centro-Oeste; em campanhas de alfabetização com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral); o Projeto Rondon, incentivando o “bom estudante”, ou seja, aquele que não se ligava a movimento político, a fazer trabalhos assistencialistas no interior do país, integrando-o, unindo-o, eliminando as diferenças. Segundo Rollemberg, todas essas iniciativas criavam a impressão de que não havia interesses conflitantes na sociedade, todos deviam se unir para o bem da nação²⁹⁰.

Talvez a razão em não se falar e/ou escrever sobre os “sucessos” da revolução, de acordo com a organização da coleção, seja não revelar a importância que os militares tiveram na execução das obras de infra-estrutura e na condução de uma política repressiva sobre a subversão. Não conviria ao “revanchismo” elogiar um período em que foram excluídos do poder.

Acreditam os depoentes que se os meios de comunicação fossem “isentos” ideologicamente reconheceriam os acertos da “Revolução”, pois, como destaca o General-de Exército Sebastião José Ramos de Castro,

²⁸⁸ Segundo Denise Rollemberg, o período entre 1968 e 1973 foi o de maior repressão política e, ao mesmo tempo, de enorme crescimento econômico. Para a autora, o país estava se beneficiando de condições do cenário internacional. O governo superava a crise econômica do modelo tentado, sem êxito, pelo primeiro governo militar. In: ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2006, p.128.

²⁸⁹ MOTTA, 2003, t.1, p.74-5.

²⁹⁰ ROLLEMBERG, 2006, p.148.

A economia brasileira foi diversificada, o País teve acelerado ritmo de industrialização, foram criadas quatro grandes empresas estatais, a indústria de material de defesa teve grande incremento, a inflação foi debelada, particularmente nos governos Castelo Branco e Médici. Conseguimos enfrentar a crise mundial do petróleo, incentivando o uso do álcool como combustível alternativo.

Além dos sensíveis avanços nas áreas econômica e social, impediram que o País fosse dominado pelas esquerdas, conseguido vencê-las, inicialmente, de forma incruenta e, posteriormente, pela reação, enérgica e desassomburada, às ações de guerrilhas e terrorismo desencadeadas²⁹¹.

Do conjunto de depoimentos, percebe-se, também, a necessidade, por parte da organização da coleção, em lançar críticas ao Exército e a outras instituições que colaboraram com a “Revolução” pela inexistência de material – textos, artigos, livros – que divulgue “a verdade sobre o período revolucionário”.

Além das grandes realizações, há também o reconhecimento de que não conseguiram atingir todos os objetivos que desejavam. Porém, esses passam despercebidos frente à quantidade de realizações elementares para o desenvolvimento do Brasil. Conforme destaca o General de Brigada José Antônio Barbosa de Moraes,

Meu Deus do céu! Quem disser que não trouxe benefícios é cego ou não quer ver. Em primeiro lugar, evitou a tragédia da comunização do País, que rondava vários países, no mundo. Falam em cento e pouco a quantidade dos mortos na Revolução, mas se forem analisar os números em Cuba, na China ou na Rússia, ultrapassam milhões.

A Revolução de 1964 trouxe benefícios fantásticos. O País progrediu muito, passando, praticamente, do estágio de Nação com economia de base agrícola para industrial, alcançando o pedestal de oitava economia do mundo. Isso não é brincadeira, é progresso formidável²⁹².

É enfatizado nos depoimentos a ideia de que os “governos revolucionários” levaram o país ao desenvolvimento econômico e a tranquilidade social e política. Assim, o passado glorioso, destacado pelos depoentes, é utilizado para responder às críticas sofridas nos últimos tempos. É uma resposta que também tem como finalidade a reescrita da história, na qual as Forças Armadas e, sobretudo, o Exército, aparecem como elementos fundamentais na história pátria, pois eliminaram o perigo comunista e levaram o país a níveis excelentes de desenvolvimento econômico. Essa reescrita procurou elencar civis que compactuaram com a “Revolução” e que figuraram como atuantes durante o Regime Militar, mesmo que, anos depois tenham se desligado dos “governos revolucionários”, como visto anteriormente.

²⁹¹ MOTTA, 2003, t.1, p.130 e 137.

²⁹² MOTTA, 2003, t.2, p.207.

As grandes obras surgem nos depoimentos como “faraônicas”, fazendo parte de um repertório de realizações de governos comprometidos com o Brasil. Como mencionou o Tenente Coronel Moacir Véras, aqueles que foram banidos do país pela “Revolução”, ou seja, os praticantes do “revanchismo”, “[...] omitem os atos positivos realizados pela Revolução, mesmo que reconhecidos pelas mais destacadas personalidades do campo econômico, isto só para citar uma área da ação governamental”. Destaca ainda que os “revanchistas” apenas referem-se ao período “[...] como anos de chumbo e sangue, em virtude do combate ao terrorismo e à guerrilha [...]”. “É a desgastada posição do vencido que pretende ocultar as virtudes do vencedor”²⁹³.

“Crescimento econômico”, esta parece ser a expressão utilizada nos depoimentos para resumir o Regime Militar, como fez o Tenente Coronel Moacyr Véras.

[...] sabe que as décadas de 1960 e 1970 foram muito boas para a economia brasileira, principalmente a segunda, a melhor década de toda a vida econômica do País. Nela, o Brasil cresceu mais de 10% ao ano, o que é fantástico [...]. Houve um progresso fabuloso nas telecomunicações. Nos transportes e no setor energético, também houve um crescimento muito grande.

A indústria naval foi outro setor que progrediu a largos passos; se não me engano, chegamos a ser o terceiro do mundo na produção de navios²⁹⁴.

Na reescrita da história a qual pretende o Exército com esta coleção, as transformações ocorridas no Brasil se deram a partir do caos estabelecido na área econômica. Segundo Moacyr Véras,

Nas telecomunicações, o País era uma ilha. Dificilmente, se conseguia comunicação nem entre Rio-São Paulo; você tinha que dar o número e ficar esperando, e nem sempre obtinha êxito. Solicitava a ligação de manhã para falar à tarde. [...] Era um drama! Não se conseguia, a linha estava sempre interrompida. A Revolução acabou com isso²⁹⁵.

O governo Jango reaparece nas lembranças de Moacyr Véras de maneira negativa, como se o Brasil estivesse caminhando para um precipício, e a Revolução como “salvadora” dos desastres econômicos: “em 1964, a inflação, que era galopante, acabou e a economia se

²⁹³ MOTTA, 2003, t.2, p.362-3.

²⁹⁴ MOTTA, 2003, t.2, p.361.

²⁹⁵ MOTTA, 2003, t.2, p.361.

equilibrou”²⁹⁶. Além de outros aspectos, como os citados pelo General de Brigada Ferdinando de Carvalho,

Não tenho de cor as suas realizações. Poderia citar, por exemplo, que, antes da sua eclosão, era grande a dificuldade de deslocar-se nas rodovias do País. Não havia ligação entre o Sul e o Norte. A Revolução cortou o País de estradas. Construiu-se muita coisa. Houve um avanço extraordinário, levando a economia do País “lá para cima”. A inflação baixou, de modo estrondoso. Naturalmente, hoje, tudo isso é esquecido, mas ainda farão justiça ao nosso Movimento revolucionário, pelos benefícios que trouxe ao País²⁹⁷.

No campo social, alguns depoimentos falam do déficit habitacional, sendo que [...], sobretudo para as classes menos favorecidas, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e as cooperativas habitacionais, sistema que funcionou com inegável êxito”, como lembrou o Coronel José Tancredo Ramos Jubé²⁹⁸. Como uma “vitória” da “Revolução”, o sistema de habitação é apresentado como uma dádiva dos governos voltados para os problemas sociais do país.

O Coronel José Tancredo Ramos Jubé também apontou que no campo da pesquisa científica foi dado “[...] outro passo muito grande [...]”, a qual foi “[...] bastante incrementada com a Revolução. Orgulho de nosso País, a EMBRATER, foi criada no Governo Costa e Silva. É importante ressaltar, particularmente para os mais jovens, que essa empresa vitoriosa é um produto da Revolução”²⁹⁹.

Outros elogios à ditadura também aparecem no campo da Educação. Acreditam os entrevistados que o país atingiu conquistas importantes com a criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica no primário e no ginásio, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no científico e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) I e II na graduação e até mesmo na pós-graduação, além dos programas brasileiros de combate ao analfabetismo, como o Mobral. Porém, não deixam de mencionar que de nada adiantaram tais conquistas, se todo o setor foi entregue “aos revanchistas”, que anulam as “vitórias” da “Revolução” e, segundo afirmam, distorcem os fatos. Segundo Rollemberg³⁰⁰, o objetivo do regime com a educação foi o de formar crianças, adolescentes e jovens nos diversos níveis da escola regular, a partir de uma moral baseada em valores patrióticos e cívicos.

²⁹⁶ MOTTA, 2003, t.2, p.363.

²⁹⁷ MOTTA, 2003, t.2, p.159.

²⁹⁸ MOTTA, 2003, t.2, p.339.

²⁹⁹ MOTTA, 2003, t.2, p.339.

³⁰⁰ ROLLEMBERG, 2006, p.148.

A redução do número de partidos para apenas dois - a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - foi apresentada como uma conquista da “Revolução”. Os partidos são vistos, por muitos depoentes, como empecilhos. Da mesma forma são vistos muitos políticos que não se preocupavam com os rumos do país e não proporcionavam o desenvolvimento da nação. Segundo as palavras de General Hélio Ibiapina Lima,

No campo político, conseguimos a redução do número de partidos, o que todo mundo desejava; a organização e regulamentação do processo eleitoral acabando com a desordem existente. O Brasil ficou conhecido no exterior, por sua capacidade administrativa³⁰¹.

A organização da coleção também se preocupou em apontar os erros da “Revolução”. Os objetivos desse questionamento parecem variados: tem-se desde os excessos cometidos, que eles consideram normais em uma “guerra”, na qual o inimigo, no caso os comunistas, deveriam ser banidos. Ou seja, são apontados como erros os casos de tortura e desaparecimento, mas se justifica sua utilização. Assim como também outros erros, como o não comprometimento dos governos com a formação de quadros políticos que pudessem, na medida em que o Regime Militar iria se abrindo, continuar representando a “Revolução”.

4.6 Não Somos Santos!

A coleção, além de apontar os inúmeros benefícios trazidos pela Revolução, como forma de avaliar positivamente os vinte anos de Regime Militar, procurou, também, apontar alguns dos erros cometidos pelos “governos revolucionários”. O propósito com esse questionamento é o de reafirmar que, se houve excessos, estes foram pequenos comparados aos importantes avanços alcançados pela gloriosa “Revolução”. Conforme o General de Exército Ivan de Souza Mendes, “não digo que a Revolução não tenha cometido erros, pois todos somos passíveis de cometê-los [...]. A Revolução cometeu alguns erros, mas esses foram irrelevantes em relação aos seus acertos”³⁰². Os erros surgem como naturais do homem, principalmente, quando se tem que administrar “[...] um País extenso, como é o Brasil, com

³⁰¹ MOTTA, 2003, t.2, p.190.

³⁰² MOTTA, 2003, t.2, p.36.

enorme população [...]”³⁰³, apontou o General Ferdinando de Carvalho. Como afirma o General de Exército Everaldo de Oliveira Reis:

[...] a Revolução não foi feita por anjos, mas por homens, e deve ter cometido inúmeros erros. Alguns devido à inabilidade, outros devem ser debitados à sensibilidade muito à flor da pele que nós militares, temos, decorrentes de nossa formação. Não vou negar que tenha ocorrido erros. Não vou negar. Agora, nunca se presenciou nada, é importante que se diga, escandaloso e degradante como nos últimos tempos (MOTTA, 2003, t.1, p.148).

Os principais erros cometidos, segundo significativa parte dos depoimentos, referem-se à censura dos meios de comunicação, aos excessos com torturas e perseguições políticas que desembocaram em exílios ou no desaparecimento de presos políticos, além de outros relacionados aos descuidos com o sistema de ensino, hoje dominado pelos “revanchistas”, o surgimento dos inúmeros partidos políticos, desligados da “Revolução”, o descuido em não registrar as “dádivas” da “Revolução” e os problemas relacionados à “longevidade” dos “governos revolucionários”.

A censura foi apresentada em muitos dos depoimentos como um dos erros da “Revolução”. Segundo o General Alacayr Frederico Werner, “Toda revolução comete erros e, para mim, o maior deles é silenciar as vozes discordantes. Na Revolução Francesa, a Revolução Comunista, em outras tantas, no mundo, o silenciar significa matar”³⁰⁴.

No entanto, da mesma forma em que é destacada como um erro cometido, logo é justificada, como fez o Coronel Luís de Alencar Araripe:

Durante os governos dos presidentes militares houve cerceamento da liberdade, em grau variável, isto é um fato. O cerceamento deve ser avaliado sob dois aspectos. Ninguém conduz uma guerra, principalmente contra a subversão, que envolvia, além dos militantes engajados na luta armada, elementos de universidades, da imprensa, da Igreja etc., sem realizar um certo controle de opinião. Assim, foi e é em todos os países ao enfrentarem a subversão³⁰⁵.

A tortura, quando não explicada, surge como uma falha cometida. Quando justificada, pode figurar como um “mal necessário”. O Coronel Mário Dias se diz totalmente contra a tortura e narra o seguinte:

³⁰³ MOTTA, 2003, t.2, p.159.

³⁰⁴ MOTTA, 2003, t.1, p.74.

³⁰⁵ MOTTA, 2003, t.2, p.247.

Eu entendo a tortura, apenas em alguns casos. Vou citar um acontecimento. O meu quartel dava segurança para todos os generais da área. Só aos capitães dava-se esse serviço. Para compensar, os capitães tinham o direito de fazer as refeições em casa. Certa vez, um capitão, de serviço foi atacado por três terroristas que atiraram nele. Por sorte, a bala atingiu de raspão a sua cabeça. Fui avisado e, imediatamente, corri para o Miguel Couto. Consegui uma equipe de neurologistas para operá-lo, mas eles passaram a noite procurando fragmentos de ossos localizados no cérebro. Reconheço que esse companheiro, com quem não tive contato, foi uma vítima daqueles terroristas cretinos. [...] Estou contando esse caso, para dizer que, naquele momento, senti ódio. Se um daqueles camaradas aparecesse na minha frente, não sei o que faria [...] ³⁰⁶.

As perseguições políticas são apresentadas, assim como outros erros, como casos de excessos por parte do governo em resposta ao radicalismo da oposição. O General Sebastião José Ramos de Castro lembra que “também uma certa dose de radicalismo promoveu cassações que de outra forma não seriam necessárias, radicalismo esse manifestado, tanto por parte de setores do Governo, como da Oposição”³⁰⁷. Ou seja, a cassação de mandatos era uma resposta ao mesmo tempo radical e coerente com a época. Os políticos da oposição “freavam” os avanços da “Revolução”, impedindo o “progresso” do país. Segundo as palavras do General Álvaro Nereu Klaus Calazans,

É evidente que a escalada revolucionária foi a maneira de a Revolução e dos governos institucionalizados se armarem para fazer frente ao terrorismo. Não havia outra alternativa a não ser o fortalecimento do Poder, amparado em atos legais. Essa reação deixa à mostra o caráter legalista dos governos da Revolução³⁰⁸.

Os atos institucionais, sobretudo o AI-5, para alguns dos depoentes, foram desnecessários, embora entendessem as justificativas que, na época, haviam sido apresentadas. Ou seja, a edição de instrumentos legais que deram ao presidente amplos poderes por tempo indefinido, é vista de maneira ambígua: percebe-se a edição do ato como desnecessária mas, ao mesmo tempo, legítima, frente às “ameaças” provocadas pelas esquerdas organizadas, contrárias às arbitrariedades do regime³⁰⁹.

³⁰⁶ MOTTA, 2003, t.2, p.315.

³⁰⁷ MOTTA, 2003, t.1, p.131.

³⁰⁸ MOTTA, 2003, t.8, p.301.

³⁰⁹ É importante destacar que os atos institucionais anteriores tiveram características autoritárias, promovendo uma verdadeira “caça às bruxas”, como apontou Samantha Viz Quadrat. Conforme destaca a historiadora, somente o Ato Institucional nº1, o AI-1, “[...] suspendeu temporariamente a imunidade parlamentar, deu autonomia ao Poder Executivo nas questões econômicas e suspendeu os direitos políticos de cerca de 100 pessoas, inclusive o próprio ex-presidente João Goulart e quase toda a sua equipe”. Ver: QUADRAT, 2006, p.131.

De acordo com o General Hélio Ibiapina Lima, quando questionado sobre os “prejuízos” da “Revolução” para o país, afirma que a “nova republica” freou os avanços obtidos pelos “governos revolucionários”, como a “[...] quantidade exagerada de partidos políticos” e a entrega do sistema de ensino aos “contra-revolucionários”³¹⁰. Desse modo, os erros encontram-se no fato de a “Revolução” ter liberado as conquistas obtidas com sacrifícios para que políticos voltados para o “revanchismo” eliminassem ou deturpassem todos esses benefícios. Assim, acredita Hélio Ibiapina Lima que o sistema educacional foi “[...] entregue aos opositores do Movimento revolucionário de 1964”³¹¹, facilitando que intelectuais de esquerda minassem o meio acadêmico. Assim também relatou o Coronel Raposo Filho:

[...] descuidamos muito da juventude do nosso País. Deveria ter sido a preocupação maior o zelo por aquela geração que iria projetar as reformas que estávamos fazendo, que iria conduzir as bandeiras de um Brasil reformulado. Alguns chefes, preocupados em evitar que se traduzisse em propaganda ou promoções, ficaram muito recolhidos e o trabalho subterrâneo foi-se fazendo na juventude, nas universidades. Daí, as dificuldades que foram observadas depois³¹².

Como já foi dito anteriormente, a educação deveria abranger toda a sociedade brasileira. Uma educação política, em que o povo prestigiasse os benefícios trazidos pela “Revolução”, pois, como ressaltou o Coronel Hélio Mendes, “[...] as grandes realizações apregoadas pelos Governos da atualidade nada mais são que a destruição, a alienação ou o desvirtuamento dos acertos da Revolução de 1964”³¹³.

Em relação ao surgimento de outros partidos políticos, após a abertura política, os depoentes afirmam que esse foi um erro bastante grave, pois possibilitou o enfraquecimento dos “legados” da “Revolução”. Os novos partidos não somente ignoravam os legados da “Revolução”, como procuraram estabelecer uma separação entre eles e a ditadura civil-militar. Como já foi dito, eram cúmplices amantes que negavam qualquer aproximação com as arbitrariedades do período.

Não ter formado quadros políticos para ocupar estrategicamente as instituições democráticas pós-1985 foi outro erro considerado pelos depoimentos. Grande parte dos entrevistados, como o General José Antônio Barbosa de Moraes, avalia que os governantes já

³¹⁰ MOTTA, 2003, t.2, p.188.

³¹¹ MOTTA, 2003, t.2, p.189.

³¹² MOTTA, 2003, t.2, p.264.

³¹³ MOTTA, 2003, t.1, p.264.

eram demasiadamente idosos, o que dificultou posteriormente. “Hoje, não temos ninguém daqueles tempos revolucionários, com prestígio nacional, porque começamos com homens de bem, sérios, mas pessoas velhas”³¹⁴. Nesse mesmo sentido, os Generais Sebastião José Ramos de Castro e Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira Neto afirmam o seguinte:

A par dos seus inúmeros acertos, A Revolução Democrática também cometeu erros. Talvez um dos mais importantes foi o de não ter criado condições concretas para a formação de novas lideranças políticas. Os Institutos criados pelo Governo e pela oposição [...] não renovaram realmente a classe política, como se constata até os dias de hoje³¹⁵.

A Revolução foi implementada e conduzida por pessoas, sujeitas a erros. Só comete erros quem realiza, quem produz, quem dinamiza. Quem nada faz não comete erros, a não ser o da inação. A Revolução também cometeu erros, embora com uma grande diferença de muitos regimes que andam por aí [...]. Por isso, os acertos da Revolução foram mais numerosos do que os erros³¹⁶.

A “Revolução” deveria, ainda, ter criado um partido próprio, através do qual garantiria a sustentação política do governo, bem como a formação de novas lideranças políticas, como destacou o Coronel Hélio Mendes³¹⁷.

Muitos consideram ainda como erro a duração do regime, vinte anos. Conforme considera o Coronel Luís de Alencar Araripe, “houve um momento em que se poderia ter desmontado do tigre, durante o Governo Médici, época áurea da Revolução, em termos de prosperidade do País e prestígio popular do Governo”³¹⁸.

Para importante parte dos depoentes, teria sido melhor encerrar a “Revolução” no governo Médici, pelo fato de que o Brasil estava passando por um momento “espetacular”. O Coronel Amarcy de Castro e Araújo afirma que se tivesse ocorrido, a “Revolução” não teria sofreria com ácidas críticas de hoje. Além de ser um governo marcado pelo sucesso econômico, acredita Castro e Araújo que os “terroristas” já haviam sido eliminados, o que proporcionaria tranquilidade.

Diria que o término do Governo Médici, teria sido uma boa oportunidade. Sobre isso, penso que existe um consenso bastante amplo, porque o movimento revolucionário de esquerda, tendo no seu bojo a luta armada, tinha sido vencido

³¹⁴ MOTTA, 2003, t.2, p.207.

³¹⁵ MOTTA, 2003, t.1, p.131.

³¹⁶ MOTTA, 2003, t.4, p.99.

³¹⁷ MOTTA, 2003, t.1, p.264.

³¹⁸ MOTTA, 2003, t.2, p.246.

pelos governos da Revolução. Então, não havia mais a subversão e o terrorismo, urbano e rural, que justificassem uma repressão muito grande³¹⁹.

O longo período da “Revolução”, criticado por muitos depoentes, faz parte das avaliações que realizaram do Regime Militar. Os depoimentos não procuraram desonrar os governos da “Revolução” com as críticas sobre a duração da mesma. A organização da coleção, ao indagar sobre os erros da “Revolução”, buscou, além de interrogar o que já sabia em cada depoente, afirmar essas falhas como naturais em um processo conflituoso, representado nos depoimentos como um estado de guerra, em que o país estava mergulhado.

Quando questionados sobre os erros cometidos pela “Revolução” ou se os governos revolucionários demoraram no poder, os depoentes não respondem objetivamente às questões e acabam, dessa forma, defendendo a “Revolução”. Ou, igualmente, justificam as medidas adotadas pela mesma, como consta no depoimento de Carlos de Meira Mattos:

Julga o senhor que os governos revolucionários demoraram muito no poder?
A intenção do Presidente Castello Branco era de que os Atos Institucionais terminassem no seu governo. Queria que seu sucessor saísse de eleições normais e passasse o governo para um civil. Inclusive, já tinha alguns nomes. [...] Foram as guerrilhas, as agressões, que, do meu ponto de vista, provocaram o prolongamento dos governos revolucionários³²⁰.

O General de Brigada Helio Duarte Pereira de Lemos, por exemplo, ao mesmo tempo em que afirma que o combate aos comunistas foi negativo, pelo fato de ter tido um “[...] excessivo rigor policial [...]”, também afirma que foi benéfico ao País, pois se fazia necessário para a tranquilidade da nação (MOTTA, 2003, t.1, p.248). Ou seja, ao mesmo tempo em que foi, de certa forma, errado punir os “comunistas” com um rigor excessivo, tornava-se necessária sua eliminação para a tranquilidade do país. Essa aparente ambiguidade que persiste em outros depoimentos para explicar os erros que foram cometidos pelos governos militares explicita o que, de modo geral, os entrevistadores e os entrevistados buscaram enfatizar: a conquista final (eliminação do inimigo) foi maior que os erros cometidos no percurso. Ou como pensou Maquiavel, os fins justificam os meios³²¹.

Como tentativa de contar a história do Brasil e ser reconhecido fora de seu grupo, o Exército, com a coleção, encontrou uma forma de explicar à sociedade os erros que

³¹⁹ MOTTA, 2003, t.8, p.379.

³²⁰ MOTTA, 2003, t.1, p.234.

³²¹ MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Brasília: EdUNB, 1994.

consideraram menores frente aos inúmeros acertos enumerados pelos depoentes. Na exposição dos erros, seguem as diversas justificativas para a adoção de medidas radicais.

Nas lembranças dos depoentes não apareceram outros excessos cometidos, como o as diversas ações repressivas, o número de mortos e desaparecidos, assim como o apoio externo. Quando foram questionados a respeito das influências externas durante o golpe e a ditadura, poucos são os depoentes que enfatizam a participação norte-americana na deposição de João Goulart e na continuidade do regime. A maioria dos entrevistados não nega a simpatia que nutriam em relação aos Estados Unidos, sobretudo no período da Guerra Fria, porém, a montagem da “Revolução” e seus desdobramentos, segundo acreditam, foi obra de brasileiros³²². A seleção daquilo que deveria ser ou não exposto por parte dos depoentes faz parte das artimanhas da memória, que Daniel Aarão Reis Filho expõe da seguinte maneira:

Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro, é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais. Acuada, dissimulada, manhosa, ou engana, traiçoeira. Não se trata de afirmar que há memórias autênticas ou mentirosas. Às vezes, é certo, é possível flagrar um propósito consciente de falsificar o passado, mas mesmo neste caso, o exercício não perde o valor, porque a falsificação pode oferecer interessantes pistas de compreensão do narrador, de sua trajetória e do objeto recordado. Por outro lado, e mais freqüente, embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se faz e se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem³²³.

Os depoentes da coleção, focados na preocupação com o futuro, investiram suas narrativas na (re) construção de uma memória, que se pretende história. Que se apresentem os “méritos” da “Revolução de 1964”, em contrapartida às “falsificações” das “esquerdas”. Este é o objetivo. Mesmo que as falhas do Regime Militar apareçam pelas palavras de muitos dos colaboradores da “Revolução”, elas estão permeadas propositalmente pelos silenciamentos e pela busca do esquecimento que, conscientemente, são incorporados nas avaliações positivas que se pretendeu fazer do período.

³²² Sobre este aspecto, ver a seguinte obra: FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

³²³ REIS FILHO, Daniel. Ditadura e Sociedade: as Reconstruções da Memória. In: **1964-2004**. 40 anos do golpe. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 119.

4.7 A Derrota na Batalha pela Memória e a Vitória do “Revanchismo”

Após o final do Regime Militar, uma produção memorialística ligada às esquerdas cresceu consideravelmente. Essa produção de memória objetivava, em seu conjunto, divulgar as agruras do Regime Militar, como uma denúncia contra as práticas de tortura, cassações políticas e outros temas relacionados.

Como denunciar era uma das formas que as esquerdas encontraram para dizer o que acreditavam ser o regime militar, aqueles que estiveram ao lado do governo, colaborando sob diversas maneiras com a “Revolução”, trataram também de divulgar as suas “versões” sobre os fatos. Diante dessa batalha pela memória, o Exército, ao publicar a coleção, avaliou que foram derrotados injustamente e, assim, acreditam que suas lembranças foram omitidas pelo “revanchismo”, que destrói a verdade dos fatos.

A coleção de depoimentos considera que “os governos revolucionários”, por princípio, deixaram de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus erros. Assim, foram derrotados na “batalha da comunicação social”, como afirmam os organizadores da coleção a partir das perguntas realizadas. Alguns dos depoentes, como o Coronel Aluizio de Campos Costa, não se sentem à vontade com a questão da derrota e afirmam que não executaram, adequadamente, “ações de comunicação social”. A mídia esquerdista figura como culpada pela omissão dos acertos da “Revolução de 1964”³²⁴. O General e Exército Sebastião José Ramos de Castro afirma que:

A mídia sofre a forte influência da tendência esquerdizante que prepondera nas Faculdades de Comunicação Social. Há, ainda, o fato de que amigos opositores desfrutaram de importantes posições nos meios de comunicação social. Os que detêm o poder atualmente receiam que o povo aumente a admiração pelos militares e recorde o tempo de paz social, progresso e estabilidade que existiu, quando presidiram os destinos da Nação³²⁵.

A “batalha da comunicação”, perdida pelos militares, conforme os depoimentos, teve seu início na opção que os governos revolucionários fizeram acerca da propaganda política, buscando diferenciar-se de períodos anteriores, em que se utilizava estrategicamente da propaganda para promoção política. Muitos deles acreditam que estiveram, em um

³²⁴ MOTTA, 2003, t.1, p.282.

³²⁵ MOTTA, 2003, t.1, p.132.

determinado momento, com a batalha ganha, como narra o Coronel Fracimá de Luna Máximo,

Creio que sim. Estávamos com ela ganha no Governo Médici. O processo revolucionário de longa duração acabou nos fazendo perdê-la. Penso que, se esse processo tivesse terminado com o Governo Médici, o panorama da Comunicação Social seria outro. [...] Mas o próprio governo militar, não sei se por princípios, não gostava de Comunicação Social – o próprio Castello Branco e outros. Acho que nos omitimos; não queríamos participar dessa “batalha”³²⁶.

Os militares, durante os depoimentos, procuram diferenciar-se dos políticos, afirmando que não ambicionavam postos de comando e que procuraram sempre trazer civis para os governos da “Revolução”. Na tentativa de estabelecer essa diferenciação, também se julgam culpados pela derrota na “batalha”, pois, segundo eles, não tinham visão política. Conforme o Coronel Carlos Alberto Guedes, “não nos preocupamos em valorizar e divulgar o que fazemos. Cumprimos o nosso dever com exatidão, humildade e seriedade, sem qualquer espécie de promoção pessoal”³²⁷. Segundo Luiz Paulo Macedo Carvalho,

Comunicação Social é um campo altamente especializado, onde somos despreparados [...]. Veja se o Comandante do Exército consegue plantar alguma notícia, dar um desmentido ou conseguir difundir a versão oficial da Força Terrestre? Nem se publica. Impõe-se um trabalho profissional, executado por profissionais, diferente do executado por um brilhante oficial de Estado-Maior [...] ³²⁸ (MOTTA, 2003, t.1, p.310).

Ao estabelecer uma diferenciação com outros grupos, no caso dos políticos, novamente aparece a questão identitária no grupo, de modo que procuram representar-se como homens desapegados dos privilégios políticos e ligados à defesa da pátria. A identidade, aqui, pode ser verificada no processo através do qual o reconhecimento das similitudes e a afirmação das diferenças situam o sujeito histórico em relação aos grupos sociais que o cercam. Os depoimentos dos militares nessa coleção figuram, desta forma, como exemplos da afirmação de identidades sócio-históricas. A memória dos militares, nesse sentido, pode ser, como nos ensinam Fentress e Wickham, uma memória social que identifica um grupo,

³²⁶ MOTTA, 2003, t.11, p.211.

³²⁷ MOTTA, 2003, t.9, p.275.

³²⁸ MOTTA, 2003, t.1, p.310.

conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro. E ela, quase sempre, faz exigências factuais sobre os acontecimentos passados³²⁹.

Os políticos são aqueles que, conforme o General Geraldo de Araújo Ferreira Braga, alinhados com o poder, buscam alianças com indignos homens, em troca de recompensas políticas (MOTTA, 2003, t.2, p.111). De acordo com as considerações de Ferreira Fraga,

Entendo que não perdemos a “batalha da comunicação social”, simplesmente porque nunca nos engajamos dela. Tive um colega – não citarei o nome – que disse assim: “A galinha põe o ovo e canta”, mas não aprendemos isso na Escola Militar. Nós realizamos, porque tempos que realizar, porque é parte do nosso trabalho, porque é parte da nossa profissão, porque é o nosso ideal, nosso amor ao Exército, porque faz parte do nosso amor à Pátria.
Nós não estamos habituados a trabalhar em troca de recompensas. Acredito que a gente pense o seguinte: “O meu trabalho, os outros não de reconhecer”. Assim pensava o Presidente Castello Branco (MOTTA, 2003, t.2, p.111).

Segundo os depoentes, a tentativa de se diferenciar dos governantes anteriores, marcados pelas propagandas que “engrandeciam” as medidas adotadas em diversos contextos, como foi o caso de Getúlio Vargas, fez com que o regime não fosse reconhecido pela população. A imagem da “Revolução”, conforme era recomendação na época, deveria ficar longe da propaganda desenvolvida pelo governo de Getúlio Vargas³³⁰, como asseguram os depoentes e a própria organização da coleção que atribui ao Governo Vargas méritos em relação à propaganda. Em uma intervenção, durante o depoimento do Coronel José Tancredo Ramos Jubé, o entrevistador, o General Geraldo Luiz Nery da Silva, reitera da seguinte maneira: “Getúlio Vargas está presente, até hoje, com o nome posto em várias ruas, avenidas e fundações, porque, realmente, o DIP funcionou”³³¹.

A partir do conjunto de depoimentos, verifica-se uma tentativa de responsabilizar alguns governantes, sobretudo o ex-presidente Castello Branco, pelo desprendimento com a propaganda em seu governo. Muitos dos depoentes atribuem à falta de propaganda das realizações da “Revolução”, em jornais e em outros meios de comunicação, como uma das

³²⁹ FENTRESS; WICKHAM, 1992, p.39.

³³⁰ MOTTA, 2003, t.2, p.246.

³³¹ MOTTA, 2003, t.2, p.340. Carlos Fico, ao examinar a propaganda do Regime Militar, adverte que: “os militares brasileiros, evidentemente, conheciam esses tipos clássicos de propaganda (por isso sempre procuraram negar semelhanças com o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – de Getúlio Vargas) e, mais do que isso, sabiam da repulsa que eles causavam” (FICO, 1997, p.18).

razões da derrota na “batalha”, como mencionou anteriormente o General Geraldo de Araujo Ferreira Braga³³².

A perda da “batalha” também é sentida na educação, como lamentou o General Carlos de Meira Mattos.

Nós perdemos não só a “guerra da comunicação social”, como também a da educação. Não soubemos, após ocuparmos o governo por vinte e um anos, orientar o Sistema Educacional Brasileiro e perdemos completamente a guerra da comunicação. Se você analisar, em quase todos os institutos de estudos superiores do Brasil, universidades, faculdades, as facções que dominam são as da esquerda, mesmo, em pequeno número. Esses elementos dominantes continuam praticando o “revanchismo”, não dando chances para quem não for do grupo deles, de esquerda (MOTTA, 2003, t.1, p.236).

Perder a “batalha da comunicação” significa acusar as “esquerdas”, a “mídia” e os “revanchistas” de agentes contrários à propagação das vitórias da “Revolução”. Dessa forma, são derrotados pela “mentira” ou pela “omissão” utilizada, segundo os depoimentos, pelos inimigos, que tomam a comunicação social como espaço primordial de suas reivindicações. Segundo as narrativas do Coronel Helio Mendes e do General José Antônio Barbosa de Moraes,

Esta questão faz parte da educação, em geral, e da educação política, em particular, assinalada como um dos pontos falhos em todas as políticas dos governos da Revolução, desde o início do Governo Castello Branco. As universidades e escolas continuaram tendo a maioria de professores de tendência esquerdista. As livrarias quase que só dispunham de publicações de esquerda – marxista e de outros teores. A Revolução fez muito pouco para conter esta avalanche, em termos de Comunicação Social³³³.

Castello não admitia isso, e a Revolução não mostrou os seus feitos. Por outro lado, os derrotados correram e ocuparam as cátedras, os meios de comunicação e passaram a contar a história do jeito deles, não a verdadeira³³⁴.

A história ensinada nas salas de aula é preocupante, conforme os depoimentos, visto que cunham as expressões “Anos de Chumbo” e “Ditadura Militar” para caracterizar um

³³² No entanto, é importante que se aponte o fato de que a propaganda política da ditadura mais conhecida e identificada com o período de maior repressão esteve nas mãos de militares mais moderados. Criada no governo de Costa e Silva, a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), teve então seus dias de glória, como destacou Denise Rollemberg. Segundo a autora, por trás da suposta função de relações públicas, esse órgão atuou de fato em eficientes campanhas nacionais de grande alcance, tais como “Ninguém segura este país” e “Este é um país que vai pra frente”, criando uma imagem otimista e grandiosa do Brasil, baseada no patriotismo. In: ROLLEMRG, 2006, p.147.

³³³ MOTTA, 2003, t.1, p.268.

³³⁴ MOTTA, 2003, t.2, p.208.

governo que os depoentes acreditam ter sido benéfico ao Brasil. É a partir dessas colocações que surge a coleção, destacam os depoentes. Segundo acredita o General Rubens Bayma Denys, a importância da Coletânea de depoimentos reside no fato de oportunizar

[...] para as pessoas que participaram, de uma forma ou de outra, da Revolução de 1964, relatarem os fatos dos quais tomaram conhecimento, ou de que, efetivamente, participaram. A verdade registrada para posterior avaliação pelos historiadores. Acho que a isso é muito importante. Espero que, dessa forma, a Revolução ganhe uma documentação que a retrate com fidelidade; que resgate a verdade histórica³³⁵.

Pensando dessa forma, alguns dos depoentes militares, diferentemente, consideram que não perderam a “batalha”, cabendo àqueles que colaboraram com a “Revolução” ou que tiveram apreço pela mesma, lembrar aos demais que os militares eliminaram o perigo comunista, assim como levaram o país ao desenvolvimento. Segundo o General Ivan de Souza Mendes,

Muitos dizem que perdemos a “batalha da comunicação social”. Não concordo com a assertiva, porque a batalha está em curso. Nós não iremos perder ou ganhar a “batalha” em momento algum. Nem eles. Na verdade, estamos cumprindo o nosso papel, nesse embate ideológico e cultural³³⁶.

Ainda há aqueles que afirmam que não foram derrotados na batalha e o que houve foi a maximização dos excessos cometidos pelo regime, como assegurou o General Octávio Pereira da Costa.

Diria que a “batalha” da comunicação não foi propriamente perdida, pois foi útil naquelas circunstâncias. No entanto, outros fatos negativos que ocorriam no submundo da repressão preponderaram como a imagem que realmente ficou. “Os gramados devastados” ou “as sentinelas que responderam mal às senhoras que pediram informações” ocorreram, aos militares, de forma muito mais cruel. Esses excessos cometidos foram maximizados e se fixaram, afinal, como a imagem definitiva. A “batalha” não foi perdida. Não se perdeu, nem se ganhou. Faz-se o que era possível fazer³³⁷.

Ou seja, a derrota mencionada pelos depoentes na coleção procura imprimir a ideia de que os “governos revolucionários” foram julgados injustamente pelas esquerdas e pela mídia que noticiam os excessos cometidos, como cassações, torturas e desaparecimentos, como se

³³⁵ MOTTA, 2003, t.1, p.189-90.

³³⁶ MOTTA, 2003, t.2, p.36.

³³⁷ MOTTA, 2003, t.2, p.84.

tivessem sido rotineiros. Dessa forma, a partir da coleção, os depoentes podem revidar as colocações da mídia e do meio acadêmico que eles consideram esquerdizante. Julgam-se derrotados porque acreditam que a “versão” que perdura em quase todos os meios sociais é daqueles que foram “derrotados nas armas”, conforme destacou Jarbas Passarinho.

Muitas vezes temos visto, entre outros, conferencistas civis, da UNICAMP, da ESG também, realçarem os sucessos econômicos. Todos se referem, principalmente, à década de 1970. Fora desses institutos, entretanto, tais comentários e análises não são divulgados, porque, embora vitoriosos na parte militar, perdemos a guerra da comunicação social [...] ³³⁸.

Como pode se constatar, eles se vêem injustiçados pela mídia e pelos intelectuais de esquerda, que se aproveitaram da inabilidade dos governos da “Revolução” e instituíram a propaganda contrária aos feitos trazidos pelos “governos revolucionários”.

Embora se considerem derrotados ou não na “batalha”, os depoentes atribuem culpa às esquerdas pela manipulação da mídia e, também, a eles próprios que não souberam utilizar-se da propaganda para projetar a “Revolução” como benéfica ao país. Ao culparem-se, procuram, da mesma forma, estabelecer uma diferença entre eles, os militares, e os políticos, os civis, na qual aparecem como homens preocupados com a “ordem” e o “progresso” do país, diferentemente dos políticos, que segundo os militares entrevistados, preocupam-se com eles mesmos. Isto significa que, mesmo reconhecendo a derrota, não admitem a possibilidade de terem cometido erros fundamentais, sem justificá-los como necessários, que pesam no presente e que são utilizados pelos “inimigos” para julgar o período. Assim, atribuem, sempre que indagados, culpa às “esquerdas” que, de maneira ardilosa, teriam se utilizado politicamente do passado para “autopromoção”.

Mas os usos do passado são também utilizados pela coleção, que procura avaliar positivamente o Regime Militar. Nessa tentativa de elogiar a “Revolução”, o passado surge necessariamente como estratégia que norteia o pensamento dos depoentes. Além do passado, questões do presente, como as pesquisas destacadas nos depoimentos, são também utilizadas para assegurar às Forças Armadas prestígio social. Conforme apontou Ecléa Bosi, “[...] a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente [...]. O passado revelado desse modo não é antecedente do presente, é a sua fonte” (BOSI, 1998, p.89).

³³⁸ MOTTA, 2003, t.5, p.50.

4.8 Avaliações dos 20 Anos da Revolução

Nas avaliações dos vinte anos de Regime Militar, a coleção procurou levantar duas questões: 1) a projeção das grandes realizações da “Revolução” em um tempo futuro e 2) a imagem positiva das Forças Armadas e, principalmente, do Exército frente à sociedade, no presente.

Em relação à primeira, a intenção parece levar em consideração o fato de que, em um momento futuro, os brasileiros agradecerão as realizações dos “governos revolucionários”, pois: “A Revolução de 31 de Março de 1964 foi a salvação do Brasil. O País deu um salto de desenvolvimento vertiginoso e, muito mais do que isso, evitou o pulo enorme para a retaguarda, desejado por alguns. Sou um apologista da Revolução de 31 de Março” (MOTTA, 2003, t.2, p.212).

A própria coleção, a partir dos depoimentos, procurou se apresentar como um acervo monumental, no qual as memórias ali depositadas são representativas de uma “verdade”. Percebendo-se como os “guardiões da memória” sobre o regime, os depoentes seriam os únicos a ter o direito de se pronunciarem sobre os acontecimentos. Nesse lugar da memória, o passado é (re) inventado com vistas ao presente e ao futuro. Pierre Nora afirma que os “lugares de memória” não são apenas físicos, mas também mentais, espaços imaginários onde quase não há preocupação utilitária, onde habitam coisas e não seres. Esses “lugares”, refúgios para os indícios, as marcas, os sinais do que se passou, permitiriam uma visão, ou melhor, uma “re-visão” da memória, pois, através do que neles está contido, seria possível apreciar o que é lembrado ou esquecido em relação ao passado³³⁹.

Conforme os depoentes, foi graças à “Revolução” que hoje vivemos em uma democracia. Sem ela teríamos os comunistas estabelecendo um regime autoritário, semelhante a Cuba e a URSS. Além de procurar fornecer subsídios para o entendimento do presente, a intenção também é a de afirmar que a democracia dificilmente poderia vir a ser abalada futuramente, pois os “vermelhos” foram banidos ou punidos pela “Revolução”. De acordo com o General de Exército Ivan de Souza Mendes,

O que posso dizer [...] é que as Forças Armadas sentiram o momento de agir, na defesa da democracia no Brasil, e o fizeram na medida adequada, não tenho dúvidas.

³³⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares, 1984. Tradução: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**, São Paulo, Educ, n.10, dez. 1993.

Preservamos as nossas tradições democráticas, que vêm de longe, das raízes de nossa História. A ação das Forças Armadas evitou uma guerra civil em nosso País. As correntes de esquerda não souberam compreender aquele momento histórico e partiram para a luta armada, a agressão. Abdicaram da grandeza da pacificação dos espíritos e de pugnar por suas idéias no campo da democracia. Nesse ponto, as esquerdas erraram. Não reconheceram a derrota e, muito menos, quiseram contribuir para a construção do futuro da Nação. Elas são sempre negativas. É uma pena (MOTTA, 2003, t.2, p.41).

A preservação dos valores, das tradições e dos costumes foi fundamental, nos depoimentos, para pensar no legado deixado pela “Revolução”. O Brasil visto como um país democrático, em que a ordem impera, não suportaria ver-se ligado aos dogmas do comunismo. Como um país pacífico, não admitia e não irá admitir o conflito advogado pelas esquerdas, pois não faz parte de sua cultura³⁴⁰. Conforme o General Geraldo de Araujo Ferreira Braga,

Agora, creio que o futuro vai indicar o caminho deles, porque não tem mais o espelho da União Soviética, da Albânia ou mesmo da Rússia. Cuba luta para sobreviver sem a ajuda da URSS.

Por tudo isso, tenho a esperança de que o povo não deixe levar pelo proselitismo da mídia e ajude o Brasil a ter um futuro de paz e de maior tranqüilidade (MOTTA, 2003, t.2, p.121).

O sucesso na área econômica obtido pela “Revolução” deixou um legado que, de acordo com os depoimentos, é visível no presente.

Foi um período de progresso nacional, de grande exaltação da brasilidade, de criação de uma consciência nacional e, sobretudo, da neutralização de todos aqueles fatores que concorriam para a divisão político-administrativa. O que o Brasil alcançou de progresso, na maioria dos setores nacionais, deve à Revolução de 1964. Fez-se, em muitos setores, naquele período, bem mais do que em toda a História brasileira (MOTTA, 2003, t.2, p.163).

³⁴⁰ Muitos dos depoentes enxergaram nos comunistas o fim de suas famílias, a decomposição da pátria e a perseguição a toda e qualquer religião, pois, segundo acreditavam, o comunismo era ateu e toda a forma de crença considerada incompatível com a nova forma de organização social. Em relação ao anticomunismo católico, ver os seguintes trabalhos: RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: UPF, 2003; RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações**: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado em História; e MOTTA, 2002.

É no presente que se percebem os ganhos da “Revolução”. É no momento atual que a coleção procura relacionar presente e passado, de forma a reconhecer no presente as realizações da “Revolução” em um passado glorioso.

Os brasileiros devem reconhecer, na Revolução de 1964, um passo muito seguro e sério para o desenvolvimento político, econômico e social do nosso País. Queremos que o povo brasileiro tenha idéia do que foi, realmente, a Revolução de 1964, ou melhor, dizendo, a Contra-Revolução de 1964 (MOTTA, 2003, t.2, p.165).

Nas narrativas percebe-se a tentativa de demonstrar o quanto a história pode ser “gratificante” com a “Revolução”. Conforme o General de Brigada Hélio Ibiapina Lima, “A História, um dia, mostrará que, desde o Descobrimento do Brasil até nossos dias, não houve outro período de tanto planejamento e progresso, de tanta dignidade nacional, quanto o período de 1964 a 1985” (MOTTA, 2003, t.2, p.194). E continua o General, afirmando que “Um dia, sem dúvida, far-se-á justiça”. Ou seja, espera-se que no futuro reconheçam-se as melhorias implementadas no País, após a “Revolução”.

Avaliar o Regime Militar, conforme foi feito na coleção, não é somente reconhecer os benefícios proporcionados pela “Revolução”, como acreditam os depoentes, mas também pensar os “méritos” alcançados por esta com vistas ao futuro. A ingratidão por parte daqueles que não reconhecem as “elogiadas” transformações ocorridas no Brasil, são profetizadas pelos depoentes, como se no futuro todos fossem reconhecê-las. “Mais à frente, alcançado o desenvolvimento pleno, nosso País vai agradecer muito aos revolucionários de 1964” (MOTTA, 2003, t.2, p.211).

[...] devo dizer que quando alguém, no futuro, ouvir aqueles que aqui foram entrevistados, fique convencido de que a Revolução de 1964 foi feita para salvar o Brasil de um grande desastre, e ela conseguiu tudo isso. Nós, as Forças Armadas, temos arcado com a responsabilidade disso, e nos orgulhamos. Estamos prontos para sofrer essas injustiças menores, porque temos plena convicção de que desempenhamos um papel destacado, histórico, extremamente válido, que só engrandece as Forças Armadas do Brasil (MOTTA, 2003, t.1, p.97).

Ao apontar perspectivas melhores para o futuro, a coleção procura, de certa forma, responder ao presente, isto é, às investidas das esquerdas que se propõem a denunciar os vinte anos “benéficos” da “Revolução”, caracterizando-os como marcados pelos excessos de autoritarismo. São problemas atuais que eles advertem como constantes:

Penso que temos preocupações atuais, como o “revanchismo”, muito presente em determinados grupos. Existe, também, uma lacuna: o nosso movimento revolucionário sofre a falta de colocação de sua face verdadeira junto à sociedade nacional [...] (MOTTA, 2003, t.1, p.190).

O passado serve no presente para atestar também que as Forças Armadas não deixarão que o país ingresse num caos novamente. Elas cumpriram e continuam a cumprir um papel fundamental, o zelo pela ordem.

As Forças Armadas não deixarão que o nosso País vire pelo avesso, como não deixamos no passado. Acredito nos companheiros que, hoje, estão dirigindo os destinos das nossas três Forças. Acredito que os brasileiros que pensam no bem do Brasil saberão deixar, para as novas gerações, um País melhor – livre, democrático, humano e com o seu povo mais feliz (MOTTA, 2003, t.1, p.208).

Orgulho é a expressão que, talvez, esteja também por detrás de muitos dos depoimentos, sobretudo quando tentam se referir as ações de “patriotismo” dos governantes militares. Segundo o Coronel Luís de Alencar Araripe, “na minha opinião, foram tempos de ordem, tempos de paz, tempos de segurança, tempos de prosperidade nacional [...]” (MOTTA, 2003, t.2, p.219). A lembrança afável de um período “espetacular”, em que “ordem” e “progresso” caminhavam juntos, procura lançar mão de elogios ao período, focando em seus aspectos positivos, assim como, igualmente, busca, através desse passado “glorioso”, responder ao presente e apontar para o futuro.

A segunda questão apresentada refere-se à excelente imagem que o Exército tem na atualidade. Esta, procura ressaltar a importância que o Exército adquiriu, mesmo que as esquerdas lancem suas avaliações. Os depoimentos afirmam, em seu conjunto, que imagens respeitáveis frente à sociedade evidenciam o reconhecimento da sociedade à atuação das Forças Armadas, em 1964. Ou seja, a organização da coleção acredita que a sociedade reconhece que as Forças Armadas foram fundamentais em 1964, expulsando os comunistas do poder e encaminhando o Brasil para o desenvolvimento.

Apresentar-se dessa forma é uma maneira de responder às acusações encaminhadas pelos “revanchistas”, mostrando que os governos militares, naquele momento, aparecem na memória da população como um período próspero. Ressaltar isso faz parte da tentativa do Exército de mostrar que suas realizações são também reconhecidas pela sociedade. Segundo as palavras do General Ferdinando de Carvalho:

Os elevados índices de aceitação das Forças Armadas, junto à sociedade, atestados por diversas pesquisas de opinião, demonstram que sempre gozaram de muito prestígio, queiram ou não seus detratores [...]. No interior do Brasil, somos muito benquistos. Não sei dizer com relação à cidade grande, mas em todo o interior do território nacional as Forças Armadas têm um prestígio muito grande. Quando se fala em Exército, Marinha e Aeronáutica há inequívocas demonstrações de respeito (MOTTA, 2003, t.2, p.165).

Assim como descreveu Ferdinando de Carvalho, outros depoentes destacam o surgimento de pesquisas que avaliam positivamente a “Revolução”, expondo os benefícios proporcionados por esta no presente.

Uma série de outros atributos, como amor à pátria, aos valores nacionais, como a religião, a família e as tradições do povo brasileiro são apresentadas para explicar os altos índices de aceitação do Exército. Todas essas qualidades, de acordo com o General de Brigada Hélio Ibiapina Lima, são frutos de uma tradição que, encontrou durante o regime, um espaço importante para florescer. Segundo suas palavras, “o povo acredita na sinceridade, patriotismo e boas intenções das Forças Armadas. Não conseguiram, até hoje, destruir isso” (MOTTA, 2003, t.2, p.194).

A imagem que se busca, durante a apresentação dos depoimentos, é a de que o Exército é uma instituição reconhecida pela defesa dos valores nacionais, contrária à infiltração de ideias alienígenas. Muito mais que outras instituições, tais como a Igreja Católica, os depoentes militares acreditam que o Exército não tem a aceitação que merece devido à esquerda revanchista que, criminosamente, não divulga as pesquisas que gratificam a imagem da instituição.

A organização da coleção, com propósitos muito claros, percorreu acontecimentos, homens ilustres e inimigos políticos que, lembrados, apresentam-se permeados pelo esquecimento e pelo silêncio, assim como pela lembrança. Da mesma forma, a coleção procurou servir de resposta para as publicações das esquerdas que buscam lembrar as agruras de um período marcado pelo autoritarismo. Verifica-se que, tanto entrevistados, quanto entrevistadores percebem a necessidade de se elaborarem trabalhos que exaltem as “nobres” realizações da “Revolução”, seus líderes majestosos que estiveram ao lado do povo, contrários aos comunistas que assombravam o país da “harmonia” e da “prosperidade”. A coleção é uma iniciativa que surge para aliviar aqueles que se sentem acuados com as iniciativas dos denominados “revanchistas”. Segundo a narrativa do General Ferdinando de Carvalho:

Julgo que o Projeto de História Oral possui um mérito muito grande, dentre outros, por constituir-se na manifestação do reconhecimento que devemos ter por todos aqueles chefes que já nos deixaram, que não estão mais presentes, mas que foram homens de grande envergadura moral e de patriotismo inexcedível. Legaram, por meio de sua modéstia e desprendimento, o exemplo de como deve proceder o verdadeiro brasileiro” (MOTTA, 2003, t.2, p.165).

Fazer uma avaliação do período, a partir de depoimentos de militares e civis que colaboraram com a ditadura civil-militar, visou também reafirmar uma “verdade”, pois a organização da coleção acredita que os depoimentos são fiéis aos fatos. As memórias, assim, constituem-se em fontes informativas para a história, assim como base da identidade, por meio de um processo dinâmico, dialético e renovável, que contém as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da ditadura foi e, em certa medida, continua sendo contada sob a ótica de uma memória coletiva que superdimensiona a atuação das esquerdas armadas, obscurecendo o apoio de amplos setores sociais ao golpe e mesmo à manutenção do regime. Como desdobramento desta interpretação, somos tentados a pensar que a democracia é um elemento essencial na cultura política brasileira. Conforme Daniel Aarão Reis Filho, o ano de 1979 teria sido decisivo nesta elaboração, momento de conciliação nacional, quando se construía a democracia sem revolver o passado, sem esclarecer como e por que os militares haviam sido vitoriosos em 1964 e permaneciam no poder desde então³⁴¹. Sendo assim, a ditadura militar no Brasil foi escrita como obra de uns poucos militares que derrubaram o governo João Goulart e instauraram um período marcado pela censura, pela perseguição política e pela tortura. A sociedade civil, por sua vez, surgiria como vítima desse alçoz regime de exceção, resistindo durante todos os 21 anos a tudo o que a ela foi imposto, como se sempre estimasse pela democracia.

Os esquemas explicativos que procuram ler o regime como obra única e exclusiva de alguns militares ligados a um sentimento autoritário não condizem com as novas leituras sobre o período. As fontes de pesquisa, exemplares nesse sentido, talvez exponham a quanto é complexo analisar a ditadura civil-militar brasileira, levando em conta o maniqueísmo militares *versus* sociedade. E essa complexidade se torna ainda maior quando as fontes de pesquisa decorrem da oralidade. Não são poucos os trabalhos acadêmicos que levam em consideração as fontes orais, quando querem tratar de temas contemporâneos, como as ditaduras. No entanto, muitos partem de testemunhos oriundos das esquerdas armadas ou de outros segmentos que estiveram na resistência ao regime. Poucos são os trabalhos que procuram escutar os sujeitos que estiveram “do outro lado da colina”. No entanto, quando esses trabalhos analisam essas narrativas testemunhais enfatizam uma interessante questão que não foi possível vislumbrar aqui: o “silêncio” em torno dos apoios que parcela da sociedade concedeu à ditadura.

Como pôde ser visto neste trabalho, a ditadura não foi somente apoiada e legitimada no decorrer dos seus 21 anos. Quarenta anos depois, ela permanece sendo “louvada” por aqueles que estiveram ao seu lado. Longe do constrangimento, e disposta a falar positivamente do regime, a maioria dos depoentes da coleção permaneceu firmes em defender

³⁴¹REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

os princípios que eles acreditaram ser legítimos entre 1964 e 1985. E não são apenas militares os indivíduos que declaram simpatia pelos atos autoritários da ditadura. Há depoentes civis que atuaram, ou não, nos governos dos cinco generais presidentes dispostos a reverenciar a ditadura. Isso não aponta apenas para as estreitas relações entre a sociedade e o regime, como também sugere pensarmos que esta mesma sociedade ainda apresenta elementos de uma cultura política autoritária.

Nesta dissertação de mestrado ficou claro que a ditadura desenhada pela coleção fugiu totalmente das interpretações que a historiografia brasileira faz a respeito do período. Como obra que partiu do Exército em um contexto de disputas pela memória sobre a ditadura, a coleção de entrevistas teve como finalidade produzir fontes para que a versão dos militares a respeito do golpe fosse contemplada e, nesse sentido, afirmavam que os depoimentos serviriam de consulta a pesquisadores interessados no tema. De todo modo, o que permaneceu, ao se analisar os depoimentos, foi uma nítida preocupação por parte da organização da coleção em construir um discurso que tenha uma lógica, uma coerência, e que fortaleça a imagem que o entrevistado e o entrevistador desejam pública. Esta postura pode ser associada à preocupação em evitar que o caráter contraditório da memória se torne do conhecimento público.

No entanto, elementos da individualidade dos depoentes apareceram, o que nos possibilitou verificar que a memória pode nos auxiliar a resgatar as marcas de como foram vividos, sentidos, compreendidos determinados momentos, determinados acontecimentos; ou, como destaca Antônio Torres Montenegro, “o que e como foi transmitido e registrado pela memória individual e/ou coletiva”³⁴².

As narrativas dos entrevistados procuraram reafirmar o que o Exército acredita ter sido o período entre 1964 a 1984. Os depoentes, numa espécie de acordo, contaram quase que a mesma história sobre o período. Nas considerações sobre o governo de João Goulart à abertura política e à lei de anistia, as narrativas se tornaram repetitivas, parecendo que houve uma espécie de pacto em torno do que deveria ou não ser lembrado. Além disso, muitas entrevistas relatam episódios que algumas vezes em nada se diferenciam do que está registrado em outras fontes também produzidas pelo Exército durante a ditadura. Porém, a dimensão da memória, como afirma Montenegro, mesmo quando coincide ou reproduz os significados sociais institucionalizados, oferece elementos para reflexão acerca da força das

³⁴² MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.13, n.25/26, p.56, set. 92/ago. 93.

marcas das histórias que se tornaram hegemônicas³⁴³. Essa colocação de Montenegro nos faz pensar na forma como a história sobre a ditadura vem sendo reproduzida e/ou (re)inventada pelo Exército. Muitos dos militares entrevistados lembraram episódios que não dizem respeito à sua história de vida, mas àquilo que eles ouviram falar ou leram em livros produzidos pela corporação. Segundo Halbwachs, o que temos mais facilidade em lembrar é do domínio comum e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes de lembrar³⁴⁴.

Esta dissertação procurou também demonstrar que a iniciativa de construir uma coleção com 247 depoimentos partiu do Exército, que acreditava estar respondendo a uma série de grupos e sujeitos, tais como as esquerdas, a mídia e aos intelectuais que, segundo acreditam, ao invés de narrar a “verdade” sobre a “Revolução” de 1964, caracterizam esse período como uma ditadura civil-militar. Todos que participaram dessa iniciativa, desde o coordenador do projeto, o General Aricildes de Moraes Motta, os coordenadores regionais e os entrevistados deveriam oferecer subsídios para outra história da ditadura, demonstrando as “verdadeiras” iniciativas do Exército, a “patriótica” defesa da nação pelas lideranças civis e militares que estiveram na luta contra os “inimigos vermelhos”, assim como as ações dos “governos revolucionários” que levaram o país ao sucesso. Essa “versão” da ditadura foi narrada por quase todos os depoentes que formaram as redes de entrevistados escolhidos pelo Exército. Foram assim selecionados pela trajetória que tiveram durante o regime, pela amizade que tinham com os coordenadores e, sobretudo, por ainda narrarem positivamente a ditadura.

A coleção procurou, de modo geral, firmar uma sólida posição em relação ao governo João Goulart e, desse modo, construir uma boa imagem do golpe de 31 de março de 1964. A intenção foi caracterizar o governo Jango como caótico, que levava o país ao colapso, para assim legitimar a “Revolução” como “salvadora da pátria”. Do mesmo modo também fizeram em relação aos cinco generais presidentes ao caracterizá-los como líderes patrióticos e nacionalistas que desejavam levar o país ao sucesso, diferentemente do governo nacional-reformista de Goulart. A boa imagem da ditadura, construída ao longo da coleção, é reafirmada pelos depoentes em suas lembranças. Se falam com sentimento de orgulho a respeito da implementação das arbitrariedades do regime não o fazem porque são autoritários por natureza, falam porque acreditam que estavam em uma situação em que era preciso “livrar” o país dos “comunistas”. Durante as entrevistas, ficou visível que o anticomunismo

³⁴³ MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.13, n.25/26, p.56, set. 92/ago. 93.

³⁴⁴ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

foi um elemento que permeava o imaginário social daquela época e que ainda permanece nas representações que fazem a respeito daquele contexto. Não afirmam que o país estava sendo tomado aos poucos pelos “vermelhos” apenas para conseguir legitimar um golpe de estado e a instauração de uma ditadura. Narraram os acontecimentos dessa forma porque ainda continuam acreditando que o governo estava sendo aos poucos tomado pelos comunistas e que estes pretendiam levar o Brasil à órbita soviética. Cabe dizer que, em muitas ocasiões, a “ameaça comunista” serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionais, ou seja, manter inalterado o *status quo*. Porém, conforme destacou Rodrigo Patto Sá Motta, a ênfase na dimensão oportunista do anticomunismo acaba por colocar na sombra outras motivações, igualmente significativas. Houve grupos e indivíduos que sinceramente acreditaram na existência de um risco real³⁴⁵. Em resumo, a motivação anticomunista resultou da intrincada mistura entre instrumentalização ou manipulação e convicção, que se combinou em medidas diferente ao longo da história³⁴⁶. Diferentemente de outras considerações realizadas por outros estudiosos sobre a coleção examinada³⁴⁷, a repulsa aos “vermelhos” foi um elemento que acabou sendo difundido dentro das Forças Armadas e, sobretudo, no Exército, acompanhando e reforçando as motivações construídas pelo regime. No caso dos militares, o anticomunismo correspondia a uma tradição estabelecida desde a década de 1930, o que ajuda a compreender as atitudes dos oficiais das Forças Armadas no contexto da crise de 1964. No entanto, conforme Rodrigo Patto Sá Motta, esse anticomunismo tradicional combinou-se e foi “enriquecido” a partir da mesclagem com elementos doutrinários provenientes da guerra fria, tais como os conceitos de guerra revolucionária e segurança nacional³⁴⁸. No caso dos depoentes da coleção, nem todos eram lideranças em 1964. A maioria conquistou postos elevados, conforme ia se configurando o novo regime, e suas convicções políticas e interesses pessoais, possivelmente, correspondiam à ditadura civil-militar. No entanto, tiveram contato com muitos dos líderes que derrubaram João Goulart, seja nas atividades cotidianas de trabalho ou em palestras e cursos oferecidos pela corporação. Desse modo, estavam imbuídos, assim como suas lideranças, de um conjunto de representações que faz interpretar o período à luz do anticomunismo. Para eles, as greves, a politização dos trabalhadores rurais, a retórica revolucionária agressiva de lideranças e, principalmente, o

³⁴⁵ MOTTA, 2004, p.290-1.

³⁴⁶ MOTTA, 2004, p.291.

³⁴⁷ ATÁSSIO, 2009.

³⁴⁸ MOTTA, 2004, p.298.

surgimento de movimentos e líderes radicais entre os subalternos das Forças Armadas, convenceram a muitos oficiais de que estava em curso um processo de “comunização” do Brasil, ou de guerra revolucionária comunista. A “revolta dos marinheiros” parecia, desse modo, a comprovação de que os comunistas pretendiam chegar ao poder, a partir da destruição das Forças Armadas, vistas como bastião mais poderoso da ordem. No imaginário anticomunista militar os planos revolucionários implicavam mais um desdobramento negativo para as Forças Armadas, que calava fundo no espírito corporativo dos militares. Os militares acreditavam que após a conquista do poder pelos comunistas, estes desmantelariam as instituições militares tradicionais, colocando em seu lugar simples milícias “terroristas”.

E os entrevistados civis? Da mesma forma que os militares, eles temiam que as manobras dos “vermelhos” implicassem o desmantelamento da família, da religião e da propriedade. Os civis entrevistados expuseram elementos-chave do temor que os comunistas representavam, reforçando a visão salvacionista da ação militar. Fica presente entre os entrevistados, sobretudo aqueles ligados a matriz anticomunista católica que o comunismo opunha-se aos postulados básicos do catolicismo, pois negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu, pregando a luta de classes em oposição ao amor e à caridade cristãs. Além disso, pretendiam substituir a moral cristã e destruir a instituição da família, defendendo a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus³⁴⁹. Os entrevistados atrelados ao empresariado ou a outras profissões liberais, na maior parte das entrevistas, enfatizavam a luta que travaram contra o intervencionismo estatal liderado, segundo afirmam, pelo governo nacional reformista de Jango. Nas entrevistas, os liberais recorriam mais insistentemente a críticas simplórias em relação à ditadura soviética, enfatizando a falta de liberdade que havia no regime soviético e outros governos socialistas. Já os nacionalistas, como os militares, narram nas entrevista que os comunistas incentivavam as lutas opondo os grupos sociais. Para eles, a entidade nacional era como um corpo orgânico e sua divisão levaria à morte³⁵⁰.

Nas entrevistas, as representações a respeito dos comunistas estão diante do presente e, assim, continuam atuando na reconstrução do passado em constante transformação. Embora, o medo do comunismo pareça algo distante, é importante que se reitere o fato de que os entrevistados ainda representam os “vermelhos” de maneira muito semelhante do que

³⁴⁹ Para maiores detalhes, ver: MOTTA, 2002, p.20.

³⁵⁰ Rodrigo Patto Sá Motta sobre a matriz anticomunista nacionalista afirma que para os militares “o comunista seria o agente dessa agressão; ele era o inimigo, o estrangeiro, o “outro” que ameaçava despedaçar a unidade do corpo nacional”. MOTTA, 2002, p.30

representavam durante o regime. E como diria Antonio Torres Montenegro³⁵¹, a partir da memória alcança-se ou apreende-se o presente; ao mesmo tempo, este presente atua relativizando ou deslocando significados acerca daquele passado. Dessa forma, a memória desses entrevistados são ressignificações passado-presente, seria um passado atualizado. O conjunto das entrevistas acabou revelando o interesse da corporação pela batalha da comunicação social. Ela representa um permanente duelo pela memória, visto que os atores sociais encontram-se vivos, além das suas instituições permanecerem dispostas em representá-los nessa luta, como fez o Exército na publicação dos depoimentos e em outras atividades.

A narrativa que os depoentes fizeram acerca dos acontecimentos fez com que chegássemos à conclusão de que o Exército procurou cristalizar um discurso que servisse inicialmente à corporação e, logo depois, à sociedade civil. Essa narrativa da “revolução” e dos governos dos cinco generais presidentes deveria, segundo os organizadores, partir da corporação. Eles eram os únicos autorizados a falar com seriedade sobre o que aconteceu naqueles anos, pois representavam a “verdade”. Entrevistados e entrevistadores construiriam, dessa forma, uma narrativa positiva e afirmativa da ditadura, pois ambos, na maioria das vezes pertencentes do Exército, estavam diante de uma situação em que era imprescindível pautar elogios a ditadura civil-militar. Eram colegas e amigos que encontraram na coleção três oportunidades para expor suas memórias: a primeira seria uma forma de “homenagear” os governos que, segundo acreditam, defenderam o Brasil dos perigosos comunistas. A segunda consiste em perceber na coletânea de livros uma maneira de se defender dos “ataques” das esquerdas que, segundo afirmam, estariam dominando a mídia e a intelectualidade brasileira. A terceira e última diz respeito à vontade dos entrevistados e entrevistadores em falar sobre os acontecimentos. Ou seja, os depoentes não foram escolhidos somente pelo fato de que atuaram em defesa do regime, dando legitimidade aos governos militares. A escolha da rede de entrevistados levou em conta, certamente, a maneira como o depoente representava, no momento da entrevista, a ditadura civil-militar. Como era importante para o Exército solidificar uma memória sobre o regime, as falas dos entrevistados deveriam colaborar com a visão da corporação sobre o período. Assim, foram selecionados homens que se sentiam prestigiados em falar positivamente sobre aquele período. Eram sujeitos que se sentiam na obrigação de falar, não somente porque eram militares ou porque atuaram em algum governo do regime. Falavam porque acreditavam que suas memórias poderiam ser ouvidas e/ou lidas pelos jovens da corporação e pela sociedade.

³⁵¹ MONTENEGRO, 2010, p.40.

A seleção da rede de entrevistados demonstrou mais uma vez o que a historiografia já vinha apontando em relação à colaboração de parcela da sociedade brasileira com a legitimidade e a manutenção da ditadura civil-militar. Os militares, embora sejam maioria entre os entrevistados, nas narrativas fornecem diversos nomes de civis que defenderam a “Revolução”, assim como os 21 anos do regime. Os civis, por sua vez, destacam a partir de suas vivências de que forma atuaram defendendo ou colaborando com os governos dos generais presidentes, o que corrobora com outros trabalhos que apontaram nessa direção. Porém, diferentemente de outras pesquisas, chegamos à conclusão de que os entrevistados civis não preferiram silenciar sobre seus compromissos com os governos da ditadura civil-militar. Além disso, falam com entusiasmo sobre o regime, como se estivessem prontos a fazer tudo novamente. Acreditam que colaboraram com a instalação de governos que defenderam o país do pior que poderia ter acontecido.

Com a leitura dos depoimentos, ficou visível que o Exército, ao mesmo tempo em que destacou os benefícios, procurou lançar críticas aos “governos revolucionários”. Há entre os entrevistados um reconhecimento, de certa forma, intencional em elencar os principais erros da ditadura civil-militar. Os erros, em alguns momentos, foram uma espécie de autocrítica, sobretudo quando visaram afirmar que a corporação durante o regime não se preocupou em investir em uma educação voltada para destacar os benefícios da “revolução”. Além da educação, acreditavam que a falta de um investimento significativo em propaganda prejudicou a imagem dos “governos revolucionários”, dando margem aos “revanchistas” que dominaram a mídia. Segundo os entrevistados, a propaganda governamental durante o regime poderia ter colaborado para que a história do regime fosse narrada de outra maneira em todos quase os ambientes da sociedade brasileira.

Entre os militares selecionados ficou perceptível, com as narrativas, que eles não tinham muito claro o que vinha se configurando a partir de 31 de março de 1964. Ou seja, não sabiam o que estava por acontecer. Essas informações colaboram com parcela importante da historiografia que não concorda com a tese de que o complexo golpista de maneira ardilosa tinha, antes de março de 1964, certeza de como funcionaria o novo governo. Os militares entrevistados procuram enfatizar que estavam em alerta contra uma possível revolução comunista. A conspiração existia, mas sem uma definição precisa sobre os rumos do país a partir da eclosão da “revolução”. Como diria Lucia Grinberg, “eram tempos da conspiração e das dúvidas”³⁵².

³⁵² GRINBERG, 2009, p.49.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. Narrativas pregnantes como jogos de linguagem: possibilidades da história oral à luz da teoria da linguagem de Wittgenstein. **História Oral**, Rio de Janeiro, v.11, p.127-148, 2008.
- ATASSIO, Aline Prado. **A batalha pela memória: os militares e o golpe de 1964**. Dissertação de Mestrado: PPG de Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar, 2007.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopedia Einaudi** (Ed. Portuguesa), Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985. vol.5.
- BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BERG, Magnus. Algunos aspectos de la entrevista como método de producción de conocimientos. **Historia y Fuentes Orales**, Barcelona, n.4, p.5-10, 1990.
- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade – lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.
- CARDOSO, Lucileide Costa. **Memória e poder**. As criações memorialísticas e o regime de 64. Dissertação de Mestrado: História, PUC-SP. São Paulo, 1993.
- _____. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História - Brasil, 1954-1964**. São Paulo, ANPUH – Marco Zero, v.14, n.27, 1994.
- CARVALHO, Ferdinando de. **Lembraí-vos de 35**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. **Os militares no poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.22, n.43, p.85-104, 2009.

_____. **Direitas em movimento:** a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

DREIFUSS, René A. **1964:** A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social:** novas perspectivas sobre o passado. São Paulo: Editipo, 1992.

FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. **Nossa História (São Paulo)**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.32-35, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**, São Paulo, n.1, p.19-30, jun. 1998.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. **Além do golpe:** a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O grande irmão:** da Operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GARRIDO, Joan Del Alcàzar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, 1993.

GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GREEN, James N. **Apesar de vocês:** a oposição a ditadura militar brasileira nos Estados Unidos. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou bode expiatório:** um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2009.

GUEDES, Carlos Luis. **Tinha que ser Minas.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979.

GUSMÃO. Daniel Martins. **Os Centros de Pesquisa em História Oral das Forças Armadas** – uma breve avaliação. VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral, 2008. (anais eletrônicos)

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MALLET: O Patrono da Artilharia. [s.l.): Biblioteca do Exército Editora, 1995. p. 14.

MAQUIAVÉL, Nicolau. **O Príncipe.** Brasília: EdUNB, 1994.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra de memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, UFMG, n.28, dez. 2002.

_____. **A educação dos golpistas**: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. Disponível em: <<http://www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/jmartinsport.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2009.

_____. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.23, p.29-50, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MENDES, Ricardo. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. **Lócus**, Juiz de Fora, UFJF, v.10, n.1, p.79-97, 2004. p. 89.

_____. **Visões das direitas no Brasil**. Niterói, 2003. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia e Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. História oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.13, n.25/26, p.56, set. 92 / ago. 93.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: 2002.

_____. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.34, p.91-115, jul./dez. 2004.

_____. O anticomunismo militar. In: FICO, Carlos (Org.). **1964 – 2004**: 40 anos do golpe – ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 291.

_____. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NEVES, Lucila de Almeida. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, n.3, p.109-116, jun. 2000.

NEVES, Margarida de Souza. História e memória: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (Org.). **Ler e escrever para contar**: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História** (10), 1993. São Paulo: PUC.

PINTO, Julio Pimentel. **Uma memória do mundo**: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 307.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.12, 1989.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2006. p. 128.

QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. Du rosisme au péronisme: Le role de l’histoire dans la construction d’une identité nationale. In: PESCHANSKI, Denis. POLLAK, Michael. REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: _____ (Org.). **Versões e ficções**. O seqüestro da história. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

_____ (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. **Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória**. In: 1964-2004. 40 anos do golpe. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____ (Org.). **História do marxismo no Brasil – partidos e movimentos após os anos 1960**. v.6. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.23, n.45, p.171-186, jan./jun. 2010.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução**. São Paulo: Unesp, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado em História.

_____. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: UPF, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2006.

_____. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos: EduUFSCar, 2006.

_____. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel (Org.). **As esquerdas no Brasil**. Revolução e democracia. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Brasil e América Latina, v. 1.

_____. História, Memória e Verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Luís de Almeida; TELES, Janaína de Almeida (Org.). **Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil**. v.1 e 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

ROUSSO, Henry. **Histoire politique et sciences sociales**. Bruxelles, Editions Complexe, 1991. p. 215-232.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v.14, n.26, p.127-156, dez. 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: **Memória e (re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. pp. 37-58.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo, 2008.

SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: Imaginários Anticomunistas Brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Evelyn Chaves. **Memória, esquecimento e imaginário social nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade**. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento - Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO).

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.22, n.44, 2002.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família**. As Mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SONOWSKI, Saul. Contra os consumidores do esquecimento. In: _____; SCHAWARTZ, J. **Brasil: o trânsito da Memória**. São Paulo: EDUSP, 1994.

THOMPSON, Paulo. **A voz do passado** - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a “Ditabranda”. **Revista de Sociologia**, Curitiba, v.17, n.34, p.209-217, out. 2009.

TORRES, Pedro Ruiz. Les usages politiques de l’histoire em Espagne. Formes, limites et contradictions. In: HARTOH, François ; REVEL, Jacques (dir.). **Les usages politiques du passe**. Paris: Enquête – Éditions de L’École dès hautes Études em Sciences Sociales, 2001.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência: Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral:** como tudo começou. Texto produzido ao final do projeto.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord. Geral). **31 de março:** o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 15 tomos.

ORDEM de Serviço (OS) n. 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999.

PLANO Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

ANEXO A – ENTREVISTADOS - TRAJETÓRIAS³⁵³

³⁵³ As informações que constam neste Anexo foram retiradas das entrevistas que constam nos 15 tomos.

Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto e/ou atividade em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Antonio Jorge Corrêa	1	Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra	Coronel Subcomandante da AMAN.	Foi membro do Conselho de Segurança Nacional e Ministro de Estado Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.	General de Exército	M
Moacyr Barcellos Potyguara	1	Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra	Coronel Comandante do Corpo de Cadetes da AMAN.	Comandou o IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste e foi Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.	General de Exército	M
Alacyr Frederico Werner	1	Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra	Tenente-Coronel, Adjunto do Estado Maior do Exército.	Foi Comandante da Escola Superior de Guerra e Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Sua última missão, já na reserva, foi a de Embaixador Extraordinário do Brasil junto à República do Iraque.	General de Exército	M
Leônidas Pires Gonçalves	1		Tenente Coronel e servia no Estado Maior do Exército	Integrou a Casa Militar do presidente Castello Branco. Foi Ministro de Estado do Exército no governo de José Sarney (1985-1990)	General de Exército	M
Rubens Mário Brum Negreiros	1	Possui todos os cursos regulares do Exército e o de Comando e Estado Maior dos Estados Unidos	Tenente Coronel e, na eclosão da “Revolução”, apresentou-se ao General Augusto Cezar de Castro Muniz Aragão, vindo a constituir com outros companheiros, seu Estado Maior.	Foi oficial de Gabinete do Ministro da Guerra Orlando Geisel, Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, Comandante do I Exército, atual Comando Militar do Leste e Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na França	General de Exército	M
Sebastião José Ramos de Castro	1	Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra, o Curso de Comando e Estado Maior dos EUA (1960) e o curso de especializado de Administração para a Defesa da Universidade de Pittsburgh, EUA	Coronel Chefe da 3ª Seção da 6ª Região Militar, Salvador, BA.	Foi integrante da 2ª Seção – Subseção de Segurança Interna, do Estado Maior do Exército e do SNI. Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na Argentina.	General de Exército	M
Everaldo de Oliveira Reis	1	Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra e do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, EUA.	Major, adjunto da 1ª Seção do Estado Maior do Exército. Em abril daquele ano, foi convidado para oficial de Gabinete do Ministro do Exército, como adjunto da Divisão de Informações.	Secretário de Economia e Finanças do Exército e Ministro do Superior Tribunal Militar. Membro da Delegação Brasileira, na Junta Interamericana de Defesa, Washington, DC, EUA.	General de Exército	M

Rubens Bayma Denys	1	Possui todos os cursos regulares do Exército e, no exterior, o curso Avançado de Infantaria de Fort Benning, Geórgia, EUA.	Capitão, aluno da escola de Comando e Estado Maior do Exército.	Integrou o grupo designado para organizar e instalar o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), posteriormente transformado no SNI. Comandante da AMAN. Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na Itália.	General de Exército	M
Geise Ferrari	1	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra	Comandante do Curso de Infantaria da AMAN.	Foi Comandante Militar do Oeste (MS), Chefe do Departamento Geral do Pessoal e Comandante de Operações Terrestres. Adjunto da Comissão Militar Brasileira em Washington, EUA.	General de Exército	M
Armando Ribeiro Falcão	1		Na fase preparatória da “Revolução” de 1964 desenvolveu intensa atividade parlamentar e política, viajando pelo Território Nacional, usando a Tribuna da Câmara Federal e a Imprensa, na luta anticomunista.	Ministro de Estado da Justiça no governo do Presidente Geisel.		C
Carlos de Meira Mattos	1	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra	Coronel Comandante do 16º BC, Cuiabá, MT, tendo liderado marcha pró-“Revolução” com destino a Brasília.	Vice-Chefe do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco e do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Comandou a AMAN. Comandou o Destacamento Brasileiro na Força Interamericana de Paz (República Dominicana). Foi vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, EUA. Adido militar junto à Embaixada Brasileira em La Paz, Bolívia.	General de Divisão	M
Helio Duarte Pereira de Lemos	1	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra	Tenente Coronel e comandava o 10º Grupo de Obuses 105mm, Fortaleza, CE e, na eclosão, chefiava a 5ª CSM, em Ribeirão Preto, SP.	Foi Chefe de Gabinete SNI durante o governo de Castello Branco. Assessor militar junto à Embaixada do Brasil na Venezuela.	General de Brigada	M
Helio Mendes	1	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra. No exterior, realizou o Cours Supérieur Inter-Armées e o da Escola Superior de Guerra, ambos na França.	Tenente Coronel Instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército	Foi adjunto do Chefe de Gabinete do SNI e adjunto da 2ª Seção do Estado Maior do I Exército	Coronel	M

Aluízio de Campos Costa	1	Possui o curso da AMAN – Artilharia e outros, civis e militares, ligados ao Ensino e à Administração Empresarial.	Major e servia na AMAN, como professor da cadeira de Balística.	Professor da Cadeira de Balística da AMAN. Entre 1969 e 1971, foi Secretário de Educação do Município de Barra Mansa, RJ. Entre 1973 e 1974 foi Coordenador Regional (RJ) do PROCARTA (Programa Nacional da Carta Escolar – MEC). Entre 1976 e 1979 foi Vice-Presidente de Serviços da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Entre 1979 e 1982 foi Prefeito Municipal de Volta Redonda, por nomeação.	Coronel	M
Luiz Paulo Macedo Carvalho	1	Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso Superior de Guerra. É diplomado pelo Royal Army Educational Center e pelo Staff College, Reino Unido.	Capitão Ajudante de Ordens do General de Divisão Emílio Maurell Filho, subchefe e Chefe do Estado Maior do Exército.	Foi instrutor da AMAN, do CPOR/RJ, da ECEME, comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife, da Escola de Instrução Especializada e diretor da Biblioteca do Exército.	Coronel	M
Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Ivan de Souza Mendes	2	Possui todos os cursos regulares do Exército	Em 1964, era Tenente Coronel. Nos meses de março e abril desse ano, exerceu o cargo de Prefeito Interino do Distrito Federal.	Serviu no Gabinete Militar da Presidência da República nos Governos Jânio Quadros, Castello Branco e Ernesto Geisel. Comandou a Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Chefiou o Gabinete da Presidência da Petrobrás, na administração Ernesto Geisel.	General de Exército	M
Octávio Pereira da Costa	2	Possui todos os cursos regulares do Exército e do CEMCFA (Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas), da ESG.	Em 1964, quando o Movimento eclodiu, estava na Escola de Estado-Maior como instrutor.	Serviu, em 1974, no Gabinete do Ministro Sylvio Frota. Foi Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), no Governo Médici.	General de Divisão	M
Geraldo de Araújo Ferreira Braga	2	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra. Nos Estados Unidos da América (EUA), em Maryland, cursou a The Chemical Corps School	Em 1964, era major, servindo na 2ª Seção do Estado Maior do Exército.	Foi Chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), Chefe do Centro de Informações do Exército.	General de Divisão	M

Gabriel D'Annunzio Agostini	2	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra (CEMCFA).	Na eclosão da “Revolução”, respondia pelo Comando do 3o RO 105, em Santa Maria, RS. Logo a seguir, assumiu o Comando efetivo da Unidade.	Como General, ocupou os cargos de Diretor de Armamento e Munições; Diretor de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos; e Comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Recife.	General de Brigada	M
Ferdinando de Carvalho	2	Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra e do curso de Comando e Estado Maior, Fort Leavenworth, Kansas, EUA. Autor de livros e de diversos artigos. Conquistou vários prêmios em salões de pintura.	Em 1964, era Tenente Coronel. Presidiu, logo após a eclosão da “Revolução”, o Inquérito Policial sobre o Partido Comunista.	Foi Diretor de Processamentos de Dados do Exército. No exterior foi Chefe da Divisão de Planejamento do Estado Maior da Junta Interamericana de Defesa, em Washington, DC, EUA, e Assessor Militar da Delegação Brasileira junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington, DC, EUA.	General de Brigada	M
Hélio Ibiapina Lima	2	Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra. Realizou o Curso de Informações e Contra-Inteligência na Escola das Américas, no Panamá, 1966.	Em 1964, era Tenente Coronel, Chefe da 1ª Seção do Comando do IV Exército, em Recife. Presidiu Inquérito Policial Militar de 2 de abril de 1964, que visava apurar as ações subversivas na área do IV Exército.	Foi Diretor de Material e Engenharia do Exército. No exterior foi Adido Militar junto à Embaixada do Brasil no Equador, entre 1969 e 1970.	General de Brigada	M
José Antônio Barbosa de Moraes	2	Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da Escola Superior de Guerra. Realizou o Curso de Administração de Pessoal, no Colégio Interamericano de Defesa, nos Estados Unidos.	Em 1964, era Major e chefiou a 3ª Seção do Estado Maior da 4ª RM/DI, em Juiz de Fora, que deu início a “Revolução”.	Exerceu as funções de Suchefe do Exército no Estado Maior das Forças Armadas. No exterior foi Assessor da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (JID), em Washington, DC, EUA.	General de Brigada	M
Luiz de Alencar Araripe	2		Em 1964, era Tenente Coronel, Instrutor da Escola de Guerra Naval. No mesmo ano, exerceu as funções de Chefe de Seção na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, General Costa e Silva (Escalão Avançado)	Entre 1967 e 1969, foi Comandante do I Grupo do 5º Regimento de Obuses 105mm (I/5º RO 105), Lapa, Paraná. Em 1977, serviu no Serviço Nacional de Informações (Seção do Exterior). No exterior foi Redator da “Military Review” (Edição Brasileira), em Fort Leavenworth, Kansas, EUA, e Assessor da Delegação Brasileira à Conferência de Desarmamento, Genebra, Suíça (1961 a 1977).	Coronel	M
Amerino Raposo Filho	2	Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra e do Colégio Interamericano de Defesa, Washington, DC, EUA.	Em 1964, como Tenente Coronel, comandava o 4º Grupo de Artilharia 75 s Cavalos, em Uruguaiana, RS. Em 25 de abril desse ano, foi transferido para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional; mais tarde, passou a servir na Agência Nacional do recém-criado SNI.	Exerceu após 1964 diversas funções no Ministério da Justiça, com destaque para a reorganização da Polícia Federal.	Coronel	M

Mário Dias	2	Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Observador Aéreo.	Em 1964, era instrutor da ECEME.	Instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), (1961-1965). Oficial de Gabinete dos Ministros Costa e Silva e Adhemar de Queiroz (1965-1967); Assistente-Secretário dos Generais Muricy e Lyra Tavares (1967-1969) e Comandante do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), no Rio de Janeiro (1969-1971).	Coronel	M
José Tancredo Ramos Jubé	2	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra. Na vida civil, formou-se em Direito e Administração de Empresas.	Em 1964, era Major, Instrutor da escola de Comando e Estado Maior do Exército. Ainda, em 1964, foi Oficial do Gabinete do Ministro do Exército (General Costa e Silva), onde exerceu as funções de Relações Públicas, Assessor Parlamentar e Oficial de Ligação junto ao Congresso Nacional.	Serviu no Gabinete do Ministro Costa e Silva (abril de 1964 a 1967); e no Gabinete Militar da Presidência, período Costa e Silva (1976 a 1969). Comandou o 10º Grupo de Artilharia de Campanha, Fortaleza (1972 a 1975).	Coronel	M
Moacir Véras	2	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Major, Chefe da 2ª Seção do Comando da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro.	Foi oficial de Estado Maior da 6ª Região Militar, em Salvador, e da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro.	Tenente Coronel	M
Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Heitor Furtado Arnizaut de Mattos	3	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra (1967). Realizou o curso de Infantaria de Fort Benning.	Em 1964, era Tenente Coronel, servindo em órgão do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), no Rio de Janeiro.	Comandante do Batalhão de Polícia do Exército, de Brasília (julho de 1964 a outubro de 1966); Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, em Santa Maria, RS; Diretor de Transporte do Exército; Diretor de Armamento e Munição; Comandante Militar do Planalto (junho de 1977 a janeiro de 1979); Comandante do IV Exército (setembro de 1981 a setembro de 1983).	General de Exército	M
César Montagna de Souza	3	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra. Realizou o Curso de Artilharia do Fort Sill, EUA.	Em 1964, era Coronel Chefe da 3ª Seção da Diretoria de Artilharia de Costa e Antiaérea, quando comandou a tomada do Quartel-General da Artilharia de Costa, no Rio de Janeiro.	Comandante da 3ª Divisão de Exército (3ª DE) – Divisão Encouraçada; e Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações.	General de Divisão	M

Ruy Leal Campello	3	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra.	Em 1964, era Tenente Coronel Adjunto da 5ª Seção do estado Maior do Exército – Geografia, História e Estatística. Integrou o Estado Maior do General Orlando Geisel – Comando da 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI) e, a partir de maio, passou a integrar o Gabinete do Ministro de Exército General Costa e Silva.	Oficial Superior – Oficial de Estado Maior de Grandes Unidades e Grandes Comandos, Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Oficial de Gabinete do Ministro Odylio Denys, Costa e Silva e Orlando Geisel.	General de Brigada	M
Cid de Goffredo Fonseca	3	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra. No exterior, cursou, em Fort Leavenworth (EUA), o “Command and General Staff College”.	Em 1964, era estagiário da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), servindo no Comando da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora.	Instrutor da AMAN, na Cadeira de Geografia Política e Econômica, e da ECEME; comandou o Colégio Militar de Belo Horizonte; a 2ª Brigada Mista (Corumbá-MS); e a 11ª Brigada Blindada (Campinas – SP).	General de Brigada	M
Olavo Luiz Pimentel de Carvalho	3	Filosofia na PUC-RJ. Estudou Desenho Artístico na Escola Panamericana de Arte, em São Paulo.	Em 1964 era adolescente. Logo depois, militou pelo Partido Comunista do Brasil (PCB).	Trabalhou em diversos órgãos da imprensa escrita, entre os quais destacam-se o jornal <i>A Gazeta</i> e o <i>Jornal da Tarde</i> .	Professor	C
José Maria Covas Pereira	3	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra.	Em 1964, estava em curso de transferência da ECEME para o EME e apresentou –se àquela escola.	Foi Assistente Secretário do Chefe do Gabinete Militar da Presidência, General Jayme Portella de Mello (Governo de Costa e Silva) e Chefe da Seção de Assuntos Políticos da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.	Coronel	M
Ítalo Mandarino	3	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra. Realizou o curso de Administração de Empresas.	Em 1964, era Capitão Comandante da 2ª Companhia de Fuzileiros do 10º Regimento de Infantaria (10º RI), Juiz de Fora, MG. Na eclosão da “Revolução”, comandou as tropas que constituíram a vanguarda do Grupamento de Forças de Juiz de Fora (Destacamento Tiradentes), que se deslocou para o Rio de Janeiro.	Analista da Comissão de Investigação Sumária do Exército, nos anos de 1969 e 1970.	Coronel	M
Affonso de Alencastro Graça	3	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão Comandante da 3ª Bateria de Obuses, do Grupo Escola de Artilharia (GesA), e integrou, nessa função, o Grupamento Tático (GT) que se deslocou pela Rodovia Rio–São Paulo para fazer frente às tropas “revolucionárias” paulistas.		Coronel	M

Everton da Paixão Curado Fleury	3	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Belo Horizonte e comandava a Bateria de Alunos que fez parte do Grupamento Tático (GT/2) que se deslocou para Brasília, onde atuou. Ao longo do mesmo ano, foi encarregado de diversos inquéritos destinados a apurar atividades subversivas no Estado de Minas Gerais e nomeado membro da Subcomissão de Investigações Sumárias do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) de Minas Gerais.	Foi Chefe de Gabinete do Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), por longo período, no Governo Figueiredo.	Coronel	M
Henrique Carlos Guedes ³⁵⁴	3	Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso de Motomecanização.	Em 1964, era Comandante da 4ª Companhia de Polícia do Exército, em Juiz de Fora, MG.	Foi Comandante da 4ª Companhia de Polícia do Exército e do 55º Batalhão de Infantaria. Chefiou a 11ª Circunscrição do Serviço Militar (CSM)	Coronel	M
Waldir Abbês	3	Curso na AMAN. Possui os Cursos da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).	Em 1964, era 1º Tenente, subalterno da 4ª Companhia de Polícia do Exército (4ª Cia PE), fração subordinada à 4ª RM/4ª DE, em Juiz de Fora (hoje em Belo Horizonte). No mesmo ano, foi promovido a Capitão, tornando-se Comandante da referida Cia.		Coronel	M
Reynaldo De Biasi Silva Rocha	3	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era 1º Tenente, servindo no 10º Regimento de Infantaria (Juiz de Fora, MG). Na eclosão da Revolução integrou a Companhia que se deslocou, na vanguarda do Destacamento Tiradentes, de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro.	Comandou o 12º Batalhão de Infantaria em Belo Horizonte, MG e chefiou a 3ª Seção da 4ª Brigada de Infantaria e da 4ª Divisão de Exército (4ª DE), ambas com sede, também, em Belo Horizonte.	Coronel	M

³⁵⁴ Conforme consta no depoimento do Coronel Henrique Carlos Guedes, este é filho do General Carlos Luís Guedes que, ao lado do General Olympio Mourão Filho e com o apoio do Governador Magalhães Pinto, desencadeou “Movimento Revolucionário” de março de 1964.

José Carlos Lisboa da Cunha	3	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra. Graduou-se em Administração de Empresas	Em 1964, era Tenente, instrutor do Curso de Artilharia da AMAN.	Foi instrutor da AMAN, da EsAO e da ECEME, além de ter pertencido ao Corpo Permanente da ESG.	Coronel	M
Pedro Cândido Ferreira Filho	3	Possui todos os cursos regulares do Exército. Graduou-se em Direito.	Em 1964, era 1º Tenente e Comandante da 2ª Companhia de Fuzileiros do então 12º Regimento de Infantaria, com sede em Belo Horizonte, hoje 12º Batalhão de Infantaria Motorizado. Nesta condição, integrou o Destacamento que seguiu, naquela oportunidade, para Brasília.	Exerceu, entre outras funções, a de instrutor da AMAN. Detém experiência profissional em atividades de segurança e inteligência, assim como em administração de pessoal e de materiais.	Tenente Coronel	M
Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Domingos Miguel Antônio Gazzineo	4	Possui todos os cursos regulares do Exército. Realizou curso de Administração da Escola Superior de Guerra do Peru, em 1975 e 1976. Formado em Administração de Empresas.	Em 1964, era capitão, aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), na Vila Militar do Rio de Janeiro.	Comandante da 6ª Companhia de Fronteira, Guajará-Mirim, RO; instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME); e Comandante do Batalhão de Polícia de Brasília.	General de Exército	M
Francisco Batista Torres de Melo	4	Possui todos os cursos regulares do Exército. Mandato de vereador na Câmara Municipal de Fortaleza; diretor do Lar Torres de Melo; e provedor da Santa Casa de Misericórdia, em Fortaleza.	Em 1964, era Major e exercia o Comando da Polícia Militar do Piauí.	Diretor de Transportes do Exército e Diretor de Inativos e Pensionistas do Exército	General de Divisão	M
Luciano Salgado Campos	4	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra.	Em 1964, servia na AMAN, nas funções de Chefe da Seção Técnica de Ensino.	Comandante do 10º Grupo de Obuses 105mm, em Fortaleza, CE (1964-1966); Diretor da Diretoria Patrimonial de Brasília (DPB); Comandante do 1º Grupamento de Fronteira, em Manaus, AM; Comandante de Artilharia Divisionária 5, em Curitiba, PR (1979); e Chefe da Agência Brasília, do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Governo Costa e Silva.	General de Brigada	M
Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira Neto	4	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra	Em 1964, chefiava a 1ª Seção da 26ª Circunscrição de Recrutamento, em Teresina, PI.	Oficial de Estado Maior da 10ª Região Militar, Fortaleza, CE.	General de Brigada	M

Antônio Bayma Kerth	4	Possui todos os cursos regulares do Exército, o curso da Escola de Educação Física do Exército e a Escola Superior de Guerra. Realizou o curso de Administração de Empresas	Em 1964, servia no 2º Regimento de Obuses (2º RO 105), Itu-SP, quando deslocou-se, junto à sua Unidade, na direção do Rio de Janeiro.	Instrutor do Curso de Artilharia da AMAN; Oficial de Estado Maior da 10ª Região Militar; Comandante Geral da Polícia Militar do Exército. Diretor de Esportes da Federação Cearense da Federação Cearense de Futebol; assessor especial do Governador do Estado do Ceará, Virgílio Távora; Secretário do Interior e Justiça do Estado do Ceará.	Coronel	M
Luciano Moreira de Souza	4	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra.	Em 1964, servia no ERS/10, em Fortaleza. Foi incentivador do SAPS/Ceará (Serviço de Alimentação e Serviço Social), nesse mesmo ano.	Representante do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Exército, como membro do Conselho Nacional Fiscal da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL).	Coronel	M
Genivaldo Catão Torquato	4	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Nacional de Informações – Curso “A”.	Em 1964, servia na guarnição de Natal quando irrompeu a “Revolução”.		Coronel	M
Paulo César Romero Castelo Banco	4	Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso da Escola de Educação Física do Exército.	Em 1964, era Segundo Tenente.	Instrutor da AMAN; assessor de gabinete do Ministro do Exército; Comandante do 23º Batalhão de Caçadores, Fortaleza, CE; e Chefe de Seção de Doutrina, no Estado Maior do Exército.	Coronel	M
Raimundo Cabral Ribeiro	4	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Polícia Militar do CE; o Curso Superior de Polícia na École des Officiers de la Gendarmerie Nationale, na cidade de Melun, França. Curso Superior de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.		Ao longo do Regime civil-militar foi Chefe de Gabinete do Comandante da Polícia Militar do Ceará e esteve à disposição da Presidência da República, de 1976 a 1979, na Agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) de Fortaleza.	Coronel PM	M
Idalécio Nogueira Diógenes	4	Possui todos os cursos regulares do Exército e da escola de Transmissões (1949).	Em 1964, era Oficial de Estado Maior.	Oficial de Estado Maior nas Regiões Militares de Fortaleza e Brasília.	Tenente Coronel	M
Elias Lima Barros	4	Escola Preparatória de Fortaleza; Curso de Infantaria na AMAN; e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Realizou o curso de Ciências Econômicas.	Em 1964, era Major, Chefe da 2ª Seção a 25ª Circunscrição do Serviço Militar, Fortaleza.	Serviu no 15º Regimento de Infantaria, João Pessoa, PB e no 23º Batalhão de Caçadores, Fortaleza, CE.	Tenente Coronel.	M
Murilo Walderk Menezes de Serpa	4	Cursou a AMAN; a Escola de Comunicações e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 1982, a Escola Superior de Guerra. Curso Superior em Letras. Curso Superior em Filosofia.	Em 1964, servia na Escola Preparatória de Fortaleza (Seção Técnica de Ensino).	Instrutor e Chefe da Seção Técnica de Ensino da Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza (EPF) e do Colégio Militar de Fortaleza; e Comandante de Companhia do 25º Batalhão de Caçadores. Secretário de Educação do estado do Ceará	Tenente Coronel	M

José Carneiro da Cunha	4	Possui os cursos militares da AMAN e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Curso Superior em História.	Em 1964, era aluno da EsAO.	Subcomandante do 1º GO 155 na Vila Militar, RJ. Diretor Administrativo da TV Educativa; professor da Escola Técnica Federal do Ceará; e professor da Universidade Estadual do Ceará.	Tenente Coronel	M
Silvio de Magalhães Sampaio	4	Possui os cursos militares da AMAN e da EsAO. Curso Superior em Engenharia Civil.	Em 1964, servia no Grupo de Obuses, em Fortaleza.	Professor no Colégio Militar de Fortaleza.	Tenente Coronel	M
José Ramos Torres de Melo Filho	4	Possui os cursos militares da AMAN e da EsAO; e do Instituto Militar de Engenharia (IME).	Em 1964, era capitão, aluno da EsAO.		Major	M
Edgar Carlos de Amorim	4	Curso Superior em Direito. Mestrado em Direito e Especialização em Direito Público. Marinheiro da Marinha, durante cinco anos.		Professor do curso de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Juiz de Direito e Desembargador.	Desembargador	C
Francisco Martins de Lima	4	Colégio Cearense, Colégio Nóbrega (Recife, PE); e Colégio São João (Fortaleza, CE).	Em 1964, participava do Sistema de Administração Portuária, em Fortaleza, CE.		Empresário	C
Themístocles de Castro e Silva	4	Curso Superior em Direito pela UFC. Curso de Relações Internacionais, da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1983. Curso de Relações Públicas, pela Assessoria da Presidência da República (1983).		Secretário de Governo e Administração; Secretário de Agricultura e Obras Públicas do Estado do Ceará. Deputado Estadual (eleito em duas legislaturas); Deputado Federal. Trabalhou nos jornais Gazeta de Notícias, Diários Associados de Fortaleza, O Povo, Tribuna do Ceará e O Estado.	Jornalista	C
José Blanchard Girão Ribeiro	4	Curso Superior em Letras. Curso Superior em Filosofia. Curso Superior em Direito.	Em 1964, exercia mandato de Deputado Estadual, na Assembleia Legislativa do Ceará, tendo sido cassado, nesse mesmo ano, pela "Revolução".	Diretor da Rádio Dragão do Mar; Diretor Presidente da Televisão Educativa do Ceará, Canal 5; Editor Chefe dos jornais O Povo (Fortaleza, CE) e o Norte (Parnaíba, PI); advogado (1965-1973); e publicitário.	Jornalista	C
Manoel Eduardo Pinheiro Campos	4	Curso Superior em Direito (1948).		Jornalista, radialista, diretor-presidente da Ceará Rádio Clube; ex-diretor dos jornais <i>Correio do Ceará</i> e <i>Unitário</i> , Rádio Araripe (Crato, CE) e TV Cear, Canal 2. Diretor dos Diários Associados Ltda, Rio de Janeiro, RJ; e Secretário de Cultura e Desporto (Governos Virgílio Távora e Manoel Castro)	Jornalista	C

Luiz Coelho de Carvalho	4	Curso Superior em Educação Física Preparação de Oficial da Reserva do Exército (CPOR). Orientador Educacional. Curso Superior em Direito. Geral de Polícia, Washington Superior de Polícia, Brasília.		Professor, orientador educacional; advogado; Delegado de Polícia.	Professor	C
Cid Sabóia de Carvalho	4	Curso Superior em Direito (1966).		Professor da Faculdade de Direito e do Curso de Comunicações e Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, assessor especial do Governador Virgílio Távora.	Professor	C
Luiz Queiroz Campos	4	Curso Superior em Direito. Estudo da Doutrina de Segurança Nacional (ADESG).		Escriturário e procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, (1947 a 1970); secretário executivo da União das Classes Produtoras (1950 a 1967); diretor do jornal diário Gazeta de Notícias, (1954 a 1967); vice-prefeito de Fortaleza e prefeito interino (1963 a 1967); delegado regional, área do Nordeste, do Banco Nacional da Habitação (1966 a 1986); e professor da Universidade Federal do Ceará, no Curso de Comunicação Social (1963 a 1993).	Professor	C
Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Samuel Augusto Alves Correa	5	Possui todos os cursos regulares do Exército; e de Estado Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da Escola Superior de Guerra, em 1962; Advanced Engineer Course, Fort Belvoir, Virginia, EUA, em 1949; Senior Officer International Defense Management Course, da Navy Management Systems Centers, Moterrey, Califórnia, EUA, em 1971; e Special Senior Executive Orientation Course, em Washington, DC, em 1973.	Em 1964, era Comandante do 2º Batalhão Rodoviário, em Lages, Santa Catarina.	Durante o governo Costa e Silva e da Junta Militar, exerceu as seguintes funções, como Coronel: Adjunto da 4ª Seção do Estado Maior das Forças Armadas. Foi promovido a General de Brigada em 25 de julho de 1968.	General de Exército	M

Jarbas Gonçalves Passarinho	5	Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia, em 1943, e sua última promoção, ao posto de Coronel, ocorreu em 1964.	Em 1964, era Oficial de Operações do Comando Militar da Amazônia, em Belém, no Pará.	Durante o regime exerceu as funções de Governador, Ministro de estado e Senador da República.	Coronel	C/M
Orlando Morgado	5	Possui todos os cursos regulares do Exército e o Instituto Militar de Engenharia (IME). Como cursos civis tem o mestrado em Engenharia Rodoviária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	Em 1964, estava na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), como aluno do 2º ano dessa Escola.	Atuou no Gabinete Militar durante o Governo Médici.	General de Divisão	M
Agnaldo Del Nero Augusto	5	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era capitão e desempenhava a função de Instrutor da EsSA.	Ao longo do regime serviu na área de informações. Entre 1972 e 1973 atuou como adjunto da Seção de Planejamento da Agência Central do SNI; de 1974 a 1977 foi Instrutor na ECEME; e de 1977 a 1978 foi adjunto da Seção de Contra-Inteligência do Centro de Informações do Exército (CIE).	General de Divisão	M
Ernani Jorge Corrêa	5	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra.	Em 1964, era Tenente Coronel, Comandante do Curso de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras.	Chefe da Seção de Informações do Gabinete do SNI, servindo, nessa ocasião, com o General Médici. Comandante do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda (1º RCG) de 1970 a 1974.	General de Brigada	M
Dickens Ferraz	5	Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG).	Em 1964, era instrutor da AMAN.	Instrutor na EsAO; Instrutor na ECEME; Chefe de Subseção da Agência Central do SNI.	General de Brigada	M
Antônio Delfim Neto	5	Formado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP).	Professor da USP em Análise Macro-Econômica.	Exerceu as funções de Ministro da Fazenda dos Presidentes Costa e Silva e Médici e Ministro da Agricultura e Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República do Presidente Figueiredo.	Deputado Federal	C
José Genoio Neto	5		Integrava a diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE).	Participou da Guerrilha do Araguaia entre 1970 a 1972. Preso político durante cinco anos, sendo anistiado em 1979.	Deputado Federal	C
Sérgio Mário Pasquali	5	Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso Superior da Escola Superior de Guerra (ESG). Coursou nos Estados Unidos, em Fort Leavenworth, o Command and General Staff College, entre 1969 e 1970. Possui também o curso de Relações Públicas, pela PUCRJ.	Em 1964, era aluno da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, no Rio de Janeiro.	Adjunto da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República no Governo Costa e Silva. Foi Coordenador Geral do Projeto Rondon e Presidente da Fundação Projeto Rondon e, ainda, Secretário-Geral do Ministro da Educação e Cultura, no governo Figueiredo.	Coronel	M

Carlos Alberto Brilhante Ustra	5	Possui todos os cursos regulares do Exército. É bacharel em Administração.	Em 1964, era capitão e servia no 1º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo, na Vila Militar, no Rio de Janeiro.	Comandou, no período de 1970 a 1974, a Operação Bandeirante e o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), do II Exército.	Coronel	M
Renato Brilhante Ustra	5	Possui todos os cursos regulares do Exército. Foi estagiário do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, da Escola Superior de Guerra.	Em 1964, era capitão e servia no Grupo de Artilharia Pára-Quedista, na Vila Militar, Rio de Janeiro.	Atuou como chefe de Seção de Informações da 6ª Brigada de Infantaria Blindada Em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, de 1975 a 1976.	Coronel	M
José Roberto Eichler	5	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era 1º Tenente instrutor da Escola de Instrução Especializada (EsIE).	Analista do Centro de Informações do Exército (CIE).	Coronel	M
Hahenderson Vieira	5	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Tenente, servindo no 1º GO 155 (Grupo de Obuses), atual 11º GAC (Grupo de Artilharia de Campanha), Vila Militar, Rio de Janeiro.	Assessor da Agência Regional do SNI em Recife, PE.	Coronel	M
Carlos Fernando Freitas Almeida	5	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra	Em 1964, era 1º Tenente e servia no Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), em Brasília.	Chefe do Estado Maior da 10ª Região Militar (10ª RM), em Fortaleza, e 11ª Região Militar (11ª RM), em Brasília)	Coronel	M
Ivan Pontes Laydner	5	Possui todos os cursos regulares do Exército e os da Escola Nacional de Informações (EsNI).	Em 1964, era Capitão Comandante da Bateria de Tiro do 3º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos, de Caxias do Sul, RS.	Analista de Informações do SNI entre 1979 e 1988 e Coordenador de Administração da Imprensa Nacional.	Tenente-Coronel	M
Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto e/ou atividade em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Jaime Jose Juraszek	6	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Auxiliar de Instrução e subalterno da 3ª Companhia do Curso Básico, na AMAN.	Comandante do 63º Batalhão de Infantaria Motorizado (63º BI MTz), em Florianópolis, SC; e oficial da Casa Militar do Governo Figueiredo	General de Exército	M
Dynaldo Domingos de Souza	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui graduação em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Salvador, BA.	Em 1964, era major, chefe do Serviço de Motomecanização da 7ª RM, no Recife.	Trabalhou como assessor e gerente nas Telecomunicações da Bahia entre 1975 e 1986.	Coronel	M

Luiz Arthur de Carvalho	6	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era major e servia na 17ª Circunscrição de Recrutamento (CR), em Salvador, BA.	De 1967 a 1975, chefiou a Superintendência da Polícia Federal para os estados da Bahia e Sergipe e, de 1975 e 1979, exerceu o cargo de Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia. Coronel	Coronel	M
João José Cavalcanti de Albuquerque	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Formou-se em Engenharia Civil, pela Escola Politécnica do Recife, em 1958 e, também, em administração de empresas.	Em 1964, era major, respondendo pelo Comando do I/7º RO 105.	Foi superintendente da Administração do Porto do Recife, ainda no serviço ativo (1964 a 1966); interventor e superintendente da Administração do Porto do Rio de Janeiro (1966 a 1970).	Coronel	M
Gabriel Antônio Duarte Ribeiro	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui graduação em Engenharia Civil.	Em 1964, era major e estagiava no Quartel General do IV Exército, em Recife.	Comandou a Polícia Militar do Estado de Pernambuco, de 1969 a 1971, e o Colégio Militar do Recife, de 1974 a 1976. Nos anos de 1977 e 1978, foi Chefe do Estado Maior da 7ª Região Militar (7ª RM), no Recife.	Coronel	M
Stanley Fortes Baptista	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Engenharia de Construção pelo Instituto Militar de Engenharia (IME).	Em 1964, era major e servia no 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, PB.	Superintendente Adjunto da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).	Coronel	M
Edgar Maranhão Ferreira	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Engenharia de Construção pelo Instituto Militar de Engenharia (IME).	Em 1964, era capitão e servia na Comissão de Obras, em Belém, PA.	Chefe do Estado Maior do 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, PB, entre 1970 e 1971.	Coronel	M
Clidenor de Moura Lima	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Administração de Empresas.	Em 1964, era capitão e servia no 25º Batalhão de Caçadores (25º BC), em Teresina, PI, como Oficial de Operações.	Em 1967 assumiu a Chefia da Seção de Operações da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), em Brasília. Entre 1978 e 1987, foi Chefe da Agência do SNI, no Recife.	Coronel	M
Francisco Valdir Gomes	6	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, servia, no posto de capitão, no 17º Regimento de Cavalaria (17º RC), em Pirassununga, SP.	Chefiou o Colégio Militar do Recife.	Coronel	M
Clycio D'Azevedo	6	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era capitão e servia no Parque Regional de Moto-mecanização, em Recife, PE.	Instrutor Chefe de Intendência do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife.	Coronel	M
Expedito Bandeira de Araújo	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui os cursos de Direito e Ciências Contábeis.	Em 1964, era 1º Tenente e servia no 15º Regimento de Infantaria (15º RI), em João Pessoa.	Em 1971, foi transferido para o CODI e assumiu a chefia de Operações do DOI no IV Exército, hoje Comando Militar do Nordeste.	Coronel	M
Júlio Roberto Cerda Mendes	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Engenharia Civil.	Em 1964, era 1º Tenente e servia no Regimento da Escola de Infantaria (REI), no Rio de Janeiro.	Serviu na AMAN.	Coronel	M

José Justo Pinheiro	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Engenharia Civil.	Em 1964, era 1º Tenente e comandava o Pelotão de Cucuí, AM.	Serviu no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)	Coronel	M
Petrônio Araújo Gonçalves Ferreira	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Engenharia Civil.	Em 1964, era 1º Tenente e servia no Primeiro Grupo do 7º Regimento de Obuses 105, em Olinda, PE.	Foi instrutor chefe do Curso de Artilharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife.	Coronel	M
Osman Godoy	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui vários cursos sobre cinema.	Em 1964, era 2º Tenente e servia no Primeiro Grupo do 7º Regimento de Obuses 105, em Olinda, PE.	Serviu no Comando Militar da Amazônia (CMA), em Manaus, e no Pelotão de Fronteira de Ipiranga, AM.	Coronel	M
Antônio Oswaldo de Melo Carneiro Lacerda	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Engenharia Civil.	Em 1964, era 2º Tenente e servia no 7º Grupo de Canhões 75 Auto Rebocado, em Ijuí, RS.	Serviu no Presídio, na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, RJ.	Coronel	M
Manoel da Penha Alves	6	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era 2º Tenente no 15º Regimento de Infantaria (15º RI), de João Pessoa, PB.	Foi instrutor no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife.	Coronel	M
Luiz Marques Tavares	6	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era 2º Tenente e servia no 12º Regimento de Infantaria (12º RI), em Belo Horizonte, MG.	Serviu na AMAN.	Coronel	M
José Fernando Pontes Soares Filho	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui os cursos de Letras e Administração de Empresas.	Em 1964, era 1º Tenente e servia no Comando Geral da Polícia Militar de Pernambuco.	Foi subchefe da Casa Militar do Governo do Estado (1966-1967); Chefe do Estado Maior da Polícia Militar (1976-1979); Chefe da Casa Militar do Governo de Pernambuco (1979-1985).	Coronel	M
José Lyra de Almeida	6	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Engenharia Civil.	Em 1964, era capitão e servia no Depósito Regional de Motomecanização (DRMM), localizado no Recife.	Chefe do Departamento de Mecânica da Rede Ferroviária do Nordeste.	Tenente Coronel	M
Antônio Bião Martins Luna	6	Possui o curso de Informações, categoria B, do Centro de Estudos de Pessoal (CEP).	Em 1964, era capitão e servia no 28º BC.	Esteve por cinco anos, à disposição da Presidência da República	Tenente Coronel	M
Nivaldo Mello de Oliveira Dias	6	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era capitão e servia no 14º Regimento de Infantaria (14º RI), no Recife, PE.		Tenente Coronel	M
Hiran Gomes Cavalcanti	6	Possui o curso de Informações, categoria B, do Centro de Estudos de Pessoal (CEP).	Em 1964, era capitão comandante da 1ª Companhia de Engenharia do 1º Batalhão de Engenharia de Combate (1º BECmb), em Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ.	Chefiou o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do IV; foi Superintendente da Polícia Federal, em Pernambuco (1973-1974).	Tenente Coronel	M
Cleantho Homem de Siqueira	6	Curso de Formação de Sargentos (CFS) no 16º Regimento de Infantaria (16º RI), em Natal.	Em 1964, era 1º Tenente encontrava-se em São João Del Rei, MG.		Capitão	M

Leão Alves Machado	6	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era 1º Tenente chefe da Seção de Comunicações do I/7º RO 105, em Olinda, PE.	Exerceu o cargo de assistente no gabinete da Secretaria Pública de Pernambuco.	1º Tenente	M
Luciano Gonçalves Viana D'Albuquerque	6	Possui os cursos militares de formação e de aperfeiçoamento de sargentos.	Em 1964, era cabo e servia no 15º RI.		1º Tenente	M
Edson Mororó Moura	6	Graduado em Química Industrial pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).			Industrial	C
Eudes de Souza Leão Pinto	6	Graduado em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura de Pernambuco. Possui o curso da Escola Superior de Guerra.	Em 1964, era presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).		Engenheiro Agrônomo	C
Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto e/ou atividade em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Antonio Ferreira Marques	7	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Coronel.		General de Exército	M
Oswaldo Muniz Oliva	7	Possui todos os cursos regulares do Exército.		Foi Assessor Chefe da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, de 1967 a 1970.	General de Exército	M
Euclides Bueno Filho	7	Possui todos os cursos regulares do Exército.			General de Brigada	M
Rubens Resstel	7	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era major e servia no Quartel General do II Exército, em São Paulo.	Serviu na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e foi Oficial de Gabinete do Ministro do Exército	General de Brigada	M
Oacyr Pizzotti Minervino	7	Possui todos os cursos regulares do Exército.			General de Brigada	M
Antonio Erasmo Dias	7	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Filosofia.		Foi Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo nos governos de Laudo Natel e Paulo Egydio.	Coronel	M
Godofredo de Araújo Neves	7	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era aluno na ECEME.	Foi instrutor da EsAO). Comandou o 2º Regimento de Carros de Combate, em Pirassununga, SP, no período de 1974 a 1978.	Coronel	M
Luiz Carlos de Avellar Coutinho	7	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era instrutor na AMAN.	Foi ajudante de ordens do General Emílio Garrastazu Médici, no Serviço Nacional de Informações (SIN) e no III Exército.	Coronel	M
Luiz Gonzaga de Toledo Camargo	7	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, cursava a EsAO.	Analista de Informações da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), Brasília, de 1972 a 1973.	Coronel	M

Marnio José Signorelli Teixeira Pinto	7	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Administração de Empresas.	Em 1964, era comandante da Companhia do Batalhão de Guarda Presidencial (BGP).	Instrutor da ECEME, entre 1974 a 1980.	Coronel	M
José Gustavo Petito	7	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Tenente Instrutor na Escola Preparatória de Cadetes do Exército.	Foi instrutor da ECEME.	Coronel	M
Renato Guimarães	7	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Administração de Empresas.	Diretor e Agente Diretor do Depósito Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar – DRMM/2.	Atuou como diretor do Depósito Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar – DRMM/2.	Tenente-Coronel	M
Roberto de Andrade Nino	7	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Administração de Empresas.	Em 1964, servia no 2º Regimento de Obuses 105mm (2º RO 105), Itu, São Paulo.	Assistente do chefe da Assessoria de Segurança e Informação da Companhia Energética de São Paulo (CESP).	Tenente Coronel	M
Licio Augusto Ribeiro Maciel	7	Possui todos os cursos regulares do Exército.		Em 1968, foi nomeado para o Centro de Informações do Exército, onde permaneceu até 1974. Atuou no combate a Guerrilha do Araguaia.	Tenente Coronel	M
Adolpho Lindenberg	7	Possui o curso de Engenharia Civil.	Era professor da PUC-SP. Atuava na Tradição, Família e Propriedade (TFP)		Engenheiro Civil	C
Amadeu Armentano Neto	7	Possui o curso de Direito.		Serviço militar entre 1968 e 1969.	Advogado	C
Antônio Carlos Adler	7	Possui o curso de Direito.	Era estudante da USP.		Advogado	C
Antônio José Ribas Paiva	7	Possui o curso de Direito.	Participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo.		Advogado	C
Carlos Eduardo Guimarães Lousada	7	Possui o curso de Engenharia Industrial.			Engenheiro Industrial	C
Iedda Borges Falzoni e Maria Lucia Whitaker Vidigal	7	Iedda Falzoni – cursou Letras e Administração. Maria Lucia Vidigal – bibliotecária e tradutora de inglês.	Ambas eram donas de casa e estiveram na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo.	Atuaram nos Clubes das Mães.	Iedda – Assessora de Turismo Maria Lucia – Produtora e apresentadora	C
José Carlos Graça Wagner	7	Possui o curso de Direito.	Em 1964, atuava como advogado.		Advogado	C
Paulo Ayres de Almeida Freitas Filho	7	Possui o curso de Química.			Empresário	C

Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto e/ou atividade em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Harry Alberto Schnarndorf	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, servia na AMAN.	Comandante do I/18º RI (1º Batalhão do 18º RI).	General de Exército	M
Adolpho João de Paula Couto	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, comandava o 6º Regimento de Obuses de Cruz Alta, RS.	Comandou a AMAN e a ECEME.	General de Divisão	M
Floriano Aguilar Chagas	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Oficial de Estado Maior da 2ª DC em Uruguaiana.	Chefe do Estado Maior entre 1965 e 1968.	General de Divisão	M
Raymundo Maximiano Negrão Torres	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, realizava o estágio de Estado Maior no QG/5º RM	Integrou o Estado Maior do Comando da AD/5 (Artilharia Divisionária da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria).	General de Divisão	M
João Carlos Rotta	8	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui os cursos de História e Geografia.	Em 1964, encontrava-se no 3º batalhão Rodoviário (3º BRv), Vacaria, RS.	Foi Assistente Secretário do General Cerqueira Lima no DGP, no Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) e no Comando Militar do Nordeste (CMNE), Recife.	General de Divisão	M
Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, atuava no 3º RA 75 Cav (3º Regimento de Artilharia 75mm a Cavalo, hoje 25º Grupo de Artilharia de Campanha – 25º GAC), de Bagé, RS.	Comandou a 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.	General de Divisão	M
Léo Guedes Etchegoyen	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era oficial do Quadro do Estado Maior da Ativa, servindo no Quartel General da 3ª Região Militar.	Foi Secretário de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1964 e 1965. Em 1969 foi nomeado Assistente Secretário do Comandante do III Exército, General Médici.	General de Brigada	M
José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, realizava estágio de oficial do quadro do Estado Maior no Comando da 2ª Divisão de Cavalaria em Uruguaiana, RS.	Foi convidado a integrar os Estados Maiores do Gabinete do Ministro do Exército em 1965.	General de Brigada	M
Egêo Corrêa de Oliveira Freitas	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.		Foi instrutor da ECEME	General de Brigada	M
Daniel Lomando Andrade	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era capitão e atuava no 3º RCM.	Integrou o corpo de oficiais da AMAN em 1969.	General de Brigada	M
Carlos Augusto Fernandes dos Santos	8	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Engenharia Civil.	Em 1964, ocupava a 6ª Companhia da Polícia do Exército, em Porto Alegre.	Foi instrutor da AMAN e da ECEME.	General de Brigada	M

Álvaro Nereu Klaus Calazans	8	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Engenharia de Fortificações e Construção pelo IME.	Em 1964, atuava no 2º Batalhão Rodoviário (2º BRv), Lages, SC.	Professor da IME.	General de Brigada	M
Flávio Oscar Maurer	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, havia chegado da AMAN.	Foi instrutor na EsAO e na ECEME.	General de Brigada	M
Renato Moreira	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, estava no Quartel General do III Exército, em Porto Alegre.	Atuou na área de Informações.	Coronel	M
Amarcy de Castro Araújo	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era 1º Tenente da Companhia de Polícia do Exército do Comando Militar do Planalto.	Participou da criação dos Batalhões da Guarda Presidencial e de Polícia do Exército de Brasília. Em 1971 passou à disposição do governo do Ceará, exercendo os cargos de governo.	Coronel	M
Alexandre Máximo Chaves Amêndola	8	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era major e servia no Regimento Mallet.		Tenente Coronel	M
Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto e/ou atividade em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Jonas de Moraes Correia Neto	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era major, era Instrutor da EsAO.	Foi Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.	General de Exército	M
Vernon Anthony Walters	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	De 1964 a 1967 desempenhou as funções de Adido Militar junto à Embaixada americana no Brasil, período em que foi promovido a General	De 1972 a 1976, foi Vice-Diretor da Agência Central de Informações (CIA).	Tenente General	M
Tasso Villar de Aquino	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, no posto de Coronel, servia no Estado Maior do Exército, no Rio de Janeiro.	Foi Chefe do Gabinete do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército	General de Divisão	
Sérgio Tasso Villar de Aquino	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, a Capitão Tenente e servia na Escola Naval como Instrutor de Psicologia e Liderança e Comandante de Batalhão e Companhia no Comando do Corpo de Aspirantes.	Foi Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e Comandante da Força de Submissão	Vice Almirante	M
Nilton de Albuquerque Cerqueira	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, no posto de Capitão, cursava a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).	Oficial Subalterno e Comandante de Subunidade no 1º Batalhão de Caçadores, Petrópolis, RJ.	General de Brigada	M

Aristóteles Drummond	9	Possui o curso de Jornalismo e Administração de Empresas.	Em 1964, liderou o Grupo de Ação Patriótica (GAP), integrado por jovens estudantes que se opunham à representação da UNE.	De 1964 a 1968 foi Assessor da Diretoria do Banco Nacional. Diretor e Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.	Jornalista	C
Hernani D'Aguiar	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Major Instrutor de História Militar e Geografia, na ECEME.	Comandou o 7º RO (7º Regimento de Obuses), transformado em 17º GAC (17º Grupo de Artilharia de Campanha), em Natal, de 1972 a 1974.	Coronel	M
Nilson Vieira Ferreira de Mello	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Major, aluno do 2º ano da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Praia Vermelha, RJ.	Instrutor na ECEME.	Coronel	M
Carlos Alberto Guedes	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão, servindo no CPOR/BH.	Instrutor Chefe do Curso de Infantaria do CPOR/BH.	Coronel	M
Luiz Carlos Carneiro de Paula	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, ainda como 1º Tenente, comandava a 1ª Companhia de Engenharia do então Batalhão escola de Engenharia, na Vila Militar, Rio de Janeiro.	Foi Professor Titular de Logística e Professor convidado de Geopolítica na Academia de Guerra do Exército do Chile.	Coronel	M
Hamilton Otero Sanches	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era 1º Tenente, comandava a 2ª Bateria de Obuses, do Grupo Escola de Artilharia (GEsA).	Instrutor do CPOR/SP e de Subcomandante e Subdiretor de Ensino da Escola de Comunicação do Exército (EsCom).	Coronel	M
Romeu Antonio Ferreira	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, no posto de 2º Tenente, era Adjunto do S/3 do II/5º RO 105, em Curitiba, PR.	Exerceu as funções de Instrutor da EsACosAAe (1968-1969), do CEP (1970-1971) e da EsNI (1972-1973) e de membro do Destacamento de Operações e Informações (DOI) do I Exército.	Coronel	M
Carlos Claudio Miguez Suares	9	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão, servindo no 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalos em Uruguaiana, RS.		Tenente Coronel	M
Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto e/ou atividade em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Carlos Tinoco Ribeiro Gomes	10	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Major e instrutor da ECEME.	Foi Chefe da Assessoria Executiva do Gabinete do Ministro do Exército.	General de Exército	M
Luiz Schroeder Lessa	10	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão e comandava o 19º RI, em São Leopoldo, RS.	Comandou o Batalhão da Guarda Presidencial e o Colégio Militar de Brasília, DF.	General de Exército	M

Max Alvim	10	Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica e os de Piloto de Bombardeio Médio.	Em 1964, era Capitão e piloto na Base Aérea de Canoas, RS.		Major Brigadeiro	M
Marcio César Leal Coqueiro	10	Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica.	Em 1964, era Tenente-Coronel e servia no Estado Maior da Aeronáutica.		Brigadeiro do Ar	M
Carlos Affonso Dellamora	10	Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica.	Em 1964, era Coronel Aviador e prestava sérvios no Estado Maior da Aeronáutica.	Foi Subchefe da Aeronáutica no Gabinete Militar da Presidência da República e Chefe do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA).	Brigadeiro do Ar	M
Celso dos Santos Meyer	10	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964 integrava a Comissão Militar Mista Brasil – Estados Unidos – Rio de Janeiro.	Pertenceu ao Gabinete do Ministro do Exército, no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 1967 e 1970.	General de Brigada	M
Durval Antunes Machado Pereira de Andrade Nery	10	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão e comandava a 1ª Companhia de Infantaria Paraquedista e depois Subcomandante da Companhia de Petrechos Pesados do 1º Batalhão, o Regimento Santos Dumont.	Foi Comandante da Brigada de Aviação do Exército e Diretor de Especialização e Extensão.	General de Brigada	M
Geraldo Luiz Nery da Silva	10	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui os cursos de Ciências Econômicas e Administração de Empresas.	Em 1964, era 1º Tenente, Comandante da Linha de Fogo da 1ª Bateria de Obuses do I/2º RO 105 – Regimento Deodoro, Itu/SP.	Foi instrutor da AMAN e da EsAO..	General de Brigada	M
Emílio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro	10	Possui o curso da Escola Superior de Guerra (ESG). Possui o Curso de Direito.	Em 1964, era Deputado Estadual, RJ, líder do Governo Carlos Lacerda.	Entre 1971 e 1977 foi Deputado Federal pelo Rio de Janeiro.	Advogado	C
Gustavo Eugenio de Oliveira Borges	10	Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica.	Em 1964, era Secretário de Segurança Pública do Governo Carlos Lacerda, com a incumbência de administrar a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Guarda Civil, a Polícia Judiciária, o Corpo Marítimo de Salvamento, o Departamento de Transito, o DOPS e a Radiopatrulha.	Atuou no DOPS/RJ.	Coronel Aviador	M
Renato Ribeiro da Silva	10	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão, servindo no então 4º Regimento de Obuses 105mm (4º RO 105), hoje 14º Grupo de Artilharia de Companhia (14º GAC)	Serviu como Oficial de Gabinete dos Ministros do Exército, Generais Orlando Geisel e Sílvio Frota.	Coronel	M

Amaury Friese Cardoso	10	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão e comandava a 4ª Companhia Leve de Manutenção e Adjunto do E/4 da 4ª RM/4ª DI (Juiz de Fora/MG).	Instrutor na AMAN, na EsAO e na ECEME.	Coronel	M
Irtonio Pereira Rippel	10	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão e servia no Quartel-General da 3ª Divisão de Cavalaria, em Bagé, RS.	Comandou o 10º Grupo de Artilharia de Companhia, Fortaleza, CE.	Coronel	M
Tomás de Aquino de Carvalho Lima Sampaio	10	Possui o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e o de especialização da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.	Em 1964, era 2º Tenente e servia no 3º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Copacabana.	Foi instrutor da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.	Coronel	M
Juarez de Deus Gomes da Silva	10	Possui os cursos da Escola da Aeronáutica, Piloto e Caça, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da escola de Comando e Estado Maior (ECEMAR).	Em 1964, era Capitão e Oficial de Operações do 2º/1º Grupo de Aviação e Caça.	Exerceu as funções de Oficial de Gabinete do Ministério da Aeronáutica.	Tenente Coronel Aviador	M
Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto e/ou atividade em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Mario Orlando Ribeiro Sampaio	11	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra (ESG).	Em 1964, era major e servia no Estado Maior do Exército.	Exerceu as funções e Instrutor na AMAN e na Escola de Sargentos das Armas (EsSA). Comandou ainda a 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, MG e chefiou o Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, DF.	General de Exército	M
Anápio Gomes Filho	11	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra (ESG)	Em 1964, era major e integrava o Estado Maior do Comando da 2ª Região Militar, São Paulo, SP.	Oficial de Estado Maior do Comando da 2ª Região Militar, São Paulo, SP.	General de Divisão	M
Sergio Ruschel Bergamaschi	11	Possui todos os cursos regulares do Exército e o de Fortificações e Construção do Instituto Militar de Engenharia (IME).	Em 1964, era capitão e professor em Comissão do Instituto Militar de Engenharia, Praia Vermelha, RJ.	Exerceu as funções de professor do Instituto Militar de Engenharia e de Assessor do Gabinete do Ministro do Exército e de Assistente do Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.	General de Divisão	M
Plinio Pitaluga	11	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Tenente-Coronel e estava na Circunscrição de Recrutamento de João Pessoa, PB.	Pertenceu, como Oficial de Estado Maior, ao Gabinete do Ministro.	General de Brigada	M

Niaze Almeida Gerude	11	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra (ESG).	Em 1964, era aluno do 1º ano da Escola de Comando e Estado Maior do Exército.	Foi chefe da Divisão do Fundo do exército, da Diretoria Geral de Economia e Finanças.	General de Brigada	M
João Franco Pontes Filho	11	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola de Equitação do Exército.	Em 1964, era Major e atuava como Instrutor-Chefe da Escola de Equitação do Exército, Realengo, RJ.	Foi chefe do Estado Maior da Primeira Divisão de Cavalaria, Santiago, RS, e da 1ª Região Militar.	Coronel	M
Audir Santos Maciel	11	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão e comandava a 6ª Bateria de Obuses do 1º Regimento de Obuses 105, Regimento Floriano, Vila Militar, RJ.	Como Oficial de Estado Maior, as funções de Adjunto da Seção de Informações da 2ª DE, do II Exército e Comandante do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do II Exército. Como Oficial de Gabinete do Ministro, foi Assessor do Centro de Informações do Exército (CIE).	Coronel	M
Luiz Mario Portocarrero de Castro Sá Freire	11	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão e instrutor da Escola de Artilharia de Costa, em Fortaleza de São João – Urca, RJ.	Comandou o 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (2º GACAP), Itu, SP.	Coronel	M
Ronaldo Pecego de Moraes Coutinho	11	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra (ESG).	Em 1964, era 1º Tenente e Comandante da Linha de Fogo da 1ª Bateria de Obuses do I/4º RO105, hoje 4º GAC, em Juiz de Fora, MG.	Subchefia do Gabinete do Ministro do Exército.	Coronel	M
Francimá de Luna Máximo	11	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era 1º Tenente e Oficial Subalterno no Regimento Santos Dumont, do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, Vila Militar, RJ.	Serviu na tropa paraquedista em todos os postos da carreira milita.	Coronel	M
Ernesto Gomes Caruso	11	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, servia, como Tenente, no 2º GO105, em Jundiá, SP.	Exerceu a Chefia do Estado Maior da Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército (AD-3), em Cruz Alta, RS.	Coronel	M
Odin Barroso de Albuquerque Lima	11	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, integrou o Estado Maior do General Augusto César Moniz de Aragão nas ações desenvolvidas na Vila Militar.	Foi Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás.	Tenente Coronel	M
Orestes Raphael Rocha Cavalcanti	11	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra (ESG).	Em 1964, era 1º Tenente e atuava na 1ª Bateria do 1º Grupo de Artilharia de Costa Mororizado, em Niterói, RJ.	Pertenceu ao Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do II Exército, em São Paulo.	Tenente Coronel	M
Reginaldo Pontes Bielinski	11	Possui o curso de Educação Física do Exército e de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).	Em 1964, era 1º Tenente, servindo no 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, MG.	Foi instrutor da Escola de Educação Física do Exército e do Centro de Estudos de Pessoal.	Tenente Coronel	M

Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto e/ou atividade em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Murillo Santos	12	Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica.	Em 1964, era Capitão e servia na Base Aérea de Santa Cruz, RJ. Foi nesse mesmo ano, nomeado Adjunto de Ordens do Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.	Comandou o Esquadrão de Transportes e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.	Tenente Brigadeiro do Ar	M
Rui Barbosa Moreira Lima	12	Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica.	Em 1964, era Coronel e comandava a Base Aérea de Santa Cruz, RJ.		Major Brigadeiro do Ar	M
Luiz Augusto Cavalcanti Moniz de Aragão	12	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era 1º Tenente, aluno do Instituto Militar de Engenharia	Foi Chefe da Comissão Regional de Obras da 2ª Região Militar, em São Paulo, e da Comissão Especial de Obras da AMAN, como Coronel.	General de Divisão	M
Théo Espindola Basto	12	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era 2º Tenente de Infantaria e servia no Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, PR.	Foi Chefe do Estado Maior do Comando Militar do Sudeste, em São Paulo, SP.	General de Divisão	M
Gentil Nogueira Paes	12	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra.	Em 1964, era Oficial Superior e Chefe da Segunda Seção (Informações) do Estado Maior da 10ª Região Militar, em Fortaleza, CE.	Comandante do 2º Grupamento de Construção, em Manaus, AM, entre 1974 e 1978.	General de Brigada	M
Adalberto Bueno da Cruz	12	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Aspirante a Oficial e servia no quartel do 4º Regimento de Infantaria (4º RI), em Quitaúna, SP.	Comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS).	General de Brigada	M
Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá	12	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Tenente Coronel e atuava no Estado de Goiás.	Comandante do Colégio Militar de Fortaleza, CE.	Coronel	M
Francisco de Andrade Garcez	12	Possui o curso da AMAN e da EsAO.		Em 1967, encontrava-se no Aeroporto dos Guararapes, no Recife, quando houve o atentado que vitimou um almirante e um jornalista e feriu outras pessoas.	Coronel	M

Francisco Sobreira de Alencar	12	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, comandava a Segunda Companhia do 4º Batalhão de Engenharia de Construção (BEConst), em Cratêus, CE.		Coronel	M
José Firmino Dias Lopes	12	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Tenente e servia no II Grupo/7º Regimento de Obuses 105mm (II/7º RO 105), em Natal, RN.	Adjunto de Subchefia do Estado Maior do Exército e Assistente do Comandante do Comando Militar do Oeste, Campo Grande, MS.	Coronel	M
Artur de Feitas Torres de Melo	12	Possui os cursos da AMAN, da EsAO e do IME.	Em 1964, era Major e cursava Engenharia Nuclear, no IME.		Tenente Coronel	M
Affonso Taboza Pereira	12	Possui os cursos da AMAN, da EsAO e do IME.	Em 1964, era 1º Tenente e aluno do IME.		Tenente Coronel	M
Geraldo Nogueira Diógenes	12	Possui os cursos da AMAN e da EsAO.		Instrutor do CPOR de Fortaleza, CE.	Major	M
Juvenal Antonio Araújo de Arruda Furtado	12	Possui o curso de Direito.		Chefe do Posto de Coleta Censitária do Censo de 1970.	Advogado	C
Águeda Passos Rodrigues Martins	12	Possui o curso de Direito e Mestrado pela Universidade Federal do Ceará (UFC).			Desembargadora	C
Paulo Roberto Coelho Pinto	12	Licenciado em Filosofia e Bacharel em Ciências Econômicas.		Secretário de Planejamento do Município de Fortaleza, CE, entre 1975 e 1979.	Economista	C
Francisco Valter Vieira	12	Graduado em Agronomia pela UFC. Possui curso de formação de Cabo e de Sargento.			Engenheiro Agrônomo	C
César Cals de Oliveira Neto	12	Graduado em Engenharia Civil.			Engenheiro Civil	C
João Paulo Simões Accioly de Carvalho	12	Possui os cursos da AMAN, da ESG e do IME.	Em 1964, era Tenente, aluno do IME, no Rio de Janeiro.	Professor de Engenharia Elétrica da UFC.	Engenheiro Elétrico	C
José Walter Barbosa Cavalcante	12	Graduado em Engenharia Civil.	Em 1964, era Engenheiro da Rede Ferroviária Federal S.A.	Foi Prefeito de Fortaleza entre 1967 e 1971.	Engenheiro Civil	C
Ângelo Rattacaso Junior	12	Possui o curso de Direito. Realizou o Curso de Segurança e Desenvolvimento da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).			Juiz	C
Stênio Rocha Carvalho Lima	12	Possui o curso de Direito. Cursou o CPOR de Fortaleza, declarado Aspirante a Oficial R-2.		Secretário Estadual da Administração do Governo do Ceará.	Juiz	C
Meton César de Vasconcelos	12	Possui o curso de Direito.			Procurador de Justiça	C
Francisco Olavo Silva Colares	12	Graduado em História e Direito.		Orientação Educacional no Centro de Estudos do pessoal (CEP), do Exército.	Professor	C

Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto e/ou atividade em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Ruy de Paula Couto	13	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964 respondia pelo comando da Artilharia Divisionária da 3ª DI (AD/3), em Santa Maria, RS.	Adido do Exército no Uruguai.	General de Exército	M
Décio Barbosa Machado	13	Possui todos os cursos regulares do Exército. Graduado em História.	Em 1964, atuava na Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Infantaria (AD/6ª DI) em Cruz Alta.	Adido do Exército junto a Embaixada do Brasil no Chile em 1974.	General de Exército	M
José Mattos de Marsillac Motta	13	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Subcomandante do 9º RI, com sede em Pelotas.	Atuou como Coronel no Quartel General da 6ª Divisão de Infantaria (QG/6ª DI).	General de Brigada	M
Ramão Menna Barreto	13	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Chefe de Estado Maior da 3ª DI.	Em 1967, foi promovido a General de Brigada e comandante da ID/6, onde permaneceu até 1970.	General de Brigada	M
Arlênio Souza da Costa	13	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, atuava como Capitão do 9º Regimento de Infantaria.	Comandou o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BIMtz), em São Leopoldo.	General de Brigada	M
Hélio Lourenço Cerrati	13	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, cursava a ECEME.	Serviu por dois anos no SNI.	Coronel	M
Roberto Monteiro de Oliveira	13	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, cursava a ECEME.	Em 1969, assumiu a chefia da Agência de Manaus do SNI, permanecendo por três anos.	Coronel	M
Pedro Américo Leal	13	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Major e Instrutor Chefe do Curso de Infantaria do CPOR de Porto Alegre, RS.	Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Deputado Estadual pela ARENA/RS.	Coronel	M
Ernani Correa de Azambuja	13	Possui todos os cursos regulares do Exército. Graduado em Engenharia Civil.	Em 1964, era Capitão e Ajudante de Ordens.		Tenente Coronel	M
Celso Chagas da Costa	13	Possui todos os cursos regulares do Exército. Graduado em Direito.	Em 1964, cursava a EsAO.	Atuou como Major no 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4º BECnst), em Cratêus, CE.	Coronel	M
Sady Fialho Fagundes	13	Possui todos os cursos regulares do Exército.		Atuou no Serviço de Obras Regional da 3ª Região Militar (SOR/3).	Major	M
Emerson Rogério de Oliveira	13	Cursou a Escola de Sargentos das Asmas (EsSA).	Em 1964, atuou no 3º Batalhão Rodoviário, Vacária, RS	Como Tenente atuou como auxiliar do Estado Maior Pessoal do General Arlênio Souza da Costa.	Capitão	M
Carlos Berteli	13		Em 1964, era Cabo do 13º Regimento de Infantaria (1º/13º RI), em Francisco Beltrão, PR.	Atuou no 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (26º BIPqdt), sendo promovido a 3º Sargento em 1968.	Capitão	M

Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto e/ou atividade em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Antonio Carlos da Silva Muricy	14	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra (ESG).	Em 1964, comandou a tropa que constituiu o Destacamento Tiradentes e que de Juiz de Fora deslocou-se para o Rio de Janeiro.	Chefe do Estado Maior do II Exército.	General de Exército	M
Raymundo Maximiano Negrão Torres	14	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra (ESG).	Em 1964, era Assistente de Comando AD/5.	Comandou o I/5º RO 105, Lapa, PR.	General de Divisão	M
Nelson Pecegueiro do Amaral	14	Cursou Direito.	Assessor do Procurador Geral da República.	Consultor Jurídico do Ministério do Exército.	Desembargador	C
Augusto Cid de Camargo Osório	14	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra (ESG).	Em 1964, era Coronel e Chefiava a 4ª Seção do II Exército.	Chefe do estado Maior da Artilharia da Costa da 1ª Região Militar.	General de Brigada	M
Acrísio Figueira	14	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra (ESG).	Em 1964, era Capitão servindo no Regimento Santos Dumont, Brigada Paraquedista	Exerceu o comando da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada de Niterói, RJ, e da Brigada de Infantaria Pára-quedista, na cidade do Rio de Janeiro.	General de Brigada	M
Luiz Pragana da Frota	14	Possui os cursos da Escola naval, de Aperfeiçoamento de Comunicações, de Comando e Estado Maior da Marinha, Superior de Guerra Naval e o Cours de l'École Supérieure de Guerre Interarmées, em Paris, França.	Estava ingressando na Escola Naval, onde se graduou Guarda marinha em 1968.		Contra-Almirante	M
Roberto Nogueira Médici ³⁵⁵	14	Engenharia Civil.		Atuou como professor na UNISINOS e na UFRGS.	Engenheiro	C
Alcio Barbosa da Costa e Silva ³⁵⁶	14	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Major e encontrava-se em Porto Alegre, no comando do III Exército, como Chefe da Seção de Serviço-Rádio nº3 do Ministério da Guerra.		Coronel	M

³⁵⁵ Filho do ex-presidente Emilio Garrastazu Médici

³⁵⁶ Filho do ex-presidente Arthur da Costa e Silva

Humberto Ayres Corrêa	14	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão e comandava a 2ª Bateria do 4º Regimento de Obuses 105mm, em Pouso Alegre, MG.	Chefe das 2ª e 4ª Seções do Comando da 2ª Divisão de Exército, em São Paulo, SP.	Coronel	M
Ney Salles	14	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Major e pertencia ao Batalhão Escola de Material Bélico, no Rio de Janeiro, RJ.	Foi Chefe do Escalão Logístico da 1ª Região Militar, RJ.	Coronel	M
Adalto Luiz Lupi Barreiros	14	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Administração de Empresas.	Em 1964, era 1º Tenente no Grupo de Obuses Aeroterrestre do então Núcleo da Divisão Aeroterrestre.	Foi Subchefe da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República do Governo Geisel.	Coronel	M
Nelson Roberto Bianco	14	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era 2º Tenente, servindo no 3º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Copacabana.	Chefe de Gabinete do Centro de Avaliação do Exército.	Coronel	M
Nome do entrevistado	Livro	Formação (Escola Militar, Universidade, etc.)	Posto e/ou atividade em 1964	Atuação entre 1964 e 1985	Último posto na carreira	Militar ou Civil
Octávio Aguiar de Medeiros	15	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Tenente-Coronel e encontrava-se na ECEME.	A partir de 1975, dirigiu a Escola Nacional de Informações (EsNI) e chefiou o Serviço Nacional de Informações (SNI), durante vários anos.	General de Exército	M
Bonifácio de Andrada	15	Possui o curso de Direito.	Em 1964, Ra lidera do governo de Magalhães Pinto, na Assembléia Legislativa.	Atuou como deputado estadual pela Arena, em Minas Gerais, entre 1966 a 1979.	Deputado	C
Sylvio Ferreira da Silva	15	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era major e comandava a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.	Secretario de Segurança de Pernambuco. Em 1973 assumiu, como Subchefe, o Centro de Informações do Exército (CIE).	General de Divisão	M
Ulisses Lisboa Perazzo Lannes	15	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era cadete do Curso de Artilharia da AMAN, sob o comando do General de Brigada Emílio Garrastazu Médici.	Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército.	General de Divisão	M
Danilo Venturini	15	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Major e servia na ECEME.	Diretor da Escola Nacional de Informações (EsNI).	General de Brigada	M
Fernando Cardoso	15	Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Nacional de Informações (EsNI).	Em 1964, era Tenente Comandante de Pelotão, servindo no Batalhão de Guardas Presidencial, em Brasília.	Atuou no Centro de Informações do Exército (CIE) e no Serviço Nacional de Informações (SNI).	General de Brigada	M

José Campedell	15	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, como Major, exercia a função de E2 (Oficial de Informações), na 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), em Uruguaiana.	Assistente Secretário do Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, entre 1974 e 1975.	Coronel	M
Anysio Alves Negrão	15	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, era Capitão Ajudante de Ordens do General Castello Branco.	Instrutor na ECEME. Instrutor na Escola Nacional de Informações (EsNI).	Coronel	M
Aluísio Madruga de Moura e Souza	15	Possui todos os cursos regulares do Exército.	Em 1964, cursava a AMAN.	Participou como capitão, do combate à Guerrilha do Araguaia.	Coronel	M
João Barcelos de Souza	15	Possui todos os cursos regulares do Exército. Possui o curso de Jornalismo.	Em 1964, era Capitão e nesse mesmo ano cursou a EsAO.	Entre 1970 e 1979 desempenhou a função de porta-voz oficial da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, por ser o Diretor da Divisão de Relações Públicas.	Major	M